António Ventura dos Santos Pinto



Vila do Conde
(1785-1800)
As gentes e o Governo Municipal

Porto
Faculdade de Letras
2000

António Ventura dos Santos Pinto

Vila do Conde
(1785-1800)

As gentes e o Governo Municipal

Porto
Faculdade de Letras
2000

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto na área de História Moderna e Contemporânea

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO ____ *8*

1.1. Objectivos, fontes e metodologia ____ 9

1.2. O tema na historiografia de Vila do Conde ____ 11

2. VILA DO CONDE - O ESPAÇO E AS GENTES ____ *14*

2.1. Uma terra sem termo integrada num amplo senhorio. ____ 14

2.2. A População ____ 19

2.3. As ruas e casas de Vila do Conde ____ 27

2.4. A importância da ponte sobre o Ave. ____ 31

3. ESTRUTURAS ECONÓMICO-SOCIAIS ____ *37*

3.1. A agricultura ____ 37

3.1.1. Os cereais ____ 40

3.2. A pesca ____ 50

3.2.1. A pesca no mar ____ 51

3.2.2. A pesca no rio ____ 52

3.3. O comércio ____ 60

3.3.1. A carne ____ 64

3.3.2. O Vinho ____ 73

3.3.3. O Azeite ____ 88

4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ____ *92*

4.1. As dependências externas ____ 92

4.2. A estrutura interna da Câmara ____ 97

4.2.1. O Juiz de Fora ____ 98

4.2.2. A eleição/nomeação dos oficiais do Senado (vereadores, procurador e tesoureiro) ____ 110

4.2.3. Os Vereadores ____ 122

4.2.4. O Procurador do concelho ____ 130

4.2.5. O Tesoureiro ____ 134

4.3. Outros funcionários municipais ____ 139
4.3.1. O escrivão ____ 139
4.3.2. Os Almotacés ____ 145
4.3.3. O Porteiro e Pregoeiro ____ 149
4.3.4. O Alcaide ____ 152
4.3.5. Quadrilheiros, jurados e zeladores de polícia ____ 154
4.4. As sessões da câmara ____ 157
4.4.1. Número de reuniões e sua distribuição ____ 158
4.4.2. Assiduidade dos participantes ____ 162
4.4.3. Presidência das reuniões ____ 165
4.4.4. Reuniões alargadas ____ 166
4.5. A prática governativa ____ 170
5. AS ELITES E O EXERCÍCIO LOCAL DO PODER ____ *178*
6. AS FINANÇAS MUNICIPAIS ____ *183*
6.1. As receitas ____ 184
6.1.1. As Rendas concelhias e as condenações ____ 185
6.1.2. A renda da Imposição da Matriz ____ 192
6.1.3. Os rendeiros. A evolução global das rendas e das receitas. ____ 194
6.2. As despesas ____ 197
6.2.1. A Terça Régia ____ 197
6.2.2. Encargos com o poder central ____ 199
6.2.3. Encargos com o funcionalismo local ____ 200
6.2.4. Obras e reparações ____ 201
6.2.5. As comemorações e as celebrações religiosas ____ 202
6.2.6. Despesas diversas ____ 203
6.3. As despesas da renda da Imposição ____ 205
6.4. Análise global das contas camarárias. Os saldos. ____ 207
7. CONCLUSÃO ____ *210*
8. FONTES E BIBLIOGRAFIA ____ *213*
8.1. Fontes Manuscritas ____ 213
8.2. Fontes Impressas ____ 215
8.3. Bibliografia citada e consultada ____ 217
9. INDICES ____ *227*
9.1. Indice dos quadros ____ 227

9.2. Indice dos gráficos ____ **228**

10. ANEXOS ____ *230*

Siglas e abreviaturas usadas

Arquivos

A.M.V.C. – Arquivo Municipal de Vila do Conde

I.A.N.T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Unidades de instalação ou de referenciação de documentos

cad.- caderno

doc. – documento

fl. – fólio

lv. – livro

mç. – maço

n.º - número

p./pp. – página/páginas

t. – tomo

vol. – volume

Outras

cf. – conforme

n. – nota

op. cit. – obra citada

v. – verso

vd. – vide

I PARTE

1. INTRODUÇÃO

Um trabalho, mesmo individual, como este, é sempre o resultado de inúmeros contributos, apoios e de muitas boas vontades. Por isso, na hora de o apresentar, não quero, nem devo, esquecer quem da sua feitura foi cúmplice.

Desde logo, uma profunda gratidão ao Prof. Doutor Ribeiro da Silva, pela orientação científica, pela crítica oportuna, pela sugestão proveitosa, pelo apoio, incentivo e disponibilidade sempre revelados no decorrer deste estudo.

Depois, o meu agradecimento vai também para o Dr. Eugénio Andreia da Cunha e Freitas, com tivemos a honra e o prazer de passar deliciosas tardes a conversar e a beber o imenso que ele sabe sobre Vila do Conde; para o Dr. António Amorim que, além do apoio do amigo, sempre esteve atento e prestável para me ajudar nos meus momentos de maiores dúvidas; para a Dra. Amélia Polónia, pelas sabedoras, pertinentes e preciosas indicações metodológicas que me deu.

Quero também reconhecer aqui o estímulo, a compreensão e a paciência das colegas que, ao longo destes anos, directamente comigo trabalharam na escola.

Uma palavra de muito apreço à minha família, que sempre esteve a meu lado e com quem sempre pude contar. Claro que, aqui, uma palavra ao João, sempre o leal companheiro destas horas de aperto.

Enfim, a todos (e foram muitos) aqueles que, de alguma forma tornaram possível esta obra, o meu muito obrigado.

Uma palavra final, um cantinho à parte (e que me perdoem todos os outros) para aquelas que foram, de facto a seiva deste trabalho. Para a minha esposa, antes de mais pela permanente e constante troca de opiniões e sugestões à medida que a investigação e a redacção foram avançando; depois, como arquivista, pelas preciosas contribuições que em todas as fases sempre deu ao trabalho. Para as minhas filhas, por todos os beijos que me deram e que eu não pude valorizar e retribuir. À Sara, à Carolina e à Né, o meu maior obrigado por tudo o que, durante este tempo, como marido e pai, não lhes dei e, principalmente, pelo imenso de que as privei. Este foi, sem dúvida, o maior preço deste trabalho.

E elas, só elas, sabem quanto custou. Deus lhes pague.

1.1. Objectivos, fontes e metodologia

É nosso entender que a história do País terá tanto maior consistência, quantos mais e melhores forem os estudos realizados ao nível da história local, podendo, e devendo, esta significar a abordagem de uma região, de uma cidade, de um pequeno município ou mesmo de uma minúscula paróquia. Isto que, no plano dos princípios terá cabimento para qualquer época que se trate, apresenta-se para o Antigo Regime (em que a diversidade das estruturas sociais, demográficas, económicas, administrativas e culturais, os procedimentos, as forma de organização e reacção aos problemas, enfim, os ritmos de vida, foi o principal fio condutor) quase como uma exigência metodológica de investigação. Sem estes trabalhos, serão cómodas, mas perigosas as sínteses, tentadoras, mas carentes de sustentabilidade, as generalizações.

Foi partindo deste pressuposto, aliado à imposição académica da realização de uma dissertação no âmbito do curso de mestrado em História Moderna, que decidimos avançar para este projecto de investigação da história municipal.

Escolhemos, por motivos óbvios, Vila do Conde como objecto do nosso estudo. Todavia, a juntar aos aspectos afectivos e de simplificação da tarefa (por ser onde residimos), pesou também na opção o acervo documental que o seu Arquivo Municipal possui.

A ideia força deste trabalho e o seu principal objectivo foi tentar conhecer a organização das estruturas do poder local - fundamentalmente a câmara municipal, de quem, a este nível, praticamente tudo dependia -, o seu funcionamento, a sua prática administrativa e os efeitos desta na vida municipal.

Em consequência do objectivo anterior, pretendemos descer às vivências e tomar o pulso às principais características e condicionantes da vida desta comunidade. Esta pretensão teve um duplo sentido: tentar perceber em que mediada a vida das pessoas, bem como a economia e a religiosidade, foram marcadas pela prática governativa, mas também de que forma a governação reagiu às condicionantes geográficas, ao estado da agricultura, do comércio ou como coabitou com as tradições religiosas das suas populações.

Quisemos, ainda, perceber as ligações do poder concelhio aos supra concelhios, no caso concreto o senhorial e o central e a que nível e em que aspectos é que a acção desses poderes exógenos se fizeram sentir no concelho.

Por fim, interessou-nos apreender até que ponto a evolução da realidade local acompanhou e coincidiu ou não com a regional ou, até, a nacional, e, assim, termos uma noção daquilo a nos sujeitamos como membros de um todo e daquilo em que fomos diferentes e que nos distinguiu.

Claro que o grau e o nível de consecução destes objectivos estarão sempre proporcionados às coordenadas que definem e limitam um trabalho deste género.

Servimo-nos quase exclusivamente de fontes manuscritas existentes no Arquivo da cidade. Das consultadas (cuja listagem integral se encontra na parte final do trabalho), podemos referir como principais, desde logo, as Actas das sessões da câmara, documento nuclear de todo o trabalho. Foram também importantes as cartas régias existentes e os chamados Livros do Registo Geral, com treslados de grande valor para o estudo deste período (1785-1800), assim como os livros com os autos de correição feitos pelo senado e pelos almotacés (embora sé exista um dos primeiros e dois dos segundos).

Mais para o estudo da vida económica do concelho, foram essenciais os livros de receita e despesa (onde se encontram escrituradas as contas do concelho e, em separado, as da Imposição da Matriz), os mandados de pagamento (apesar de, concretamente para o nosso período não houvesse nenhum, utilizámos alguns para anos próximos), os livros da décima e os autos das rendas das sisas e dos arrendamentos das tributações concelhias (das coimas, dos argaços, do sal, armazéns, ancoragem e pranchagem e medidagem), bem como os da renda da Imposição da Igreja Matriz.

Na Torre do Tombo, consultámos dois Autos de Residência, um de 1786 e outro de 1789, além de um livro de treslados de Vila do Conde. Não encontrámos, infelizmente, as pautas enviadas pelo Desembargo do Paço, normalmente com informações preciosas sobre a condição socio-económica dos governantes.

Além das fontes manuscritas, compulsámos outras impressas, das quais nos limitamos aqui a realçar as essenciais colecções de legislação.

Em termos metodológicos, começámos por tentar caracterizar neste períodos os quadros estruturantes da vida do concelho, concretamente, o geográfico e o humano. De seguida, esboçámos os principais traços da agricultura, da pesca e do comércio, analisando com algum pormenor, nesta última actividade a venda do vinho, da carne do

azeite. Neste espaço do trabalho, não abordamos os mesteres por não termos encontrado nas fontes dados que, com alguma consistência, o permitissem fazer.

Estudámos depois a formação, o funcionamento e as acções da administração municipal, tentando ainda avançar alguns elementos sobre a elitização do poder em Vila do Conde. Por fim, apresentámos os principais dados da vida financeira do município.

Ainda em termos metodológicos, ao longo de todo o nosso estudo tentámos posicionar a realidade aqui encontrada com a verificada noutros concelhos e noutras épocas. Foram para isso valiosos, entre outros, os trabalhos dos Professores Ribeiro da Silva, para o Porto, Viriato Capela, para Barcelos e Minho e das Mestres Teresa Fonseca, para Montemor-o-Novo, e Isabel Simões, para a Figueira da Foz. Para Vila do Conde, foi precioso o estudo do Dr. António Amorim sobre a administração municipal no séc. XVII.

Os limites cronológicos deste estudo (1785-1800), resultam, além da necessidade que se impõe de não alargar o período estudado, pelo tempo limitado que legalmente é previsto para a realização deste trabalho, de uma opção metodológica de estudar os últimos anos do séc. XVIII, algo difíceis em todo o País, para poder, em investigação posterior, juntar a estes o primeiro quartel do séc. XIX e construir um estudo importantíssimo de um período que vai ser prévio à grande mudança estrutural do concelho: o enorme alargamento da sua área.

1.2. O tema na historiografia de Vila do Conde

Vila do Conde tem sido alvo de muitos estudos ao longo das últimas décadas. Trabalho pioneiro nesta historiografia foi o de Monsenhor Augusto Ferreira[1], publicado em 1923 e que, podemos dizer, marcou e influenciou até hoje múltiplos estudos posteriores em duas vertentes que esmagadoramente dominam as tentativas de fazer algo sobre a história desta terra: o enigmático problema das suas origens e a sua componente monumental. Tem sido, contudo, uma historiografia feita muito base do

[1] FERREIRA, Mons. J. Augusto - *Vila do Conde e o seu alfoz. Origens e monumentos*, Porto : Ed. Marques Abreu, 1923.

pequeno escrito, do artigo de jornal ou do Boletim Cultural[2]. Saíram um pouco deste formato de publicação (mas não de conteúdo), alguns trabalhos do saudoso Dr. Pacheco Neves[3].

De um enorme valor são os trabalhos do Dr. Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, quer pela diversidade de assuntos sobre que incidem, quer pela credibilidade que ele, como sabedor do ofício, lhes confere[4]. Importante foi também a dissertação de licenciatura de A. Manuel Laranja, sobre Vila do Conde no séc. XVI[5], embora faça uma abordagem mais centrada na vertente comercial.

No âmbito da problemática social, é interessante o estudo, recentemente publicado, da autoria da Dra. Adelina Piloto[6], no qual é analisado a problemática dos expostos no séc. XIX em Vila do Conde.

Finalmente, porque é o mais recente e sem dúvida o estudo de maior fôlego que até hoje se fez sobre Vila do Conde, refira-se o estudo da Dra. Amélia Polónia sobre Vila do Conde no período das Descobertas[7], realmente referente fundamental quer para a análise dos principais aspectos da vida desta vila até esse período, em particular, como para a compreensão da Expansão Portuguesa, em geral.

Como se constata pelo exposto, poucos estudos[8], abordaram a problemática da administração do concelho em tempos idos. São excepções o estudo do Professor José Marques sobre a o governo municipal em 1466[9]. Além deste, e mesmo bastante anterior, é um outro da autoria do Dr. António Amorim, sobre a história admistrativo-

---

[2] Vejam-se, por exemplo, os inúmeros artigos que compõem as duas séries do "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde, n.º 1-7 (1960-1972 e Nova série, n.º 1-20 (Dezembro/1797 - Junho/1798).

[3] O mais conhecido de todos é, sem dúvida, NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*. Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 1987.

[4] Contam-se em dezenas os escritos deste autor sobre Vila do Conde. Referimos apenas FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde*. Porto : Junta da Província do Douro Litoral, 1948 e, o recentemente publicado, FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha - *Vila do Conde. 1. Azurara*, Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 1999. Aqui estão reunidos os seus artigos sobre Azurara. Aguarda-se para breve igual publicação para os de Vila do Conde.

[5] LARANJA, Manuel A. Reis - *Vila do Conde no século XVI. Alguns documentos subsidiários para a sua história económica*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova série, n.º 9 a 15/16, Dez. 1992 a Jun/Dez. 1995.

[6] PILOTO, Adelina - *Os expostos da roda de Vila do Conde :1835-1854*, Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde (col. Cadernos - História local, n.º 2), 1998.

[7] POLÓNIA, Amélia - *Vila do Conde : um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*. Porto, 1999. Tese de doutoramento [Policopiada].

[8] Referimo-nos a estudos de investigação e não propriamente a trabalhos de síntese, os quais, mexendo e remexendo um pouco o que está feito, têm sido, com alguma facilidade, dados à estampa.

económica de Vila do Conde no séc. XVII[10], o qual, pela sua qualidade e por ser quase único no tema, esperamos muito brevemente ver editado.

O nosso estudo, um pouco na esteira destes, retoma a problemática, num contexto historiográfico completamente diferente no que toca ao estudo da história local, mas para os finais de Setecentos. Nele, o objecto é a administração do município, mas que actua as actividades, sobre os comportamentos, sobre as pessoas.

---

[9] MARQUES, José - *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466.* Braga (Sep. de "BRACARA AUGUSTA", vol. XXXVII, Fasc. 83-84, (1983).

[10] AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII. Subsídios para a sua história administrativa e económica.* Coimbra, 1971. Tese de licenciatura. [Policopiada]

2. VILA DO CONDE - O ESPAÇO E AS GENTES

2.1. Uma terra sem termo integrada num amplo senhorio.

"Na Província de Entre Douro e Minho, Arcebispado de Braga Primaz, comarca eclesiástica da mesma cidade, comarca secular da Provedoria do Porto e juntamente da Correição de Barcelos, onde entra com ela o Ouvidor da mesma vila, está situada esta Vila do Conde, com tão pequeno termo que só compreende uma freguesia e parte de outra.".[11]

Esta informação prestada pelo Prior Francisco Falcão nas *Memórias Paroquiais* de 1758 enquadra com bastante rigor esta vila, em termos geográficos e administrativos.

No que concerne aos seus limites territoriais, mantém neste período os que se lhe conhecem desde o primeiro documento que a ela se refere[12]: a Norte, a Póvoa de Varzim; a Sul, o rio Ave; a Nascente, Formariz; a Poente, o mar.

Nos finais do século XVIII, Vila do Conde continuava a ser[13] um concelho composto apenas pelas freguesias de S. João Baptista e parte da de Sta. Maria de Touguinha.[14] Integravam aquela, além do núcleo urbano propriamente dito, os lugares de Cimo de Vila, Regufe, Areia[15], Casal de Monte, Pega[16], Gandarinha, Poça da

---

[11] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias Paroquiais de 1758.* "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde, Nova série, n.º 2 (Jul. 1988), p. 56.

[12] Carta de doação/venda de 953, documento mais antigo até agora conhecido.

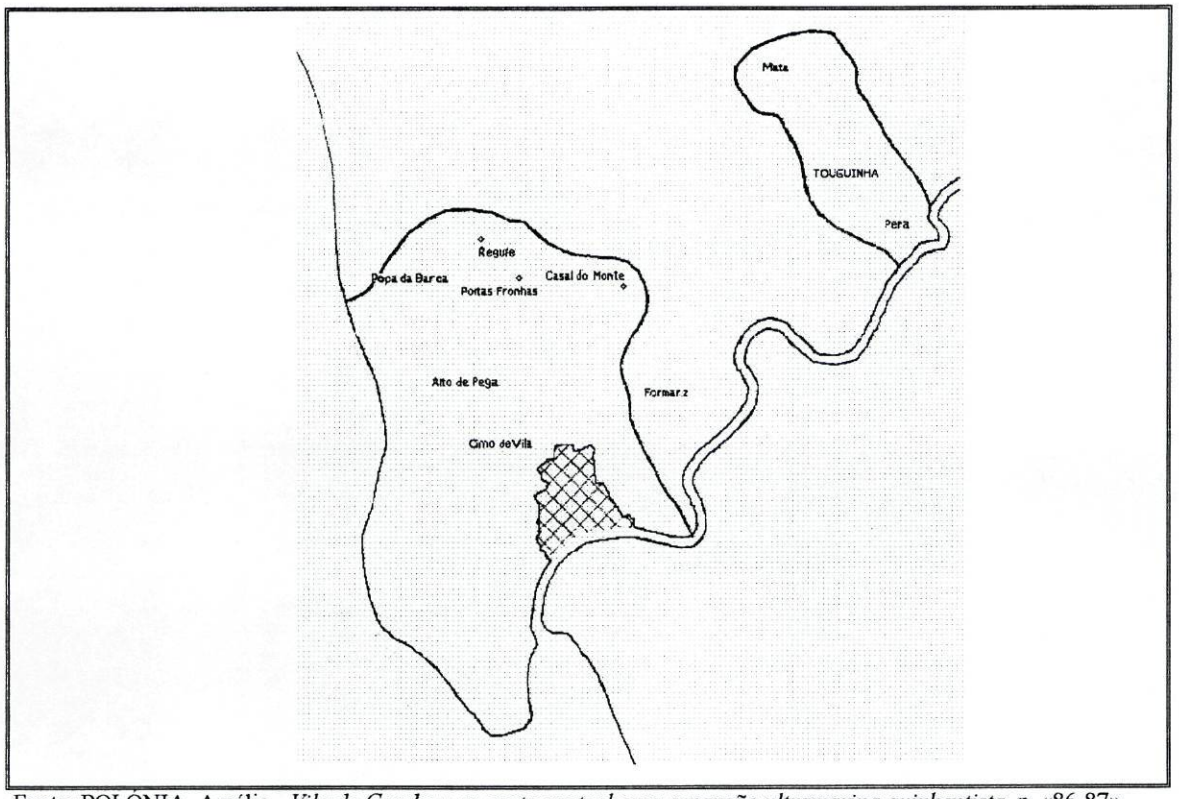
[13] Embora ao longo dos séculos tenha havido situações de dúvida em relação ao rigor dos seus contornos. Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 85, 86 e AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 10-11.

[14] Cf. CRUZ, António - *Geografia e economia da Província do Minho nos fins do séc. XVIII,* (plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas), Porto, 1970. Apêndice Segundo. Cadastro da Província do Minho. Comarca de Barcelos.

[15] Na Enciclopédia Protuguesa e Brasileira, ao fazer-se a listagem dos lugares de Vila do Conde, é referido o de *Areia (Caxinas)*, embora também surja, em separado, a referência ao lugar das *Caxinas* (Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira., Lisboa-Rio de Janeiro : Ed. Enciclopédia, s.d., p. 488). No entanto, além de em sítio algum da documentação consultada termos encontrado essa associação do lugar de Areia a Caxinas, nas *Memórias Paroquiais* de 1758 da Póvoa de Varzim já surge explicitamente o nome, mas refere-se a *uma enseada* (Cf. BARBOSA, Fernando - *O concelho da Póvoa de Varzim no séc. XVIII : As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758.* "Boletim Cultural da Póvoa de Varzim". Póvoa de

Barca[17], Cazeiros, Cazalinho[18] e Portas Fronhas[19]. Da segunda freguesia, faziam parte desta vila e seu termo os lugares de Touguinha, Mata e Pena. Um minúsculo concelho "*com uma área total de 8,5 Km 2*"[20] (vd. fig. 1), ou seja, cerca de 6 vezes inferior à superfície média dos concelhos da Província do Minho nos finais de setecentos[21] e mais de 12 vezes inferior à média nacional[22].

Figura 1



Fonte: POLÓNIA, Amélia - *Vila do Conde : um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, p. «86-87»

Varzim : Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. I, n.º 2 (1958), p. 335), não tendo certamente mudado esse estatuto no período que estudamos (Cf. COVA, António Ferreira Vila - *Caxinas : Terra do meu coração*. Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 1989, pp. 9-12 e 16-18).

[16] Cf. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 57.

[17] Explica-se nas *Memórias Paroquiais* de 1758 da Póvoa de Varzim : *Ao sul no fim do termo d'esta villa* [Póvoa] *e princípio do de Villa do Conde ao pé d'area da praia há no inverno uma lagoa chamada a Possa da Barca, a que accode alguma caça, e secca de verão*. In BARBOSA, Fernando - *O concelho da Póvoa ... (op. cit.)*, p. 333.

[18] A.M.V.C. – Liv. Actas das Sessões, sessão de 27/09/1794, lv. 38, fl. 208v.-209.

[19] *Ibidem*, sessão de 13/04/1799, fl. 460v.. Aqui refere-se que na eleição de quadrilheiro para Regufe, Areia, Casal de Monte e Gandarinha, "*tudo da freguesia e termo desta mesma villa*", saiu eleito José Manuel Flores, do lugar de Portas Fronhas.

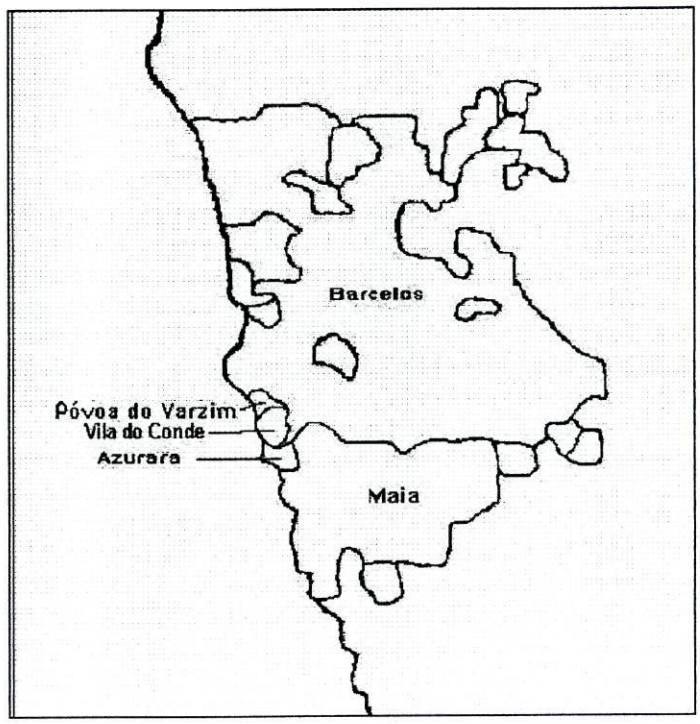
[20] POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 86.

[21] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos e as comunidades* in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coord. António Manuel Hespanha, , Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, p. 306. O autor aponta como média para a Província do Minho (a que média mais baixa apresenta) a área de 49 Km2.

[22] Luís Vidigal refere que a média nacional ultrapassava sensivelmente os 100 Km2, concretizando em rigor os 106,1 Km2 (cf. VIDIGAL, Luís Aristides - *Poderes locais em Portugal nos inícios do século XIX - elementos para a caracterização das instituições do poder periférico e das instâncias concelhias*, "Ler

Além disso, Vila do Conde confinava, além da Póvoa, a nascente com Barcelos (terras do Julgado de Faria) e a sul com a Maia e com o Porto[23], municípios poderosos, quer em tamanho e população (vd. fig. 2), quer política e administrativamente, para não permitir a Vila do Conde sair desta "asfixia" territorial.[24] Percebe-se melhor esta correlação de forças se verificarmos que, em termos de população, no final do século XVIII, pelos dados reunidos por Custódio Vilas Boas[25], o concelho de Vila do Conde teria cerca de 3164 habitantes (habitantes explicitamente referidos para a Vila mais os do termo, calculados pelo critério exposto na n. 45), enquanto o de Barcelos tinha cerca de 73 686 e o da Maia aproximadamente 22 000. Por outro lado, enquanto a Vila tinha 2 paróquias (uma completa e uma incompleta), o concelho de Barcelos tinha 201[26] e o da Maia 42[27].

Figura 2



História", n.º 16, Lisboa, 1989, p. 52 e 59. Nuno Gonçalo Monteiro, refere exactamente os mesmos valores (cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos... (op. cit.)*, p. 306).

[23] Azurara dependia administrativamente do Porto.

[24] Tentativas houve para tentar junto do Monarca a atribuição de um termo à Vila e, logo, o consequente alargamento do seu território. Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 86-87 e AMORIM, António Augusto Gomes - *O município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios portugueses*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde , n.º (1972), p. 49.

[25] CRUZ, António - *op. cit.*.

[26] CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza e o povo do Concelho de Barcelos : A Administração do Município nos fins do Antigo Regime*, "Barcellos - Revista", Barcelos : Câmara Municipal de Barcelos, Vol. III, n.º 1 (1986), p. 306

[27] *A População de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*. Introd. de Joaquim Veríssimo Serrão. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 68-69.

Esta especificidade geográfica, isto é, a falta de um termo, vai ser, no século XVIII, como foi ao longo de toda a sua história, uma condicionante da vida desta localidade. Talvez tivesse sido uma condicionante pela positiva ao obrigar a que, inevitavelmente e desde muito cedo, estas gentes, pelos traços do espaço em que viviam, tivessem que procurar no mar o seu principal modo de vida; pela positiva, dizíamos, por ter criado uma tradição marítima e um rol de actividades/profissões ao mar ligadas que permitiram que a Vila, no século áureo dos Descobrimentos, neles se envolvesse, tivesse um papel de algum relevo[28] e deles tirasse forte proveito. Foi, no entanto, parece-nos, sempre um elemento preponderantemente limitador de crescimento e razão de dificuldades: a não existência de um termo suficientemente amplo para se explorar a agricultura[29] fez sempre de Vila do Conde um concelho com enormes carências de produtos agrícolas (se bem que não só[30]) e fortemente dependente do exterior.[31]

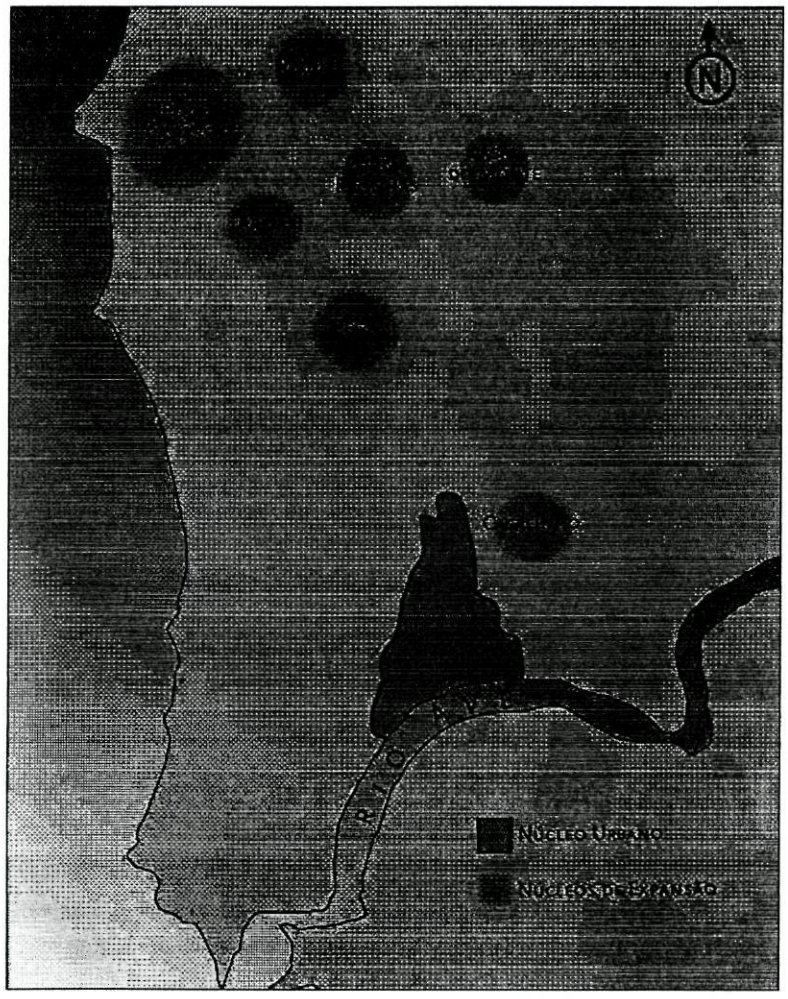
No que respeita ao espaço ocupado, a Vila vai conhecer um alargamento durante o século XVIII. Por um lado, para Noroeste, há uma ocupação populacional cada vez maior dos lugares de Regufe, Casal de Monte, Portas Fronhas, Areia, Pega e Casalinho. Nas *Memórias Paroquiais de 1758*, já são referidos para estes lugares um total de 56 fogos.[32] Relativamente a Poça da Barca (verdadeira região charneira entre Vila do Conde e Póvoa de Varzim), o seu povoamento é mais tardio[33]. No entanto, "*a partir de 1770 até 1782, nada mais que dez famílias aforaram terreno para casa e cultivo.*"[34] Em 1794, já a Câmara nomeou um quadrilheiro para o *destrito* que englobava Casal de Monte, Poça da Barca, Alto de Pega e Regufe.[35]

---

[28] Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *O município... (op. cit.)*, pp. 26-28.
[29] Não que não existissem pela vila variadas hortas e pomares, além de parcelas de terrenos de cultivo em Regufe, Mata, Pena e Cimo de Vila (Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 87.
[30] Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 93.
[31] Este aspecto (e principalmente a gritante carência de cereais) será analisado com maior detalhe no ponto 3.1 deste trabalho.
[32] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, pp. 56-57.
[33] Nas *Memórias Paroquiais* da Póvoa de Varzim de 1758 é referido o lugar, mas sem habitantes (Cf. BARBOSA, Fernando - *O concelho da Póvoa ... (op. cit.)*, p. 333 e 340), enquanto nas de Vila do Conde do mesmo ano nem o lugar é referido.
[34] COVA, António Ferreira Vila - *Caxinas ... (op. cit.)*, p.12.
[35] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, 1785-1803, lv. 38, fl. 208v..

Por outro lado, a partir da década de trinta do século XVIII[36] e até ao final da primeira metade do seguinte[37], a área urbana cresce para sul com o progressivo *encanamento do rio*[38].

Figura 3



Fonte: REIS, A. do Carmo - *Nova história de Vila do Conde*, p. 162.

Já durante toda a centúria de seiscentos são várias as obras realizadas no cais na zona dos Pelames em frente ao Mosteiro, havendo mesmo tentativas para fazer um na

[36] Assumimos, em rigor, a data de 1733, por ser de 13 de Agosto desse ano a deliberação camarária que adjudica ao mestre pedreiro Francisco Dias, pela quantia de 70$000 réis a obra do cais da Lavandeira. (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 20, fl. 365-365v.).

[37] Consideramos a data de 1851, por ser a penúltima referência em termos de actas à obra, referindo-se nela o aterro do cais e a visita do Director das obras públicas a esta Vila (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 27, fl. 201v.-202). A última referência data de 28-10-1868 dando conta que vem fazer a inspecção ao cais desta vila o Eng.º Civil Álvaro Kopeke Ayala (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 56 fl. 80v.).

[38] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 25, fl. 136v.-137.

zona da Lavandeira[39]. No século XVIII, a partir do segundo quartel, inicia-se um conjunto de obras na margem direita do Ave, que constituirá um empreendimento de essencial importância (a que talvez só se possa aproximar a construção da ponte, de que adiante falaremos) para a vida desta terra: a construção do cais da Lavandeira, do cais entre "*as Lavandeiras e a embocadura da rua das Hortas*"[40]e o aterro de toda esta zona que vai permitir o *encanamento do rio*, ou seja, a sua domesticação ao leito que ainda hoje ocupa.[41] Com esta obra (que, como referimos, se conclui já na segunda metade do século XIX), o núcleo urbano de Vila do Conde cresceu um bom pedaço para o sul, tendo ficado disponível um espaço balizado desde então pelo surgimento da Praça do Terreiro, Rua e Praça de S. João e por um amplo terrapleno por trás do adro da Matriz, onde irá surgir rapidamente o mercado.[42]

2.2. A População

Mesmo não tendo este estudo como objecto primeiro o aspecto demográfico, pareceu-nos ser importante e oportuno deixar aqui as principais linhas da evolução populacional de Vila do Conde. A demografia interage com a evolução das comunidades - sofrendo ou agindo, sendo consequência ou motor de desenvolvimento. Além disso, e enquadrando esta temática no âmbito particular do nosso trabalho, "*as instituições municipais existem, evoluem e compreendem-se como elemento*

---

[39] Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 123-125

[40] MARÇAL, Horácio - *Para a história de Vila do Conde: Toponímia vilacondense.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (2 Ago. 1979) n.º 10, p. 2.

[41] Principais referências documentais a todo este processo: Cf. sessão de 13-08-1733, lv. 20, fl. 365-365v.; sessão de 14-10-1733, lv. 20, fl. 380-381v.; sessão de 21-10-1733, lv. 20, fl. 382v.-383; sessão de 02-11-1733, lv. 20, fl. 383-384; sessão de 23-04-1788, lv. 22, fl. 54; sessão de 31-01-1836, lv. 25, fl. 105v.; sessão de 13-04-1836, lv. 25, fl. 35; sessão de 01-09-1836, lv. 25, fl. 51; sessão de 18-03-1837, lv. 25, fl. 74; sessão de 08-04-1837, lv. 25, fl. 74; sessão de 19-04-1837, lv. 25, fl. 78v.; sessão de 07-10-1837, lv. 25, fl. 96; sessão de 18-11-1837, lv. 25, fl. 97v.-98; sessão de 31-01-1838, lv. 25, fl. 105v.; sessão de 03-02-1838, lv. 25, fl. 106-106v.; sessão de 11-07-1838, lv. 25, fl. 136v.-137; sessão de 01-01-1839, lv. 25, fl. 160; sessão de 05-01-1839, lv. 25, fl. 161v.; sessão de 17-07-1839, lv. 25, fl. 194v.; sessão de 06-03-1850, lv. 27, fl. 59; sessão de 02-04-1851, lv. 27, fl. 201v.-202; sessão de 28-10-1868, lv. 25, fol. 80v.).

[42] Para se ter a noção daquilo que o rio ocupava antes destas obras, vd., entre outros, MARÇAL, Horácio - *Para a história de Vila do Conde: Toponímia vilacondense ... (op. cit.)*, p. 2; Idem - *A Rua das Hortas e suas Adjacências.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (14 Ago. 1980) n.º 60, p. 1; REIS, João dos - *Curiosidades da antiga Vila contadas por um seu filho, o comandante João dos Reis.* Porto : Junta de Província do Douro Litoral, 1950, pp. 81-82.

indispensável da organização da vida colectiva das pessoas, não abstractas, mas concrectas, existentes, talvez quantificáveis."[43].

Tentaremos, num primeiro nível, fazer dessa evolução uma análise que possa evidenciar o quadro humano como referente estrutural importante para definir o período investigado. A um segundo nível, procuremos estabelecer quadros comparativos que nos permitam ter uma noção mais real da evolução demográfica da vila relativamente à do país - e daí inferir da evolução comparativa do seu crescimento, e, consequentemente, da sua sintonia ou não com o todo nacional em que se insere.

A primeira referência conhecida ao número de habitantes de Vila do Conde data das Inquirições de D. Afonso II de 1258 e é de 300 casais[44], o que multiplicado por um coeficiente de 4,5[45]daria um total de 1350[46] pessoas.

No numeramento de 1527/32, aponta-se para o núcleo de Vila do Conde um total de 905 vizinhos[47], o que significaria o total de 3620 habitantes.

Em 1540, o número de vizinhos rondaria os 1000/1200[48] (4000/4800 habitantes) e, dez anos após, o número teria subido para 1300 (5200 habitantes).

---

[43] SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder.* Porto : Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988, vol. I, p. 93.

[44] TAROUCA, Carlos da Silva - *O cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, Vila do Conde*, Vila do Conde : Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde, 1986, p. 39 (doc. II - A).

[45] É sempre discutível o coeficiente multiplicativo escolhido. Para o período que vai dos séculos XIII ao XV, seguindo a maioria dos estudos para este período, optámos por o de 4,5 (Cf. SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano*, in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. IV, p. 50, conjugado com GODINHO, Vitorino Magalhães - *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa : Arcádia, 1977, p. 20; MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal.* Lisboa : Palas Editores, 1974, vol. I, pp. 233-236.) No entanto, para os séculos XVI e XVII pensamos estar mais próximo da realidade o coeficiente 4, aceite por Ribeiro da Silva para o Porto em finais do século XVI (Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 94, nota 4) e, para Vila do Conde, pelas razões aduzidas por Amélia Polónia (Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 226).
Para o séc. XVIII em Vila do Conde, porque já temos fontes com alguma credibilidade que referem explicitamente o número de fogos e o número de habitantes (Cf. *A Memória Paroquial de 1721*, in FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, pp. 9-12; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 56; CRUZ, António - *op. cit.*, por exemplo para 1789/90, em que sé nos é referido o número de fogos, optámos por adoptar como coeficiente multiplicativo 3,5, valor arredondado por excesso que mais se aproxima da média dos coeficientes resultantes das fontes referidas. Claro que estes valores são aplicáveis a Vila do Conde, núcleo urbano, pois para o seu termo, espaço rural, já o coeficiente passa nos dados de Custódio Vilas-Boas os 4,5.

[46] O rigor deste e dos valores seguintes apresentados, por resultarem sempre de cálculos indirectos, além do que é referido na nota anterior, não devem nunca ser considerados em absoluto.

[47] "As fontes dos séculos XVII e XVIII referem-se a *fogos, moradores ou vizinhos* (expressões equivalentes, em princípio, a agregados domésticos), por vezes a *almas* (indivíduos maiores de 7 ou 11 anos, mas quase nunca a *habitantes...*" (SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano... (op. cit.)*, p. 49).

[48] Rondaria, já que o documento que permite este indicador refere "*mil e dozentos vezinhos*"(Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 228)

No início do século XVII (1602), teria a freguesia principal de Vila do Conde 1500 vizinhos, começando a partir daqui[49] uma acentuada quebra demográfica que atira para valores de cerca de 741 vizinhos, em 1640, e de cerca de 657, em 1643, isto é 2964 e 2628 habitantes, respectivamente.[50]

Na *Memória Paroquial* de Vila do Conde de 1721, o Prior de então, Luís da Silva, informa: «*Tem a vila, que é uma só freguesia, 838 fogos. Tem sacerdotes - 36. Pessoas de comunhão 2423. Tem menores - 519. Ausentes - 266. Faz tudo o número de 3244 pessoas*», [51]ou seja, 2978 habitantes.

Oliveira Freire, na sua *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, [52] de 1739, aponta para Vila do Conde o total de 900 fogos e um total de 3600 habitantes. Pelo coeficiente multiplicativo que, pelas razões já expostas, utilizamos para Vila do Conde neste período, teríamos uma população de 3150 pessoas.

Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, diz o Prior Francisco Falcão que Vila do Conde "*tem vizinhos, ou fogos, 1078, número de pessoas assim eclesiásticas como seculares 3.138*".[53]

Os "*Livros de lançamento da Décima de prédios urbanos e rústicos*" existentes para o período em estudo são os de 1790 e 1791 e, de acordo com os dados que fornecem, Vila do Conde teria em 1790 cerca de 816 fogos no núcleo e 35 na parte de Touguinha que constituía o seu termo[54]. Estes números, quer porque não encontramos qualquer elemento objectivo ao nível da história local que o explique, quer por comparação com os apresentados para os meados do século como com os de final de setecentos e inícios da centúria seguinte (que referiremos a seguir), devem ser questionados. Tal não se deve à credibilidade da fonte, mas às limitações que, em concreto, ela apresenta. Antes de mais, estamos perante um fonte com objectivos fiscais, interessando-lhe, por isso, o levantamento das casas existentes e não propriamente o número de fogos. Depois, e circunscrevendo-nos à Vila propriamente dita, no livro de 1790 dos 741 itens referentes a habitações, 103 mencionam "casas", "casas altas" ou

---

[49] Embora o valor apresentado para 1602 possa representar já um decréscimo populacional relativamente a 1549 (Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 230).

[50] Vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 230-232. A autora apresenta valores para outras datas dentro do âmbito cronológico do seu estudo (pp. 226-233), os quais, dada a linha orientadora do nosso estudo, entendemos não ser significativa, em termos de importância analítica, a sua referência.

[51] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, p. 12.

[52] Citado por LIMA, Baptista e - *Arquivo histórico-corográfico ou Corografia histórica portuguesa.* Póvoa de Varzim : Tip. Camões Editora, 1940, vol. VII, p. 385.

[53] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 56.

[54] A.M.V.C. - Liv. de Lançamento da Décima, 1790 e 1791, lv. 1915 e 1916.

"casas térreas", não discriminando objectivamente o seu número. Neste último grupo, conjugando elementos da fonte[55] com outros de análise[56], pensamos que, com bastante fiabilidade, para 13 casos podemos apontar um número de habitações. Para os restantes 90, pelas avaliações apresentadas ou pela falta delas[57], tendo também como certo que era habitual, nesta zona e período, muitas vezes a referência a "casas" como sendo uma única habitação e aceitando até a hipotética falta de rigor em alguns assentos por parte do escrivão[58], consideramos uma casa para cada. Assim, resultante das 638 "entradas" inequívocas, temos um total de 695 fogos; das 13 que foi possível "extrapolar", 31; das outras, 90.

Contudo, feita a necessária crítica às fontes referidas, se as cotejarmos com a informação de Lacerda Lobo nas "Memórias Económicas" de que a vila, no mesmo período (precisamente em 1789), teria 900 fogos[59], verificamos que os livros fiscais compulsados não se afastam assim tanto da realidade. Se concordarmos que, por tudo o referido, os números fornecidos por aqueles pecarão por defeito, poderemos considerar o valor último apontado como o aceitável para este período.

Se usarmos para este número de fogos o coeficiente multiplicativo de 3,5, Vila do Conde teria em 1790 cerca de 3150 habitantes, ou seja sensivelmente o mesmo que tinha 50 anos antes.

Pelo censo da população de 1798 de Pina Manique[60], Vila do Conde tinha nessa data 1064 fogos, enquanto a parte de Touguinha que constituía o seu termo, teria 44, ou seja uma população para o núcleo de aproximadamente 3724 habitantes.

No final do século XVIII, o número de fogos seria de 1027 e a população (Freguesia de S. João Baptista) de 3007 almas (incluídos 30 clérigos)[61] e em 1802 o recenseamento da população da Comarca de Barcelos indicava para Vila do Conde[62] um total de 3807 habitantes.[63]

---

[55] Por exemplo, "*ficão do canto da parte da terra*" ou "*são do canto da parte do mar*" (cf. *Ibidem*, lv. 1915, fl. 27).

[56] Comparamos o valor da avaliação indicado para estas situações com o valor atribuído ao mesmo tipo de casa na mesma rua.

[57] O que acontece quando são casas consideradas "*de seu património*", "*de sua residência*", etc.

[58] Muitas vezes o registo da mesma habitação é referido em 1790 no singular e no ano seguinte no plural e vice-versa.

[59] LOBO, Lacerda - *Memoria Sobre algumas Observações feitas no anno de 1789, relativas ao estado da Pescaria da Provincia de Entre Douro e Minho*, in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa". Lisboa : Academia Real das Ciências, 1812, tomo IV, p. 400.

[60] *A população de Portugal em 1798 ... (op. cit.)*

[61] CRUZ, António - *op. cit.*.

[62] Presume-se da fonte que o valor total é para Vila do Conde e termo.

[63] CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 51.

Sistematizam-se os dados expostos no quadro seguinte:

Quadro I

População de Vila do Conde - 1258 - 1802

Anos	N.º de Fogos	N.º de Habit.	Taxa de Cresc. Anual[64] (entre os períodos considerados)	Taxa de Cresc. Anual (entre 1721-1758 e 1758-1800)	Taxa de Cresc. Anual (entre 1721 e 1800)
1258	300	1350			
1527/32	905	3620			
1540	1000/1200	4000/4800			
1549	1300	5200			
1602	1500	6000	0,3%		
1640	741	2964	- 1,8%		
1643	657	2628	- 3,9%		
1721	838	2978	0,2%		
1738	900	3150	0,3%		
1758	1078	3138	0%	- 1,2%	
1790	900	3150	- 0,3%		
1798	1064	3724			
1800	1027	3007	0,6%	-0,1%	0%

Fontes: TAROUCA, Carlos da Silva - *O cartulário ... (op.cit.);* POLÓNIA, Amélia - *Vila do Conde ... (op. cit);* Daciano R. S. Bertino - *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde .... (op. cit.);* FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias ... (op. cit.);* LIMA, Baptista e - *Arquivo histórico-corográfico (op. cit.); CRUZ, António - Geografia e economia ... (op. cit.); SERRÃO, Joaquim Veríssimo - A população de Portugal em 1798...(op. cit.).*

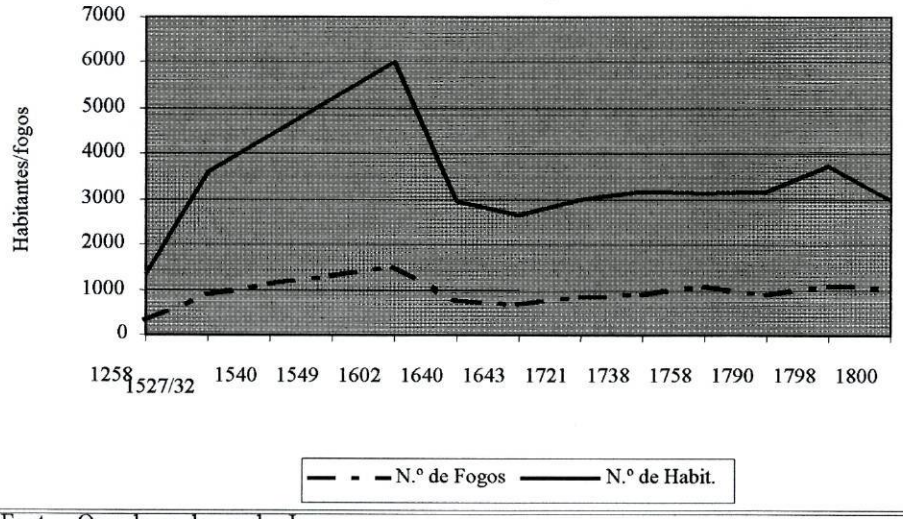
Tomados alguns cuidados na análise destes dados[65], parece deles poder deduzir-se uma estagnação do tecido populacional de Vila do Conde a partir de meados do século XVII (depois de uma queda enorme dos valores em comparação com o século XVI), uma ligeira subida até ao final dos anos cinquenta do século XVIII e um decréscimo da população de Vila do Conde (ainda que aparentemente ligeiro em termos

[64] Calculada de acordo com a fórmula apresentada por FLOUD, Roderick - *Métodos cuantitativos para historiadores*, Madrid, Alianza Editorial, 1979, p. 110.

[65] São necessários alguns cuidados na análise destes valores, dado que, além da precariedade já explicada que muita vezes está subjacente ao cálculo do número de habitantes (para o século XVIII já temos fontes que nos referem esse número), por vezes a subida ou descida desses totais de uma data para outra mais resultam da conjugação dos valores fornecidos pelas fontes com o uso de metodologia de trabalho, concretamente do coeficiente multiplicativo usado, do que de realidades efectivas. É o caso, por exemplo da descida que se verifica de 1798 para 1800, a qual é consequência, essencialmente, do facto de se ter aceite para o último ano os valores apontados na fonte, os quais remetem para um coeficiente multiplicativo de 2,9, enquanto para 1798 se usou o coeficiente multiplicativo de 3,5. Se para o último ano se usasse o mesmo critério, o total de habitantes seria de 3595.

de valores globais) na última década[66] do século XVIII (vd. Gráfico 1). Como se pode constatar do quadro I, e a comprovar este decréscimo da população no último quartel desse século, as taxas de crescimento anual são negativas.

Gráfico 1
Evolução comparativa da população e n.º de fogos (1250-1802)



Fontes: Os valores do quadro I

A um outro nível de análise, comparando os valores indicados para Vila do Conde com os relativos ao País, sensivelmente nas mesmas datas, constata-se (vd. Quadro II) que, se à dimensão deste, "*a um aumento bastante rápido verificado até aos finais da década de 1770* [...] *sucedeu uma desaceleração, acentuada no último vinténio do século*[67]..."[68], cá, nesse período, verificou-se mais do que desaceleração já que o peso da sua população na do Reino vai sendo cada vez menor (vd. gráfico 2).

---

[66] Não temos lamentavelmente dados para as décadas de 70 e 80. Paulo Dias de Nisa, na sua obra *Do Portugal Sacro e Profano*, de 1768, (cit. por LIMA, Baptista e - *Arquivo histórico-corográfico... (op. cit.)*, e, mais tarde, Pinho Leal (vd. LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1873-1890, vol. XI, p. 691) apontam para 1768 a existência de 1078 fogos. No entanto, por ser o valor igual ao das *Memórias Paroquiais* de 1758 e por não termos por claro que o primeiro autor na sua obra de 1768 não indicava este número como de 1758, limitamos a referência a esta nota de rodapé.

[67] E por isso é que, com pequenas variações os vários autores citados (SERRÃO, J. Veríssimo; MARQUES, A. H. de Oliveira; GODINHO, V. Magalhães; SERRÃO, José Vicente, entre outros) apontam a partir de 1780 até 1800 uma população total que ronda os 3 000 000 de habitantes.

[68] SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano ... (op. cit.)*, p. 53.

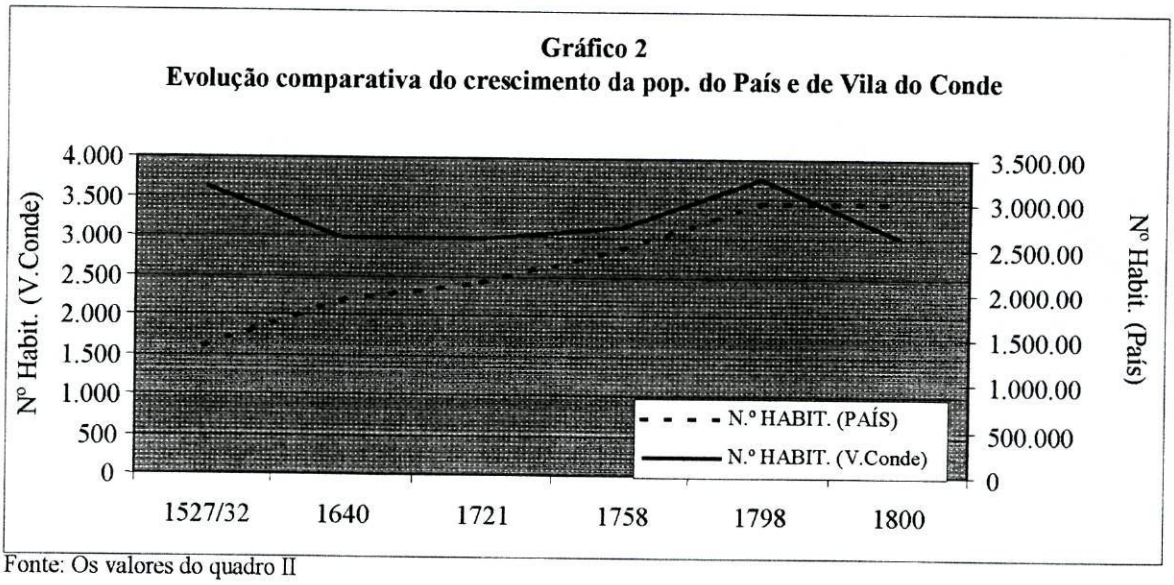
Quadro II

População Portuguesa e de Vila do Conde (1527/32 - 1800)

Ano	N.º Fogos (V.Conde)	N.º Fogos (País)	N.º Habit. (País)	N.º Habit. (V.Conde)	Relação Habit. (V.Conde/País)
1527/32	905	280 528	1 400 000[71]	3620	0,26
1640	741	466 000	1 900 000[72]	2964	0,15
1721	838		2 100 000	2978	0,14
1758	1078	621 253[69]	2 500 000[73]	3138	0,13
1798	1064	744 053[70]	3 000 000[74]	3734	0,12
1800	1027		3 000 000	3007	0,1

Fontes: MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal... (op. cit.)*, pp. 234 e 515.
SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano... (op. cit.)*, pp. 51-53.
GODINHO, Vitorino Magalhães - *A Estrutura da Antiga Sociedade... (op.cit.)*, pp. 20-21.
SERRÃO, J. Veríssimo - *História de Portugal ... (op. cit.)*, vol. VI , p. 358).
MARQUES, Oliveira - *História de Portugal ... (op. cit.)*, p. 515.

Gráfico 2
Evolução comparativa do crescimento da pop. do País e de Vila do Conde



Fonte: Os valores do quadro II

---

[69] SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano ... (op. cit.)*, p. 51. Refere-se o autor mais rigorosamente a 1760.

[70] SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano ... (op. cit.)*, p. 51. J. V. Serrão e Albert Silbert apontam para a mesma data o total de 746864 fogos (SERRÃO, J. Veríssimo - *História de Portugal*, Lisboa : Ed. Verbo, s.d., vol. VI, p. 358 e SILBERT, Albert - *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII.e - Début du XIX.e Siècle*, Lisboa, INIC, col. textos de história - 1, vol. I, 2ª ed., 1978, p. 115).

[71] GODINHO, Vitorino Magalhães - *A Estrutura da Antiga Sociedade ... (op. cit.)*, p. 20; Oliveira Marques aponta para esta data 1 500 000 habitantes (vd. MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal... (op. cit.)*, p. 371).

[72] GODINHO, Vitorino Magalhães - *A Estrutura da Antiga Sociedade ... (op. cit.)*, p. 20. Oliveira Marques aponta para esta data 2 000 000 de habitantes (vd. MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal... (op. cit.)*, p. 515).

[73] MARQUES, Oliveira - *História de Portugal ... (op. cit.)*, p. 515. Joaquim V. Serrão aponta para 1750 - 2 300 000 habitantes (vd. SERRÃO, J. Veríssimo - *História de Portugal ... (op. cit.)*, vol. VI, p. 103).

[74] Entre 3 000 000 e 3 300 000 (SERRÃO, J. Veríssimo - *História de Portugal ... (op. cit.)*, vol. VI, p. 108).

Não pretendendo fazer disto tese (até porque não temos estudada base documental que tal permita), pensamos que as razões para este decréscimo de população nos finais da centúria de Setecentos se deverão procurar em dois espaços de análise: por um lado, as dificuldades porque a Vila passou nestes últimos vinte anos do século (principalmente ao nível das suas actividades marítima[75] e agrícola[76]); por outro lado, pensamos continuar a dever ser tido em conta o processo migratório.

Sem termos, como atrás se disse, fontes de observação directa em que nos possamos apoiar, parece-nos claro que a população de Vila do Conde sofreu com o processo migratório no último quartel do século XVIII: migração para as cidades de Lisboa e Porto e emigração, já não para a Castela[77], *aproveitando as oportunidades abertas pela união dinástica*[78], mas para as colónias[79]. Aliás, se utilizarmos nas fontes disponíveis para o final do século XVIII e início do XIX a metodologia proposta por outros autores[80], constatamos nos dados apresentados por Custódio Vilas-Boas[81] para finais do século que na população até aos 14 anos as mulheres representavam 71% do total dos homens, enquanto que, com mais de 14 anos, as posições praticamente se invertem sendo os homens só 79% do número de mulheres; nos números referidos para 1802[82], enquanto na população até aos 20 anos, o número de homens representa 97% das mulheres, com mais de 30 anos, esse valor é já só de 80%.

---

[75] Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *O Município de Vila do Conde... (op. cit.)*, p. 28. Diz-se ainda nas *Memórias Paroquiais* de 1758: "*Em algum tempo acho notícia entravam nela navios de alto bordo, por cuja falta tem padecido a vila, não só de decadência do número de moradores, mas ainda nas casas: muitas das quais se acham reduzidas a quintais e hortas, e outras em termos disso por falta de moradores, e ruas inteiras, como é a dos Ferreiros, só constituída uma total ruína.*" (FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 65).

[76] São novamente claras as *Memórias Paroquiais* de 1758: "*Frutifica esta terra e contornos em abundância milho grosso, centeio e mendo, e também algum trigo, porém pela exiguidade do seu termo lhe concorre o necessário do termo de Barcelos, do muito que lhe sobra: motivo porque muitas vezes padece detrimento grave...*" (FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 61).

[77] Embora durante o século XVIII continuasse a haver alguma emigração para a Galiza, concretamente do litoral da Província de Entre Douro e Minho e nomeadamente de salineiros (Cf. OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - séc. XVII, XVIII*, Porto : Centro de história da Universidade do Porto (Sep. da «Revista de História», vol. II (1979), p. 22).

[78] SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano... (op. cit.)*, p. 65.

[79] Manuel Amorim constata isso para Rates e aponta-o como razão para o decréscimo da população desta vila entre 1735 e 1765 (Cf. AMORIM, Manuel - *A vila de Rates no século XVIII*, "Boletim Cultural da Póvoa de Varzim". Póvoa de Varzim : Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. XIII, n.º 2 (1974), pp. 309-310).

[80] SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano... (op. cit.)*, p. 66 e POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 748-750.

[81] CRUZ, António - *op. cit.*.

[82] CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 51.

Daqui, mesmo tendo em conta pela estatística de 1802 que a mortalidade é bastante mais elevada nos homens do que nas mulheres[83], se poderá inferir que a diminuição da taxa de masculinidade a partir da idade adulta se deverá ao fenómeno migratório.

2.3. As ruas e casas de Vila do Conde

A partir dos *Livros de Lançamento da Décima* estudados, com o auxilio de mais uma fonte ou outra coeva[84], é possível propor uma representação cartográfica das ruas da Vila, bem como do seu tecido habitacional, a qual ficará, no entanto para um novo trabalho.

No que respeita às ruas, são-nos referidas as contidas no quadro seguinte:

Quadro III

Ruas de Vila do Conde (1790)

Beco do Hospital	Rua de S. Bartolomeu
Beco do Tijolo (da dita Rua do Gracês)	Rua de S. Bento
Beco dos Prazeres	Rua de S. Roque
Lavandeira, Canto da Mata e Calçada	Rua de S. Sebastião[85]
Rua da Bajoca	Rua de Santa Luzia
Rua da Calç. de S. Franc. e Monte do Mosteiro	Rua de Santo Amaro
Rua da Costa	Rua de Submosteiro
Rua da Fraga	Rua do Bispo
Rua da Igreja	Rua do Cais
Rua da Lage	Rua do Gracês
Rua da Misericórdia	Rua do Sidral
Rua da Palha	Rua dos Pelames
Rua da Senra	Rua dos Prazeres
Rua da Torre	Rua Nova
Rua das Hortas	Travessa atrás S. Sebastião

Fonte: A.M.V.C. - Liv. de Lançamento da Décima, 1790 e 1791, lv. 1915 e 1916.

Todas estas ruas, com inevitáveis alterações de traçado, ainda hoje existem, algumas como é natural com nomes diferentes.[86]

---

[83] São-nos referidos 184 mulheres viuvas contra 69 viúvos.

[84] Estudamos em pormenor os referentes, como já se disse, aos anos de 1790 e 1791. No entanto, a fim de aferirmos as ruas indicadas, analisamos todos os *Livros de Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos* existentes no A.M.V.C. entre 1773 e 1802 (mais concretamente, além dos dois referidos, os dos anos de 1773 e 1805). Em todos eles são referidas as mesmas ruas e lugares. Os outros livros auxiliares poderiam ser os referidos nas n. 87-90.

[85] No Livro de Lançamento da Décima de 1773 surge-nos no mesmo item "*Rua de S. Sebastião, Mós e Praça Velha*". (A.M.V.C. - Liv. de Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos, lv. 1913, fl. 28).

Aferindo os elementos fornecidos por esta fonte com outras, verificamos que haveria certamente mais ruas, como são os casos da rua das Mós[87], rua dos Ferreiros[88], rua do Barroso[89]ou ainda o sítio "*aos Penedos*"[90].

Não encontrámos relativamente a este período qualquer referência à abertura de alguma nova rua, o que desde logo e por si só é sintoma de alguma crise de crescimento do burgo.

A tipologia habitacional que se espalhava por estas artérias aparece-nos discriminada, como já atrás se aludiu, por "casa ", "casa térrea", "casa alta" e "pardieiro" (ora no singular, ora no plural), sendo-nos localizada, na maior parte dos casos, por lado da rua (esquerdo e/ou direito). No quadro IV sistematizam-se todos esses elementos fornecidos pelas fontes.

Nos dados aí fornecidos, convirá relevar que, do total de 816 casas referido para o núcleo da Vila, 51 situam-se nos lugares de Cimo de Vila, Regufe, Casal de Monte e Caseiros.

É também importante verificar-se que cerca de 63% das habitações eram "casas altas", ou seja de rés-do-chão e 1 piso, 32% "casas térreas" e 5% "casas" e pardieiros. Se considerarmos que, no cômputo global da Vila, o valor médio de avaliação das

---

[86] No quadro seguinte tenta fazer-se a correspondência de algumas dessas ruas.

RUA/TRAVESSA/BECO (Lv. Lançam. Décima de 1790)	RUA/TRAVESSA/BECO (Nome actual)
Beco do Hospital	Rua da Senra (Parte)
Beco do Tijolo (da dita Rua do Gracês)	Beco do Tijolo
Rua da Bajoca	Rua Dr. Elias de Aguiar (Parte)
Rua da Costa	Rua da Costa
Rua da Fraga	Rua da Fraga
Rua da Igreja	Rua da Igreja (Parte)
Rua da Lage	Rua da Igreja (Parte)
Rua da Misericórdia	Rua da Misericórdia
Rua da Palha	Rua Comend. António Fernandes da Costa (Parte)
Rua da Senra	Rua da Senra e Largo Guilherme Gomes Fernandes
Rua da Torre	Rua do Socorro
Rua das Hortas	Av. José Régio
Rua de S. Bartolomeu	Rua da Lapa
Rua de S. Bento	Rua de S. Bento
Rua de Santa Luzia	Rua Comend. António Fernandes da Costa (Parte)
Rua de Santo Amaro	Rua de Santo Amaro
Rua do Bispo	Rua de Santo Amaro (parte)
Rua do Sidral	Rua Dr. Elias de Aguiar (Parte)
Rua dos Pelames	Rua dos Pelames (Parte)
Rua dos Prazeres	Rua dos Prazeres
Rua Nova	Rua do Lidador

[87] A.M.V.C. - Liv. de Registo de Listas de Sorteamento de Recrutas e Petições, lv. 2366, fl. 10-10v. (referentes ao ano de 1782), bem como o já referido Liv. da Décima de 1773.
[88] *Ibidem*, fl. 10v..
[89] *Ibidem*, fl. 16 (referentes ao ano de 1784).

primeiras é de aproximadamente 2810 réis e, para as segundas, de cerca de 1534 réis, poder-se-á concluir deduzir que o tecido habitacional era de alguma qualidade/valor.

Quadro IV

Casas de Vila do Conde por tipos, ruas e lados

Rua/Travessa/Beco	Casas térreas				Casas altas				Casas (só)				Pardieiros				Totais por ruas			
	S/l	E	D	T	S/l	E	D	T	S/l	E	D	T	S/l	E	D	T	S/l	E	D	T
B. do Hospital	7			7	2			2									9			9
B. do Tijolo	4			4	5			5									9			9
Lavandeira, Canto da Mata e Calçada	2			2	6			6									8			8
R. da Bajoca		8		8		8	8	16		2		2						18	8	26
R. da Calçada. de S. Francisco e Monte do Mosteiro		9	7	16		6	12	18										15	19	34
R. da Costa						1	8	18			1	1						1	9	19
R. da Fraga		2	8	1		4	16	2										6	24	3
R. da Igreja						6	5	11			2	2						6	7	13
R. da Lage			2	2		16	13	29		1		1						17	15	32
R. da Misericórdia		8		8		15	9	24										23	9	32
R. da Palha		8	17	25		2		2		2		2						12	17	29
R. da Senra		12	24	36		14	4	18										26	28	54
R. da Torre		2	4	6		23	15	38		2		2		1	1	2		28	2	48
R. das Hortas	8			8	23			23									31			31
R. de S. Bartolomeu		4	8	12		7	1	17		2	1	3			6	6		13	25	38
R. de S. Bento			3	3		25	11	36										25	14	39
R. de S. Roque						1	9	19			1	1		1		1		11	1	21
R. de S. Sebastião		9	2	11		2	14	34		1	2	3						3	18	48
R. de Santa Luzia		4	7	11		12	4	16										16	11	27
R. de Santo Amaro	1			1	1			1									11			11
R. de Submosteiro					22			22	1			1					23			23
R. do Bispo						3	2	23										3	2	23
R. do Cais e Beco dos Prazeres	4			4	24			24									28			28
R. do Gracês		2		2		4	7	11			1	1						6	8	14
R. do Sidral			7	7			17	17											24	24
R. dos Pelames					9			9	1			1					1			1
R. dos Prazeres			8	8		1	7	17										1	15	25
R. Nova		6	1	7		16	17	33			1	1						22	19	41
Sítio de Trás do Adro	3			3	2			2									5			5
Travessa atrás S. Sebastião		9	3	12			2	2										9	5	14
Cimo de Vila, Regufe, Casal de Monte e Caseiros	31			31	1			1	1			1					33			33
Cimo de Vila, Regufe, Casal de Monte	9			9					9			9					18			18
TOTAIS CASAS POR TIPOS E LADO DE RUA	78	83	101		95	211	208		12	10	9		0	2	7		185	306	325	
TOTAIS CASAS DE VILA DO CONDE POR TIPOS				262				514				31				9				
TOTAIS CASAS VILA DO CONDE																				816[91]

S/l - sem lado; E - esquerdo; D - direito; T - total.

Fonte: A.M.V.C. - Liv. de Lançamento da Décima, 1790 e 1791, lv. 1915 e 1916.

[90] *Ibidem*, fl. 17.

[91] Este número resulta dos cálculos feitos nos termos explicados no ponto 2.2. deste trabalho.

É óbvio que, tal como hoje, como se pode constatar no quadro V, esse valor não era igual em todos os sítios da urbe; ruas havia onde a avaliação média das casas era sem dúvida superior: são nomeadamente os casos das ruas de S. Bento, do Bispo, do Sidral, da Misericórdia, de Santa Luzia, do Cais, da Rua Nova, dos Pelames, da Igreja e, principalmente, do Submosteiro.

Quadro V

Valores mínimos, máximos e médios das casas por tipos e ruas

Rua	Casas Térreas			Casas Altas		
	Valor Mín.	Valor Máx	Valor Méd.[92]	Valor Mín.	Valor Máx	Valor Méd.
Beco do Hospital	800	2000	1733	1600	1600	1600
Beco do Tijolo (da dita Rua do Gracês)	1800	2000	1900	2000	2000	2000
Lavandeira, Canto da Mata e Calçada	2400	3000	2700	2400	4000	3320
Rua da Bajoca	1000	2000	1657	1200	3200	2425
Rua da Calç. S. Fr. e Monte do Mosteiro	1200		1686	1500	5000	2314
Rua da Costa				1600	3600	2111
Rua da Fraga	1200	2800	1950	1600	3600	2506
Rua da Igreja				1600	6000	3909
Rua da Lage	1200	1200	1200[93]	1800	5000	2169
Rua da Misericórdia	1000	2000	1400	1200	5000	2855
Rua da Palha	800	2000	1604	4000	4000	4000[94]
Rua da Senra	1000	2000	1424	1200	2400	1975
Rua da Torre	1200	1600	1300	1200	3600	2253
Rua das Hortas	1600	2000	1867	1000	3200	2183
Rua de S. Bartolomeu	1200	3000	1230	1200	4000	2029
Rua de S. Bento	1000	1200	1100	1200	5000	2630
Rua de S. Roque				2000	3600	2578
Rua de S. Sebastião	1200	3200	1491	1200	8000	2476
Rua de Santa Luzia	800	2000	1775	2000	5000	2867
Rua de Santo Amaro	1400	1900	1610	2000	2000	2000
Rua de Submosteiro				3000	8000	5229
Rua do Bispo				1200	5000	2675
Rua do Cais e Beco dos Prazeres				2000	4000	3205
Rua do Gracês				1200	3600	1800
Rua do Sidral	1200	1800	1480	1600	4000	2680
Rua dos Pelames				2400	6000	3675[95]
Rua dos Prazeres	1600	3000	1960	1600	4000	2471
Rua Nova	2000	2400	2080	2000	11000	3482
Sítio de Trás do Adro	1600	1600	1600	2400	2400	2400[96]
Travessa atrás S. Sebastião	800	2000	1167	2000	2000	2000
C. de Vila, Regufe, C. de Monte e Caseiros	600	1200	793	2000	2000	2000

Fonte: A.M.V.C. - Lv. de Lançamento da Décima, 1790 e 1791, lv. 1915 e 1916.

[92] Valor médio calculado dividindo o valor do somatório das avaliações das casa pelo número de casas para as quais é indicado valor (em várias situações são referidas outras sem indicação de avaliação).

[93] Só é referida uma casa térrea, o que também para o sítio Atrás do Adro e, nas casas altas, na rua de Santo Amaro e Cimo de Vila, Regufe e Caseiros.

[94] Só são referidas duas casas e só para uma o valor de avaliação (4000).

[95] Há uma avaliada em 12 000 réis mas não foi considerada pois é referida como "casa alta de estalagem"(A.M.V.C. - *Liv. de Lançamento da Décima dos Prédios Urbanos e Rústicos*, lv. 1915, fl. 40).

[96] São referidas três casas mas uma não é avaliada, a outra e de matadouro e só uma é que é avaliada neste valor.

Em consequência da análise, se conjugarmos os dados dos quadros IV e V, e, se quisermos comparar o tecido urbano do núcleo com os dos lugares que se vão desenvolvendo - casos de Cimo de Vila, Regufe, Casal de Monte e Caseiros - torna-se evidente que, nestes, quer o tipo das casas, quer os valores das suas avaliações são incomparavelmente inferiores: das 33 casas referidas, 31 são térreas (vd. quadro IV) e o valor médio das suas avaliações é de 793 réis (vd. quando V), enquanto o das casas térreas no "centro" é, como já se referiu, de quase o dobro.

Tal como se verificou para as ruas, também no que respeita às casas, mais concretamente às grandes casas da vila, por tudo o que compulsámos, concluímos que nenhuma delas terá sido edificada nestes dezasseis anos do fim do século.

2.4. A importância da ponte sobre o Ave.

Não faria grande sentido fecharmos este capítulo, em que se tentaram esboçar alguns traços dos principais elementos estruturantes da vida desta vila verificáveis nos finais do século XVIII, sem fazermos referência à construção da ponte sobre o Ave. A alusão será breve, não pelo menor grau de importância atribuído à obra[97], mas porque, essencialmente pela data da sua realização, não nos foi possível, a partir da documentação estudada para o âmbito cronológico do nosso trabalho, sentir ainda os seus efeitos no desenvolvimento desta comunidade.

O anseio da construção de uma ligação viária entre Vila do Conde e Azurara é de séculos.

Será, no entanto, pertinente um parêntesis para que se faça um enquadramento sensato desta questão. A falta de uma ponte que ligasse Vila do Conde à margem sul do rio foi indiscutivelmente penalizante para esta, sobretudo no que respeita, além de outros, ao aspecto económico (circulação de mercadorias e abastecimento interno), bem como na contribuição que deu para a situação de periferia da Vila em relação aos grandes eixos de circulação durante séculos[98]. Deve, contudo, haver algum cuidado de análise para não se considerar - qual verdade inquestionável - a não existência da ponte

[97] Como atrás já dissemos, a par do ordenamento do rio, talvez a obra mais importante do século para esta terra.
[98] Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 99, 100 e 103.

como "*bloqueio estrutural ao desenvolvimento interno da vila*"[99]. Então, que peso daríamos a factores como as mudanças de jurisdição senhorial, a secular falta de termo e a asfixia geográfico-territorial atrás apreciadas?

Fechado o parêntesis, podemos dizer que desde 1535 até 1792 são várias as tentativas, as propostas e os pedidos feitos aos monarcas pela câmara de Vila do Conde para que fosse construída uma ponte que a ligasse a Azurara. Não as vamos aqui especificar, quer porque nenhuma delas se situa no âmbito temporal[100] deste trabalho, quer porque se encontram já expostas em outros trabalhos[101] com lúcidas explicações dos sucessivos fracassos.

Além das várias razões conjunturais que em cada momento ajudaram a justificar a não realização da obra, uma houve que secularmente acompanhou este processo: a oposição das freiras de Santa Clara, detentoras da barca de passagem no rio Ave (único meio de ligação entre as duas margens) e que constituía, para aquelas, uma importante fonte de receita[102]. Este monopólio da travessia do rio era um privilégio estipulado no foral manuelino[103], procedendo o mosteiro, normalmente por períodos de três anos, ao seu arrendamento a particulares[104], os quais, desde muito cedo, deixaram de respeitar os valores a cobrar aos utilizadores definidos no diploma de D. Manuel I[105].

Não terão sido raras também outro tipo de infracções ao inicialmente estabelecido como funções da barca de passagem. Comprova-o, por exemplo, a notificação feita pela Câmara, na sessão de 7 de Março de 1792, ao barqueiro ou aos

---

[99] POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 100.

[100] Datam-se as principais etapas desse percurso de 1535, 1538, 1548, 1552, 1592, 1616, 1620, 1621, 1622, 1632, 1633, 1639, 1641 e 1748.

[101] Vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 100-109 e FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, pp. 121-143. Tem ainda bastante interesse, embora não se refira às várias tentativas, ver FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Pontes*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Vila do Conde, Nova série, n.º 10 (Dez. 1992), pp. 40-52.

[102] Sobre a barca de passagem, vd. *A barca de passagem no Ave*, in FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, pp. 1-3 (também publicado "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (2 Fev. 1984) n.º 225, pp. 2-4) e 139-142; POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 100-104.

[103] "*Outrossy a barca da passajem do Ryo da/dita villa he do dito moesteiro e faraa della o que quiser como cousa que lhe pertence Com esta decraraçam que os moradores da dita villa ham de correger a dita barqua de todo aas suas custas E nam pagaram por ysso njnhum direito de passajem da dita barqua.*" (in POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 102 ou também LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 14, Dez. 1994, p. 14).

[104] Segundo Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, os arrendamentos foram feitos "*em 1666 por 33.000 rs.; em 1682, por 25.000 rs.; em 1693, por 12.000 rs.; em 1708, por 27.000 rs.; em 1738, 1741, 1747, 1750, 1759, 1762, 1775, 1777, 1783, 1786, e 1792 por 160.800 rs., quase sempre por períodos de três anos.*", FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, p. 2.

[105] Vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 101-102.

barqueiros para que "*daqui em diante não se poderam servirem da Barca deste conselho para couza alguma além do destino que he aplicada* [isto é, passar pessoas desta vila de pé ou a cavalo que não são obrigadas a pagar] *e obrando o contrario os ditos barqueiros serão ponidos com a condenasão de seis mil reis e trinta dias de cadeia cuja penna se aplicara cada ves que elles transgredirem*"[106]. Esta verba, decidiu-se também, seria para despesas do concelho e para reparos da barca.

Finalmente, a 7 de Agosto de 1792, o Príncipe Regente D. João, no impedimento de sua mãe, D. Maria I, faz sair uma Provisão régia, pela qual Sua Majestade *"acha bem que se emponha hum real em cada quartilho de vinho* [...] *para a construção da ponte sobre o Rio Ave de Azurara para Villa do Conde* [...] *devendo durar a impozição por tempo de seis annos, e empregandoce os sobejos em beneficio das estradas que se emcaminhão a mesma ponte e villa*""[107]. A construção da ponte estava, finalmente, autorizada.[108]

Para responsável da obra foi designado o Doutor Francisco de Almada e Mendonça, Desembargador e Corregedor da Cidade da comarca do Porto, o qual, logo em 16 de Setembro do mesmo ano, acompanhado de sua esposa e de "*distintas pessoas d'hum, e outro sexo*", se deslocou ao local para dar as primeiras sequências à determinação régia, nomeadamente para se proceder à marcação do sítio onde iria surgir a ponte.[109]

Em Vila do Conde, para se proceder à aplicação da Provisão Régia, e como determinava o precatório, de imediato mandado enviar pelo Doutor Francisco de Almada e Mendonça a todos os juízes das terras abrangidas pelo imposto[110], logo na

---

[106] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, 1785-1803, lv. 38, fl. 135v..

[107] A.M.V.C. - Liv. do Registo Geral, lv. 133, fl. 176. O texto integral desta Ordem e Provisão encontra-se a fl. 176-177. Parte desta Provisão encontra-se transcrita em FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, p. 131.

[108] Sobre isto, A. de Magalhães Basto publicou um artigo n'"O Primeiro de Janeiro" de 26-07-1946, intitulado "Da grande ponte de granito sobre o Ave em Vila do Conde", pp. 1 e 3, no qual resume os elementos essenciais dessa Provisão (BASTO, A. de Magalhães - *Da grande ponte de granito sobre o Ave em Vila do Conde.* "O Primeiro de Janeiro". Porto, (26 Jul. 1946), pp. 1 e 3).

[109] Cf. "Gazeta de Lisboa", Lisboa, (Sábado, 3 de Nov. de 1792), número XLIV, 2° Suplemento. Neste artigo deste periódico descreve-se com pormenor essa visita, sendo interessante a ideia que é lançada no final da notícia: Esta obra, diz-se, "*he hum beneficio, que bem dá a conhecer o quanto são felices os Portuguezes com o governo dos seus Soberanos, não menos vigilantes em atalhar os perigos aos seus Vassalos, do que desvelados em empregar na Magistratura sujeitos, que, dotados de superiores talentos, não só administrão justiça com a maior inteireza, mas ainda se lembrão da pública necessidade*".

[110] Essa imposição aplicava-se aos "*Concelhos e Lugares da Maya Povoa de Varzim Santo Tirço, da Comarca do Porto; de Villa do Conde da Provedoria do Porto, de Barcellos e as sincuenta freguezias que confinão com Villa do Conde e Povoa de Varzim, de Espozende, e Fam, Barca do Lago, Lugar de Nossa Senhora do Amparo, e Pullia, Lugar de Cadilhe, Villa de Rates Cazal de Pedro, Bragadella e Villa Nova de Famalicão e Julgado da Comaraca de Barcelos*" (A.M.V.C. - Liv. do Registo Geral, lv. 133, fl. 176).

sessão de vereação de 11 de Setembro de 1792, entre outros assuntos, foi nomeado "*para Recebedor e depozitário do novo Real emposto para a construção da Ponte a Verícimo da Rocha Suares desta villa que será obrigado todos os mezes a fazer entrega do cobrado aa voca do cofre na forma da ordem derigida para este fim e registada nos livros do registo actual desta Câmara*"[111]. Na mesma sessão se decidiu também que o imposto do real começaria a "*correr do dia doze de Setembro por diante, patentiandoce isto aos almotacés e vendeiros*"[112].

De facto, logo na primeira sessão camarária em que se tabelaram preços de vinhos, em 24 de Novembro de 1792, tal foi feito "*com declaração de que nesta quantia vai incluido o Real emposto para a Ponte*"[113], como viria a suceder, aliás, em todas as restantes sessões em que se tratou do mesmo assunto, até finais de 1800. Significa isto que, mesmo depois de a obra estar pronta, o imposto se manteve? A dúvida prende-se com a questão da conclusão da obra, que adiante retomaremos.

Em relação ao Mosteiro, decidiu-se que lhe seria pago anualmente o valor por que a barca estava arrendada, o que, com algumas resistências por parte da câmara, foi acontecendo.[114] Entretanto, faleceu D. Francisco de Almada e Mendonça, responsável pela inspecção da ponte, e Pedro de Melo Breyner, ao ser nomeado, em 1805, pela Rainha para o lugar, colocou-lhe a questão de o pagamento dever ou não continuar a ser efectuado. Sua Majestade respondeu positivamente, a câmara tentou "*impugnar o dito pagamento*", foi ouvido o mosteiro e, conclusão do diferendo, "*sem embargo da opposição da dita câmara se vai continuando o pagamento*"[115]

Vão verificar-se também abusos na cobrança do Real imposto. Assim, na sessão camarária de 3 de Junho de 1796, entre os vários requerimentos deferidos, apareceu um subscrito por 63 assinaturas onde se requeria que se apresentasse ao Dr. Desembargador e Provedor da comarca do Porto "*as vexaçoens, opressoens e violências que nesta villa praticavão contra as pessoas particulares os rendeiros do real do vinho imposto para a Ponte*"[116]. Enquadrado no mesmo problema, em 27 de Março de 1799, em resposta a uma carta que lhe fora enviada pelo juiz de fora sobre a actuação do rendeiro do real da ponte, o Desembargador e Provedor da comarca do Porto impede aquele de cobrar o real ao lavrador que vende o vinho e depois novamente ao vendeiro, pois que "*o dito*

---

[111] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, 1785-1803, lv. 38, fl. 148.
[112] *Ibidem.*
[113] *Ibidem*, fl. 152.
[114] Cf. I.A.N.T.T. - OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Vila do Conde, lv. 136, fl. 66.
[115] *Ibidem.*

imposto pago que seja huma ves na dita mão do labrador, se não deve tornar a receber do taberneiro; ou de outra qualquer pessoa a quem o dito lavrador o venda porque constando ter já pago huma ves, está satisfeita a impozição. Deve sim porem cobrarce dos almocreves, que importão vinho de Basto, e Sima do Douro"[117].

A construção da ponte foi oficialmente iniciada em 15 de Agosto de 1793 com o lançamento da sua primeira pedra pelo então Desembargador e Corregedor da cidade do Porto, o já referido Doutor Francisco de Almada e Mendonça, numa cerimónia de grande solenidade que decorreu em Azurara.[118]

Esta *Real Ponte*, chamada *Ponte das Neves* ou *da Nossa Senhora das Neves*[119], em alvenaria e com três arcos, ficou a ligar Vila do Conde a Azurara, partindo, do lado desta, do sopé do Monte de Sant'Ana e chegando àquela frente ao mosteiro, na antiga Casa da Portagem (onde fica hoje o largo em que se ergue o Monumento aos Mortos na Grande Guerra).

Finalmente, e à guisa de conclusão deste ponto, é consabido que, cerca de 28 anos após o lançamento da sua primeira pedra, mais precisamente em 11 de Janeiro de 1821, a Ponte das Neves é destruída por uma enorme cheia do Ave. No entanto, custa-nos aceitar a ideia, facilmente passada, que esta ponte durou 28 anos, pela razão que ainda em lado nenhum vimos referida de forma sustentável a data da sua conclusão, como em nenhum documento dos que estudámos encontramos qualquer indicação de, pelo menos, a sua abertura ao público. Não que seja uma questão principal. No entanto, fica o desafio e a pista de trabalho, para a qual, modestamente, podemos contribuir com alguns elementos: por um lado, é um facto que, antes de a nova ponte de pedra funcionar, existiu uma ponte de madeira que segundo alguns terá durado cerca de 12

---

[116] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 346v..

[117] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 134, fl. 36.

[118] O decorrer do acto com todos os pormenores é-nos dado na *Rellação da solemnidade com que o Illustríssimo Francisco d'Almada Mendonça, Desembargador, e Corregedor da Cidade do Porto, fez dar princípio à grande Ponte que S. M. mandou construir sobre o Rio Ave*, Lisboa, na offic. de Simão Thadeo Ferreira. Com licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, s.d.. Esta Rellação encontra-se publicada na íntegra em *As pontes sobre o Ave, entre Azurara e Vila do Conde*, in FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, pp. 127-130, ou *As Memórias de Vila do Conde*. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (11 Abr. 1985) n.º 283, pp. 1-2.

[119] Pelo facto de a primeira pedra com a inscrição alusiva ao acto e à obra ter sido transportada até ao local onde foi depositada pelo Corregedor - "*na arca, que já estava aberta na base do primeiro arco da parte d'Azurara*" - ter sido transportada num andor com a imagem de Nossa Senhora das Neves (vd. *As pontes sobre o Ave, entre Azurara e Vila do Conde*, in FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, p. 127).

anos e terá funcionado até à conclusão da nova[120]. Ora, em 1798 essa ponte ainda se encontraria em funcionamento, porquanto na vereação de 27 de Janeiro de 1798, os presentes "*determinarão dar huma carta ao Doutor Dezembargador e Provedor desta commarca para providenciar sobre os procedimentos e extorçoens dos cobradores da passagem da ponte*"[121], cujo conteúdo mais não era do que um protesto das pessoas pelo que lhes cobram pela passagem na "*ponte de pao de que prezentemente se uza*"[122] pelas bestas, bois, etc., quando na barca, por privilégio do foral nada pagavam. Assim sendo, "*requerem elles a esta câmara que enquanto não se conclue a Ponte de pedra a que se tem dado principio* [...]"[123], ou volte a barca, ou o Provedor dê instruções para que os cobradores deixem de cobrar.

Por outro lado, um Aviso Régio de 28 de Agosto de 1794 determina que "*todos os lavradores, sem excepção,* são *também obrigados a dar cada ano um dia de trabalho, com seus bois e carros, até à conclusão da obra...*"[124]

Além disso, como já se referiu, e apesar de na provisão régia que autorizou a sua construção se estabelecer que o imposto lançado teria a duração de seis anos, o que é certo é que, em 1800, ele ainda era cobrado[125].

Finalmente, relembremos que, ainda em 1805, Pedro de Melo Breyner é nomeado como responsável pela inspecção da ponte (vd. supra).

---

[120] Vd. Idem - *ibidem*, p. 143 e MARÇAL, Horácio - *A Rua das Hortas... (op. cit.)*, p. 1. Segundo este último, esta ponte de madeira terá sido, no fim de 12 anos de serviço, "*desmontada por ameaçar ruina, isto em finais do século XVIII*".

[121] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 422.

[122] *Ibidem*, fl. 422v..

[123] *Ibidem*, fl. 422.

[124] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios... (op. cit.)*, p. 131.

[125] Vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, sessões de 08-03-1800 (fl. 488-489); 28-03-1800 (fl. 489-489v.); 20-09-1800 (fl. 502v. - 503v.).

3. ESTRUTURAS ECONÓMICO-SOCIAIS

3.1. A agricultura

Não é tarefa fácil fazer-se uma síntese que caracterize o estado da agricultura portuguesa de setecentos e muito menos do período que abrange este trabalho. A sua diversidade regional, quer em termos de evolução, quer em termos de produtos; a diferente intensidade com que as várias zonas do País se aproveitaram e rentabilizaram as inovações surgidas; a falta de estudos, por fim, que abranjam uma parte maior desta heterogeneidade, são razões principais[126] para que a situação agrária deva ser analisada caso a caso.

Claro que há indicadores que permitem falar-se, em termos muito gerais[127], e não obstante as adversidades climatéricas das décadas de 80 e 90 do século XVIII[128], para além da persistência de aspectos estruturais negativos[129], de uma evolução na agricultura ao longo de toda esta centúria: o aumento do comércio dos produtos agrícolas, o surgimento e expansão de novas culturas (o milho maís, o arroz e a batata), o aumento da superfície cultivada, o aperfeiçoamento de algumas técnicas agrícolas radicionais (regadio, pousio, etc.), para além de, entre outros, um crescendo de interesse

---

[126] Vd. SERRÃO, José Vicente - *O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução* in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. IV, p. 73

[127] É sempre importantíssima esta chamada de atenção: "*Deste modo, num cenário contraditório de condições conjunturais favoráveis, por um lado, e bloqueios estruturais vários, por outro, a Agricultura seguiu, no último século do Antigo Regime em Portugal, um percurso oscilante entre a expansão e a crise. Os resultados desse confronto entre factores de sinal contrário foram, portanto, diversificados e, tal como advertimos de início, devem ser observados à luz das diferenças essenciais que caracterizavam a agricultura portuguesa: as de tipo regional e as de tipo sectorial*" - SERRÃO, José Vicente - *O quadro económico ... (op. cit.)*, p. 88.

[128] Vd. SERRÃO, J. Veríssimo - *História de Portugal*, Lisboa : Ed. Verbo, s.d., vol. VI, pp. 406-410. Para Vila do Conde, há, por exemplo a notícia que, no dia 10 de Julho de 1794, "*se levantou alli de repente huma furiosa tempestade de vento e chuva de pedra, de que resultárão consideráveis damnos em todos os campos vizinhos*", além de ter destruído 46 arcos do aqueduto que transportava a água de Terroso para o mosteiro de Santa Clara. (Cf. "Gazeta de Lisboa". (Sábado, 12 de Agosto de 1794) número XXX, 2º Suplemento).

[129] Vd. SERRÃO, José Vicente - *O quadro económico ... (op. cit.)*, p. 88.

da ciência e do ensino no nosso País por esta actividade[130].

Pensamos, todavia, que Vila do Conde, não estando isolada ou totalmente afastada da realidade agrícola no País, muito mais do que nos efeitos dos progressos que nele se sentem, encontra nas características tão específicas da sua localização e do seu espaço, as linhas definidoras e delimitadoras da sua actividade agrícola.

Como já referiram para outros períodos alguns autores[131], o elemento marcante da agricultura neste concelho é o facto de "*esta villa quazi não ter termo*"[132]. Em 24 de Maio de 1799, a Câmara da vila pede à sua homóloga de Barcelos para que venda para cá algum milho "*visto que o termo della he piqueno e não tem o pão necessário*"[133].

Não vai implicar essa falta de termo, nem significa o que se disse, que em Vila do Conde não houvesse agricultura. As *Memórias Paroquiais de 1758* situam claramente o problema: " *Frutifica esta terra e contornos em abundância de milho grosso, centeio e mendo, e também algum trigo, porém pela exiguidade do seu termo lhe concorre o necessário do termo de Barcelos, do muito que lhe sobra: motivo porque muitas vezes padece detrimento grande, e especialmente na carência de vinho com que se socorre do extenssíssimo termo da dita vila de Barcelos.*"[134]

Nos livros de lançamento da décima estudados, e usando como exemplo o de 1790, há, só para a Vila propriamente dita, referências a campos, campinhos, leiras, hortas, lameiros, quintais, num total de cerca de setenta[135], para além de várias outras entradas com a alusão genérica a "terras que possui". Além destes, há ainda a considerar a franja predominantemente rural do resto do concelho, ou seja, Mata, Touguinha e Pena.

No entanto, a notória falta de espaço cultivável que havia, principalmente na zona urbana, levava a que se tentasse aproveitar todo o possível: "*Toda a margem do rio é de cultura actual, excepto na parte onde estão montes que a não sofrem, e ainda em alguns se tem feito socalcos que se cultivam.*"[136]

Estamos, assim, perante uma agricultura que, produzindo, entre outros, os já referidos milho grosso, centeio, mendo e algum vinho, é também uma actividade de

---

[130] Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *op. cit.*, vol. VI, pp. 403-404.
[131] Para o séc. XVI, vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 87; para o séc. XVII, vd. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, p. 49.
[132] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 373.
[133] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 466v..
[134] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 61.
[135] Assim distribuídas: Campos, 43; campinhos, 4; Lameiros, 9; quintais, 8; hortas grandes, 3; leiras, 2; cortinha, 1.
[136] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 55.

forte cariz hortícola e frutícola, com árvores várias "*onde se enlaçam vides, como outras árvores de fruto, que povoam pomares e hortas particulares, como são pereiras, macieiras, pessegueiros e ameixieiras, etc.*"[137]. Porém, como já transpareceu, as suas produções não satisfaziam de forma alguma as necessidades dos habitantes da vila, aliás um traço quase estrutural desta terra[138]. As fontes que estudámos não nos forneceram dados que nos possibilitassem quantificar as produções. São ricas, porém, em referências à escassez e aos preços de vários artigos (por exemplo, para a escassez, os cereais e, para os preços, o vinho e a carne[139]) as quais nos permitem chegar, também para este período, à premissa acima enunciada.

Por outro lado, são reveladoras das grandes dificuldades de abastecimento de géneros primários, as constantes medidas proteccionistas em relação a este tipo de produtos. Assim, por exemplo em 10 de Dezembro de 1783[140], nos autos de arrendamentos das rendas da medidagem e passagem, determina-se que "*não se cobrará de nenhua espécie de grão, de legumes* [...] *nem dos fruitos e géneros, que forem embarcados e conduzidos dos portos e terras deste Reino* [...]"[141].

Também, na definição do que deve pagar coima em 1785, lê-se no respectivo Auto de Arrendamento de 10 de Dezembro de 1784: "*Paga para esta renda da coima do concelho* [...] *todas as pessoas desta villa e de fora della; não poderão tirar carga algua della sem pagar coima e da mesma sorte os que vierem por mar só sim se trouxerem para esta villa mantimentos, não pagarão coima*"[142].

Do mesmo modo, algumas medidas proibitivas de exportações tentam evitar que produtos agrícolas saiam da terra. É o caso, por exemplo, entre outras[143], da ordem

---

[137] Idem - *ibidem.*

[138] José Marques já o refere para o séc. XV, a partir do estudo da acta de vereação de 1466 (vd. MARQUES, José - *op. cit.*, pp. 39-40). Amélia Polónia, para o séc. XVI, por exemplo, chega à conclusão que os cereais produzidos no concelho garantiriam o abastecimento de 1/10 da população. Mesmo considerando que nos estamos a reportar a uma época áurea do crescimento de Vila do Conde (a autora também considera que está a apontar os níveis de produção mais optimistas), pensamos que os dados são eloquentes (vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 88-90). António Amorim também chega claramente a esta insuficiência de produções para o século XVII (vd AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, pp. 50 e segs.)

[139] De que adiante falaremos em particular e com mais pormenor.

[140] Considera-se esta data, porque é aquela em que se abre o processo e na qual tudo indica se registam as "regras". O processo é encerrado, normalmente, em 31 de Dezembro.

[141] A.M.V.C. - Autos das rendas da medidagem e passagem, lv. 2156, 1783, fl. 2v.-3. A mesma determinação é também inclusa nos autos de arrendamento das coimas e das sisas de 10 de Dezembro de 1784. (vd. A.M.V.C. - Autos de arrendamento das coimas, lv. 2157, fl. 2v.-3 e Autos de arrendamento das sisas, lv. 1828, fl. 5v.).

[142] A.M.V.C. - Autos de arrendamento das coimas, lv. 2157, 1784, fl. 2.

[143] Há várias outras medidas, mas que se aplicam mais especificamente aos cereais, de que haverá tratamento pormenorizado mais adiante.

emanada do governo das Armas desta Província, Quartel General de Viana, em 29 de Setembro de 1800, "*em conssequencia da Ordens do Principe Regente*", para que, para o reino da Galiza, não saiam géneros alguns, concretamente, "*toda a qualidade de graons, nem ainda arros, azeites, carnes, e gados vivos*"[144].

Resumindo, à guisa de conclusão: estamos nestes finais de setecentos perante uma agricultura que, essencialmente pela míngua de espaço, não produziu, por um lado, (longe disso!) o necessário à população e, por outro, que não conseguiu nunca impor-se como a actividade principal da terra. Pensamos ter pleno cabimento para Vila do Conde neste período a ideia de que "*sapateiros, ferreiros, carpinteiros, tecelões e outros profissionais* [pescadores para este caso] *têm a sua pequena horta, o seu campo ou a sua leira que cultivam*[...]"[145].

3.1.1. Os cereais

A produção de cereais foi, desde sempre, altamente deficitária para as necessidades da população de Vila do Conde, tendo havido um aumento dessas carências na parte final do século em análise. Não resulta esta asserção, como já se alertou, do estudo de fontes que quantifiquem as produções, mas de registos vários que nos dão conta desta situação, bem como do seu progressivo agravamento. É disto sintomático o facto de, por exemplo, entre Maio de Dezembro de 1799, das 38 sessões normais de vereação realizadas, em 20 delas se ter tratado assuntos relacionados com a escassez de pão.

De facto, o período do nosso estudo caracteriza-se por uma nítida crise de produção cerealífera, que se agudiza nos finais da década de 80 e que se enquadra numa mais geral, à escala da Província (para a qual temos dados concretos, por exemplo, relativos a Barcelos, concelho em que são visíveis as carências dos anos de 1790-91, dramaticamente pioradas nos anos de 1796-1799[146]), do País[147] e, até da Europa[148].

---

[144] A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 57v..

[145] CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 26.

[146] Vd. Idem – *ibidem*, pp. 200-217. As carências de cereais são, contudo, constatadas em outras cidades da Província, como o Porto, Braga, Guimarães e na Vila de Ponte de Lima (Cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séculos XVII-XVIII)*, Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Sep. «Revista da Faculdade de Letras - História», 2ª série, vol. II, (1985), p. 67.

Enformada por esta conjuntura de baixas produções cerealíferas, Vila do Conde sofreu com ela, mais ainda pelas limitações de produção que o seu espaço lhe permitia.

Para se ter uma noção mais real da gravidade da situação que aqui se viveu, refira-se que, em 25 de Maio de 1799, a Câmara decidiu encetar um conjunto de medidas a fim de saber as quantidades reais de cereal - pão - disponíveis, dada a "*notória a falta de pão que há nesta villa andando o Povo a mendigar pellas portas e gritando que lhe vendão hum alqueire de milho para se alimentar e seos filhos*"[149].

Nestas situações de dramática escassez cerealífera, Vila do Conde tentou resolver o problema, actuando genericamente a três níveis: tomando várias medidas nível interno, algumas das quais mais não foram do que a aplicação de normativos superiores que saíram para a Província; enviando pedidos de auxílio à Câmara de Barcelos (não obstante as dificuldades por que esta também passava na altura); finalmente, pedindo a intervenção de Sua Majestade.

Assim, e no âmbito do primeiro nível de actuação[150], durante praticamente todo este período foi posta em prática a terça do pão (aliás, procedimento adoptado na generalidade dos concelhos - ao que parece com bastante êxito - para combater as graves crises agrícolas no último quartel de Setecentos[151]), ou seja a retenção de uma certa parte do pão dos dízimos que depois era posto à disposição, por venda, dos povos das localidades em que era colhido ou da vila ou freguesias vizinhas[152].

Na vereação de 8 de Julho de 1797 determinaram os oficiais "*que se passe ordem na forma do estillo para o rendeiro de Touguinha para trazer a terça do pão*

---

[147] Cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores. A actuação dos Corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*. Braga : Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 1997, pp. 67-68; Idem - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 37-38.

Podemos, a partir de documentação lida, constatar, por exemplo a falta de cereais em Lisboa neste final de século. Em 31 de Maio há uma ordem do Marquês Mordomo Mor em que se diz que este mandou dois homens comprar milho a este "*destricto* [...] *para accorrer á grande falta que ha daquelle genero nesta Cidade* [Lisboa]" in A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 54.

É consabida a falta de cereais em Lisboa nos finais do séc. XVIII. (vd., por exemplo, OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a norte do Douro... (op. cit.)*, pp. 31-39).

Há outras regiões do País onde esta crise se constata pelos estudos já efectuados dos preços dos cereais. Referi-las-emos adiante, quando falarmos desses preços.

[148] Cf. SILBERT, Albert - *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa : Livros Horizonte, 1972 (Sep. de "Revista de Economia", vol. VI, fasc. II (Jun.1953)), pp. 12, 23-27.

[149] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 466v..

[150] A referência a estes três níveis mais não é do que uma questão de opção metodológica de exposição a fim se uma melhor sistematização das ideias.

[151] Cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 68.

[152] Vd. Idem - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 200.

respeitante ao termo desta villa e a vender na Praça della ao povo da mesma"[153]. O cobrador da renda de Touguinha compareceu na Câmara no dia 8 do mês seguinte, Sábado, e os oficiais "*lhe arbitrarão para terça da mesma renda com respeito ao destricto desta villa quatro carros e meyo de pão e lhe determinarão que na segunda feira dez do corrente principiace a trazer a praça desta villa o pão da dita terça para ahi o vender para fornicimento do Povo da mesma villa*"[154].

Na fase talvez mais aguda do problema, os oficiais, em sessão camarária de 20 de Maio de 1799, reforçaram a medida e determinaram que se "*terçace todo o pão dos labradores e rendeiros desta villa e termo para efeito de se por a venda vista a nececidade de que prezentemente há do dito genero pellas continuadas extraçoens que delle tem havido e isto com a pena de se proceder contra as mesmas pessoas que não aprezentarem as ditas terças conforme a lei para se vender*"[155].

Logo na sessão da Quarta-feira seguinte, 22 de Maio, a Câmara, ao contrário do que parece que era habitual noutras câmaras (que era não taxar os preços destes cereais terçados[156]), determinou que o milho da terça de Touguinha, então cinco carros, se vendesse pelo preço que corresse na cabeça de comarca, ou seja de 600 réis. Deveria regular-se o rendeiro por este valor, ficando com a obrigação de, quando quisesse vender por outro, informasse disso a Câmara por certidão autêntica[157].

Mais se decidiu que, dado que o milho da terça era pouco para o sustento do povo até ao novo pão, fosse o rendeiro notificado "*para que não exportace o pão que tivece alem da terça* [...] *para fora do termo* [...] *e que igualmente em vista das ditas razoens os labradores desta villa e termo cojo pão lhe sobrace do gasto de suas cazas não poderiam também exportar para fora do termo devendo dar consumo nele*"[158]. As penas eram duras para os prevaricadores: as exportações apreendidas e pagos ao denunciante 4800 réis (sendo carro) ou 1600 réis (sendo carga), podendo a apreensão ser feita por qualquer pessoa, mesmo que não oficial de justiça[159].

Em 28 de Agosto desse ano determinou-se, numa tentativa de abrir ao povo maiores possibilidades de acesso ao pão, que "*se lançacem pregoens para que os padeiros todos desta villa de toda a qualidade de pão não o possão vender a pessoas*

---

[153] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 410v..
[154] *Ibidem*, fl. 412.
[155] *Ibidem*, fl. 465.
[156] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 200.
[157] Vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 465v.-466.
[158] *Ibidem.*
[159] Cf. *Ibidem.*

particulares nem a vendeiros ou tendeiros em suas casas somente na Praça desta villa que estará sempre provida dos ditos géneros tanto pella manhaã como de tarde em todos os dias"[160]. A pena era cadeia e 6 mil réis.

Parece, no entanto, que estas decisões não terão tido o efeito desejado, talvez por nem todos as terem cumprido. Por isso, na sessão de 29 de Abril de 1800, requereu o procurador que, "*atendendo a nececidade que chegava e se queyxava o Povo desta villa por falta de pão seria justo que se dece parte aos rendeiros della para que aprezentacem as suas terças tendo a porta aberta para as vender ao Povo*" e "*que aos labradores do termo dessa villa lhe focem a suas cazas ver o pão que tinhão e igualmente terçalo para suprir a nececidade pública*"[161].

Aliás, esta preocupação aqui revelada por parte da Câmara de querer saber o cereal que realmente havia na vila (dado que se sabia da quase certa existência de pão açambarcado para depois ser vendido por preços especulativos), traduziu-se noutra das medidas adoptadas para tentar resolver o problema. Por isso, na sessão de 25 de Maio de 1799, determinou "*fazer exame este Senado para averiguarem o pão que havia nas tulhas desta villa e saberem qual hera a razão porque não vendião achandoce o mesmo em preço excecivo para de tudo darem conta a sua Majestade a fim desta dar as suas providências a favor e em benificio dos seus vassalos*"[162].

Apesar de todos estes esforços internos, Vila do Conde teve necessidade de, como sempre[163], recorrer ao auxílio do fornecimento de outras localidades[164]. Apesar de certamente cá chegarem, neste período, cereais vindos por mar de outras partes do território nacional ou até do estrangeiro[165], não encontrámos elementos nas fontes investigadas que o sustentem.

---

[160] *Ibidem*, fl. 476v..
[161] *Ibidem*, fl. 491.
[162] *Ibidem*, fl. 467.
[163] Como sempre, porque Vila do Conde nunca foi nestes géneros, auto-suficiente. É obvio que, nesta fase, recorreu com maior intensidade.
[164] O mesmo procedimento adoptaram, nesta região, por exemplo Braga, Guimarães e Ponte de Lima (Cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a norte do Douro... (op. cit.)*, p. 67).
[165] J. Laranja evidencia-o claramente para o século XVI, referindo como pólos estrangeiros a França, Inglaterra, Itália e países nórdicos (vd. LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 11, (Junho 1993), pp. 7-10) e vários locais nacionais, como por ex. Lisboa (vd. LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 13, (Junho de 1994), pp. 10-11); António Amorim também o refere e comprova para o século XVII, indicando que cá chegavam cereais, "*ora vindos por mar e provenientes de outras partes do território nacional ou do estrangeiro, ora vindos por terra para serem embarcados.* [...] *a sua proveniência era, algumas vezes, de países estrangeiros, sendo o mais representado a França*". (AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, pp. 59-60). Aliás, parte do cereal consumido no nosso País nesta altura vinha do estrangeiro e havia toda uma rede secular de comércio marítimo de

São claras as provas do recurso ao imenso concelho vizinho de Barcelos, o que não admira pois, além da proximidade do seu termo, este pode dizer-se, "*era o verdadeiro celeiro de Entre-Douro-e-Minho.* [...] *O concelho de Barcelos tinha, em anos normais, uma produção excedentária de pão, concorrendo, ainda, nos anos de crise, para o auxílio às regiões carenciadas*"[166].

Já durante o ano de 1789 terão chegado a Vila do Conde, vindos de Barcelos, 1701 alqueires de pão guiado (isto é autorizado por guias)[167].

Em 24 de Maio de 1799, a Câmara decidiu oficiar a de Barcelos, a fim de conseguir licença "*para se poder conduzir algum milho para esta villa, em razão da grave nececidade que prezentemente havia do mesmo género para sustento dos povos desta mesma villa*"[168], ao que esta respondeu[169] não ser possível a cedência de imediato, pois estavam ainda a fazer os cálculos do que era necessário para aquele concelho e a investigar o pão que sobrava aos rendeiros particulares, após os gastos de suas casas[170], concluindo: "*queirão vossas senhorias fazer o mesmo exame; e dizernos quando não ache ou achar quanto poderá faltar para darmos providência de dezembaraçar para essa villa com preferencia do que tivermos de sobra*"[171].

Deveria ser tamanha a necessidade que a Câmara de Vila de Conde, em 27 de Maio, dois dias volvidos da resposta da de Barcelos, enviou nova carta a esta, certamente[172] reforçando o pedido anterior e pedindo, presumivelmente, cem carros de milho[173]. Em resposta, viu serem-lhe cedidos 263,5 rasas do pão[174] que aquela edilidade tinha disponível na freguesia de Santiago de Amorim.

---

produtos agrícolas (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal ... (op. cit.)*, vol. 1, pp. 518-523).

[166] CAPELA, José Viriato; NUNES, João A. - *O concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República : fontes para o seu estudo,* "Barcellos - Revista", Barcelos : Câmara Municipal de Barcelos, Vol. I, n.º 2 (1983), p. 223.

[167] CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 199.

[168] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, fl. 466v..

[169] Em carta datada da Câmara de Barcelos de 25 de Maio.

[170] cf. A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 33.

[171] A.M.V.C. - *Ibidem.*

[172] O caracter hipotético da afirmação deve-se ao facto de na acta dessa sessão camarária de 27-05-1799 se referir apenas que "*se deu resposta à carta da Câmara de Barcellos em resposta da remetida a esta Câmara que se mandou registar*" (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 467v.), não tendo nós encontrado esse registo.

[173] A presunção resulta, por um lado do que é dito na nota anterior e, por outro pelo conteúdo de nova missiva da Câmara de Vila do Conde, de 4 de Junho, de que adiante se dará conta.

[174] Ou seja, 50% do total "*pertencente a freguezia de Santiago de Amorim do pão que nella se acha embargado por ordem desta Camara e a mesma destina a metade de todo elle para Villa do Conde* [...] *ficando a outra metade em ser the segunda ordem*". (A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 33v.)

Aos quatro dias do mês seguinte, novo ofício a Barcelos pedindo para esta "*Câmara continuar na permissão do milho*"[175] e informando "*que por novo calculo mais exacto se viera no conhecimento de que esta villa necessitava the as novas colheitas de trecentos secenta e quatro carros incluzo o conssumo das padeiras e que o numaro de cem carros que esta camara tinha pedido aquella não era bastante para sustento dos povos desta mesma*"[176].

Continuaram os pedidos à câmara de Barcelos e as respostas possíveis (ou também convenientes, em tempos de crise para todos) desta. Relevem-se, de forma sintética, os ofícios de 14-06-1799, com novo pedido de cereal "*em razão de se ter acabado o que tinha mandado*"[177], havendo (pelo menos registada) uma resposta concrecta daquela câmara apenas em 8 de Julho, facultando a esta vila "*doze carros de pão que se achão embargados no seleiro dos Crúzios de São Simão da Junqueira daquelle termo*"[178]. Em 3 de Agosto, Barcelos oficiou a Vila, disponibilizando "*dez carros de pão da renda de Joanne, por não haver pão em freguezia mais próxima a essa villa, e a sendo o preço de seis centos reis, deverá pagar o carreto aos carreteiros que o conduzirem*"[179].

E os contactos mútuos continuaram[180], sempre no mesmo tom e centrados num mesmo problema: um apelo desesperado da câmara de Vila do Conde para que Barcelos a ajudasse a resolver a carência de cereais - na realidade, de pão - que, se lá se fazia sentir, aqui era gritante e dramática. A tal ponto que o Senado recorreu ao Provedor da cidade do Porto, ao tempo o Doutor Francisco de Almada Mendonça, em carta de 27 de Julho de 1799, alertando-o "*sobre estar quazi exaurido o pão que havia para o sustento dos moradores*"[181], tendo-lhe respondido aquele, quatro dias depois, dizendo que o Senado deveria oficiar novamente Barcelos, mandando-lhe este "*oficio incluzo*", para que eles, em cumprimento das Reais Ordens, "*continuem a prover com as porçoens em que lhes for possivel*"[182].

---

[175] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 468.
[176] *Ibidem*.
[177] *Ibidem*, fl. 469.
[178] *Ibidem*, fl. 472v..
[179] A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 39.
[180] Por exemplo, na sessão de 12-07-1799, responde-se ao ofício de Barcelos da sessão anterior (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 472v.-473); na de 07-08-1799, há novo ofício de Barcelos que se manda registar (*Ibidem*, fl. 475-475v.).
[181] A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 38v..
[182] *Ibidem*.

O problema era tão grave que, a um terceiro nível de actuação, Vila do Conde o fez chegar ao conhecimento de Sua Majestade.

Para além da situação já citada, e referente à sessão de 25 de Maio de 1799[183], logo no primeiro dia do mês seguinte "*deu esta camara conta a Sua Majestade sobre a falta do pão para a dita Real Senhora dar as suas Reaes providencias*"[184].

A 25 do mesmo mês, a Rainha respondeu "*dignandoce a mesma Senhora por em venda por preço comodo os trigos que se achavão depozitados nos Armazens de Vianna destinados para o provimento de voca de suas tropas para sublevar a necessidade que havia dos géneros da primeira necessidade emcarregando a esta Camara que mandace buscar a villa de Vianna por ordem do Admenistrador do Asento todo o trigo de que se precizace para sustento do Publico*"[185]. De imediato, a Câmara decidiu que se convocasse o Povo, através da afixação de editais públicos, para que este decidisse se aceitava ou não a Real oferta, o que deveria fazer na Câmara de 28 de Junho, a fim de se tomarem as devidas providências[186]. Houve realmente sessão neste dia, mas não há na respectiva acta qualquer alusão ao assunto[187], pelo que não podemos dizer que proveito tirou este povo dessa atenção Real.

A falta de cereal era, como é claro, acentuada e sentida em todo o Entre-Douro-e-Minho e, ao que tudo indica, não só. Por isso, como atrás já se adiantou, além das medidas e procedimentos concretos desta terra do Ave para acudir à míngua do pão, houve para toda a Província um conjunto de normativos que, limitando genericamente a saída de grãos, tinham como objectivo ajudar a minimizar as necessidades alimentares básicas destes povos.

Estamos a reportar-nos, por exemplo, à ordem emanada do juízo da correição da comarca de Barcelos, em 25 de Abril de 1798, para "*se não passarem guias, nem se deyxe sair qualidade de graons alguns para fora da Província*"[188]; ou ainda, ao ofício da mesma proveniência, datado de 23 de Junho de 1800, com a cópia de uma ordem do General desta Província, para "*se não passarem guias para serem levadas porçoens algumas de milho para fora desta mesma Província*". Esclarecia-se no documento que, por causa da falta de trigo, os soldados teriam de alimentar-se de milho o resto do ano.

---

[183] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 467.
[184] *Ibidem*, fl. 468.
[185] *Ibidem*, fl. 470v..
[186] Cf. *Ibidem.*
[187] Cf. *Ibidem*, fl. 471-471v..

Este, contudo, devido às exportações, tinha subido de preço, sendo, por isso, concluía-se, "*nesseçario que se suspendão as mesmas exportaçoens*"[189]. Finalmente[190], reportámo-nos à ordem passada em Barcelos, em 21 de Outubro de 1800, emanada do Ex.mo Governador das Justiças e expedida pelo juízo da correição de Barcelos, em que "*se recomenda a vigilância sobre o embarque e shaidas de grão pellos Portos desta mesma comarca*"[191].

Claro que, pelo facto desta vigilância escapar um pouco às funções dos oficiais da câmara, como pelos meios limitados que os régios teriam para controlar com rigor essas saídas em toda a Província para além, ainda, da persistência dos contratadores e atravessadores destes géneros em tentarem os maiores lucros nos melhores mercados, os resultados destas medidas terão sido, certamente, de reduzida dimensão.[192]

Toda esta escassez de cereal, além das consequências que teve nos preços e comportamentos a estes associados (de que adiante especificamente falaremos), foi propiciadora de procedimentos "contra lei", principalmente na venda do pão e que são explícitos nas fontes estudadas.

Assim, em 3 de Setembro de 1791, Francisco Gonçalves Leitão foi condenado pelos oficiais em 10 000 réis pagos de cadeia, por vender trigo do mau[193].

Em 7 de Março de 1792, a Câmara notificou as padeiras "*para darem o pam com o pezo estabelesidos em seos regimentos porporsionados aos presos porque o comprão e core nesta villa com a pena de serem castigados com pena da lei*"[194].

Em 8 de Fevereiro de 1794, os almotacés em correição por todas as tabernas e lojas sujeitas aos encargos do concelho e almotaçaria, acharam tudo conforme o regimento, "*menos seis pains de segunda milho alvo e centeyo que não chegavão ao pezo, por cujo motivo o mandarão elles ditos almotacés distribuir pellos prezos* [...] *da cadea desta mesma* [vila]"[195].

Exactamente a mesma situação aconteceu na correição efectuada no mesmo dia do mês seguinte[196], tendo sido, além disso, encontrada em casa de Gertrudes Angélica

---

[188] A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 26v..
[189] *Ibidem*, fl. 55v.-56v..
[190] Poderia referir-se ainda a ordem emanada do Governo de Armas desta Província, de 29-09-1800 (*Ibidem*, fl. 57v.).
[191] *Ibidem*, fl. 60v.-61.
[192] CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 68.
[193] vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 4-4v..
[194] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 135v..
[195] A.M.V.C. – Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 9v.-10.
[196] vd. *Ibidem*, fl. 10.

Viana, padeira e tendeira, uma situação mais grave e curiosa: "*nove pains de broa cheyos de ágoa para chegarem ao pezo, mal feitos, piquenos, e cheyos de carboins* [carvões] *e sinza; tudo para levar o povo*"[197]. Ainda no mesmo sentido, Rosa Rodrigues, padeira de pão de segunda (milho alvo e centeio) foi condenada em 6 000 réis[198] por, depois de advertida várias vezes, "*falsificar o dito pão, diminuindo o seu respectivo pezo*"[199].

Relativamente aos preços do pão, a sua análise impõem para o período que estudámos que tenhamos em conta pelos menos dois vectores de abordagem: em primeiro lugar, a pressão que a escassez provoca nos preços e o consequente fenómeno especulativo[200]; depois, e em resultado do anterior, a necessária consciência de que os preços tabelados oficialmente (e que adiante apresentaremos), nem sempre (ou quase nunca) seriam os preços praticados na realidade da vila.

As câmaras sempre tiveram perfeita noção que o cereal que saía à praça não era todo o que havia disponível para ser vendido. Daí as inspecções às tulhas dos lavradores e rendeiros, atrás referidas, e a necessidade de se fazer um cálculo do cereal necessário para o consumo do povo e do que realmente existe. Do mesmo modo, também foi sempre claro e percebido que esta actuação visava a subida dos preços e o consequente aumento dos lucros, por parte dos possuidores deste produto.

Por isso (e revelador do que ficou dito), se determinou numa das sessões de vereação que, como constou, "*os rendeiros não punhão patente a venda do pão fazendo repreza para mayores lucros em dano do povo e bem comum ao mesmo tempo que os tem abundantes*[...] *que focem noteficados a que vendecem livremente como athe gora fazião com da condenação que parecer e prizão*"[201], enquanto noutra se registou que as pessoas não conseguiam comprar pão "*nem ainda por dinheiro chegando a*

---

[197] *Ibidem*, fl. 10-10v..

[198] Embora na coluna da direita da folha diga "*somente 1000*" (cf. *Ibidem*, fl. 26v.).

[199] *Ibidem*, fl. 26v.-27. Estas situações de tentativa de "fraude" não são exclusivas de Vila do Conde. Geralda Santos, por exemplo, também se dá conta delas em Penafiel nos finais de Setecentos e inícios da centúria seguinte. - vd. SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos - *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*. Penafiel : Museu Municipal de Penafiel, 2000, p. 300.

[200] É, por isso, generalizada a subida dos preços dos cereais nas várias regiões do País, os quais reflectem a crise de produções cerealíferas desta altura: em Lisboa, Porto, Bragança, Évora, Setúbal e Ponta Delgada (vd. GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal : 1750 - 1850*, Paris : Librairie Armand Colin, 1955, p. 75-133, 152-153, 166-169 e 185); na região de Entre-Douro-e-Minho (vd. OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a história dos preços da região bracarense (1680-1830)*, Braga, 1973 (Sep. "Revista BRACARA AUGUSTA", vol. XXV-XXVI, fasc. 59-62 (71-74), 1971 e 1972), pp. 18-19 e quadros e gráficos finais).

inomanidade dos particulares a tal exceço que se tem fechado com elle não o querendo vender esperançados em preços mais exurvitantes que os de seis centos e quarenta e seis centos reis os quaes se tem vendido o da terça de alguma pessoa particular mais humana"[202].

As qualidades de pão[203] que nos aprecem mencionadas neste período são o de trigo, o de segunda (ou de mistura) - feito da mistura de milho alvo e centeio - e o de milhão (milho graúdo), sem, com maior ou menor quantidade de mistura[204].

Quanto aos preços, os tipos de pão que encontrámos são o pão de 2 vinténs e o de vintém, ao qual há referência explícita, na sessão de 3 de Julho de 1792.

Convém, no entanto, esclarecer que o que era verdadeiramente taxado não era em si mesmo o preço do pão (produto final), mas o seu peso em função do valor por que corresse, na altura, convencionada unidade de peso, normalmente o alqueire[205]. No que dizia respeita aos preços, propriamente ditos, o que a câmara por vezes taxava (o que, como já atrás vimos, nem sempre acontecia) era o preço por que devia ser vendido o cereal[206]. Aliás, um aviso vindo da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (cuja cópia foi incerta numa carta do Corregedor da comarca recebida na câmara na sessão de 15 de Junho de 1799) encarrega o "*Doutor Dezembargador Corregidor e Provedor da Comarca do Porto* [...] *da admenistração do pão desta Provincia authorizando o para taxar e regular os preços do pão*"[207].

---

[201] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 76. Sessão de 1789-07-04.
[202] *Ibidem*, fl. 467-467v.. Sessão de 1799-05-25.
[203] Muito idênticos aos referidos sensivelmente para o mesmo período para Rates (vd. AMORIM, Manuel - *A Vila de Rates ... (op. cit.)*, Vol. XIII n.º 2, pp. 317-318) e para Penafiel (vd. SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos - *op. cit.*, pp. 288 e 296).
[204] Há ainda referência ao "pão coado", mas é a única encontrada não se voltando a falar dele (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 283).
[205] António Amorim cita um documento de 21 de Abril de 1674, essencial a este respeito (vd. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 68-69). Para a Vila de Rates, Manuel Amorim transcreve um "*Regimento do pão branco*", de 24 de Janeiro de 1792, documento também importantíssimo para o estudo deste assunto (vd. AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2, pp. 316-318). O *Regimento do Pão* era um instrumento usado em inúmeras localidades, o que tornava os procedimentos relativos aos preços do pão muito uniforme. Para a zona de Penafiel, no mesmo período, pode ver-se isso no *Regimento do Pão* para 1800, transcrito em SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos - *op. cit.*, pp. 418-431.
[206] Isso acontece nas sessões de 1794-06-07 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 184-184v.), 1795-03-11 (cf. *Ibidem*, fl. 252v.-253v.), 1797-06-10 (cf. *Ibidem*, fl. 408-409), 1797-09-02 (cf. *Ibidem*, fl. 414v.-415), 1798-01-10 (cf. *Ibidem*, fl. 421v.), 1798-10-06 (cf. *Ibidem*, fl. 443-443v.) e 1799-05-22 (cf. *Ibidem*, fl. 465-466). Há ainda a taxação do cereal terçado na sessão de 22 de Maio de 1799.
[207] *Ibidem*, fl. 473.

3.2. A pesca

A pesca em Portugal, concretamente no período em estudo, encontrava-se em situação de evidente crise[208].

Em Vila do Conde, esta actividade foi, como já se deixou entender em parte anterior deste trabalho, importante na estrutura socio-económica de Vila do Conde, desde as suas origens até ao período em análise[209]. É nosso entender, no entanto, pelas fontes estudadas[210] (e que adiante detalhadamente analisaremos), que essa importância, além de se ter vindo a perder ao longo dos séculos[211], deve ser essencialmente percebida muito mais no sentido de uma actividade que foi sendo, no decorrer dos tempos, garantia de subsistência da comunidade do burgo relativamente a uma espécie de produto - o pescado -, já que era deficitária em praticamente todos os outros, do que propriamente como elemento mobilizador de evolução económica, progresso da vila, ou até mesmo de ocupação profissional dos vilacondenses.

Em 1789, segundo Lacerda Lobo, haveria em Vila do Conde um total de 354 pescadores[212], distribuídos pelos diferentes tipos de pesca (fluvial, marítima costeira e à

---

[208] Cf. OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas ... (op. cit.)*, pp. 20-22.

A situação era de tal maneira evidente que nas *Memórias Económicas* se diz que "*Todos sabem o prezente estado da Pescaria*" (VANDELLI, Domingos - *Memoria Sobre a Agricultura deste Reino, e das suas Conquistas*, in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa". Lisboa : Academia Real das Ciências, 1789, tomo I, p. 167) e existe mesmo uma *Memória "Sobre a decadência das Pescarias de Portugal"* (*As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789*, "Boletim Cultural da Póvoa de Varzim". Póvoa de Varzim : Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. I, n.° 2 (1958), pp. 241-243).

A própria Rainha publica legislação com o objectivo de socorrer a essa decadência (é relevante e exemplo disso, o Alvará com força de lei de 18 de Junho de 1787, de que falaremos adiante).

[209] A sua importância continua, mas limitámos a apreciação ao período de incidência do estudo.

[210] Quer as fontes impressas, como as *Memórias paroquiais de 1758* e as *Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, pelo que explicitamente referem, quer as manuscritas, no relativamente pouco que ao assunto se referem.

[211] Se José Marques nos diz que, em 1466, "*Vila do Conde vivia essencialmente da pesca*" (MARQUES, José - *op. cit.*, p. 47) e Manuel Laranja refere que "*a agricultura e a pesca são a base da economia da população de Vila do Conde na era de quinhentos*" (LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.° 13 (Jun. 1994), p. 13), passada a época áurea das Descobertas, todo este quadro se começa irreversivelmente a alterar, sendo significativos os dados fornecidos por Amélia Polónia e, segundo os quais, numa análise comparativa da distribuição percentual dos anos 1568 e 1643, quer por sectores económicos, quer por sectores de actividade, verifica-se claramente uma progressiva perda de peso da pesca na esfera económica da vila (vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 257-273).

[212] A Póvoa teria 1340, isto é uma actividade piscatória com um peso social muito maior (vd. LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 400).

distância)[213] e pescar-se-iam anualmente cerca de 60 000 arrobas de pescado, das quais até um terço era para secar e salgar[214].

A actividade piscatória em Vila do Conde desenvolvia-se em dois espaços diferentes: no Atlântico e no Ave.

3.2.1. A pesca no mar

No período que estudamos, a pesca marítima era efectuada, na maior parte das vezes, nos mares "*que estão em direitura dos Lugares aonde vivem, e em piquena distancia da terra*"; [...] *com tudo os da Povoa e Villa do Conde vão muitas vezes ao mar, que fica ao Sul da barra do Porto em direitura de Espinho, Ovar e Aveiro; donde trazem muitas Pescadas, Arraias e Cações. Igualmente vão aquelles, e os de Fam, ao Nordeste da dita Costa ao mar que está na altura de Vianna, e Caminha; e de lá tirão grande quantidade de pescadas nos mezes de Fevereiro, Março, Abril e Maio.*"[215]. Ou seja, estamos perante uma actividade piscatória que já funciona algo em função das espécies a pescar e que, para tal, e por isso, revela já alguma capacidade e desenvolvimento, em comparação com localidades piscatórias vizinhas[216].

Os barcos utilizados nesta faina eram dezasseis lanchas e trinta e dois bateis[217]. Os primeiros eram os maiores, não ultrapassariam os cinquenta e dois palmos de comprido por quinze de largura e levariam normalmente catorze pescadores e 4 redes, enquanto os segundos se ficariam pelo transporte de quatro a seis homens[218]. Ou seja, uma pesca feita com embarcações sempre relativamente pequenas, o que se adequava,

---

[213] LOBO, Lacerda - *Memória sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 338.
[214] Idem - *ibidem*, p. 399. Este valor dá-nos um pouco a noção da dimensão desta actividade cá, se o compararmos com as cerca de 180 000 arrobas/ano que se pescavam na Póvoa de Varzim (Cf. Idem - *ibidem*, p. 402).
[215] Idem - *ibidem*, pp. 377 e 379.
[216] É demonstrativo disto esta preciosa informação de Lacerda Lobo: "*Os Pescadores de Villa do Conde, e Povoa são os que mais principalmente procurão os referidos peixes* [grandes arraias, rodovalho e solha] *nestes sítios* [mar que fica ao sul da barra do Porto quatro léguas distante da praia] *; porque os de Fam e Espozende fazem a pescaria da Arraia, e Rodovalho huma legoa distante da terra.*" (Idem - *ibidem*, p. 387).
[217] São referidas, ainda, genericamente para a zona de Entre Douro e Minho as catraias (vd. descrição de cada um, in Idem - *ibidem*, p. 384).
[218] Idem - *ibidem*, p. 399.

aliás, ao estado de assoreamento em que a barra e o porto desta vila se encontravam nesta altura[219].

Estas embarcações, na sua actividade piscatória[220], estavam, normalmente[221], isentas do imposto de ancoragem e pranchagem.

Além dos barcos, era utilizada nesta actividade uma gama de redes diversas, consoante o peixe a pescar, bem como outros instrumentos compostos por anzóis, sobretudo úteis e necessários para a pesca em determinados locais mais "pedregosos"[222].

A variedade de peixe pescado no mar nestes tempos era enorme[223], sendo, no entanto, a pescada e a sardinha os que saíam em maior quantidade, seguidas pelo ruivo, congro, faneca, cação e arraia[224]. Registe-se, ainda, a existência da baleia nestas águas, embora não fosse espécie cá capturada[225].

3.2.2. A pesca no rio

No cômputo global da actividade piscatória realizada em Vila do Conde neste período, a praticada no rio Ave assumia considerável importância.

Como nos informam as *Memórias Paroquiais* de 1758, este rio "*cria barbos, trutas, mugens, bogas, chaios, eiroses, taínhas, solhas, e nele se metem lampreias e sáveis, como também tem aparecido lontras, sendo a maior abundância de barbos saborosos, por ser contínua em todos o ano*", sendo que, dizem no ponto seguinte, "*as*

---

[219] Cf. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 64.

[220] Porque se fossem usadas para o negócio, já pagavam 100 réis de imposto (Cf. A.M.V.C. - Autos de arrendamento da Ancoragem e Pranchagem, lv. 2155, fl. 2).

[221] Pois refere-se que não pagam "*as lanchas que vão diariamente à pescaria e vêm pernoitar em terra*" (Cf.*Ibidem*), o que pode indiciar que os que ficam no mar pagarão.

[222] Havia redes diferentes para a pesca dos ruivos, gorazes, peixes gallos; para a sardinha; para as maragotas; para as tainhas e para a pescada. Havia ainda os Anzóis e o Espinhel. Os tipos de redes usados na Província em geral e em Vila do Conde, em particular, os seus nomes, características e cuidados tidos com todos estes instrumentos - vd. LOBO, Lacerda - *Memória sobre algumas observações... (op. cit.)*, pp. 379-384 e 398.

[223] Nas "Memorias Económicas" Lacerda Lobo refere os seguintes: arraia, badejo, cação, congro, dourada, faneca, goraz, lixa, murea, pargo, peixe agulha, peixe alecrim, peixe anjo, peixe espada, peixe galo, peixe porco, peixe prego, pescada, rodovalho, rodovalho pregado, ruivo, sarda, sardinha, solha, solho rei, tainha. (vd. Idem - *ibidem*, p. 250).

A estes, para o século XVI, Manuel Laranja junta-lhes ainda o pegado, o pargo, o salmonete, o linguado, o cherne, a corvina, o atum, o carapau, além de referir a pesca da lagosta, lavagante, camarão, mexilhão, ameijoa, lula e polvo. (Cf. LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 11 (Jun. 1993), p. 14).

[224] Cf. LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 385.

Principais zonas marítimas onde se pescavam estas espécies e alturas do ano em que tal era feito, vd. Idem - *ibidem*, pp. 385-389.

pescarias dos sáveis e lampreias são no tempo de Fevereiro, Março e Abril, e dos mais quase todo ano." [226]Lacerda Lobo, além do barbo, sável e lampreia, aponta ainda a tainha e o Mugil como espécies mais pescadas[227].

A importância que a pesca no rio tinha e sempre teve nesta terra, constata-se pelo papel de relevo que esta actividade assumiu em disputas ocorridas entre o Mosteiro, da Câmara de Vila do Conde e a do Porto, que, como é claro, visavam algo muito mais global e nuclear[228] para as partes em contenda - o rio e os direitos jurisdicionais sobre ele.

A título meramente informativo, refira-se brevemente, que uma das primeiras contendas que envolveu o Mosteiro e a Câmara teve concretamente a ver com os direitos sobre a posse do poço dos sáveis no rio, demanda que durou cinco anos e que terminou com sentença favorável ao concelho em 1597[229]. Por isso, no século XVIII, "*o direito de pescar é livre em todo o tempo do ano no distrito desta vila até ao fim do rio, somente tem a Câmara por sentenças de tribunais superiores um poço no qual em primeiro lanço tem a mesma Câmara e Juiz de Fora um sável, ficando dos demais para o pescador e dízimo...*"[230].

O outro, melhor, o grande diferendo envolveu todas as entidades acima referidas, prolongou-se por vários séculos[231] e prendeu-se com a jurisdição sobre o rio Ave. Também nesta contenda, o papel da pesca no rio vai jogar um papel relevante, já que precipitou uma das suas fases cruciais, através da decisão que os pescadores da vila tomaram de se passarem para Azurara para fugirem ao *Nabo*[232], imposto que pagavam ao Mosteiro, na sequência do foral de D. Manuel[233].

---

[225] Lacerda Lobo diz que "*Os Pescadores de Villa do Conde attestarão, que quasi sempre encontravão a Balêa, e algumas vezes com bastante incommodo seu*". (Idem - *ibidem*, p. 389).

[226] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 54.

[227] LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 399.

[228] É obvio que a disputa da jurisdição do rio, como esclarece Amélia Polónia, "*envolve, não só os estritos direitos de jurisdição, como os de utilização exclusiva dos recursos fluviais ou a aplicação de direitos de natureza financeira, como seja a cobrança de portagens, sisas e outros direitos aplicáveis a tudo o que entrasse pela barra do Ave*". (vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 80).

[229] Vd. LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 12 (Dez. 1993), pp. 12 e 13 e AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 104-109, com exposição pormenorizada sobre o assunto.

[230] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 55.

[231] A questão já surge colocada nas Inquirições de 1258 e vai ter o seu final em 1813.

[232] "*Direito que pagam os pescadores nos outros portos, e que é de cada navio, lancha ou outra qualquer embarcação, um peixe*" (VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...*, ed. crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Lisboa : Livr. Civilização, s.d., p. 98).

[233] Sobre este assunto, vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, pp. 80-82, AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 109-113 e FERREIRA, Mons. J. Augusto - *op. cit.*, pp. 65-67.

No rio pescava-se com anzóis, pequenos barcos e lanchas de pesca, ao longo de todo o seu percurso que fazia na vila, já que era navegável na sua totalidade, sendo apenas perturbada essa navegabilidade pelo açude das religiosas de Santa Clara.[234]

A organização, regulamentação, controle, vigilância e fiscalização de todo o processo da venda do peixe, quer interna quer externamente, era competência dos oficiais camarários e foi uma das grandes ocupações e preocupações do Senado, ao longo deste período (1785-1800).

O peixe pescado era, como veremos adiante, antes de mais, para garantir o consumo interno da vila e a sua venda era assegurada pelas "regateiras". Do restante, o peixe seco e salgado[235] (que, como vimos, não podia ultrapassar 1/3 do total pescado) era vendido pelos almocreves para outras regiões, principalmente da Província de Trás-os-Montes[236]. Fernando Alberto Pereira de Sousa, num estudo sobre aquela província nos finais do século XVIII, informa que nesse período Vila do Conde exportava para esta Província anualmente 20 000 arrobas de peixe salgado[237]. "*Todo o mais he acarretado em fresco para Guimarães, Braga*[238]*, Porto, e outras povoações da Província do Minho*"[239].

Os pescadores (de todo o tipo de peixe) deveriam, quando viessem do mar com o pescado, "*aportar com elles do sitio do Secorro para sima athe o sítio da Lavandeira*[240] *ou da Pauta desta mesma villa*"[241] para aí ser feita a sua venda, sendo penalizados os que não o fizessem.[242].

---

[234] Cf. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 54.

[235] A pescada e a sardinha eram, neste período, em Vila do Conde os peixes que mais se salgavam. Por seu turno, a pescada era o peixe que se secava em maior quantidade (vd. LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, pp. 390-391 e *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789 ... (op. cit.)*, p. 239).

A forma como era feita a salga, as quantidades de sal usadas, como se fazia a seca do peixe, durante quanto tempo, em que períodos do ano se faziam e nos que não era aconselhável que se fizesse - vd. *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789 ... (op. cit.)*, pp. 239-241 e 252-254.

[236] Embora também se refiram zonas do Minho e da Beira (Vd. LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 389.

[237] Cf. SOUSA, Fernando Alberto Pereira - *Trás-os-Montes, subsídios para a sua história em fins do século XVIII, princípios do século XIX.* Porto, 1973. Dissertação [Policopiada], cit. por OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a história dos preços ... (op. cit.)*, p. 15.

[238] Braga tornou-se nos finais do séc. XVIII um importante no comercial da região, recebendo e distribuindo produtos variados par diversos destinos. Relativamente ao peixe de Vila do Conde, através de Braga ele terá até chegado à Galiza (Cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a norte do Douro... (op. cit.)*, pp. 57-58).

[239] OLIVEIRA, Aurélio de - *Mercados a norte do Douro... (op. cit.)*, p. 400.

[240] Há, devido a esta obrigação, quem sustente até a tese que o nome do lugar está associado a esta actividade de venda e lavagem do peixe (Cf. PEREIRA, A. Sousa - *Brevíssimas notas para o estudo da*

A compra do peixe fresco neste local pelos vendeiros, regateiras e almocreves ou outra qualquer pessoa que o comprasse para revenda estava sujeita aos impostos da coima do concelho[243], do dizimo para Sereníssima Casa de Bragança e para as religiosas de Santa Clara[244] e da sisa[245].

No entanto, D. Maria I, em Alvará com força de lei de 18 de Junho de 1787[246], no sentido de "*levantar da grande decadencia a que tem chegado as pescarias destes Reinos*" e porque, de acordo com o diploma, uma das causas para ela era a excessiva carga de impostos sobre o pescado, isentava todo o peixe para consumo de "*quaesquer direitos, contribuições e gabellas*[247] [...] *em todos os portos destes Reinos e Ilhas adjacentes*"[248], o mesmo se verificando pelo período de dez anos em relação ao peixe para secar e salgar.[249]

É claro que a lei se aplicou de imediato em Vila do Conde, mas, como nela própria já se previa[250], deu azo a tentativas de fraude, que consistiram , no essencial, na

---

toponímia de Vila co Conde. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (Março 1989) n.º 398, p. 4)

[241] A.M.V.C. - Autos das rendas das sisas, lv. 1829, fl. 3v..

[242] Neste mesmo sentido, os oficiais da câmara, em 12 de Março de 1796, por terem notícia que "*vários vareiros e atraveçadores compravão as lampreas antes dellas virem a Lavadeira ao sítio da pedra como se praticou sempre nesta villa por ser este lugar publico aonde as pessoas da villa costumão comprar este genero para seu uzo o que era em preo do publico, determinarão que nenhuma pessoa das que costumão para negociar em semilhante genero ou seja vendeira ou estalajadeira, almocreve, vareiro ou peyxeiro, compre as ditas lampreas antes de darem ao sobredito sítio e em antes darem nove oras de manhã na Matris*" (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 319). Os que vendessem fora desses limites pagariam sisa a dobrar e os donos ou mestres das embarcações seriam castigados na forma considerada justa. (vd. *Ibidem*).

[243] "*Desta coima se não poderão izentar com algum pretexto os almucreves, regatoins ou peixeiros, ou outra qualquer pessoa, de qualquer qualidade desta villa, que levão, ou mandão para fora della nas sobreditas cargas, e estas ainda que tragão carga de fora, sempre pagarão a dita coima por inteiro...*" (A.M.V.C. - Autos de arrendamento das coimas, lv. 2157, 1784, fl. 2-2v.).

[244] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 62-63 e LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 400. Refere por lapso o autor que o tributo era pago "*para as Religiosas Benidictinas da mesma Villa*".

[245] Cf. A.M.V.C. - Autos das rendas das sisas, lv. 1829, condições 4ª, 5ª, 10ª, 11ª e 16ª, fl. 2v. e 3v.-5.

[246] Há quem o date de 21 de Junho (cf. COVA, António Ferreira Vila - *Caxinas ... (op. cit.)*, p. 127), mas esta é a data da sua publicação. A data em que foi criado foi 18 de Junho e, aliás, é referido como dessa data numa ordem posterior vinda do Tribunal da Casa de Bragança (vd. A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 82-82v. e 189).

[247] Diz no dicionário de língua portuguesa que era "*Um antigo imposto sobre o sal*". No Dicionário Etimológico de José Pedro Machado é atribuído o seguinte significado à palavra: "qui se disait d'impôts, sur toute sorte de denrées" (MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.* Lisboa – São Paulo : editorial Confluência-Livros Horizonte, 1967, 2ª ed., vol. II, p. 1104).

[248] A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 133, fl. 79v..

[249] Dez anos, contados desde "*a publicação deste Alvará, e nos quaes a experiencia deverá mostrar s a utilidade publica corresponde a esta providencia, para eu a ampliar, modificar, ou alterar, como necessario for*" (*Ibidem*, fl. 80).

[250] "*sem que nisto intervenha excesso, fraude ou malicia, que se conheça ser tendente a fazer abuzo desta liberdade*" (*Ibidem*, fl. 79v.-80). A própria lei já prevê e define um conjunto de medidas e penalizações para "*obviar a toda a transgressão e fraude*" (vd. *Ibidem*, fl. 80v.-81).

compra de peixe pelas regateiras, alegadamente para secar e salgar, isentando-se assim dos impostos, e indo depois vendê-lo como fresco aos almocreves.[251]

É demonstrativo e sintetiza todo este problema, o segundo requerimento apresentado por Vicente José dos Santos e José de Sá Palme[252] (administrador do dizimo do pescado e rendeiro da sisa, respectivamente) ao Senado em 22 de Novembro de 1788: "*Como a ley procurava favorecer o pescado seco e salgado com a izenção de direitos tambem dava todos os meyos para se acautelarem as fraudes que com aquelle pretexto se podem cometer e porque a ampla licença que tinhão deste Senado as ditas regateiras permitindocelhe comprar peixe para ser veneficiado e juntamente outro para os almocreves que lhe dão consumo em fresco se fazia precizo e requeria por bem da real fazenda a este Senado restringice as ditas licenças concedendoce a huas regateiras tão somente para poderem comprar toda a pescaria para consumo em fresco e a outras para o beneficio da seca e a outras da salga e moura e que de outra sorte senão podiam obviar os descaminhos e a este Senado pertencia dar os meyos para evitalos*"[253]. Este requerimento foi aprovado, e comunicado às regateiras, com previsão de pesadas penas.

Parece, no entanto, que a lei terá sido alvo de várias interpretações, o que permitiu que o cobrador da dizima do pescado – Vicente José dos Santos -, com o acordo do vereador substituto do juiz de fora, cobrasse esse direito sobre as vendas de peixe para salga, o que, segundo os pescadores, contrariava a lei de 1787. Sobre este diferendo foi interpelada a Junta do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança, que, por ordem e determinação de S. Majestade, deu a seguinte resposta ao juiz de fora desta vila:

"*Sou servida mandarvos declarar, que deveis ficar entendendo, que do peixe vendido a terceiros, ainda que o comprem para salgar, não há izenção dos direitos devidos pella venda em fresco : E outro sim responder por ordens da data desta ao Recebedor e Procurador, que tem procedido com acerto na cobrança das dizimas; e que assim o observem, participando taãobem aos contratadores, para que continuem nas execuçoins, digo continuem nas Execuçoins das Dizimas do Pescado vendido em*

---

[251] Vd. Ainda "*huma Carta e Ordem vinda do Tribunal do Serenissimo Estado e Caza de Bragança a favor do peixe salgado*", na qual se tiram dúvidas em relação à forma de actuar em casos de tentativa de fraude em que se tentava dar a entender que, sardinha que era para vender em fresco, seria para salgar. (vd. *Ibidem*, fl. 173-174).

[252] O segundo requerimento, poucos dias após o primeiro, o qual foi apresentado em 7 de Novembro de 1787, e no qual os rendeiros do dizimo e da sisa do pescado requereram que não fosse permitido às regateiras comprarem peixe para salgar ou secar, já que o faziam para fugir aos impostos, vendendo-o depois, fresco, aos almocreves. (Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 37-37v.).

[253] *Ibidem*, lv. 38, fl. 62v.-63.

fresco, ainda que seja para salgar, secar, ou escalar, na forma praticada nas Dizimas do Pescado de Lisboa, e na Tabula de Setuval: o que assim cumprireis".[254]

Esta ordem terá, todavia, levado à prática de abusos e exageros na actuação dos cobradores das dízimas e, por isso, a Rainha, em 26 de Junho de 1794, "*porquanto os Pescadores dessa villa e da Povoa de varzim em suas reprezentaçoins se queixão das violencias praticadas pellos actuaes Contractadores dos Dizimos em concequencia das ordens desta Junta , expedidas em Junho de mil sete centos noventa e tres*" determina que "*que por agora suspendaes todo o efeito das referidas ordens, e que se fique praticando, o que se obervava anteriormente a ellas, despachandoce livre de Direitos o Peixe destinado para salgar, ou secar; ainda pellos compradores; ficando porem da obrigação dos Rendeiros todo o cuydado e vigilancia para se evitarem os descaminhos e fraudes que se possão perpetar*"[255].

Outros dos vectores da pesca que esteve sempre sob a atenção e os cuidados da câmara foi o sustento de peixe às populações, o qual, sendo comprado fresco e para consumo, na sequência da lei supra referida, deveria ser isento de imposições e pelo preço rateado na praça.[256]

Dito de outra forma: do "monte" do peixe descarregado, o povo, por costume antigo, podia, para seu sustento, tirar, de cada dúzia de pescadas, uma[257], de tamanho médio[258] (e mais tarde, com as obrigas até vão ser duas), pelas quais pagaria o preço justo e "rateado", se comprado ao pescador, e o preço por que foi comprado pelas regateiras, se adquirido já a elas[259]. Ou seja, de todo o peixe que comprassem, as regateiras eram obrigadas a reservar dois por dúzia "*para o Povo o poder levar pello*

---

[254] A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 133, fl. 189. É curioso que a fl. 189v. diz-se "*Escripta em Lisboa a vinte e cinco de Junho de mil sete centos, noventa e tres* [...] *E por despacho da Junta do Estado, e Caza de Bragança de 21 de Junho de 1793*"!

[255] *Ibidem*, fl. 210-210v.. Para evitar os descaminhos e as fraudes deveriam ser usadas as providências previstas na lei régia de 1787.

[256] Nos Autos de arrendamento das sisas , prevê-se e regulamenta-se na sua condição 16ª a compra de peixe pelos estalajadeiros, vendeiros e tendeiros desta vila, os quais "*pagarão de todo o peixe que comprarem siza, sendo para revenderem à posta de sorte que só lhe darão somente livre para o seu gasto e de sua caza: às estalagens duas pescadas ou outros peixes semilhantes e às taberneiras e tendeiras huma; isto he para cada dia* [...] *e não havendo pescadas ou não as querendo poderão comprar outros peixes equivalentes*". (A.M.V.C. - Autos de arrendamento das sisas, lv. 1829, fl. 7-7v.).

[257] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 157v.. e 292v..

O termo "monte" era usado ao tempo e surge na documentação. (vd. *Ibidem*, fl. 157v.).

[258] Ou, como é referido na documentação, "*não serão das primeiras nem das ultimas mas das do meyo*" (*Ibidem*, fl. 454) ou, ainda, "*peixes meãons*" (*Ibidem*, fl. 454v.).

[259] Cf. *Ibidem*, fl. 370v.-371.

preço que ellas regateiras o tiverem comprado, e o que sobrar e o dito Povo não quizer, ellas regateiras o poderão conduzir com o mais para o seu negocio"[260].

Contudo, esta foi outra das posturas que os comerciantes de peixe tentaram contornar ou não cumprir, sobretudo através da compra do peixe logo no pescador, evitando assim que ele chegasse ao monte. Por isso, sucederam-se as queixas dos populares[261] e o Senado, para as evitar, em 15 de Novembro de 1794, reforçou e reafirmou a determinação, que aos particulares, para consumo das suas casas e na proporção das necessidades das respectivas famílias, "*fosse livre e premetido* [...] *tirar de qualquer monte de peixe que estiver no caes della para se vender aquelle que for neceçario para o gasto particular de sua caza* [...] *pagando tão somente pello preço por rata lhe tocar conforme aquelle em que for ajustado o dito monte, sem que a isso se lhe possa opor impedimento algum da parte dos Almocreves, e regateiras, compradores ou dos pescadores vendedores, nem ainda dos mesmos rendeiros*" que por esse peixe não hão - de "*pedir siza, navo ou outro qualquer direito do dito peixe assim tirado*"[262]. Em sessão posterior de 7 de Novembro do ano seguinte, ordenaram os oficiais que inviolavelmente se observasse o acórdão anterior[263]. Porém, o facto de o procurador do concelho ter tido necessidade de trazer novamente o assunto à câmara, é sintomático de que a situação real continuou desfasada da regulamentação autárquica[264].

O Senado tentou resolver este problema pela obrigatoriedade das regateiras só poderem comprar o peixe no cais e vendê-lo mediante concessão de licença, a qual seria passada após obriga daquelas em cumprir, quer a lei, quer as resoluções camarárias.[265]

Obrigadas, as regateiras passavam a ser as únicas a poder comprar peixe no cais[266] e foram muitas as que se vieram obrigar e obter licença[267], como bastante foi o rigor da câmara em condenar quem continuava a vender sem autorização[268] ou quem, tendo-a, não cumpria aquilo a que se obrigara[269].

---

[260] *Ibidem*, fl. 455.
[261] Cf. *Ibidem*, fl. 157-158v..
[262] *Ibidem*, fl. 221-223.
[263] Cf. *Ibidem*, fl. 292-293.
[264] Cf. *Ibidem*, fl. 369-373v..
[265] Cf. *Ibidem*, fl. 451v.-452.
[266] Nem mesmo os almocreves e as vareiras terão esta faculdade, mas só elas regateiras. (Cf. *Ibidem*, fl. 455-455v.).
[267] Uma na sessão de 23-02-1799 (vd. *Ibidem*, fl. 454), vinte, na de 27-02-1799 referindo-se, em 14 delas, que se apresentaram com as respectivas companheiras (vd. *Ibidem*, fl. 454-455v.).
[268] Cf. *Ibidem*, sessão de 16-02-1799, fl. 453.
[269] Cf. *Ibidem*, sessão de 16-02-1799, fl. 469v.-470 e de 22-06-1799, fl. 469v.-470.

Do que se expôs, parecem legítimas, à guisa de fecho, algumas conclusões. É evidente, desde logo, a situação de dificuldades em que vivia a pesca neste período, que faz com que nem todo o peixe "*que sahe em toda a Costa do Minho, chega para o seu consumo ordinario e menos para o de Traz os Montes* [...]. *Para esta he mui pouco o pescado, que he acarretado das nossas Costas*"[270].

Daí, e porque a venda para as terras circundantes era muito mais atractiva, porque vantajosa, a constante pressão dos almocreves para, de todas as maneiras, conseguirem mais peixe e a melhores preços para levar para o exterior da vila.

Ressalta, ainda, perante tal pressão, a omnipresente preocupação da câmara em garantir antes de mais o abastecimento da população da vila. E, se para o séc. XVII, isto claramente não significava que o peixe aqui pescado não chegasse para o consumo intra-muros[271], para o XVIII, embora pensemos que, normalmente, a situação seria a mesma, parece-nos sensato, contudo, colocar algumas reservas[272]. Não obstante o que se acaba de referir, ainda se concedia aos forasteiros que viessem ao cais desta vila comprar para seu gasto a regalia de poderem comprar dois peixes "*francos*", isto é isentos de impostos.[273]

Finalmente, todas as vicissitudes por que passa a comercialização do peixe (e que se expuseram) são sintoma de alguma pobreza, quer nos que vendem (e por isso tentam fugir às obrigações legais)[274], quer nos que compram (e, por isso, tal luta pelos direitos de comprar mais em conta).

---

[270] *As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789 ... (op. cit.)*, p. 242. António Amorim, para o século XVII, também refere esta questão (Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 99-100).

Factor, em parte, também influente na crise das pescas portuguesas, mas solução para alguma desta carência, vai ser a progressiva invasão dos nossos mercados por pescado galego - principalmente sardinha - que se implanta definitivamente a partir de 1750. Pombal tomou drásticas medidas para parar este trato, mas, nos finais do século XVIII, volta a aceitar-se a vinda da sardinha galega. (Cf. OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas ... (op. cit.)*, pp. 28-33).

[271] (Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, p. 103).

[272] Por exemplo entre 1760 e 1764 chega, vinda da Galiza, "*com abundância a Viana, Vila do Conde e Póvoa de Varzim*".(Cf. OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas ... (op. cit.)*, p. 28).

[273] Decisão do Senado em 26-01-1799 (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 451v.-452), ao brigo da condição 13ª dos autos de arrendamentos das sisas (vd. A.M.V.C. - Autos de Arrendamento das sisas, lv. 1829, fl. 6-6v.), de que passaram cópia aos almotacés para que fizessem o rendeiro da sisa cumpri-la.

[274] Aliás, é elucidativo que na sessão de 27-02-1799 os vereadores retirassem as penas a algumas regateiras atendendo à pobreza da maior parte delas. (Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 455v.).

3.3. O comércio

As fontes por nós consultadas são parcas em referências explícitas à actividade comercial em Vila do Conde para o período em estudo. Aproveitámos, contudo, as que encontrámos para, despretensiosamente, registarmos alguns dos elementos que marcaram em geral esta actividade na vila, após o que faremos, de forma mais detalhada, uma abordagem da comercialização de alguns produtos em concreto, nomeadamente a carne, o vinho e o azeite.

O comércio interno em Vila do Conde apoiava-se, por um lado, na actividade dos almocreves, que traziam variados produtos de distintas regiões; por outro, na dos múltiplos "vendeiros" (tabernas, talhos, e "vendas" dos mais variados artigos), e, por último, elemento importantíssimo, nas feiras.

As *Memórias Paroquiais* de 1758 fazem apenas referência à feira anual de Santo Amaro, a qual se realizava no terreiro da sua capela e que durava "*o espaço de 3 dias, romagem numerosa e com franqueza de tempo antiquíssimo e que em algum durou 8 dias; começa em a véspera do dito Santo, a 14 do mês de Janeiro*"[275].

No entanto, além desta, havia ao tempo mais duas feiras francas mensais: uma, criada por concessão do Cardeal D. Henrique, por alvará de 22 de Junho de 1579, que se realizava na Praça Nova, em frente ao edifício da câmara[276], nos 3 primeiros dias de cada mês[277]; a outra, concedida por alvará régio de D. João V de 5 de Setembro de 1704, que se realizava junto à capela de Santo Amaro, no dia 20 de cada mês[278].

Nestas feiras vendia-se praticamente todo o tipo de produtos: além dos géneros comestíveis (vinhos, cereais, farinhas, açúcar, azeite, legumes, feijão, figos, manteiga, galinhas, ovos, fruta, carnes, etc.), também gado, couros, lenha, palha, e, até, artigos de ourivesaria[279]. O poder central e a câmara protegiam e incentivavam este comércio

---

[275] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 60.

[276] LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 11 (Jun. 1993), p. 22.

[277] A.M.V.C. - Documentos Provenientes da Administração Central, pt. 4, doc. A-120.
Encontra-se este documento transcrito e publicado em LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 11 (Jun. 1993), pp. 15-17 e, mais recentemente, em SAMPAIO, Maria Fernanda C.; PIMENTA, Maria da Glória G. – *Mercados e feiras francas*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova série, n.º 13 (Jun. 1994), p. 73.

[278] "*e que sendo impedido algum dia, por ser dia santo, se fizesse ao outro dia*" (cf. SAMPAIO, Maria Fernanda C.; PIMENTA, Maria da Glória G. – *Mercados e feiras francas... (op. cit.)*, p. 74).

[279] Em relação aos produtos indicados, cf., entre outros: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 315-316, 372v.-374, 411v.-412, 496-496v., 503v.-505v.; A.M.V.C. - Autos das rendas das sisas, lv. 1828, fl. 2-3.

praticado nas feiras francas porquanto estas eram entendidas como locais onde o povo podia ter acesso aos produtos por preços menos especulativos.

Nesse sentido, desde logo, serão "*as feiras francas, tanto as que se fazem no terreiro e campo da feira, como as de Santo Amaro e não pagarão nada de siza do que lá se comprar e vender nas ditas feiras exceto se alguas pessoas desta villa ou de fora della for às ditas feiras vender vinhos aquartilhados, ou almudados, e acanadados, por que estas tais pagarão siza como a pagão os vendeiros desta mesma villa*"[280].

Depois, com o mesmo objectivo, em 24 de Fevereiro de 1796, os oficiais da câmara, "*por ser notorio que muitos saleiros, vendeiros, tendeiros e negociantes atracão nas entradas da villa e em antes de chegarem a praça* [lá vendem] *lenha, carqueija, casca, palha de toda a qualidade, ovos e outros comestiveis com notavel prejuizo do Povo que fica por isto obrigado a compralo na mão dos regatoens,* [...] *acordarão que se lançace pregoens por toda a villa e por todos os sitios publicos della que nenhuma das referidas pessoas comprem os referidos generos para revender e para negocio antes dos mesmos terem chegado a praça publica desta villa e nella tão somente poderão comprar os sobreditos as coizas.*"[281]. Decidiram ainda que estes contratadores ou contratadeiras, mesmo na feira, "*somente poderião comprar* [...] *e dipois de ter dado o meyo dia*"[282].

Para os prevaricadores estipulavam-se penas que iam dos 500 réis, ao arbítrio da câmara[283], o que permitiu, por exemplo, que, em 4 de Julho de 1791, Maria Josefa, mulher de Francisco José Anjo, do sítio da Gandra, fosse gravemente penalizada em dez mil réis por desobediência ao pregão que se havia lançado "para que nenhuma pessoa atracasse *galinhas, frangos e mais víveres e por ella não cumprir antes obrar o contrário atracando as galinhas que vinhão para a feira desta villa e vindo à mesma feira onde foy achada a revender as mesmas galinhas*"[284]. No montante mínimo foi condenado pelos almotacés, em 3 de Fevereiro de 1797, João dos Santos, "*das partes de Ovar*", "*por comprar várias juntas de gado fora da feira, contra o Acórdão da Câmara do mez de Febereiro de mil sete centos noventa e seys annos*"[285], o mesmo tendo

---

[280] A.M.V.C. - Autos das rendas das sisas, lv. 1828, fl. 2.
[281] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 315-315v..
[282] *Ibidem*, fl. 316.
[283] 500 réis era pela primeira vez, 1000, pela segunda e, pela terceira, além do dobro das duas ao arbítrio do Senado. Para os atravessadores do gado grosso, a proporção e as regras eram as mesmas partindo da base de 1000 réis como pena para a primeira infracção. Metade destas multas era para despesas do concelho e metade para o oficial que os surpreender com fé de duas testemunhas (cf. *Ibidem*).
[284] A.M.V.C. - Livro das correições dos almotacés, lv. 2154, fl. 3v..
[285] *Ibidem*, fl. 31-31v..

acontecido a 20 do mesmo mês a um tal Manuel Luís e outros, da mesma região, condenados em 1250 réis "*por comprarem várias juntas de gados antes das oras que lhes são determinadas pelo referido Acórdão*"[286].

Medida algo semelhante foi tomada em 23 de Novembro do mesmo ano, relativamente aos legumes (a pretexto de uma grande compra de feijão para exportar), obrigando-se, à imagem do que era feito com o pão, a que "*os que o embarcarem nesta villa deixem o quinto para se vender nella*"[287].

Além destas medidas específicas para as feiras, e além das tomadas para o comércio dos produtos que adiante analisaremos em separado, outras se adoptam para defender a circulação interna de mercadorias. Assim sucedeu, por exemplo, em 31 de Maio de 1794, com a regulamentação da passagem das licenças para se poder vender, as quais, daí por diante, passariam obrigatoriamente pelo despacho da câmara, teriam a validade de um ano e seriam emitidas apenas um vez nesse período[288]; em 3 de Novembro de 1786, com a proibição da venda de sal para fora da vila, medida que visava de manter os preços estáveis[289]; ou, finalmente, em 16 de Novembro de 1796, com a determinação de que nenhum contratador da vila ou de fora, negociante ou mestre de embarcação, embarcasse género algum comestível ou de fazenda sem a prévia licença camarária[290].

Num relance pelo comércio externo, e porque nos limitámos às fontes consultadas, parece inequívoco que eram fortes as relações comerciais de toda esta região noroeste, Vila do Conde inclusa, com a Galiza.

De facto, o sal, o pescado, além de outros produtos que referiremos adiante, animaram sempre uma actividade comercial recíproca entre estas regiões que se estendeu até ao período que estudámos[291]. Todavia, a partir da segunda metade do séc. XVII, este trato, no que respeita particularmente a Vila do Conde (embora o mesmo

---

[286] *Ibidem*, fl. 31v.-32. Aparecem-nos referências a outros casos: dois, em 7-08-1792 (*Ibidem*, fl. 5) e outro, em 3-03-1796 (*Ibidem*, fl. 22).

[287] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 373. Esta imposição vem já de 23 de Agosto de 1508, quando, por Alvará, D. Manuel concede "*a retenção e obrigatória venda, em Vila do Conde, de 1/5 de todos os mantimentos que daí embarcassem para o exterior*". (vd. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 91).

[288] *Ibidem*, fl. 182v..

[289] Cf. *Ibidem*, fl. 21v.-23.

[290] Cf. *Ibidem*, fl. 371v.-372.

[291] Cf. OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas ... (op. cit.)*, pp. 5-33. Neste estudo, o autor cita António Meijide Pardo, que informa que, dos 86 barcos portugueses entrados na Corunha no quinquénio de 1793-1797, mais de metade eram do Entre Douro e Minho e 12 eram provenientes de Vila do Conde (p. 11).

tenha sucedido com toda a região noroeste, em geral) começou a enfraquecer, entre outras razões, devido à dificuldade de na sua barra entrarem barcos de grande calado, em consequência do assoreamento daquela[292].

Encontrámos nos dezasseis anos que estudámos várias posturas regulamentadoras do comércio com a Galiza, todas elas no sentido de limitar ou impedir as saídas de produtos deste porto para esse destino. São os casos da Ordem, já supra referida[293], vinda do Governo das Armas desta Província, que se aplicava a todo o género de grãos, arroz, azeite carnes e gados vivos, motivada, como também já se aludiu, por razões políticas; das medidas relativas à exportação de madeiras[294] e manufacturas, motivadas pela falta de pinheiros e pela carestias destes produtos[295]; por fim, do impedimento, de exportar vitelas e gados novos, em razão de não fazer perigar as produções futuras[296].

Além da Galiza[297], surge-nos também referido que "*havião mais no anno de 1789 dez Hyates, que se occupavão na exportação e importação de varios generos para Lisboa e Brazil*"[298].

---

[292] Cf. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 64 e LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 399. Este autor refere que eram urgentes as obras de melhoramento do cais, a fim de se encanar o rio em benefício da barra "*na qual se difficulta cada vez mais a entrada de embarcações maiores, segundo me informárão no anno de 1789*". (Idem, *ibidem*).

Este problema, aliás, parece ter-se espalhado a quase todas as barras do Noroeste (Cf. . OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas ... (op. cit.)*, p. 11).

[293] Vd. n. 438.

[294] Nos finais do século XVIII, de Vila do Conde rumo à Galiza, quase exclusivamente com madeira, zarpavam de cinco a dez navios por ano (Cf. OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas ... (op. cit.)*, p. 18)

[295] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 88v.-90 e A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 58v.-59.

[296] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 496-496v..

[297] A do Carmo Reis aponta para este período vários outros destinos para o comércio externo a partir de Vila do Conde, como são os casos da Inglaterra e Flandres. (vd. REIS, A. do Carmo - *Nova história de Vila do Conde*, Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 2000, (Cadernos História Local, n.º 6), p. 152. Nós, não nos custando muito a aceitar esta opinião, por toda a tradição marítima e comercial que tem a vila, no entanto, não estudámos fontes que no-la permitam sustentar.

[298] LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações... (op. cit.)*, p. 399.

3.3.1. A carne

Sobre a criação de gado nas terras de Vila do Conde, são praticamente nulas as informações encontradas nas fontes compulsadas. Há uma ou outra referência, ainda que algo indirectas, que nos permitem inferir da existência cá dessa actividade.

Assim, por exemplo, nos *Autos da renda das sisas*, para 1785, refere-se na clausula 7ª, ou, para sermos mais rigorosos na *condição* 7ª, que "*as cavalgaduras, bois, vacas* [...] *e mais rezes que se venderem nesta villa e seu termo, fora dos dias de feira, não pagarão siza por inteiro, mas sim a pagarão na forma do costume*"[299].

Do mesmo modo, na vereação de 28 de Junho de 1800, foi pedido pelo juiz de fora aos oficiais da câmara parecer sobre uma ordem dirigida ao Corregedor da comarca de Barcelos pelo Intendente Geral da Polícia, segundo a qual era proibido matar "*vitellas, novilhos e vacas que inda forem haveis para a propagação da espécie*"[300]. Ora, depois de, como determinava a referida ordem, "*audiência de pessoas inteligentes sobre o modo da multiplicação do gado vacum*", opinaram que, "*além da prompta execução que se deve dar a ordem* [...], *deverião também ser constrangidos todos os labradores e criadores de gado vacum para concervarem aquelle numaro de vacas criadoras que se porporcionarem as forças do território em que rezedirem*"[301].

É, assim, indubitável, mesmo sem elementos explícitos nas nossas fontes, a existência de criação de gado neste concelho.

José Marques refere-o para o século XV[302]; o Foral, dado a Vila do Conde por D. Manuel I em 1516, regulamenta as saídas e entradas de gados da vila, concretamente, do bovino, suíno, caprino, cavalar, muar e "*outro gado myhudo*"[303]; ainda para o século XVI, também Manuel Laranja se refere à pecuária vilacondense, relevando o gado bovino e ovino[304]e finalmente, para seiscentos, António Amorim demonstra claramente (referindo suporte documental) a prática aqui de criação de gado, nomeadamente "*bois, vacas, cabras, ovelhas porcos e gado muar e cavalar*"[305]. Contudo, seria certamente uma pecuária um pouco à dimensão da actividade agrícola existente, o que nos obrigará,

---

[299] A.M.V.C. - Autos das Rendas das Sisas, lv. 1828, fl. 3.
[300] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 495v..
[301] *Ibidem*, fl. 495v.-496.
[302] MARQUES, José - *op. cit.*, pp. 35-38 e 70-71.
[303] LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 14 (Dez. 1994), p. 17.
[304] Idem - *ibidem*, n.º 11 (Jun. 1993), p. 14.
[305] AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 69-80.

também aqui, a deduzir que as produções dificilmente colmatariam as necessidades da população.

O abastecimento de carne ao público era, como permitia e estipulava a lei[306], regulado pela câmara e feito através de uma "concessão" normalmente anual[307] - a chamada "*obriga das carnes*" - ao marchante ou marchantes que melhores preços garantissem. Tudo, aliás, muito próximo das regras que a lei geral vigente claramente determinava[308]. Essa obriga, na maior parte dos casos[309], abrangia as várias qualidades de carne e, por ela, além de manter os preços que apresentavam[310] (e que deveriam legalmente ser inferiores em um real por arrátel ao praticado na cabeça da Comarca[311]), os marchantes obrigados tinham que cumprir determinadas outras condições, como adiante veremos.

O processo iniciava-se com o lançamento a pregão e afixação de editais em várias localidades como, por exemplo, Braga, Porto, Guimarães, Viana, Penafiel e Barcelos[312], através dos quais se avisava que quem quisesse lançar na obriga das carnes que se havia de cortar nos açougues públicos desta vila pelo período de um ano, a contar de determinada data, deveria comparecer na Câmara em sessão de certo dia, na qual se procederia à arrematação da dita obriga.

Nessa vereação, depois de o Pregoeiro da Câmara dar fé que "*tinha sido posta a pregão a obriga das carnes na forma do estillo*"[313], procedia-se à arrematação, entregando-se a obriga ao que melhor lanço (isto é, menores preços) oferecesse. Eram então aí estipulados os preços, a duração da obriga (coincidente com a apregoada), bem

---

[306] *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas per mandado del Rei D. Philippe o primeiro*, Colleção de Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal, Parte II, 12ª ed., Coimbra, 1850, Liv. I, tít. LXVI, § 8. (Daqui em diante citaremos como *Ordenações Filipinas*).

[307] Há situações de excepção em que a obriga é por menos tempo, como aconteceu em 07-04-1789 (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 72-73); 12-04-1794 (*Ibidem*, fl. 174-175); 11-07-1795 (*Ibidem*, fl. 279-282).

[308] *Ordenações Filipinas, ibidem.*

[309] Também aqui há situações em que assim não foi como aconteceu em 01-04-1797 e em 11-12-1799, em que foi arrematada a carne de carneiro a Teresa Lopes (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 395v.-396v. e 482v.-483, respectivamente), e a Manuel da Silva Nino, em 24-03-1798, (*Ibidem*, fl. 430v..-431).

[310] *Ordenações Filipinas, ibidem.*

[311] *Ordenações Filipinas, ibidem.*

[312] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 181.

[313] *Ibidem*, fl. 188.

como as várias clausulas e obrigações a que se sujeitava o obrigado e que, durante este período, foram, com algumas *nuances*, as seguintes[314]:

- ser carne sempre de boi macho;
- vitela boa e bem sangrada;
- ter dois talhos com carne pronta;
- não entrar em contrapeso nada dos miúdos do boi, devendo estes ser vendidos em separado e como tal;
- dar uma perna para toda a composição desta câmara e o lombo para cada um dos membros dela "*do que não poderão dispor sem sua autoridade*";
- dar outra perna e 1 lombo em cada Sábado para o Dr. juiz de fora ou quem em seu lugar servir em sua ausência;
- dar outra perna em cada Sábado para os irmãos da Misericórdia;
- dar a cada um dos almotacés um lombo às terças-feiras de cada semana; estando um deles ausente, não receberá;
- pesar a carne com um gancho[315], tanto nos talhos públicos como em suas casas;
- dar para a Procissão do Corpo de Deus ou para as funções públicas que tem este Senado os bois ou touros ou, se tal não for possível, o que for determinado por aquele órgão;
- ter sempre carne de vitela boa pronta para os doentes em todos os dias da Quaresma.

Após esta fase, os oficiais obrigavam o marchante a apresentar, normalmente no prazo de oito dias[316], as fianças, "*na forma do estilo*" e estipulavam as penas pelo não cumprimento do estipulado, normalmente a cessação da obriga e uma pena pecuniária e de cadeia.

Por fim, os obrigados assinavam a acta da sessão.

Vejamos agora no quadro que se segue os preços dos vários tipos/espécies de carne ao longo do período estudado.

---

[314] Cf. *Ibidem*, sessões de 04-02-1786, fl. 9v.-10; 28-02-1787, fl. 27v.-28; 30-01-1788, fl. 41v.-42; 07-04-1789, fl. 72-72v.; 19-06-1790, fl. 90v..-91; 15-05-1794, fl. 123v.-125; 18-09-1792, fl. 148v.-149v.; 18-09-1793, fl. 164v.-166; 12-04-1794, fl. 174-175; 21-06-1794, fl. 187v.-190; 08-04-1795, fl. 257v.-261v.; 11-07-1795, fl. 279-282; 23-03-1796, fl. 320v..-324; 01-04-1797, fl. 394v.-395v.; 24-03-1798, fl. 430v..-431; 13-04-1799, fl. 459v.-461; 11-12-1799, fl. 482-483.

[315] Para pesar os miúdos podia ser usada todo o ano a balança. (Cf. *Ibidem*, sessões de 21-06-1794, fl. 189v.).

[316] Às vezes eram menos dias. Por exemplo, em 24-03-1798, deram ao marchante prazo de 6 dias e em 11-07-1795, até apenas deram 24 horas (vd. *Ibidem*, fl. 430v..-431 e 279-282 , respectivamente).

Quadro VI

Preços da carne por tipos/qualidades (1786 - 1800)

Data Sessão	Carne	Preço (réis/ arrátel)	Período de validade do preço
1786/02/04	Carne de Boi macho	42,5	86/02/04 - 86/08/04
	Carne de Boi macho	44	86/08/04 - 87/02/04
	Carneiro bom	35	86/02/04 - 87/02/04
	Miúdos de Boi	20	86/02/04 - 87/02/04
	Vitela	42,5	86/02/04 - 87/02/04
1787/02/28	Carne de Boi macho	43	87/02/28 - 88/02/28
1788/01/30	Carne de Boi macho	40	88/02/28 - 89/02/28
	Carneiro bom	36	88/02/28 - 89/02/28
	Miúdos de Boi	15 e 20	88/02/28 - 89/02/28
	Vitela	40	88/02/28 - 89/02/28
1788/11/22	Toucinho (carne nova)	60	
1789/04/07	Carne de Boi macho	42,5	89/04/07 - 90/06/24
	Carneiro	35	89/04/07 - 90/06/24
	Fígado e miúdos espécie	20	89/04/07 - 90/06/24
	Vitela	42,5	89/04/07 - 90/06/24
1790/06/19	Carne de Boi macho	42,5	90/06/24 - 91/06/24
	Carneiro	24	90/06/24 - 91/06/24
	Fígado e miúdos espécie	20	90/06/24 - 91/06/24
	Miúdos	10	90/06/24 - 91/06/24
	Vitela	42,5	90/06/24 - 91/06/24
1790/10/21	Carne de Porco	70	Até ao Entrudo
	Entrecosto	40	
1791/09/15	Carne de Boi macho	41	91/09/15 - 92/09/15
	Fígado e miúdos espécie	20	91/09/15 - 92/09/15
	Miúdos	10	91/09/15 - 92/09/15
	Vitela (4 arrobas)	41	91/09/15 - 92/09/15
	Vitela (mamota e até 3 arrobas)	45	91/09/15 - 92/09/15
1792/10/04	Carne de Boi macho	43	92/09/18 - 93/09/18
	Carneiro	30	92/09/18 - 93/09/18
	Vitela	30	92/09/18 - 93/09/18
1793/09/18	Carne de Vaca/Boi macho	45	Até Dom. de Páscoa
	Miúdos	10	Até Dom. de Páscoa
	Os mais miúdos	20	Até Dom. de Páscoa
	Vitela	30	Até Dom. de Páscoa
1794/04/12	Carne de Vaca/Boi macho	48	94/04/22 - 94/06/30
	Carneiro	35	94/04/22 - 94/06/30
	Costela de boi	20	94/04/22 - 94/06/30
	Fígado	20	94/04/22 - 94/06/30
	Tripas	10	94/04/22 - 94/06/30
	Vitela	48	94/04/22 - 94/06/30
1794/06/21	Carne de Vaca/Boi macho	46	94/07/01 - 95/07/01
	Carneiro	35	94/07/01 - 95/07/01
	Miúdos de boi	20	94/07/01 - 95/07/01
	Tripas	10	94/07/01 - 95/07/01
	Vitela	46	94/07/01 - 95/07/01
1795/04/08	Carne de Vaca/Boi macho	40	95/07/01 - 96/07/01
	Carneiro capado	23	95/07/01 - 96/07/01
	Miúdos de boi	20	95/07/01 - 96/07/01
	Tripas	10	95/07/01 - 96/07/01
	Vitela	40	95/07/01 - 96/07/01
1795/07/11	Carne de Vaca/Boi macho	45	95/07/11 - 96/03/27
	Carneiro	35	95/07/11 - 96/03/27
	Miúdos de boi	20	95/07/11 - 96/03/27
	Tripas	10	95/07/11 - 96/03/27
	Vitela mamota	45	95/07/11 - 96/03/27
1795/10/24	Carne de porco nova	60	

1796/03/23	Carne de Vaca/Boi macho	46	96/03/23 - Fim de Dezembro
	Carne de Vaca/Boi macho	45	Fim Dezembro - fim do dia de Entrudo
			96/03/23 – fim do dia de Entrudo
	Miúdos de boi	20	
	Tripas	10	96/03/23 - Fim de Dezembro
	Vitela	46	Fim Dezembro - fim do dia de Entrudo
	Vitela	45	
1797/04/01	Carne de Vaca/Boi macho	50	Desde dia de Entrudo - até dia de S. Martinho[317]
	Carneiro	35	
	Vitela mamota	50	Desde dia de Entrudo - até dia de S. Martinho
1798/03/24	Carne Boi macho	48	98/04/01 - 99/04/01[318]
	Carneiro	37,5	98/04/01 - 99/04/01
	Vitela mamota	48	98/04/01 - 99/04/01
1799/03/09	Capado	35	01/5/99 - 31/7/99
	Carneiro	40	99/03/09 - 800/03/09
1799/04/13	Carne Boi macho	55	99/04/13 - 99/12/31
	Miúdos de boi	25	99/04/13 - 99/12/31
	Tripas	15	99/04/13 - 99/12/31
1799/11/16	Carne de porco nova	80	
1799/12/11	Carne Boi macho	56	800/01/01- 800/12/31
	Carneiro	42,5	800/01/01- 800/12/31
	Miúdos (fígado e boche)	25	800/01/01- 800/12/31
	Sola	20	800/01/01- 800/12/31
1800/01/14	Carne Boi macho	56	800/01/01- 800/12/31
	Carneiro	40	Até 31/3/1800
	Carneiro	42,5	1/4/800 - 31/12/800

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38.

No que respeita aos preços da carne, como já dissemos, eles eram definidos no pregão e arrematação da obriga[319], mas foi por vezes incluído, além das condições acima enunciadas, nas clausulas do contrato.

Assim, por exemplo, na atribuição da obriga a Félix José de Carvalho, em 7 de Abril de 1789, ficou estipulado que "*quando suceda abaixar na Cabeça de Comarca ou em Braga serão obrigados elles ditos obrigados abaixar na mesma forma que nellas abaixar e sucedendo levantar não se lhe dara mais que o dito preço patuado* (sic)"[320].

Por seu lado, os marchantes por vezes também impunham algumas clausulas, como é o caso da arrematação de 21 de Junho de 1794, na qual Manuel da Silva e Manuel da Silva Nino exigiram que "*encarecendo o gado por cauza de guerras ou algum outro insidente não cogitado e bem assim por algum cazo fortuito de sorte que o*

[317] Deve, no entanto, manter o preço da obriga em vigor até que termine e "*hum mês antes do São Martinho fará petição e requerimento a este Senado para lhe declarar se a dita obriga ha de acabar pello tempo e dia de São Martinho deste mesmo anno ou se ha de continuar athe perfazer e completar o anno inteyro*" sendo-lhe então permitido alterar os preços (*Ibidem*, fl. 395).

[318] A não surge referida explicitamente, mas presume-se, quer pela data final da obriga anterior que, com a duração de um ano, seria 01-04-98, quer pelo facto de na sessão de 09-03-99, se ter chamado à câmara o obrigado Manuel da Silva Nino, "*em razão de estar próximo o fim da obriga das carnes*" (*Ibidem*, fl. 475v.)

[319] Conforme, como se referiu, determinavam as *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVI, § 8.

[320] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 72v..

seu preço fassa huma diferença muyto extraordinaria [...] *poderão então recorrer a este Senado para lhe atender e lhe levantar o preço.*"[321].

Para mais facilmente podermos fazer uma análise da evolução dos preços dos vários tipos/qualidades de carnes, elaboramos, a partir do quadro anterior, quatro outros específicos para as principais qualidades.

Quadro VI A
Preço da carne de Boi
(réis/arrátel)

Data sessão	Carne	Preço
1786/02/04	Boi macho	43
1786/02/04	Boi macho	44
1787/02/28	Boi macho	43
1788/01/30	Boi macho	40
1789/04/07	Boi macho	43
1790/06/19	Boi macho	43
1791/09/15	Boi macho	41
1792/10/04	Boi macho	43
1793/09/18	Boi macho	45
1794/04/12	Boi macho	48
1794/06/21	Boi macho	46
1795/04/08	Boi macho	40
1795/07/11	Boi macho	45
1796/03/23	Boi macho	45
1796/03/23	Boi macho	46
1797/04/01	Boi macho	50
1798/03/24	Boi macho	48
1799/04/13	Boi macho	55
1799/12/11	Boi macho	56
1800/01/14	Boi macho	56

Quadro VI B
Preço da carne de Carneiro
(réis/arrátel)

Data sessão	carne	Preço
1786/02/04	Carneiro bom	35
1788/01/30	Carneiro bom	36
1789/04/07	Carneiro	35
1790/06/19	Carneiro	24
1792/10/04	Carneiro	30
1794/04/12	Carneiro	35
1794/06/21	Carneiro	35
1795/04/08	Carneiro capado	23
1795/07/11	Carneiro	35
1797/04/01	Carneiro	35
1798/03/24	Carneiro	37
1799/03/09	Carneiro	40
1799/12/11	Carneiro	42,5
1800/01/14	Carneiro	40
1800/01/14	Carneiro	42,5

Quadro VI C
Preço da carne de Vitela
(réis/arrátel)

Data Sessão	carne	Preço
1786/02/04	Vitela	42,5
1788/01/30	Vitela	40
1789/04/07	Vitela	42,5
1790/06/19	Vitela	42,5
1791/09/15	Vitela (4 arrobas)	41
1791/09/15	Vitela (mamota e até 3 arrobas)	45
1792/10/04	Vitela	30
1793/09/18	Vitela	30
1794/04/12	Vitela	48
1794/06/21	Vitela	46
1795/04/08	Vitela	40
1795/07/11	Vitela mamota	45
1796/03/23	Vitela	45
1796/03/23	Vitela	46
1797/04/01	Vitela mamota	50
1798/03/24	Vitela mamota	48

Quadro VI D
Preço da carne de Porco
(réis/arrátel)

Data sessão	Carne	Preço
1790/10/21	Carne de Porco	70
1795/10/24	Carne de porco	60
1799/11/16	Carne de porco	80

Como nos podemos aperceber, mesmo numa análise breve dos quadros, a carne de porco era na altura substancialmente mais cara do que qualquer uma das outras, sendo a de carneiro a mais barata de todas as quatros, enquanto a de boi e vitela apresentavam custo aproximado.

Constata-se ainda que em todas os preços apresentaram uma curva ascendente ao longo dos anos, não significando tal que o crescendo daqueles fosse anualmente constante e progressivo. Como se pode verificar, anos houve em que os preços até baixaram em relação ao ano anterior para, no seguinte, retomarem a subida, o que

[321] *Ibidem*, fl. 188v.-189.

poderá significar uma relação directa entre os preços e a conjuntura produtiva anual, ou ainda a capacidade que a câmara teve para, em determinados anos, conseguir um melhor acordo.

Outro elemento interessante de análise relacionado com este assunto é o facto de, durante os dezasseis anos estudados, praticamente apenas os elementos de uma família terem obtido a obriga das carnes (ver quadro VII).

Quadro VII

Nomes dos arrematadores da obriga das carnes - 1786-1800

Data Sessão	OBRIGADOS
1786/02/04	Félix José de Carvalho e Manuel da Silva, seu sogro
1787/02/28	Félix José de Carvalho e Manuel da Silva, seu sogro
1788/01/30	Manuel da Silva
1789/04/07	Félix José de Carvalho e Manuel da Silva, seu sogro
1790/06/19	Félix José de Carvalho e Manuel da Silva, seu sogro[322]
1790/10/21	Manuel da Silva Nino
1791/09/15	Félix José de Carvalho
1792/10/04	Manuel da Silva e filho Manuel da Silva Nino
1793/09/18	Manuel da Silva e seus filhos, Manuel da Silva Nino E Custódio da Silva
1794/04/12	Manuel da Silva e seu filho, Manuel da Silva Nino
1794/06/21	Manuel da Silva e seu filho, Manuel da Silva Nino
1795/04/08	Manuel Baltazar, cortador na vila da Póvoa[323]
1795/07/11	Manuel da Silva Nino, marchante desta vila cortador No lugar de Azurara
1796/03/23	Manuel da Silva e seu filho, Manuel da Silva Nino
1797/04/01	Manuel da Silva Nino
1797/04/01	Teresa Lopes, mãe de Manuel da Silva Nino
1798/03/24	Manuel da Silva Nino
1798/03/24	Teresa Lopes, mãe de Manuel da Silva Nino
1799/03/09	Teresa Lopes, mãe de Manuel da Silva Nino
1799/04/13	Manuel da Silva Nino
1799/12/11	Manuel da Silva Nino[324]
1799/12/11	Teresa Lopes, mãe de Manuel da Silva Nino
1800/01/14	Custódio da Silva, irmão de Manuel da Silva Nino

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38.

[322] É na acta desta sessão que o grau de parentesco é explicitamente referido (Cf. *Ibidem*, fl. 90v.).

[323] Este Manuel Baltazar da Póvoa de Varzim, em boa verdade, nunca chegou a assumir a obriga, assemelhando-se mais esta situação a um caso de burla. Assim, no lançamento a pregão da obriga, em 21-03-1795, ele terá dito que faria a carne por menos 1 real do que todos os que lançassem, tendo a câmara achado útil que se lhe desse parte para assistir à arrematação que se realizaria no dia 11 do mês seguinte (vd. *Ibidem*, fl. 254-255. Essa vereação, no entanto viria a realizar no dia 8 de Abril). A arrematação acabou por se realizar em 8-04-1795, tendo estado o referido marchante presente, ao qual foi dada a obriga, a qual deveria vigorar de 1-7-95 a 1-7-96 (vd. *Ibidem*, fl. 259v.). No entanto, cerca de 2 meses depois, em 11-7-95, foi dada a obriga das carnes a Manuel da Silva Nino, por ter sido mandar prender pelo procurador o marchante da Póvoa de Varzim por "*não achar quem o fiace e se prezumir falido*" (vd. *Ibidem*, fl. 281v..-282).

[324] Manuel da Silva Nino cederá esta obriga a seu irmão, Custódio da Silva, na sessão de 14-01-1800, como se pode ver nessa vereação.

Como se verifica, em todas as obrigas[325] estão elementos com fortes laços de união familiar (pai, mãe, filhos e genro). Isto dever-se-ia certamente, por um lado, a não haver muitos marchantes na vila e, por outro, ao facto de, entre esses, haver ainda menos com interesse e/ou capacidade económica para concorrer a estas obrigas.

Em consequência disto, na vereação de 4 de Fevereiro de 1786, diz-se que "*por se ter findado a obriga passada e tendo-se posto editais na forma do costume e não haver quem nella lançase se deu aos sobreditos...*"[326], enquanto, na de 18 de Junho de 1791, dado que com os primeiros pregões não apareceu ninguém, se mandou "*novamente apregoar nesta villa*"[327] a arrematação das carnes e, como mesmo assim voltou a não haver interessados em lançar, na sessão de 27 do mês seguinte, "*foram chamados os actuais carniceiros desta mesma villa*"[328].

A referida falta de interesse e/ou capacidade económica por parte dos marchantes para lançarem nestes concursos resultaria essencialmente dos baixos preços que a câmara tentava impor, de todo contrários aos interesses daqueles[329]. Duas situações são disso elucidativas.

Na acta da última sessão citada (alargada à nobreza e ao povo[330]) regista-se que os oficiais não aceitaram o lanço dos carniceiros, que estes foram várias vezes chamados à câmara até à decisão final de darem a carne a 42 réis o arrátel, "*vindo assim ainda assim mais cara do que em algumas terras desta província*"[331]. Perante esta pressão, a nobreza e o povo "*resolveram de a mandar cortar por sua conta em beneficio do bem publico*"[332]. Preferiam uniformemente pagar a 42,5 réis do que a 42 aos carniceiros, dado o zelo da câmara na qualidade da carne a comer.

Na sessão de 9 de Março de 1799, foi, como já se referiu em nota de rodapé, chamado à câmara o obrigado Manuel da Silva Nino e, como a sua obriga estava perto do fim, foi-lhe perguntado se queria continuar, mantendo a carne de boi pelo preço a que se encontrava na altura (48 réis/arrátel - vd. quadro VI). O marchante recusou e os oficiais propuseram-lhe um aumento de 2 réis/arrátel. Perante um novo não do

---

[325] Há a excepção da obriga de 08-04-1795, mas que não chega a sê-lo pelas razões expostas em nota anterior.
[326] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 9v..
[327] *Ibidem*, fl. 113v..
[328] *Ibidem*, fl. 120.
[329] Aliás, todo este problema já se constata no século XVII (Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, pp. 73-76).
[330] Assinaram a acta 27 pessoas.
[331] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 120 - 120v..
[332] *Ibidem*, fl. 120v..

carniceiro, cederam ainda aqueles para os 52 réis, mas este contrapôs que só aceitaria se fosse por 55 réis. Tal não lhe foi concedido pelos camaristas, fez-se o termo que todos assinaram[333]. No entanto, na vereação de 13 de Abril, foi dada a Manuel da Silva Nino a obriga, ao preço de 55 réis/arrátel a carne de boi![334]

O negócio das carnes foi muitas vezes alvo de condenações e aplicação de penas[335], pois os marchantes amiúde infringiam as normas vigentes, quer as aceites na obriga, quer as gerais.

Desde logo, era frequente não cumprirem os preços a que se tinham comprometido na arrematação do contrato. Assim aconteceu na sessão de 29 de Abril de 1786, em que Félix José de Carvalho e seu sogro foram condenados em seis mil réis cada um por venderem a carne mais cara do que acordado[336]; na de 8 de Março de 1788, em que o segundo foi condenado em 2000 réis, pelo mesmo motivo[337]; na de 14 de Maio de 1792, em que, novamente o primeiro foi condenado em 6000 réis, com o excesso do preço a ser testemunhado por várias pessoas[338].

Depois, por não respeitarem as regras e os cuidados a ter com a qualidade dos gados que acabariam por ser vendidos. Foram os casos das condenações de Félix José de Carvalho, em 3 de Junho de 1786, na pena de 6000 réis, por ter comprado uma vaca morta e a cortado no açougue desta vila[339] e de Manuel da Silva Nino, condenado no mesmo valor, "*pella culpa de matar huma uma vaca velha e doente em lugar de vitella, que hera obrigado* [...] *na forma da sua obriga*"[340].

Finalmente, por tentarem matar, cortar, decapar e sangrar os animais em açougues particulares ou em suas casas e não, como eram obrigados, nos açougues públicos destinados a esse fim pelo Senado da câmara e com o almotacé presente na realização das últimas tarefas referidas[341]. Claro que isto, além de ser conveniente ao marchante, pois não havia qualquer controle sobre o gado que matava, possibilitava a venda da carne sem cumprir o estipulado na obriga (por exemplo, não nos esqueçamos que um das condições para a carne de boi era que ele fosse bem sangrado).

---

[333] *Ibidem*, fl. 457-457v..
[334] Cf. *Ibidem*, fl. 459v.-461.
[335] Cumprindo, assim, o Senado da câmara o que estipulava a lei (vd. *Ordenações Filipinas*, *ibidem*).
[336] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 14-14v..
[337] Cf. *Ibidem*, fl. 43v.-44.
[338] Cf. *Ibidem*, fl. 139v.-140v..
[339] Cf. *Ibidem*, fl. 17v.-18.
[340] *Ibidem*, fl. 458.
[341] Cf. *Ibidem*, fl. 14v.-15.

Houve ainda outros motivos - pontuais na documentação - que levaram a condenações: o não fornecimento da carne necessária ao público[342], a fuga ao peso no acto de venda[343], a comercialização da carne sem ter postura para tal[344], o facto de terem cães[345], etc.. No entanto, por serem tão contingentes nas fontes, não nos mereceram mais detalhada apreciação.

Os valores destas condenações revertiam para as despesas do concelho, retirada, é claro, a terça para Sua Majestade.

3.3.2. O Vinho

No período em estudo, o vinho foi muito provavelmente o produto/assunto que mais terá estado presente nas sessões camarárias (vd. ponto, quadro), pelo menos a fazer fé no que a documentação regista (principalmente os livros de actas de correição dos almotacés). No entanto, de todas as fontes compulsadas, apenas nas *Memórias Paroquiais de 1758* se refere a existência de muitas árvores nas margens do rio, "*onde se enlaçam vides*"[346], elemento demasiado vago e escasso, mas que, por isso, também é elucidativo em relação à produção local de vinho.

De facto, se tivermos em conta, desde logo, a proximidade de Vila do Conde do mar (em nada favorável a esta cultura), depois, a área do concelho e a sua agricultura (já atrás caracterizadas), além da aludida omissão das fontes sobre o assunto, podemos com segurança concluir que o cultivo da vinha cá (mesmo num século em que se verificou um incremento enorme da cultura da vinha, particularmente na região de Entre-Douro-e-Minho[347]), se não era nulo (e nada nos permite afirmar que o era totalmente), não

---

[342] Manuel da Silva Nino foi condenado em 6000 réis em 02-04-95, por não ter vitela pronta no seu talho para os doentes, como era obrigado (vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2154, fl. 14v.-15v.) e novamente em 20-04-99, na mesma quantia, por não fornecer a carne necessária ao público (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 461v.-462).

[343] Teresa Lopes é condenada em 4-05-95, em 2000 réis, por ter tirado 1/2 quarta de carne em 4 arráteis (vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2154, fl. 16v.-17).

[344] Por exemplo, em 04-11-1795, Gertrudes Angélica e Manuel Rodrigues da Silva, vendeiros desta vila, foram condenados em 1000 réis cada, por estarem a vender carne de porco nova sem para tal terem postura, além de também excederem no preço (vd. *Ibidem*, fl. 19-20).

[345] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, sessões de 29-01-1785, fl. 560v., de 01-02-1785, fl. 561 e 05-02-1785, fl. 561v.-562.

[346] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias... (op. cit.)*, p. 55.

[347] Cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Níveis de produção vinícola no Entre Douro e Minho 1629-1822*, Porto : GENFA - Centro de Estudos Norte de Portugal/Aquitânia (Sep. de "I[as] Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia (Março de 1984)", 1986. pp. 4-10.

tinha qualquer peso ou importância no total do vinho consumido ao longo do ano na vila.

Quando Manuel R. Laranja, no seu valioso estudo sobre Vila do Conde no século XVI, refere o vinho como uma das "*principais produções agrícolas desta vila*"[348], acrescentando em nota de rodapé que "*ainda hoje as terras agrícolas de Vila do Conde dão produtos da melhor qualidade como* [...] *vinhos brancos e tintos (designados vinhos verdes)*"[349], deveria, na melhor das hipóteses, estar a considerar (em termos espaciais) a Vila do Conde do seu tempo e não a do período que vai até aos primeiros anos do século XIX. Do mesmo modo, quando, no importante quadro que nos fornece com os preços do vinho cá vendido entre 1502-1599[350], refere os dos vinhos da terra, deverão estes ser entendidos como "*vinhos verdes da região climática e não da área de jurisdição de Vila do Conde*"[351]. Seriam da "terra" por oposição às regiões de onde vinham os outros e de que adiante falaremos.

Ressalve-se, ainda, que algum[352] do vinho que cá se vendia era certamente produzido por lavradores da vila que tinham propriedades fora dela[353]. Por isso, há várias vezes, em relação aos preços do vinhos, referência aos lavradores, como, exemplo em 21 de Junho de 1788 em que se tabela os preços dos vinhos, "*attendendo-se a abundância e barateza dos vinhos com que os labradores os estão vendendo*"[354], lavradores que, pela forma genérica como são referidos, ou serão em geral os das zonas que produzem os vinhos que cá se vendem, ou serão da vila, mas com produções fora. Confirma esta ideia o facto de, logo em 14 de Agosto do mesmo ano, se ter decidido novamente subir os preços "*para providência do Povo e os labradores se resolverem a importalo nesta villa*"[355].

---

[348] LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 11, Jun. 1993, p. 14.
[349] Idem - *ibidem*, p. 21.
[350] LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 12 (Dez. 1993), pp. 7-9.
[351] AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, p. 81.
[352] Não temos elementos que nos permitam quantificar, mas para o séc. XVII, por exemplo, essas quantidades em alguns anos eram significativas nos valores totais consumidos (Cf. Idem - *ibidem*, pp. 82-83).
[353] Algo de que Amélia Polónia, a partir dos registos notariais, dá já notícia para o período de 1560-1620 (Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 90, nota 258) e que António Amorim verifica, a partir de actas das vereações, constata para toda a centúria de Seiscentos (Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 82-83).
[354] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 55v..
[355] *Ibidem*, fl. 59v..

Assim, parece evidente que o vinho consumido em Vila do Conde neste período vinha de outras regiões[356]:

- O vinho maduro da região "*sima do Douro*"[357], isto é, Vila Real, Lamego, Chaves, etc.[358], embora também pudesse vir de outras zonas em que era de qualidade inferior, sustentando-se esta hipótese no facto de os oficiais da câmara taxarem normalmente o vinho maduro por um preço máximo para a melhor qualidade, salvaguardando sempre, no entanto, que o preço será definido daí para baixo "*conforme o seu merecimento*"[359].

- Quanto ao vinho verde, o de melhor qualidade vinha da região de Basto[360] ("o de Basto" como é referido nos documentos) e os outros seriam os verdes "da terra", na acepção acima exposta[361]. Esta distinção em termos de qualidade, que é clara nas fontes[362], levou sempre a que vinho verde e o de Basto fossem sempre tabelados com preços diferentes, sendo o primeiro sempre o mais barato (vd. quadro VIII).

O vinho era trazido para Vila do Conde por almocreves e vendido, por vezes, por estes directamente a particulares, mas, geralmente, a "vendeiros" que, depois, nas suas tabernas, o vendiam ao povo. A comercialização deste produto estava sujeito a vários impostos: ao da medidagem, pelo qual "*as pipas de vinho verde que vierem para as vendas desta villa serão obrigados os vendeiros a medir o dito vinho pello cantaro do concelho, como o medem os mais géneros de vinhos*"[363], de que pagarão os vendeiros 1 canada de vinho e 4 réis em dinheiro por cada pipa; o de passagem, pagando cada carga maior de vinho um quartilho e um real e metade cada carga menor[364]; ao imposto da sisa, como se determina nas 4ª e, principalmente, na 9ª condição da renda deste

---

[356] Concordamos com António Amorim que o refere claramente para o século XVII (vd. AMORIM, António Augusto Gomes – *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 80-82).
[357] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 134, fl. 36.
[358] Cf. . AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, p. 81.
[359] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 23. Cf. ainda, por exemplo, fl. 125v.-126v.; 126v.-127v.; 373-374; 415v.; 438v.; 464-464v..
[360] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 134, fl. 36.
Sobre estes vinhos e a reconversão dos vinhos verdes, Cf. OLIVEIRA, Aurélio de - *Níveis de produção vinícola ... (op. cit.)*, pp. 4-6.
[361] Aliás, Manuel Amorim encontra a mesma situação para a vila de Rates no século XVIII: "*Os taberneiros de Rates vendiam o vinho verde da região; o vinho verde da região de Basto e o vinho maduro*". (AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2, p. 315).
[362] Num dos autos das rendas das sisas até se diz "*Os almocreves que vierem a esta villa com cargas de vinho maduro, Basto ou verde* [...]" (A.M.V.C. - Autos das rendas das sisas, lv. 1828, fl. 3v.).
[363] A.M.V.C. - Autos das rendas da medidagem e passagem, n.º 2156, 1795, fl. 2v..
[364] Cf. *Ibidem*.

tributo[365], estipulando-se, para tal que todos os vendeiros e taberneiros que contratam em vinhos serão obrigados a "*darem entrada dos vinhos ao Escrivão das Sizas antes dos ditos vendeiros medirem o tal vinho, sob as pennas do regimento, por que do contrário cauza grave prejuizo à Renda de Sua Majestade, pella confuzão dos vinhos, que todos os dias recolhem em suas tabernas os ditos vendeiros*"[366]; aos impostos do subsídio literário e do real d'água; além destes, como se verá adiante, a partir de 1792, o vinho pagará o Real imposto para a construção da ponte sobre o Ave.

Todo o processo de organização deste comércio (desde a verificação das qualidades, passando pela definição dos preços, passagem de licenças, distribuição dos diferentes vinhos pelas várias "vendas", até à organização e concessão de obrigas, além de, como se verificará, todo o processo fiscalizador) foi, como já se aludiu, um dos que mais ocupou os oficiais camarários.

Os vendeiros vendiam o vinho mediante a concessão de licenças que, a requerimento, lhes eram passadas pela câmara. Estas licenças permitiam ao taberneiro vender na sua taberna apenas uma qualidade de vinho e, ao serem passadas, aquele ficava obrigado - era a obriga dos vinhos - perante a câmara a determinadas clausulas, como o tipo de vinho que iriam vender, os preços a cobrar e o período de duração desses preços, o prazo que poderiam estar sem ter vinho na sua taberna, etc. Esta obriga, no entanto, nunca assumiu cá, como na carne, por exemplo, as características de "concurso público" a ser arrematado por um maior lanço, mas sempre configurou mais uma espécie de compromisso individual de cada vendeiro perante a câmara, subjacente à licença que solicitava.

No entanto, logo em 14 de Agosto de 1788, no sentido de dar uma maior organização e, consequentemente, melhorar a venda dos vinhos, além de tentar zelar pela sua qualidade e "*como a multiplicidade das vendas de vinho maduro davão ocazião*

---

[365] A.M.V.C. - Autos das rendas das rendas das sisas, n.º 1828, 1795, fl. 2v., referindo-se na condição quarta: "*Todos os moradores desta villa de qualquer qualidade que sejão trouxerem mercadorias por mar, ou por terra, para nesta villa tornarem a vender não pagarão as tais pessoas mais do que meia siza; não se entende nisto o vinho, nem peixe fresco, por que este pagará na forma do costume, como a pagão os vendeiros e regateiras*". Já na condição nona se estipula que "*nenhua pessoa desta villa ou de fora della, de qualquer qualidade e condição que sejão possão hir comprar vinhos fora deesta villa para os vender nella, almudados ou por pipas inteiras sem pagar siza dellas aos rendeiros da siza, como a pagão os mais vendeiros; pois de todo o vinho que venderem, quer seja em pipas, ou aos almudes, ou venha por terra ou venha por mar, de todo pagarão siza como a pagão os mais vendeiros obrigados, sem que della se possão izentar com algum pretexto...*"(*Ibidem*, fl. 3v.). No entanto, especifica-se nesta última condição que "*os almocreves que vierem a esta villa com cargas de vinho maduro, Basto ou verde, estes os poderão vender aos particulares desta villa, para gastos de suas cazas, sem pagarem siza*" (*Ibidem*).

a furto se acentou também ficacem reduzidas a número de quatro que serão Joaquim Ferrador, Manoel Pinto Barbeiro e Francisca mulher do Faria e o Amaral e que todas as mais se tiracem licenças sendo lhe só permetido vender o que tiverem no termo de oito dias"[367].

Em 1 de Julho de 1779, os oficias, por terem sido informados que "*muita das carestias e perneciosos vinhos nascia de se venderem por conta de negociantes de fora com excecivos lucros que obrigavão as vendeiras a adulteralos e a muitas fraudes fazendo monopolios os ditos labradores que todos recahem no mizeravel povo, determinarão que os almotacés não permiticem licenças a vendeiras que não vendecem por sua conta estabelecidas*"[368].

No mesmo sentido, em 5 de Fevereiro de 1791 (numa vereação que, como adiante veremos, tentou uma recuperação e reforço da autoridade da câmara, foi aprovado um requerimento do procurador do Concelho para que o escrivão não passasse qualquer licença para a venda do vinho sem despacho do Senado pois assim haveria "*melhor conhecimento não só da qualidade das pessoas que pertendecem vender vinhos como dos mesmos vinhos*"[369].

Parece, contudo, que as medidas referidas, e principalmente a de 14 de Agosto de 1788, tiveram um efeito algo perverso, tendo chegado ao conhecimento do Senado alguma desordem na vila em relação à venda dos vinhos, por insuficiência das "vendas" e pelo facto de os vendeiros supra referidos, ao contrário das ditas licenças, só venderem quando querem e não todo o ano[370]. Perante isto, os oficiais decidiram mandar apregoar que quem quisesse licença para vender vinho maduro viesse à câmara em sessão futura "*para se obrigarem e terem a taberna aberta todo o anno dos vinhos a que se obrigarem com cominação de que não se obrigando ao referido se lhes negar licença e não serem mais admetidos pelo anno adiante abrirem taberna*"[371]. Em consequência desta decisão, depois de " *se enformarem sobre a abundância de vinhos e saberem se poderiam ou não satisfazer ao dito encargo e obriga*"[372], estiveram presentes, em 12 de Março de 1791, João de Azevedo Pacheco, Manuel Fernandes Barbeiro, Victor Luís de Oliveira, Francisco André, Joana Maria, Custódia Maria e Francisca Pereira, foi-lhes

---

[366] *Ibidem.*
[367] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 59v..
[368] *Ibidem*, fl. 75v..
[369] *Ibidem*, fl. 106.
[370] Cf. *Ibidem*, sessão de 2-03-1791, fl. 108-108v..
[371] *Ibidem*, fl. 108v..
[372] *Ibidem*, fl. 109.

concedida a licença para a venda de vinho maduro, obrigando-se "*a ter taberna aberta e surtida athe dia de São Miguel* [...] *sujeitando-se aos encargos do concelho*"[373]. Ainda no mesmo ano, em 16 de Novembro, o Senado voltou a alertar para que a vendeiro algum se passe licença, sem ele se obrigar a ter a sua venda provida de vinhos até ao S. João, bem como que qualidade de vinho vai vender durante a licença, com pena de 6 mil réis e 30 dias de cadeia[374].

Em 15 de Dezembro de 1792, oito vendeiros obrigaram-se a vender vinho maduro de boa qualidade[375], até ao S. João, pelo preço de 25 réis o quartilho, a selarem as pipas e a "*dar parte na sua avertura para se saver a qualidade do vinho*"[376].

Em 13 de Abril de 1796, o Senado mandou novamente que se notificassem os vendeiros para que "*na primeira Camara viecem declarar a qualidade de vinhos que quizecem vender nas suas tabernas até ao dia de São Martinho* [...] *obrigandoce juntamente a ter as suas tabernas providas do vinho que escolherem vender athe ao dia com declaração que não poderão virar dentro do dito tempo para outra espece de vinho diverço*"[377]. Aos que não viessem seria rasgada a respectiva licença e ficariam proibidos do exercício desse negócio até ao final do ano[378].

Na sequência desta decisão, três dias após, apareceram na câmara 31 vendeiros que se obrigam aos vinhos verdes, 3 que se obrigam ao de Basto e 4 ao maduro[379]. Elucidativa e importante é a condição que a todos é imposta: os primeiros "*não poderão alegar falta nos condutores dos ditos vinhos por mais de tres athe quatro dias*"[380]; os segundos "*por mais de sete ou seis dias*"[381] e os últimos "*por mais de oito ou nove dias*"[382], todos sujeitos à mesma pena de 6 mil réis.

Em 7 de Dezembro, renovaram-se as obrigas para 1797, tendo-se comprometido 29 vendeiros para o vinho verde, 3 para o de Basto e 6 para o maduro, sendo a maioria deles os mesmos da obriga anterior. Mais uma vez assumiram o compromisso de não

---

[373] *Ibidem*, fl. 110-110v..
[374] Cf. *Ibidem* , fl. 126v.-127v..
[375] Convém referir que esta obriga "colectiva" vem a seguir a uma sessão de 24-11-1792, na qual a câmara tomou a decisão, algo desfasada e de difícil enquadramento e explicação, de que houvesse apenas um vendeiro - Joaquim Ferrador - para este vinho. (Cf. *Ibidem*, fl. 151v.-152v.).
[376] *Ibidem*, fl. 152v.-153. Os obrigados foram Joaquim da Costa, Francisco André, Manuel Martins, Manuel Fernandes, Micaella de Souza, Custódia Maria, João de Azevedo e João José de Faria. É curioso que todos assinam o termo por mão própria, à excepção das mulheres que não assinam.
[377] *Ibidem*, fl. 325v.-326.
[378] Cf. *Ibidem*.
[379] Cf. *Ibidem*, fl. 326v. - 328.
[380] *Ibidem*, fl. 327.
[381] *Ibidem*, fl. 327v..
[382] *Ibidem*, fl. 328.

mudarem de vinho neste período, de, tendo vinho, o não esconderem ou tirarem à venda pública, tendo-lhes sido definida uma tolerância, se tivessem motivo justo (invernos, falta de almocreves ou carreteiros), até 8 dias para os vinhos maduros e de Basto e até 6 para os verdes[383]. Em 6 de Março de 1798, mais 35 vendeiros se obrigaram a ter as suas tabernas providas de vinho até ao final do ano, "*e no cazo de falta se lhe esperaria o tempo de quinze dias para o mandar vir*"[384].

No entanto, para 1799, "*atendendo a consternação em que se achava esta villa pella falta de vinhos verdes*"[385], apareceu, em 23 de Novembro de 1798, um vendeiro, Francisco Xavier Gomes, a propor-se para assumir sozinho a obriga dos vinhos verdes e, por ela, fornecer o vinho todo o ano[386]. Todavia, na sessão seguinte, Domingos de Miranda de Lima, por requerimento, propôs a mesma obriga por melhores preços[387] e comprometeu-se a colocar duas tabernas por rua.[388]. Quando, contudo, lhe foram pedidas as fianças para fazer o dito contrato, ele disse que não as tinha pelo que aquele foi anulado e o vendeiro preso por ter iludido o Senado. Em termos de actas, não é clara a situação em que ficou a venda dos vinhos verdes. A população reagiu mal a esta tentativa de monopolizar a obriga dos vinhos verdes e o Senado decidiu, para resolver a situação, convocar, através da afixação de editais, a nobreza e o povo para a sessão de 7 de Maio de 1799[389].

Nessa sessão, estiveram presentes catorze nobres e alguns elementos do povo[390], "*para efeito de se deferir aos autos de embargos remetidos a esta câmara sobre a obriga dos vinhos verdes se hera ou não util e se devia ou não continuar*"[391], tendo todos assentado "*uniformemente que não hera útil ao público e que não devia continuar e que esta câmara devia passar licenças na forma antiga as taberneiras capazes que quizessem vender*"[392].Na sequência desta posição, decidiu-se que a obriga dos vinhos verdes feita anteriormente ficasse sem efeito ("*nem o contrato della verdadeiramente*

---

[383] *Ibidem*, fl. 374-376.
[384] Cf. *Ibidem*, fl. 427v..
[385] *Ibidem*, fl. 445v..
[386] Pelos preços de 15 réis/quartilho de 1-12-98 a 31-3-99; 17,5 réis/quartilho de 1-04-99 a 30-6-99; a 20 réis/quartilho de 1-7-99 a 30-11-99. (Cf. *Ibidem*, fl. 445v.-446).
[387] De 1-12-98 a 31-3-99 por 15 réis/quartilho; de 1-5-99 a 11-11-99 a 17,5 réis/quartilho. (Cf. *Ibidem*, fl. 446v.).
[388] Cf.I *Ibidem*.
[389] Cf. *Ibidem*, fl. 462-462v..
[390] Sabemos que são catorze nobres porque eles assinam, por mão própria e individualmente, a acta, enquanto "*pelo povo assinou o seu procurador Luís António de Sousa*" (Cf. *Ibidem*, fl. 463).
[391] *Ibidem*.
[392] *Ibidem*.

se chegou a efectuar"[393]) e que se passassem licenças a todas as pessoas capazes e que fossem aprovadas pelo Senado. Logo na mesma sessão taxaram o vinho verde e dezasseis pessoas se obrigaram[394], terminando assim a fase conturbada provocada por uma tentativa de alterar um procedimento que, além de antigo, envolvia muitos vendeiros.

Os preços e a qualidade dos vinhos continuaram, porém, a ser uma preocupação para a câmara. Por isso, não obstante o decidido na sessão de 7 de Maio, "*por ser prejudicial ao bem comum a multiplicidade de vendas que há nesta villa concistindo a mayor parte dellas em taberneiros aselariados por atracadores deste género* [vinho] *que percizamente o hão de fazer subir a hum preço alto para deduzirem os seos entereces desperpocionados aos preços das* compras"[395], decidiram os oficiais, em 26 de Novembro de 1800, que apenas ficassem abertas cinco vendas de vinho maduro, quatro de vinho de Basto e nove de vinho verde[396]. Os vendeiros definidos só poderiam vender os vinho que lhe fora atribuído, tendo dezoito dias para acabar os que, entretanto, tinham na loja.

Verifica-se, assim, que havia uma grande profusão de vendeiros de vinho na vila e que a câmara sempre tentou ter o maior controle possível sobre a sua comercialização, pretendendo sempre (pelo menos aparentemente) nos procedimentos adoptados para tal, zelar pelos interesses do povo, no que respeita a preços e qualidade. Claro que também sobressai evidente das fontes que, como veremos adiante, pelas infracções e condenações descritas, os efeitos práticos dessas medidas ficaram muito aquém do pretendido.

Os preços dos vinhos eram tabelados pela câmara, como se pode ver no quadro VIII, normalmente mais do que uma vez por ano, sem haver no entanto, como para outros locais[397], rigidez, nem no número de vezes nem nas alturas do ano em que tal era

---

[393] *Ibidem*, fl. 463v..

[394] Cf. *Ibidem*, fl. 463v.. Doze assinam por mão própria, enquanto por outras quatro vendeiras assina Bernardino António Carneiro Flores.

[395] *Ibidem*, fl. 507.

[396] Vendas de vinho maduro - as de João José de Faria, Margarida Rosa, João de Azevedo Rabelo, José Pereira Barbosa e Antónia de Souza; de vinho de Basto - as de Manuel Martins, Luís da Costa Preto, Clemente José e José António de Lima; de vinho verde - as de José Fernandes, Manuel José Pinto, Domingos de Miranda, Francisco José Faneca, José Francisco Graço, Cosme José, Francisco Soares, Francisco Luís Marques e Custódia Margarida. (*Ibidem*, fl. 507-507v.).

[397] Em Rates, no século XVIII, "*a Câmara reformava-lhes as posturas duas vezes no ano, isto é, uma no mês de Janeiro e outra pelo S. João, notando-se entre elas uma diferença de mais alguns réis*" (AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2, p. 315).

feito. Em vila do Conde, pode-se genericamente constatar que havia uma taxação ou duas até ao final da primeira metade do ano (a maior parte das vezes Março, Maio e Junho) e, depois, com alguma regra, uma outra à volta do dia de S. Martinho, independentemente de outras que surgem nesta fase do ano. Havia, além disso, sessões em que se tabelava unicamente um ou dois vinhos[398]. Tudo isto resultaria de uma contingência dos preços inerente à dependência praticamente total do exterior e, portanto, além de sujeita às conjunturas anuais das quantidades produzidas, também condicionada pelas regras do comércio. Demonstrativas do que se acaba de dizer, são, quando aparecem, as justificações dadas para as alterações dos preços: a escassez ou a abundância das produções em determinados anos[399]; em consequência da última, a barateza a que os lavradores o vendiam[400], ou a falta deles por o preço ter baixado em excesso e os lavradores o não venderem[401]; a previsão da fertilidade do ano[402]; a concorrência ou a venda concomitante de vinhos nos e vinhos velhos[403]; ou, ainda, as tentativas de, com misturas, falsificar os vinhos[404].

Depois de definidos os preços, da postura eram informados os almotacés, para que a fizessem aplicar e vigiassem o seu cumprimento, e, por pregões, o povo.[405]

Os preços eram, como acima se disse, normalmente tabelados por um valor máximo correspondente à melhor qualidade, sendo permitido aos almotacés que, sendo aquela inferior, os taxassem "*conforme o seu merecimento*". Houve também casos em que se previu a situação inversa. Assim, por exemplo, na sessão de 10 de Março de 1792, após se ter estipulado o preço dos vinhos verde e de Basto (vd. quadro VIII), decidiu-se que se houvesse "*vendeiro que tenha vinho maduro com as qualidades atendíveis a outro presso requerera em Camara para se lhe dar o justo vallor do merecimento ou qualidade*"[406], enquanto na de 18 de Julho do mesmo ano, se salvaguardou que, não obstante a postura saída desta sessão, "*cazo em que se verifique*

---

[398] Por exemplo as de 14/07/1788, 01/07/1789, 15/12/1792, etc.
[399] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 125v.-126v., 144-145 e, especificamente para o vinho maduro, fl. 225v.-226 (situações de escassez). Para situações de abundância, Cf. *Ibidem*, fl. 275-275v., fl. 502-503v..
[400] Cf. *Ibidem*, fl. 55v..
[401] Cf. *Ibidem*, fl. 58v. -60;
[402] No caso concreto, o de 1789 (Cf. *Ibidem*, fl. 63).
[403] Cf. *Ibidem*, fl. 125v.-126v. e 288v.-289v..
[404] Cf. *Ibidem*, fl. 502v.-503v..
[405] Cf. *Ibidem*, por exemplo, fl. 410v.-411.
[406] *Ibidem*, fl. 136v..

qualidade superior [...] *poderão os taverneiros podem requerer a postura do merecimento a este mesmo a este mesmo Senado que a rezerva para si*"[407].

Esta relação entre o preço do vinho e a "*qualidade do seu merecimento*"[408] era estabelecida pelo Senado[409], após a verificação daquela feita a partir de amostras que os vendeiros levavam à câmara. No concreto, esta tarefa era feita pelos executores do Senado, normalmente vendeiros eleitos por aquele órgão de entre "os *mais inteligentes na compra dos vinhos*"[410].

É óbvio que estas decisões vão ser tentadoras de práticas de fraude, como sucedeu, em Novembro de 1799, com Francisco José Faneca, vendeiro de vinho verde, que, tendo apresentado na câmara uma amostra de bom vinho verde, requereu que lhe permitissem exceder a postura. Quando foi averiguado se o vinho de casa era igual ao da amostra, constatou-se que, na realidade ele tentara enganar a câmara e, por isso, foi condenado com 6000 réis pagos de cadeia[411].

Finalmente, convém registar que o preços dos vinhos sofreu o agravamento de um real em quartilho a partir da sessão de 24 de Novembro de 1792, em função do imposto para a ponte, decretado por ordem Real (o já foi explicado noutro enquadramento deste trabalho).

Fazendo uma apreciação dos preços, em termos comparativos, constata-se desde logo que os preços dos vinhos cá, no período em estudo, eram ligeiramente superiores aos praticados, por exemplo em Penafiel[412] e no Porto[413] e bastante superiores, no vinho verde, por exemplo, aos de Rates[414].

---

[407] *Ibidem*, fl. 144v..
[408] *Ibidem*, fl. 464v..
[409] Cf. *Ibidem*, fl. 162v.-163 e 464-464v..
[410] *Ibidem*, fl. 441v..
Em 01-09-1798, por exemplo, escolheram João José de Faria, João António Pereira do Lago, João de Azevedo Rabelo e Francisco André Amaral para "*fazer milhor sellação sobre o merecimento dos ditos vinhos* [maduros]", (*Ibidem*, fl. 441-441v.).
[411] Cf. *Ibidem*, fl. 481.
[412] SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos - *op. cit.*, pp. 270-277. Por exemplo, para esta localidade, em 1786 o preço do vinho verde era 10 réis e em 1800, o novo a 12,5 réis e o velho a 20.
[413] Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal ... (op. cit.)*, pp. 82-83.
[414] Vd. AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2 , p. 346.

Quadro VIII

Preços dos vinhos em Vila do Conde - 1786 /1800
(réis/quartilho)

Data	Vinho verde	Vinho de Basto	Vinho maduro	A.M.V.C. - Liv. actas das sessões, lv. 38 (fls)	Observações
1786-08-26	12,5	17	22	20-20v	Preço máximo
1786-11-18	13	17	20	23	
1787-10-27	10	14	18	36v-37	
1788-06-21	8	10	18	55v	Não exceda
1788-07-14		12,5		57	
1788-08-14	10	15	20	59v	
1788-11-22	8	12,5	15	62-63	Não exceda
1789-07-01	11	20		74-75v	
1791-10-05	15	20	25	125v-126v	Não exceda
1791-11-16	15	17,5	25	126v-127v	Não exceda
1792-03-07	12,5	20	22,5	135-136	
1792-03-10		15	20	136-137	
1792-06-30	10	17,5	20	143v-144	
1792-07-18	12,5	15	20	144-145	
1792-11-24	10		25	151v-152v	
1792-12-15	11	15	25	152v-153V	
1792-12-19		16		153v-154	
1793-06-26	11	15	20 a 25	162v-164	
1793-11-23	10		20	167v-168	
1794-05-24		15	23	179v-180	
1794-11-12	10		20	220v-221	
1794-11-26		15	23	225v-226	
1795-07-01	9		22	275-275v	
1795-10-24	9	15		288v-289v	
1795-11-14	10	20	20	293-293v	
1796-11-23	15	18	25	372v-374	Não exceda
1797-07-01	15	20	20	410v-411	
1797-09-02			23	414v-415	
1797-10-04	18	22		415-415v	
1797-11-29		15		420v-421	
1798-06-14	12,5	20	20	437v-438	
1798-06-30	20	22,5	25	438-439	
1798-08-11		17,5		440-440v	
1798-09-01		22,5	30[415]	441-442	
1798-11-17	12,5		22,5	445-445v	
1799-01-23				445v-446	
1799-05-07	15	25		462v-464	
1799-05-11		30	30	464-464v	
1799-11-07	12,5	27	30	480	A 20 o vinho verde velho
1800-03-08	20	30	35	488-489	
1800-03-28	17,5		30	489-489v	a 25 o verde velho "bom bom"
1800-09-20	20		40	502v-503v	Não exceda

Fonte: A.M.V.C. - Lv. Actas das Sessões, lv. 38.

[415] Se, segundo os avaliadores da qualidade deste vinho, ele não tiver merecimento para tal preço e, ainda "*cazo que aconteça ser muito o provimento do dito vinho que venha a esta villa e não tenha o merecimento que se quer para a dita postura* [...] , *poderão elles ditos vendeiros nomiados como fiscaes repartir o dito vinho pelas mais tabernas para se vender a preço de vinte e sinco reis o quartilho*" (*Ibidem*, fl. 441v.).

Numa análise dos preços em si mesmo e da sua evolução no nosso enquadramento cronológico, constata-se, conjugada a leitura do quadro VIII com a mensagem visual dos gráficos 4,5 e 6:

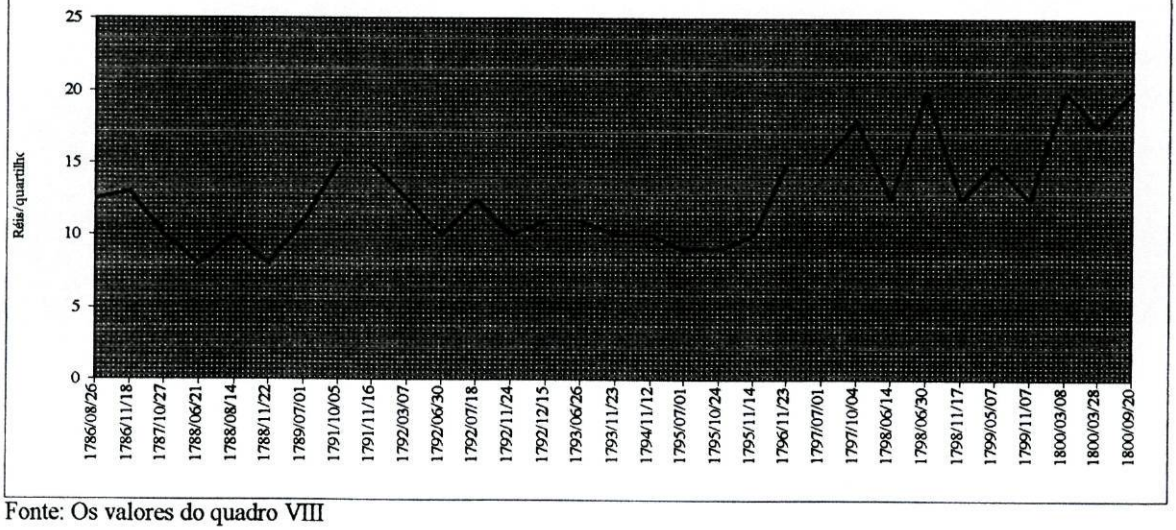
- antes de mais, que em qualquer um dos vinhos há uma grande inconstância nos preços com subidas e descidas frequentes, por vezes até seguidas, mantendo-se, porém, sempre, por ordem crescente de preço, vinho verde, de Basto e maduro;

- ressalta também claro que, nas flutuações de preços referidas, o vinho verde é aquele em que elas são maiores;

As situações evidenciadas nas conclusões anteriores verificam-se um pouco por toda a região de Entre-Douro-e-Minho[416].

- não obstante todas as oscilações de preços, em termos de evolução entre 1785 e 1800, todos os vinhos apresentam uma nítida subida dos preços, a qual se enquadra, aliás, dentro da subida geral de final de século, verificada um pouco em todas as regiões[417].

Gráfico 3
Evolução do preço do vinho verde (1786-1800)



Fonte: Os valores do quadro VIII

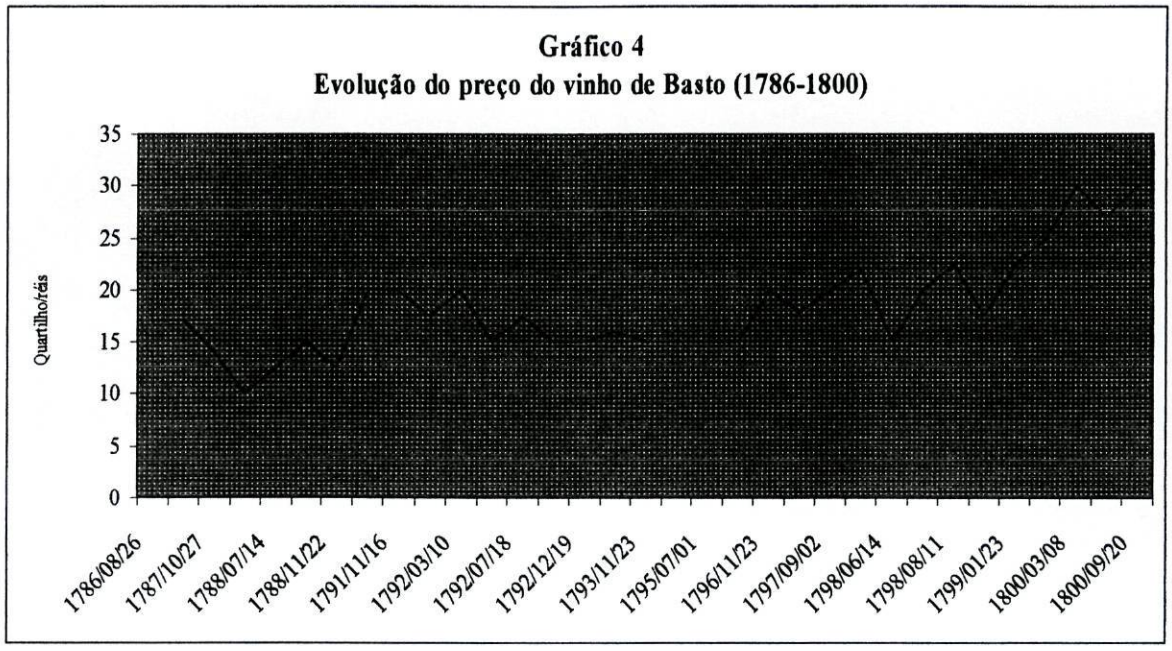
---

[416] Manuel Amorim conclui o mesmo para a vila de Rates (vd. Idem - *ibidem*, p. 315).

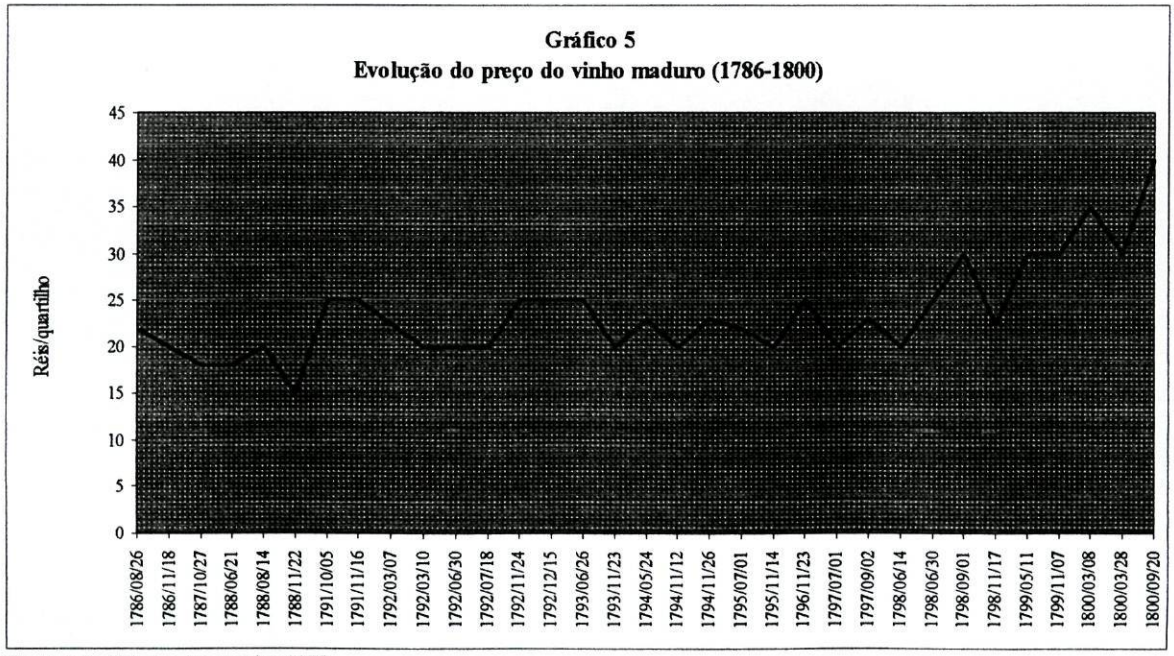
Especialmente para a zona de Entre-Douro-e-Minho vd. OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a história dos preços ... (op. cit.)*, quadros e gráficos finais. Ainda para a mesma região e para outras, vd. GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal ... (op. cit.)*, pp. 83, 88, 181-183.

[417] Cf. Nomeadamente Porto, Bragança e Lisboa (vd. GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal ... (op. cit.)*, pp. 83, 88, 181-183) e Entre-Douro-e-Minho (vd. OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a história dos preços ... (op. cit.)*, pp. 18-19, quadros e gráficos finais).

Esta situação parece algo contraditório com as eventuais enormes produções dos finais do século que terão levado, no inquérito de Custódio José Gomes Vilas-Boas, um anónimo a responder: "*Parece se não deve augmentar o vinho por ser já tanto que nem o Reyno nem os Estrangeiros, nem os Lambiques lhes*



Fonte: Os valores do quadro VIII



Fonte: Os valores do quadro VIII.

dão consumo por ficarem muitas adegas intactas" (Cf. AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2, p. 315, nota 41).

Façamos, antes de encerrarmos este ponto, uma obrigatória mas rápida referência às principais infracções cometidas no âmbito desta actividade, bem como às principais condenações aplicadas, pois, se como já se expôs, as actuações ilegais foram frequentes na venda do pão e da carne, na do vinho, as tentativas de fraude, de ultrapassar o estipulado pelas posturas, de fuga aos compromissos assumidos nas obrigas, foram-no em muito maior dimensão (ou, pelo menos, são muito mais evidentes nas fontes).

Os dois motivos por que a câmara mais vezes condenou os vendeiros de vinho foram a venda sem licença[418] e por preço superior ao da respectiva postura decidida pelo Senado[419]. Em relação ao primeiro, se na maioria das vezes o que acontecia era que o vendeiro não tinha mesmo a licença, noutras situações o que se verificava era que a postura tinha sido concedida para determinado vinho e o comerciante vendia outro ou até aquela só autorizar um e ele vender dois ou os três tipos de vinho. O excesso de preço assumiu, na quase totalidade dos casos o significado literal da expressão, mas, por vezes, traduziu situações em que resultaram do facto de ser vendido um tipo de vinho pelo preço do outro (por exemplo, de Basto pelo preço de maduro) ou ainda outras em que o vendeiro tinha, do mesmo vinho, duas qualidades diferentes (uma para mostrar às fiscalizações), mas que vendia, ambas, pelo preço melhor.

Houve, depois, um outro motivo de grande importância que foi alvo da preocupação e de actuação da fiscalização da câmara – as tentativas de fraude nas

---

[418] Assim aconteceu em: 06-09-1786 (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 20v.-21); 07-08-1789 (A.M.V.C. – Liv. das correições dos almotacés, lv. 2514, fl. 1v.); 28-10-1793 (*Ibidem*, fl. 7v.); 10-12-1794 (*Ibidem*, fl. 12v.-13); 10-03-1795 - dois casos (*Ibidem*, fl. 14-14v.); 30-04-1795 (*Ibidem*, fl. 15v.-16v.); 04-11-1795 - dois casos (*Ibidem*, fl. 19v.); 19-01-1796 (*Ibidem*, fl. 20v.-21); 25-07-1796 - três casos (*Ibidem*, fl. 23v. e 24v.-25); 17-11-1798 (*Ibidem*, fl. 34-34v.); 04-12-1798 - dois casos (*Ibidem*, fl. 34v.-35v.); 09-05-1799 (*Ibidem*, fl. 37v.); 10-05-1799 (*Ibidem*, fl. 37v.-38); 28-06-1799 - dois casos (*Ibidem*, fl. 39-39v.); 06-08-1799 (*Ibidem*, fl. 39v.-40); 17-09-1800 - quatro casos (A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2515, fl. 2-3); 30-09-1800 (*Ibidem*, fl. 5).

[419] 06-09-1786 (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 20v.-21); 14-07-1788 - vários vendeiros (*Ibidem*, fl. 57); em 15-12-1790, a partir de uma queixa e ouvidas várias testemunhas que a confirmaram, condenaram-se pelo mesmo motivo três vendeiras, mas depois verificou-se que não era totalmente verdade o deposto e aquelas foram aliviadas (*Ibidem*, fl. 99v.-100); 31-03-1792 (*Ibidem*, fl. 137v.-138v.); 09-12-1795 (*Ibidem*, fl. 296-297v.); 15-07-1797 (*Ibidem*, fl. 412-413); 16-11-1799 (*Ibidem*, fl. 480v.-481); 07-08-1789 (A.M.V.C. – Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 1v.); 13-08-1793 (*Ibidem*, fl. 7); 20-12-1793 (*Ibidem*, fl. 8v.-9); 06-11-1794 (*Ibidem*, fl. 11v.-12); 16-12-1794 (*Ibidem*, fl. 12v.-13); 10-03-1795 - dois casos (*Ibidem*, fl. 14-14v.); 30-04-1795 (*Ibidem*, fl. 15v.-16v.); 04-11-1795 - dois casos (*Ibidem*, fl. 19v.); 19-01-1796 (*Ibidem*, fl. 20v.-21); 25-07-1796 – três casos (*Ibidem*, fl. 22v., 23v.-24 e 24v.-25); 15-08-1796 - dois casos (*Ibidem*, fl. 25-25v.); 16-08-1796 (*Ibidem*, fl. 26-26v.); 01-10-1796 (*Ibidem*, fl. 27-27v.); 12-11-1796 (*Ibidem*, fl. 27v.-28); 12-08-1797 (*Ibidem*, fl. 32v.-33); 08-10-1798 (*Ibidem*, fl. 34); 17-11-1798 (*Ibidem*, fl. 34-34v.); 04-12-1798 - dois casos (*Ibidem*, fl. 34v.-35v.); 20-12-1798 (*Ibidem*, fl. 36v.); 09-05-1799 (*Ibidem*, fl. 37v.); 10-05-1799 (*Ibidem*, fl. 37v.-38); 12-11-1799, embora a condenada, a vendeira de vinho verde, Ana Luisa da rua das Hortas, tenha apelado para o Senado e sido, por este, aliviada da pena. (A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2515, fl. 1v.); 17-09-1800 - cinco casos (*Ibidem*, fl. 2-3); 20-09-1800 - três casos (*Ibidem*, fl. 3v.-4v.); 22-09-1800 (*Ibidem*, fl. 4v.-5); 30-09-1800 (*Ibidem*, fl. 5).

quantidades e qualidades comercializadas. Por ser questão relevante neste assunto, traçamos sinteticamente os seus principais vértices, resumindo um exemplo concreto[420].

Em 17 de Fevereiro de 1796, por ser público que muitas vezes os contratadores de vinho cá costumavam meter pipas "*a que elles chamão de conta as quaes são contudo falcificadas*"[421], porque tinham vinho a menos ("*não só canadas mas almudes*"[422]) e, porque tal constituía prejuízo público, decidiram os oficiais mandar lançar pregões pela vila para que "*nenhuma vendeira despejace mais vinho para taberna sem ser primeyramente medida pella medida do concelho*"[423]. As penas para as vendeiras que não cumprissem esta norma seria de 1000 réis[424] e toda a pipa que se achasse sem medida seria queimada e o contratador condenado em 1000, 2000 ou 6000 réis consoante fosse a reincidência. "*As vendeiras os não acuzão pella razão de serem obrigadas muitas vezes devedoras e sempre dependentes dos ditos negociantes de vinhos*"[425].

Ainda na mesma sessão, por também ser consabida a falsificação que muitos taberneiros faziam nos vinhos que levavam para a amostra (levando vinho do bom ou misturando-lhes vinhos de melhor qualidade do que o que tinham para venda "*para extorquir maior postura para milhor rouvar o povo*"[426]), "*determinarão que todas as pipas de vinho que daqui em diante se ouverem de vender não sejão postas nem almotaçadas sem primeyramente serem selladas e marcadas com toda a segurança pellos Almotacés e dipois de fichadas e selladas se lhes extrahirá o vinho para a postura*"[427]. As penas previstas são as mesmas da situação anterior e de todas estas determinações, decidiu-se que seria dada cópia aos almotacés[428].

---

[420] Outros casos houve: vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, , lv. 2514: 28-10-1793, fl. 7v.-8; 12-07-1794 (*Ibidem*, fl. 11-11v.); 21-02-1796 (*Ibidem*, fl. 21-21v.); 23-02-1796 (*Ibidem*, fl. 21v.-22); 25-07-1796 - 7 casos (*Ibidem*, fl. 22v.-23v.); 12-08-1797 (*Ibidem*, fl. 32v.-33); vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, , lv. 2515: 17-09-1800, fl. 2-3; 20-09-1800 (*Ibidem*, fl. 3v.-4).
Na Correição de 14-10-1795 ordena-se "*que se selacem algumas pipas de vinho verde que estavão principiadas, a vender,* [...] *para se evitar as misturas que nos taes vinhos podião fazer*" (A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 17v.).

[421] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 311.

[422] *Ibidem*.

[423] *Ibidem*, fl. 311v..

[424] Metade para despesas do concelho e metade para o oficial que as surpreendesse no dito acto. O acto teria de ser comprovado por duas testemunhas. (Cf. *Ibidem*, fl. 311v.-312).

[425] *Ibidem*, fl. 311-311v..

[426] A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2515, fl. 3v..

[427] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 312-312v..

[428] Para todo este caso, cf. *Ibidem*, fl. 310v.-313.

Cerca de ano e meio após, em 15 de Julho de 1797, o Senado voltou a determinar que "*se praticace e observace o Acórdão e determinação da câmara passada feito em dezacete de Febereiro do anno passado a respeito das pipas de vinho e vendeiros delle com as penas no mesmo estavelecidas*"[429], o que é, por um lado, demonstrativo que o problema se manteria e, por outro, revelador da importância atribuída pela câmara à questão, essencialmente pelos efeitos nefastos que ela poderia trazer para o público.

Além destas (sem dúvida as mais graves), variadas outras infracções foram praticadas e que, pelo que revelam as fontes, a autoridade local também penalizou. São os casos, por exemplo, de os vendeiros não terem raro no funil[430]; terem a porta da venda fechada em dia e hora em que, pela obriga, deveria estar aberta[431]; excederem os prazos definidos na obriga para estarem sem vinho na taberna[432]; desrespeitarem os clientes, os almotacés e os encargos da almotaçaria[433]; terem cães[434]; não cumprirem condenações anteriores[435].

Também aqui, todos os montantes resultantes das condenações revertiam para despesas do concelho, retirada a terça para Sua Majestade e, como se viu, às vezes parte para o denunciador ou oficial que apanhava o infractor em flagrante.

3.3.3. O Azeite

O azeite era outro dos produtos de cujo abastecimento a vila dependia totalmente do exterior. Localidade inserida numa região climática totalmente adversa ao cultivo da oliveira, Vila do Conde sempre o importou para consumo, além de ter servido como interposto de venda para o estrangeiro[436], nomeadamente para a Galiza. A prová-lo está

---

[429] *Ibidem*, fl. 412 v.
[430] vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 1v..
[431] vd. *Ibidem*, fl. 2.
[432] vd. *Ibidem*, fl. 28v.-30.
[433] vd. *Ibidem*, fl. 5v.-6, 25-25v. e 39. É elucidativo o que se relata no caso referido em primeiro lugar, ocorrido em 17-01-1793, durante o acto de Correição n.º 14, e no qual Gervásio José de Carvalho é condenado "*por tractar com insivilidade a elles Almotacés fazendo na prezença delles acçoens petulantes e tirando a torneira de huma das pipas como quem lhe dava com ella na cara proguntando lhes elles ditod Almotacés se ambas as pipas tinhão vinho por hirem no dito acto da correição*".
Vd. ainda, A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2515, fl. 2v. e A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 296v.-297.
[434] vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, fl. 561v.-562.
[435] vd. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2515, fl. 8-8v..
[436] O século XVIII foi um período próspero na produção de azeite, tendo este produto passado a ter, neste período, um peso importante nas exportações do nosso País (Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira - *História*

o facto de, devido às relações conflituosas da altura, o azeite ser um dos produtos proibidos[437] pela ordem, datada do Quartel General de Viana de 29 de Setembro de 1800, vinda do Governo de Armas da Província, de sair do porto desta vila para a essa região de Espanha[438], o que significa, antes de mais, que ele era normalmente exportado daqui para lá.

A venda do azeite cá estava sujeita a, pelo menos, duas tributações: desde logo ao imposto da sisa e, depois, pagava o vendeiro ou quem trouxesse o azeite[439] a imposição dos armazéns, isto é, "*cada carga de azeite, sendo de besta mayor que vem vender, ou vier de fora para esta villa para melhor se vender cento e secenta réis* [...] *e sendo carga menor pagará cada carga quatro vinténs*"[440]. Todavia, esclarece-se no autos desta renda para 1797 e 1800, que, se o azeite for vendido aos conventos desta vila, pagará apenas metade do indicado[441].

O azeite era vendido por vendeiras - as chamadas "azeiteiras" - que tal obtinham licença da câmara[442] e que tinham que o fazer pelos preços que aquela estipulava e que, entre 1788 e 1800, foram os sistematizados no quadro IX.

Os preços eram sempre tabelados para que o azeite se "*vendece por miúdo*"[443], isto é "*aquartilhado ou acanadado*"[444], sendo, por vezes, como sucedia para os vinhos, estipulado o preço máximo por que ele poderia ser comercializado[445].

Como se pode verificar pela análise, quer do Quadro IX, quer do Gráfico 6, a evolução dos preços do azeite é irregular[446], devendo as razões para tal ter muito de comum com as atrás apontadas para o caso dos vinhos. Claro que a juntar a essas, por

---

de Portugal... (op. cit.), vol. I, p. 525 e SERRÃO, José Vicente - *O quadro económico ... (op. cit.)*, pp. 105-111).

[437] Os outros eram toda a qualidade de grãos, arroz, carnes e gados vivos. (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 504).

[438] Cf. *Ibidem* e A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 134, fl. 57v..

[439] A.M.V.C. - Autos das rendas dos armazéns, lv. 2154, 1796, fl. 2.

[440] *Ibidem*.

[441] Cf. *Ibidem*, 1796, fl. 2-2v. e 1799, fl. 2v..

[442] Por exemplo, em 30-08-1800 é determinado pela câmara que, em relação às posturas aprovadas nesse dia (referidas adiante no corpo do texto), as vendeiras "*obrando o contrário lhes cassarão as licenças*" (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 501v.).

[443] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 413v..

[444] *Ibidem*, fl. 288v..

[445] Como sucedeu nas posturas de 24-10-1795 (*Ibidem*, fl. 288v.-289) e 28-06-1800 (*Ibidem*, fl. 497v.).

[446] Aliás, o mesmo se verifica ao longo dos séculos XVI (vd. LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, nºs 11 (Jun. 1993), p. 20 e n.º 12 (Dez. 1993), p. 5) e XVII (vd. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 91-92) e para Rates no século XVIII (vd. AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2, pp. 315, 316 e 346).

vezes os oficiais, na altura da postura de novos preços, apontavam outras mais imediatas: "*attendendo a necessidade e carestia do azeite*"[447]; tendo em conta os requerimentos dos vendeiros que na vila o vendem[448]; ou, finalmente, "*visto estar em preço mais módico*"[449].

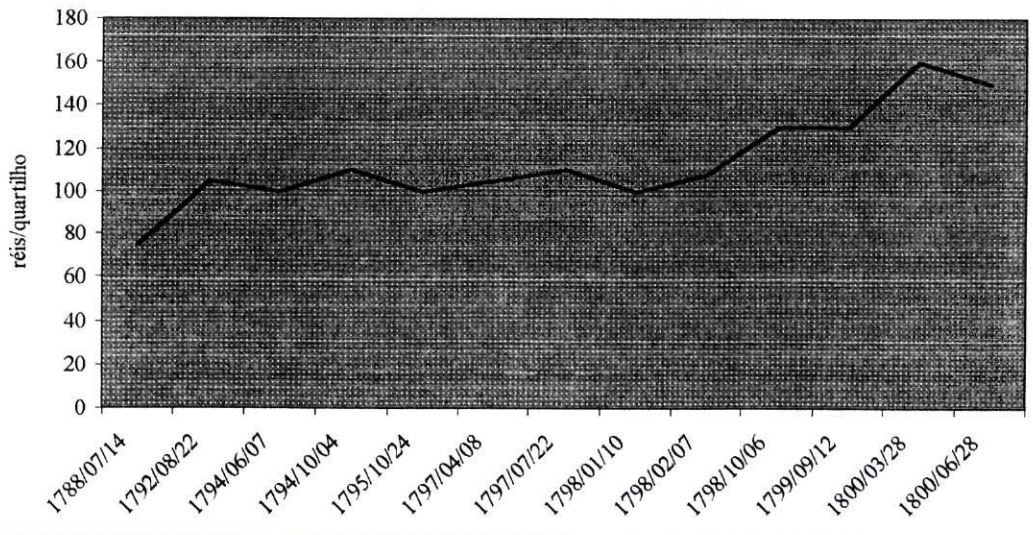
Quadro IX

Preços do Azeite em Vila do Conde (1788-1800)

Data	Preço (réis/quartilho)	A.M.V.C. - Liv. Actas das sessões, lv. 30 e 38 (fls)
1788/07/14	75	56v/57
1792/08/22	105	146/146v
1794/06/07	100	184/185v
1794/10/04	110	213/213v
1795/10/24	100	288v/289v
1796/07/25	80	24[450]
1797/04/08	105	398v/399
1797/07/22	110	413/413v
1798/01/10	100	421v
1798/02/07	108	424/424v
1798/10/06	130	443/443v
1799/09/12	130	478/478v
1800/03/28	160	489/489v
1800/06/28	150	495v/497v

Gráfico 6

Evolução do preço do azeite (1788-1800)



Fonte: Os valores do quadro IX.

[447] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 57.
[448] *Ibidem*, fl. 184, 399 e 501.
[449] *Ibidem*, fl. 478v..
[450] A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 24. A data referida para o preço da postura é meramente indicativa, porquanto é a do acto de Correição, no qual se refere que a postura está a 80 réis.

Constata-se, no entanto, de forma inequívoca, que a tendência dos preços ao longo do período estudado é de uma progressiva subida, sobretudo acentuada a partir de 1798[451].

Relativamente aos problemas que se verificavam com a venda deste artigo, embora as fontes não forneçam muitas informações, percebe-se que, tal como nos produtos estudados anteriormente, também neste caso os oficiais camarários se depararam e tiveram que resolver questões ligadas a tentativas de especulação dos preços e fraude na qualidade do azeite.

Assim, por exemplo, em 3 de Agosto de 1800, o Senado determinou que o azeite se vendesse a 170 réis o quartilho, "*com a condição porém que os vendeiros do dito genero serão obrigados a prover as suas lojas de maneira que o Povo não sinta falta sem que possão arbitrariamente negarce a venda nem aumentar o preço por qualquer pertexto que seja sem que recorrão este Senado a quem poderão reprezentar as rezoens que se lhe oferecerem*"[452].

Do mesmo modo, em 25 de Julho de 1796, os almotacés condenaram a vendeira Ana Maria, criada de Maria de Campos, "*por vender borras em lugar de azeite ao povo e também por vender o dito azeite bom a cem réis estando a postura a oitenta réis*"[453].

---

[451] Para Rates, para Lisboa e para o Porto, embora a tendência de subida seja a mesma, os preços atingem valores consideravelmente mais elevados em Vila do Conde, principalmente nos anos finais do século (Cf. AMORIM, Manuel - *A vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XIII, n.º 2, pp. 315-316 e 346 e GODINHO, Vitorino Magalhães - *Prix et monnaies au Portugal ... (op. cit.)*, pp. 74, 82-83 e 178).

[452] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 501.

[453] A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514, fl. 24.

4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

4.1. As dependências externas

Em termos administrativos, Vila do Conde nos finais do século XVIII ficava situada na Província do Minho[454], comarca e Ouvidoria de Barcelos, Provedoria da cidade do Porto[455], senhorio da Sereníssima Casa de Bragança.

Todavia, nem sempre foi assim. Sofrendo as condicionantes impostas pela idiossincrasia do seu espaço (sinteticamente já delineadas), Vila do Conde vai também, ao longo dos séculos, ser alvo de disputas no que à sua jurisdição respeita.

Mesmo não sendo questão essencial para este estudo, pensamos ser importante, ainda que de forma breve, mas tão clara quanto possível, deixar aqui os principais marcos das mudanças de jurisdição sobre esta terra e cujas influências chegam ao nosso período de análise, em que conheceu este poder senhorial elementos de mudança potenciadores de alterações de vulto.[456]

Vila do Conde surge-nos pela primeira vez como senhorio laico aquando da doação *jure hereditario in perpetuum*[457] que dela fez D. Sancho I à sua amante, D.

---

[454] O que não era significativo para a sua organização politico-administrativa, dado que às províncias, neste período, não correspondiam *nenhumas atribuições nem magistraturas específicas, a não ser no plano militar. A divisão provincial subsistia como referência, quase sem ligação com centros de poder.*(MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, p. 309).

[455] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fol. 57v., de 09/08/1788, e fol. 332v., de 20/04/1796.

[456] Carta de Lei de 19/07/1790 (Secretário de Estado, José de Seabra da Silva) que, "*aplicada a todos os donatários sem excepção, aquela lei manda abolir as isenções de Correição e as Ouvidorias*" (SÁ, Victor de - *Época Contemporânea Portuguesa - I onde o Portugal velho se acaba*, Lisboa : Livros Horizonte, 1981, p. 33); e, em consequência desta, outra, que não vai ter uma incidência directa sobre o caso de Vila do Conde, o Alvará de 07/01/1792, que "*deu origem a uma nova demarcação dos territórios e comarcas do Reino* [...], *que esteve na base de notáveis estudos que nessa altura se fizeram sobre as províncias*"(*Ibidem*).

[457] TAROUCA, Carlos da Silva - *op. cit.*, p. 37.

Maria Pais, a *Ribeirinha*, em Julho de 1209[458] e pela qual o monarca ficou sem quaisquer direitos sobre ela.

Esta jurisdição passou através das gerações seguintes da família até chegar, em quarta geração, a D. Teresa Martins, casada com D. Afonso Sanches, filho ilegítimo de D. Dinis, os quais fundaram em 7 de Maio de 1318 o Mosteiro de Santa Clara[459], ao qual D. Maria de Vila Lobos, tia e testamenteira de D. Afonso de Albuquerque fez, entre 1367 e 1372[460], doação do senhorio da Vila, "*em cumprimento de legados por ele deixados ao mesmo convento*"[461].

Este senhorio eclesiástico da vila manteve-se até ao século XVI, centúria na qual, certamente pelo crescimento e importância que a vila conheceu com a Expansão, aliado ao reinado de D. João III - marcado, em geral, pela complexa personalidade do monarca e pelas suas tentativas de centralização do poder e, em particular, "*pela ausência de qualquer reconhecimento explícito do direito do Mosteiro à posse da jurisdição da vila*"[462]- passou novamente, e agora em definitivo, para mãos laicas, culminando de certa forma um processo de anexação de jurisdição à Coroa já tentado em intervenções anteriores[463].

Com efeito, a pretexto de o Mosteiro ter recebido indevidamente direitos alfandegários sobre barcos portugueses[464], que o juiz de fora da comarca do Porto, por

---

[458] Esta data é aceite pela generalidade dos autores (Cf., entre outros, FERREIRA, Mons. J. Augusto - *op. cit.*, p. 13 e MARQUES, José - *op. cit.*, p. 10) e que reúne fortes probabilidades de ser a correcta. No entanto, documentalmente não há suporte conhecido que a sustente de forma inequívoca. São assim de considerar importantes para o assunto o exposto na *Grande Enciclopédia... (op. cit.)*, p. 474, bem como o referido por Amélia Polónia, que, a partir de uma análise cuidada documentação, conclui que, se quisermos datar este facto em rigor, deveremos balizá-lo entre 1205 e 1209. (Cf. POLÓNIA, Amélia, - *op. cit.*, pp. 49-51).

[459] A data de início da sua construção não está totalmente dissipada de dúvidas: J. Pacheco Neves data esse início em 1314 (Cf. NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde... (op. cit.)*, p. 25); para Marta Miranda, no entanto, "*a escritura é lavrada em 1318, sendo confirmada pelo rei em 1319, iniciando-se de seguida a construção do mosteiro e da igreja*" (MIRANDA, Marta - *Vila do Conde.* Lisboa : Editorial Presença, 1998, p. 18), no que concorda, pelo menos em relação à escritura e confirmação, com Mons. J. Augusto Ferreira (Cf. FERREIRA, Mons. J. Augusto - *op. cit.*, p. 15); no entanto, esta data é rebatida de forma que consideramos bastante consistente na *Grande Enciclopédia... (op. cit.)*, p. 480, onde, embora não se aponte o ano exacto do início da construção, se dão elementos importantes que o aproximam bastante do referido pelo primeiro autor.

[460] Segundo opinião fundamentada de POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 53.

[461] LARANJA, Manuel A. Reis - *op. cit.*, n.º 9 (Jun. 1992), p. 12.

[462] POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 57.

[463] Por exemplo, aquando das contendas entre D. Afonso Sanches e o seu meio-irmão D. Afonso IV, entre 1323 e 1327 (cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *op. cit.*, vol.I, pp. 266.267) e aquando da morte de D. Martinho de Albuquerque, em 1356, sem descendentes, a qual culmina em 1367, quando D. Fernando a restitui à testamenteira de D. Afonso de Albuquerque. (Cf. POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 53 e *Grande Enciclopédia... (op. cit.)*, p. 480).

[464] Conforme acordo estabelecido com D. Duarte em 15 de Abril de 1435 (texto do acordo publicado por TAROUCA, Carlos da Silva - *op. cit.*, pp. 75-77).

nomeação régia, calculou no valor de 3.650$864 réis[465], o tribunal, por sentença de 31 de Agosto de 1528, condenou-o ao pagamento desse montante. Não tendo as freiras dinheiro para cobrir a dívida, e após várias diligências[466], D. João III, em 1537, fez a execução do senhorio e jurisdição que o Mosteiro tinha sobre a Vila. Três anos após, tendo sido autorizada pelo monarca a aquisição desta jurisdição por arrematação de quem mais desse (cobrindo pelo menos os nove mil cruzados), foi, em 19 de Julho, dada posse da vila a D. Duarte, irmão do rei[467].

Pelo casamento da filha deste, D. Catarina, com D. João, 6° Duque de Bragança, ficou o senhorio e jurisdição desta Vila a pertencer a esta casa até finais do século XVIII, ainda que com momentos de interrupção em que o senhorio regressou ao rei (como aconteceu em 1577, durante cerca de 25 anos e em 1630)[468]. Será certamente importante frisar (até para as decorrências deste elemento sobre a estrutura administrativa da vila, de que adiante falaremos), que, o 8° Duque de Bragança desde 1630, vai ser, também, a partir de 1640, D. João IV, rei de Portugal.

Vila do Conde, por estar integrada neste senhorio, pelo menos até 1790[469] está sob a alçada, como já foi dito, da Ouvidoria de Barcelos, ou seja, pelo direito de isenção de correição que a Casa de Bragança detinha para as suas terras, aquela não era feita na vila por um magistrado régio - Corregedor - mas pelo Ouvidor de Barcelos, magistrado que era o mais alto funcionário de nomeação deste senhorio[470]. Como se verifica, e não obstante a coincidência de atribuições e até de pessoas nas duas situações, elas

---

[465] A.M.V.C. - Liv. do Registo Geral, lv. 121, fl. 356-365v., publ. por SANTOS, Monteiro dos - *A jurisdição de Vila do Conde na posse do duque de Bragança*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova Série, n.° 2, (Jul. 1988), pp. 24-31. Sem a preocupação de excessivos preciosismos, convirá talvez fazer um ponto de ordem relativamente aos valores divulgados: FERREIRA, Mons. J. Augusto - *op. cit.*, p. 30, refere o valor de *nove mil cento e vinte e cinco cruzados (3:640$000 réis)*; NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde ... (op. cit.)*, p. 28, indica a importância de *3 600$00 réis*; POLÓNIA, Amélia - *op. cit.*, p. 58, de forma mais precisa e arredondando os números aponta *a "soma de 3.650.000 reais"*.

[466] Quer da parte do Mosteiro quer da do Monarca (Cf. POLÓNIA, Amélia, - *op. cit.*, pp. 57-60).

[467] A posse efectiva é em 2 de Outubro de 1540, num emaranhado complexo e estranho de datas que serão talvez, em termos finais, a melhor prova dos objectivos que sempre moveram o monarca em todo este processo. (Cf. POLÓNIA, Amélia, - *op. cit.*, p. 60, especialmente nota 124 e SANTOS, Monteiro dos - *A jurisdição de Vila do Conde ... (op. cit.)*, p. 31).

[468] Cf. POLÓNIA, Amélia, - *op. cit.*, pp. 61 e 62.

[469] Dado que as fontes não são inequívocas a partir dessa data, além de que a Carta de Lei publicada nesse ano não teve, como é óbvio, efeitos relevantes de imediato, tendo, por exemplo, o juiz de fora que presidia à câmara de Barcelos continuado, mesmo depois da sua publicação, a ser nomeado pela Casa de Bragança (Cf. CAPELA, José Viriato; NUNES, João A. - *op. cit.*, p. 221).

[470] Cf. Idem - *Ibidem*.

configuram uma diferença de fundo importante ao nível da actuação política: enquanto o Corregedor liga a administração central à local, o Ouvidor é o elo de ligação entre a cabeça do senhorio (neste caso, a Casa de Bragança) e os oficiais das câmara das terras que o compõem.

Apesar de os efeitos práticos das Leis publicadas em 19 de Julho de 1790 e em 1792[471] poderem não ter sido, de imediato, muito importantes, no caso concreto do senhorio em que se integrava Vila do Conde[472], entre outras razões, por a administração da Casa de Bragança se encontrar unida à Coroa[473], o que é certo é que, em registos subsequentes a esta data, já Vila do Conde é localizada jurisdicionalmente na Correição de Barcelos[474]e o magistrado passa a ser referido como "*Corregedor da Comarca de Barcellos*"[475].

Durante todo o período em estudo, o Ouvidor/Corregedor de Barcelos, foi João Nepomuceno Pereira da Fonseca[476] (Corregedor com um dos mandatos mais longos e muito acima da média de todos os outros[477]) o qual apenas foi substituído numa das sessões em que deveria ter estado[478] pelo Doutor José Thomas Marinho e Costa, juiz de

---

Aliás, trata-se de uma questão de terminologia, dado que na prática as funções eram as mesmas. Tanto assim é que por vezes o magistrado até é apresentado nas actas como "*Corregedor e Ouvidor da comarca de Barcellos*" (Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 57v.).

[471] Sobre estas Leis vd. SILVA, Ana Cristina Nogueira da - *As reformas de 1790-1792*, in "História dos municípios e do poder local [dos finais da Idade Média à União Europeia]", dir. César de Oliveira, Lisboa : Circulo de Leitores, 1996, pp. 92-101.

[472] Aliás, em relação, principalmente, às terras senhoriais as modificações terão sido até muito pouco significativas. "*De facto, a maior parte dos projectos então elaborados, e que previam o reordenamento do espaço político, não passaram do papel, pelo que os territórios das jurisdições intermédias não sofreram alterações drásticas, mantendo-se por vezes descontínuos* [...] *Além disso, os Corregedores das antigas Ouvidorias-comarcas comarcas continuaram a ser apresentados pelos donatários de «alta hierarquia» (casas de Bragança, do Infantado e das Rainhas, Arcebispado de Braga, Duque de Cadaval e Mosteiro de Alcobaça)*". (MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O central, o local e o inexistente regional.* "História dos municípios e do poder local [dos finais da Idade Média à União Europeia]", dir. César de Oliveira, Lisboa : Circulo de Leitores, 1996, p. 87).

[473] Cf. CAPELA, José Viriato; NUNES, João A. - *op. cit.*, p. 221.

[474] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 332v..

[475] Por exemplo, sessões de 26-03-1791 (Cf. *Ibidem*, fl. 111v.); de 14-10-1794 (Cf. *Ibidem*, fl. 213v.); de 25-10-1797 (Cf. *Ibidem*, fl. 416-416v.).

[476] Juiz de Fora em Messejana entre 1778-83 e Corregedor de 1784-1806 (vd. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 41).

Além da obra citada englobar aspectos das funções deste Corregedor, há um estudo mais vasto da obra e pensamento económico deste homem (vd. CAPELA, José Viriato - *Vida e obra de João Nepomuceno Pereira da Fonseca. A Memória sobre o adiantamento da Província do Minho*. Barcelos : Câmara Municipal de Barcelos, 1995 (Separata de "Barcellos - Revista", 2ª Série, (1995)).

[477] Vd. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, pp. 39-40.

[478] Tratava-se de averiguar por que razão não deram os camaristas posse a Manuel da Silva Soares, vereador substituto nomeado para substituir José Pereira da Rocha Faria Gaio (Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 307-309v.; 331-334v.; 339-345v.).

fora e dos órfãos na vila de Barcelos e Corregedor interino nesta comarca, por ordem régia[479].

A presença deste magistrado em Vila do Conde, quer enquanto Ouvidor ou Corregedor, independentemente das competências que em termos judiciais e administrativos a Lei lhe atribuía[480], limitou-se, durante os dezasseis anos estudados, a onze presenças nas sessões de câmara, praticamente todas para o desempenho de funções enquadradas legalmente[481]: em seis situações, a presidir à sessão de Assembleia eleitoral que elegeu o conjunto de autarcas para o triénio seguinte[482]; em quatro, a presidir à eleição de patentes militares[483]; finalmente, numa outra, em que o Doutor José Thomas Marinho e Costa veio, como já se referiu, esclarecer o porquê de não se ter dado posse a um vereador nomeado, acabando por ter imposto essa nomeação.

Estes actos presididos pelo Ouvidor/Corregedor coincidiam normalmente com as correições que vinha fazer à vila.

No que toca ao Provedor, magistrado ordinário da Fazenda[484], a sua presença era determinante, "*sobretudo nas terras dos senhorios particulares, onde por isenção de correições, e a não ser por alçada, apenas pela acção ordinária do provedor é que o poder régio se fazia sentir*"[485].

O provedor com esfera de actuação em Vila do Conde era, como já acontecia no século XVII[486], o da Provedoria do Porto. Embora seja muito mais amplo o seu leque de competências[487], apenas cá vieram anualmente fiscalizar as contas do concelho.

Assim, nos livros de Receita e despesa existentes e compulsados para o período em estudo[488], as receitas e as despesas concelhias do ano foram "tomadas"[489] por estes

---

[479] Cf. *Ibidem*, fl. 339-345v..

[480] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LVIII e LIX. Vd. ainda SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 985-999.

[481] Por exemplo, a presidência às Assembleias eleitorais que elegem os oficiais da câmara para o triénio seguinte, vd. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 2.

[482] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, sessões de: 20-08-1785, fl. 5-5v.; 09-08-1788, fl. 57v.-58; 26-03-1791, fl. 111v.-112; 14-10-1794, fl. 213v.-215v.; 25-10-1797, fl. 416-418; 06-09-1800, fl. 501v.-502v..

[483] Cf. *Ibidem*, sessões de: 09-07-1791, fl. 117-118; 81-08-1706, fl. 362v.-365v.; 27-10-1797, fl. 418v.-420; 08-10-1798, fl. 443v.-444v..

[484] Cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 26.

[485] Idem - *Ibidem*.

[486] Vd. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 44-46.

[487] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXII. As competências do Provedor, em termos genéricos, dividiam-se em duas grandes áreas: tutela da administração de bens de defuntos, órfãos, cativos e ausentes e matérias de finanças (vd. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 983-985 e HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal- séc. XVIII*, Coimbra : Almedina, 1994, pp. 206-209).

provedores (normalmente no primeiro trimestre do ano seguinte), que foram, nos doze anos documentados, o Doutor Francisco de Almada Mendonça[490]e o Doutor Cândido da Silva Faria[491]. Traduzia-se efectivamente o acto na "fiscalização" das receitas e despesas da câmara e, sobretudo, da salvaguarda e devida arrecadação da terça de S. Majestade[492].

4.2. A estrutura interna da Câmara

O órgão nuclear da administração municipal em Vila do Conde era o Senado da Câmara, que, desde inícios do séc. XVII, era composto por um juiz de fora[493], três vereadores e um procurador do concelho. Muito próximo destes, eleito e nomeado da mesma forma e nas mesmas alturas que eles, surge o Tesoureiro da câmara.

Também importantes na acção governativa da concelho eram os almotacés, oficiais que não pertenciam à câmara, mas por esta eram nomeados trimestralmente em número de dois e "*que tinham funções de superintendência na vida económica*"[494].

Além de todos estes, havia ainda um conjunto de oficiais ou funcionários que ocupavam variados ofícios, também eles relevantes na vida administrativa municipal: o escrivão da câmara, o porteiro da câmara, o alcaide, os quadrilheiros, os zeladores de polícia e os recebedores dos vários impostos.

Analisaremos de seguida, em primeiro lugar o caso do juiz de fora, não só por ser o "presidente" do Senado, mas porque também é ele aí o único elemento imposto de fora. Depois, em conjunto, tentaremos caracterizar e perceber os principais traços de todo o processo de eleição e nomeação dos restantes oficiais (vereadores, procurador e tesoureiro), cotejando a lei e a realidade local. Finalmente, far-se-á uma análise de cada um dos cargos referidos.

---

[488] Para os anos de 1786, 1788, 1789, 1792-1800.
[489] Expressão usada nas fontes (vd., por exemplo, A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 951, fl.[14]), em concordância com a das Ordenações (vd. *Ordenações Filipinas,* Liv. I, tít. LXII, § 68).
[490] A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 950, fl. 12 e lv. 951, fl. 14.
[491] A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 946, fl. 22v..
[492] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXII, § 67.
[493] Embora, ao longo de Setecentos, tivesse havido períodos em que não houve juiz de fora (por exemplo, 1631-1641, 1657-1658, 1661-1662) - vd. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 23-24.

4.2.1. O Juiz de Fora

De origem medieval[495], o juiz de fora é, nos finais do séc. XVIII, uma instituição já fortemente implantada, conhecendo neste século, a partir da sua segunda metade, e principalmente após 1790, um forte incremento[496]. Criada (ao que parece, aproveitando a conjuntura criada pela Peste Negra[497]) com a justificação de apetrechar os principais concelhos com uma plêiade de magistrados que, pela sua formação letrada (eram bacharéis em direito) e pelo facto de serem de fora da terra, anulariam alguns dos males da justiça praticada pelos juízes ordinários[498], depressa o cariz politico-administrativo deste cargo sobressaiu e, através dele, se foi principalmente tentando fazer chegar e até impor aos concelhos um conjunto de leis gerais do Reino, bem como os padrões oficiais de julgamento, tornando-se os juízes de fora, indiscutivelmente, instrumento de "*circulação do direito letrado oficial*"[499] e, por isso, em agentes da política centralizadora da Monarquia absoluta[500].

---

[494] FONSECA, Teresa - *Relações de poder no Antigo Regime. A administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816).* Montemor-o-Novo : Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1995, p. 27.

[495] Ao que tudo indica, a sua origem remontará aos tempos de D. Dinis, que terá já nomeado alguns destes juízes por el-rei, mas terá sido D. Afonso IV (1325 -1357) a impô-los definitivamente. (Cf., entre outros, COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas da história social.* Coimbra : Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 12; SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 1008; *Dicionário de história de Portugal,* dir. Joel Serrão, Porto : Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II, p. 641).

[496] Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, pp. 311-312. Viriato Capela confirma esta ideia e atribui-a, principalmente, à "*crescente complexidade jurídica dos problemas*" (cf. CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho, 1750-1830. Finanças e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno.* Braga, 1987. 3 vols. Tese de doutoramento, [Policopiada], vol. I, p. 401). O crescimento, a partir de 1790 foi por efeito das leis saídas (vd. SILVA, Ana Cristina Nogueira da - *op. cit.*, p. 94).

[497] Cf. *Dicionário de história de Portugal... (op. cit.),* pp. 641-642 e FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 28.

[498] A falta de conhecimento do direito erudito (muitos seriam , até, analfabetos), que levava a que muitas vezes aplicassem normas que até contrariavam as leis régias (Cf. HESPANHA, António Manuel - *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra : Almedina, 1982, pp. 274-275; HESPANHA, António Manuel - *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 341); a habitual (e até natural) falta de isenção de quem tem muitas vezes que julgar casos em que estão envolvidos amigos, inimigos ou até familiares (Cf. HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.),* p. 199). Aliás "*a imagem do ordinário e parcial estava largamente divulgada, no século XVIII, surgindo nos prólogos das leis pombalinas, na literatura memorialista, nas obras de juristas consagrados, e mesmo em textos produzidos pelas câmaras*" (SILVA, Ana Cristina Nogueira da - *op. cit.*, p. 92). O próprio D. Afonso IV apresenta esta última como sendo a principal justificação para a criação do cargo: "*os juízes naturais da terra de dereito e de razom hão muitos azos pera não fazerem compridamente justiça* [...] *porque os naturais da terra teem hi malquerenças e desamor, ou hão receança deles, por os quais o dereito presume que tão compridamente nom farão dereito come os estranhos...*" in *Dicionário de história de Portugal... (op. cit.),* p. 641.

[499] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O central, o local... (op. cit.)*, p. 85.

[500] Sobre toda esta problemática, vd., entre outros: FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 28; HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.),* p. 196-197; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O*

Discute-se se essa acção foi conseguida de forma directa ou indirecta (o juiz de fora, ao enfraquecer as estruturas políticas locais, favorece a Coroa[501]), mas parece-nos que a nossa premissa se mantém intocável. Até mesmo quando é questionado o efeito deste magistrado como factor centralizador, pelo número "*extremamente reduzido das terras que tinham juiz de fora*"[502], entendemos que, mais do que estabelecer uma relação entre o número total de concelhos e os que têm juiz de fora, nos aproximaremos mais da realidade se fizermos uma análise dos que têm (são os mais significativos, pois que grande parte dos nossos cerca de 800 concelhos, pela sua dimensão, não o justificariam) e, sobretudo, da sua distribuição espacial ao longo do País[503]. De juízes de fora, havia, como se verificará dessa análise, uma cobertura de praticamente todo o território[504], coincidindo os locais de actuação com os principais núcleos concelhios. É importante, aliás, termos em conta que os referidos 20% de concelhos com juiz de fora nos inícios do séc. XIX significavam, em termos reais, que 76% da população estava abrangida pela jurisdição desses magistrados[505].

Os juízes de fora (por oposição, como o próprio nome indica, aos juízes ordinários ou da terra) tinham as suas funções (incidindo, no geral, nas duas vertentes já referidas) perfeitamente regulamentadas nas Ordenações Filipinas[506].

Além de outras atribuições, eram, desde logo, juízes de primeira instância nas causas cíveis e crimes dos concelhos; deviam fiscalizar a acção dos alcaides na guarda das cidades e vilas, bem como fiscalizar a acção dos almotacés[507]; castigar os infractores, indagando o seu paradeiro quando fugidos[508]; defender a jurisdição real contra os abusos dos senhores[509]. Muito importante, no âmbito da acção administrativa

---

central, o local ... (op. cit.), pp. 83-85; SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 1010-1011.

[501] HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.)*, pp. 198-199.

[502] Idem - *ibidem*, p. 199. Luís Vidigal refere que, nos inícios do séc. XIX, os 168 juízes de fora estavam presentes em 20% dos concelhos, que rondariam então os 836 (cf. VIDIGAL, Luís Aristides - *op. cit.*, p. 61).

[503] Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O central, o local ... (op. cit.)*, mapa I, p. 84.

[504] "*É certo que estão presentes em todas as principais cidades e vilas, em todo o país, mas a maior fragmentação concelhia das regiões setentrionais faz com que seja no Sul que se registe a sua maior densidade*". (VIDIGAL, Luís Aristides - *op. cit.*, p. 61). Por isso, em rigor deverá dizer-se que o número de concelhos com juiz de fora seria de cerca de 20% do total e não que o seu número cobria 20% do território. (Cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *A Figueira da Foz de 1771 a 1790: poder e quotidiano municipal*. Figueira da Foz , 1995. Tese de Mestrado [Policopiada], p. 51).

[505] Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, p. 312.

[506] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXV. Ver a este respeito ainda SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 1010-1017.

[507] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXV, § 13 e 22.

[508] Idem, *Ibidem*, § 17 e 35.

[509] Idem, *Ibidem*, § 17.

do juiz de fora, era o seu dever de ir "*sempre á Véreação da Camera, quando se fizer, para com os outros ordenarem o que entenderem, que he bem comum, direito e justiça*"[510], situação em que, como magistrado supremo, assumia a presidência da reunião[511].

Devia também estar presente nas arrematações das diferentes rendas do concelho (ancoragem e pranchagem, armazéns, medidagem e passagem, coimas, argaços, sal e sisas), e proceder à abertura e encerramento dos livros destinados à escrituração dos diversos actos concelhios[512] (Actas de vereação, Livros de Autos de Lançamentos das diversas rendas, livros de correição da Câmara e dos almotacés, etc.).

Quanto ao resto das suas atribuições (algumas das quais falaremos em concreto adiante), elas coincidiam com as dos juízes ordinários. Havia, no entanto, entre estes e os de fora algumas diferenças importantes[513]. Os juízes de fora parte eram bacharéis em direito pela universidade de Coimbra, portanto com uma formação que escapava de todo aos da terra. Depois, eram nomeados pelo rei, ou, em certos casos, por senhor donatário, enquanto os juízes ordinários resultavam de eleição local. A alçada daqueles no exercício da magistratura era maior do que a destes[514]. Refira-se, finalmente, o aspecto simbólico da vara que os distinguia: enquanto os juízes da terra usavam vara vermelha, os de fora usavam vara branca, devendo fazê-lo obrigatoriamente quando caminhavam pela localidade, sob pena de quinhentos réis de multa[515].

O juiz de fora surge pela primeira vez em Vila do Conde em 30 de Dezembro de 1609, após nomeação comunicada aos oficiais desta Câmara em 6 de Agosto desse mesmo ano[516]. Até 1641, as nomeações verificadas, e dado o enquadramento administrativo da vila, pertenceram ao Duque de Bragança[517]. A partir daí, o procedimento provavelmente terá continuado a ser o mesmo, mas, no nosso período,

---

[510] Idem, *Ibidem*, § 2. Em rigor esta determinação das Ordenações dirige-se explicitamente aos juízes ordinários mas, como refere Ribeiro da Silva (SILVA, era uma cláusula, "*evidentemente extensiva ao* juiz *de fora*" (SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 1012).

[511] É evidente que, nas sessões convocadas (como eram o caso das assembleias eleitorais) ou em que estava presente, por exemplo, o Ouvidor/Corregedor, era a este, como magistrado maior, que cabia essa presidência.

[512] Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Do concelho de Canaveses, ao concelho do Marco de Canaveses (estruturas administrativas)*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Sep. da «Revista de História», vol. XII, 1993, p. 82.

[513] Outras diferenças, vd., por exemplo, SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 1010 e HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.)*, p. 196.

[514] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXV, § 6 e 7.

[515] Idem, *ibidem*, § 1.

[516] Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 21-23.

todas as nomeações nos surgem feitas por Carta Régia, depois de aprovação do Desembargo do Paço[518], embora o juramento do magistrado, que precedia a sua tomada de posse, fosse feito na Cancelaria Mor do Sereníssimo Estado da Casa de Bragança, o que mais uma vez se poderá explicar e perceber pelo facto de o título de Bragança e de Monarca estar na mesma pessoa[519].

Assim, o juiz de fora, depois de "*ter tomado o juramento na Chancelaria Mor do Sereníssimo Estado e Caza de Bragança*"[520], apresentava-se na câmara munido da Carta Régia de nomeação, era-lhe dada a vara branca pelo vereador (o vereador mais velho) "*e igualmente a posse do dito cargo pellos officiaes desta mesma Camara*", na forma expressa na dita Carta[521].

Nos últimos dezasseis anos do séc. XVIII, os juízes de fora de Vila do Conde foram os que constam no quadro que se segue.

Quadro X

Juízes de fora em Vila do Conde (1784-1800)

Nome	Duração do Mandato	Fontes
Dr. José Pedro Lopes	29-10-1784 - 18-02-1789	I.A.N.T.T. - Des. Paço, M. 1347
Dr. Filipe José Soares Pereira do Couto	22-09-1791 - 13-10-1796	A.M.V.C. - L.V., n.º 38, fls. 125v; 367v-368v
Dr. Francisco da Paula da Fonseca	13-10-1796 - 09-11-1796	A.M.V.C. - L.V., n.º 38, fls. 367v-368v; 369-369v
Dr. José Gonçalves Marques	12-04-1797 - 17-06-1800	A.M.V.C. - L.V., n.º 38, fls.399-400; 449v-495
Dr. José de Chaves Meireles	17-06-1800 -	A.M.V.C. - L.V., n.º 38, fls. 449v-495 e Lv. Reg. Geral, fls. 54v-55v.

Em Vila do Conde, todos os juízes de fora nomeados (quadro X) exerceram cumulativamente o cargo de juiz de fora e dos órfãos[522], o que fazia com que, além das

---

[517] Cf. Idem - *ibidem*, pp. 22-24.

[518] Os bacharéis tinham que fazer aí a "*leitura de bacharéis*" e, após "*ter lido no Dezembargo do Paço e ser approvado*" (A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 133, fl. 19), eram nomeados pela Rainha. (vd., ainda a este propósito: SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 1020 e HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.)*, p. 196, nota 154).

[519] Claro que a explicação se pode encontrar, a partir de 1790, na publicação da lei da abolição das donatarias. Convém, no entanto, não esquecer que, como já se referiu em nota anterior, mesmo após esta publicação, a Casa de Bragança continuou a designar o Juiz de fora para Barcelos (Cf. CAPELA, José Viriato; NUNES, João A. - *op. cit.*, p. 221; vd. n. 470).

[520] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 399 e 494v..

[521] Cf. *Ibidem*, fl. 399 e 494v.-495.

[522] Para Teresa Fonseca, o que acontecia na maior parte dos concelhos (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 29).

Em Vila do Conde, o juiz foi sempre nomeado como "*Juis de Fora e Orffaos dessa Villa*" (A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 19); vd. ainda as actas das sessões citadas no quadro X.

competências inerentes ao primeiro, tivessem também as do segundo, que genericamente diziam respeito aos diversos aspectos associados à protecção dos órfãos[523].

O mandato dos juízes de fora era de três anos e era por esse prazo que era nomeado, embora, como se pode verificar no quadro X, a sua duração fosse, por vezes, mais longa, o que, aliás, era comum acontecer.[524]. Nas próprias nas cartas régias de nomeação dos juízes de fora para Vila do Conde neste período, estes eram nomeados pela Rainha "*por tempo de três annos, e os mais que decorrer em quanto Eu não mandar o contrario*"[525], o que demonstra que a duração do mandato superior aos três anos era algo perfeitamente vulgar e aceite.

A situação anómala, em relação ao tempo que serviram os cinco juízes de fora referidos, é o curto mandato do Dr. Francisco da Paula da Fonseca, que se explica pelo súbito falecimento deste, em 9 de Novembro de 1796. Nesse mesmo dia, a câmara reuniu e decidiu dar parte a S. Majestade da ocorrência[526].

A reacção dos homens bons da vila ao juiz de fora caracteriza-se, desde o seu início[527], por uma atitude misto de rejeição e desconfiança[528], por um lado, embora, por outro, também se tivessem verificado, ao longo dos tempos, situações de cumplicidade entre o juiz da vara branca e os outros membros do Senado[529]. Aliás, como veremos adiante, em boa verdade, tirando uma situação ou outra pontual, a maior razão de queixa que dos da terra as Actas das Vereações deixam transparecer em relação ao juiz de fora são os seus longos períodos de ausência. Porém, fazendo uso de outra documentação e do que ela implicitamente nos transmite, parece-nos, como ideia geral, que essa relação

---

[523] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXXV.

[524] Por exemplo, várias vezes no Porto do séc. XVII (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 1124-1125), na Figueira da Foz, nos finais do séc. XVIII (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, pp. 52-53), em Montemor-o-Novo, nos finais do séc. XVIII e inícios do XIX (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 30).

[525] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 19. Vd. ainda, *Ibidem*, fl. 161v.-162v.; 237v.; A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 134, fl. 54v.-55v..

[526] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 369-369v..

[527] Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 21-24.

[528] Aliás parece que no início desta instituição esta foi a atitude mais comum a todos os concelhos (cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *op. cit.*, pp. 12-14).

[529] Tal deve ter acontecido no que foi decidido nas sessões de 8, 15, 17 e 18-03-1788 (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 43v.-51v.), pois que o conteúdo dessas actas levou a que o Juiz de fora, os vereadores e o procurador que as subscreveram fossem repreendidos e castigados pelo Provedor e Corregedor da Comarca do Porto, que, além disso, mandou riscar as referidas actas (Cf. *Ibidem*, fl. 68-69 e 69v.-70).

no decorrer dos anos nunca foi facilitadora de uma construtiva coabitação e que teve reflexos em várias vertentes da administração municipal.

Relativamente à presença deste magistrado nas sessões de vereação, como dissemos, era seu dever participar nas vereações e, salvo as excepções referidas, a elas presidir. Quando não estava presente nas reuniões, cumpria-se o que estava estipulado nas *Ordenações* e assumia a presidência o vereador mais velho em idade[530].

Talvez pela consolidação que se fez deste cargo em Vila do Conde, mas certamente também pelos poderes que a lei lhe atribuía, principalmente no âmbito administrativo, no séc. XVIII[531], o juiz de fora passou a ser aqui encarado e intitulado como "*Presidente da Câmara*", o mesmo acontecendo ao vereador que o substituía. Não se tratava, todavia, de um título conferido superiormente ao juiz que presidia à câmara[532], mas sim era algo que resultava essencialmente de uma prática de administração corrente, que levava a que os outros cada vez mais o identificassem como tal. Este "estatuto de presidência" transparece de certa forma na formalidade dos actos escriturados ao ser, por exemplo, o nome do juiz de fora, ou substituto, o que é sempre referido nas actas em primeiro lugar de entre os elementos presentes nas vereações, da mesma forma que é ele sempre o primeiro que as assina[533].

Não nos surge, aliás, em situação alguma o juiz de fora ou o seu substituto a assumirem eles próprios este título e estatuto, ou a exigirem que os outros oficiais por ele o tratassem[534], mas, em conformidade com uma realidade cada vez mais evidente, eram os outros que, naturalmente, o aceitavam como tal.

---

[530] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXV, § 4. Por isto, é que a substituição se verifica o presidente é referido como "*vereador mais velho e juiz pela Ordenação*" (vd., por exemplo, A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 350).

[531] Parece não haver para o século anterior qualquer referência a este título atribuído ao juiz de fora (cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, pp. 24-25).

[532] Como acontecia em Lisboa desde, pelo menos, o séc. XVI (vd. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 381 e vol. II, p. 1018).

[533] Tinha ainda voto de qualidade em caso de empate (vd. CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho, 1750-1830... (op. cit.)*, vol. I, p. 401), mas não nos surge qualquer situação em que ele o tivesse usado. Aqui o primeiro a assiná-las significa, não uma ordem da realização do acto no tempo, mas sim que, tendo em conta o sentido esquerda/direita da leitura, a sua assinatura aparecia sempre em primeiro lugar. Aliás, a assinatura das actas deveria ser feita, por vezes, bastante à posterior da sua escrituração e juntando-se actas de várias sessões, porquanto, por vezes, o juiz de fora não as assina mesmo vindo referido no elenco dos presentes (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, sessão de 09-09-1786, fl. 20v.-21) e, noutras, existe um espaço entre assinaturas, para uma outra, que nunca chegou a ser feita (cf. *Ibidem*, sessão de 29-11-1798, fl. 447-448).

[534] Como aconteceu, por exemplo no Porto, em 1620 (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 381 e vol. II, p. 1019).

São inúmeras as situações em que o juiz de fora ou o "*juiz pela ordenação*" é referenciado explicitamente nas actas como presidente da câmara. Concretizaremos apenas três, por serem das mais elucidativas e porque seria fastidioso referirmos todas as outras[535]. Em 27 de Setembro de 1794, tendo sido nomeados os almotacés para os três meses seguintes, foram estes notificados para que prestassem juramento "*perante o Presidente desta Câmara*" (nesta sessão o vereador mais velho), sem o que não poderiam servir[536]. Em 13 de Fevereiro de 1796, depois de feita a nomeação do porteiro e pregoeiro desta vila, "*pello Prezidente da Câmara lhe foi conferido o juramento*" (também o vereador mais velho)[537]. Finalmente, no dia 29 de Abril de 1800, para tentar suprir as carências de pão, refere-se que os rendeiros das rendas particulares foram obrigados a apresentarem escritura delas ao "*Prezidente desta Câmara*" (neste caso, o juiz de fora)[538].

Quadro XI

Presenças do juiz de fora nas vereações

ANOS	Vereações/ Ano	Presenças Juiz Fora	%
1785	27	24	88,9
1786	27	9	33,3
1787	21	19	90,5
1788	28	18	64,3
1789	28	4	14,3
1790	36	0	0,0
1791	32	1	3,1
1792	32	23	71,9
1793	18	7	38,9
1794	62	3	4,8
1795	61	1	1,6
1796	42	1	2,4
1797	36	6	16,7
1798	45	23	51,1
1799	57	27	47,4
1800	41	20	48,8
TOTAIS	**593**	**186**	**31,4**

Fonte: A.M.V.C. - Lv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

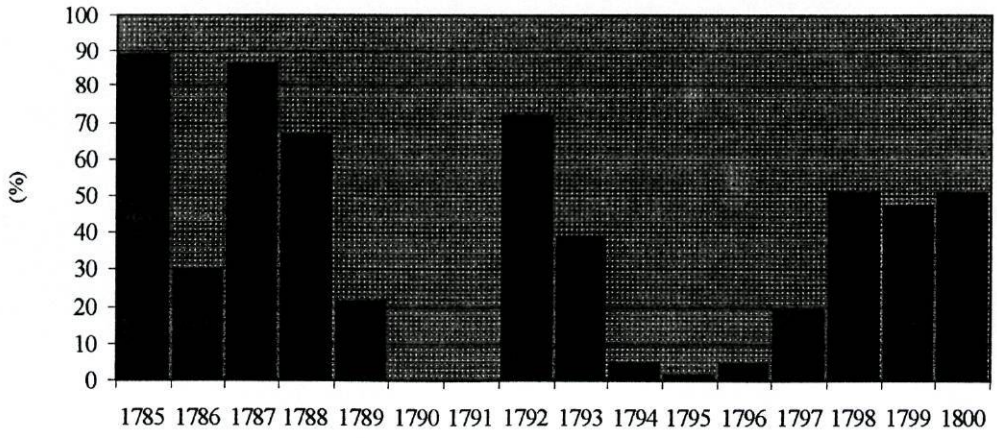
[535] Vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 212-212v., 294-294v., 329-330, 339, 381v.-382, 388v.-390 (aqui é até um vereador que toma posse perante o vereador mais velho e "*Prezidente desta Câmara*"), 415-415v., 455v.-456v. e 471-471v..

[536] Cf. *Ibidem*, fl. 209.

[537] Cf. *Ibidem*, fl. 308v..

[538] Cf. *Ibidem*, fl. 491v.-492.

Gráfico 7
Presenças do juiz de fora nas reuniões de câmara
(% do total de reuniões)



Fonte: Os Valores do quadro XI.

Como se pode constatar a partir dos elementos do quadro XI e da sua representação no gráfico 7, a percentagem de presenças do juiz de fora nas vereações entre 1785 e 1800 é extremamente baixa[539] (em termos médios destes 16 anos, apenas em cerca de 31,4% do total das sessões[540]).

O seu papel de presidir às vereações não lhe conferia qualquer tipo de maior poder nas decisões, tendo nestas o direito a um voto como todos os outros membros do Senado[541]. Não temos qualquer referência a que alguma vez assim não tivesse sido, nem nos surgiu qualquer situação na qual o juiz de fora tivesse estado em total oposição aos restantes membros.

Ainda no que respeita à presenças nas sessões camarárias acima quantificadas, bem como no que toca ao exercício de primeira e suprema magistratura ao nível do concelho por parte do Juiz de fora, pensamos que a sua acção ao primeiro nível - e, por consequência, ao segundo - sempre foi fortemente penalizada nesta vila pelas suas

[539] O que parece vir inverter a tendência que vinha a verificar, especialmente no período pombalino, entre 1755 e 1775, em que as presenças do juiz de fora nas sessões camarárias andaram muito próximas dos 100% (cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 25).

[540] Muito mais, por exemplo, do que em Montemor-o-Novo, para os finais do séc. XVIII, ou para o Porto no séc. XVII (vd. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 32 e SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 448, respectivamente).

[541] Como acontecia, por exemplo no Porto do séc. XVII (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II , pp. 1012-1013), em Montemor-o-Novo no séc. XVIII (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 30) ou na Figueira da Foz, no mesmo período (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, pp. 56-57).

constantes ausências da terra[542], sem que isto queira significar que as faltas às vereações tivessem resultados unicamente delas[543].

Os afastamentos do juiz de fora resultavam precisamente do facto de eles não serem de cá e, por isso, terem, amiúde, necessidade de ir "à terra" visitar os familiares ou tratar de assuntos particulares[544].

Estas ausências da vila careciam de autorização régia[545], a qual, quando concedida, garantia ao juiz de fora o ordenado do período em que não estava, embora estes tivessem sido tantos que, por vezes, houve alguma resistência a esse pagamento. Foi o que sucedeu, por exemplo, em 1787, quando o almoxarife da vila de Barcelos, tendo em conta a longa ausência do Juiz de fora, Pedro José Lopes, durante o ano anterior, se recusou a pagar esses períodos. O magistrado recorreu para a Rainha, a qual, por Ordem de 19 de Março de 1787, ordenou ao recebedor do almoxarifado de Barcelos que lhe devia pagar tudo, pois que, refere aquela, o Juiz "*obteve licenças minhas, que de tudo foi informado e ouvido o Dezembargador Procurador da Fazenda do Estado e Caza de Bragança, a quem foi dado vista*"[546]. Há, de facto, em relação a esse ano de 1786, registos de autorização régia para ele se ausentar, datadas de 31 de Janeiro, 3 de Março, 28 de Abril, 19 de Maio e 4 de Setembro[547].

Autorizada a ausência do juiz, a câmara deveria informar, por certidão, o Desembargo do Paço da data da partida e a da chegada.

Como se disse já, estas saídas dos juízes de fora eram generalizadas. Porém, e não obstante as obrigações que a lei impunha, bem como o facto de termos para Vila do

---

[542] O que parece ser comum a outras zonas (por exemplo, a Montemor-o-Novo) e, segundo Teresa Fonseca, em muitas outras localidades (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 32).

[543] Por exemplo, na acta da sessão de 19-05-1794 (sessão em que se deu posse a 2 vereadores substitutos que nomeados em carta de S. Majestade, que chegou) declara-se "*que o dito Juis de Fora sendo chamado para esta veriação mandou dizer que não podia asistir a esta veriação por estar empedido e que se fizece por elles veriadores*". (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 178-178v.).

[544] Cf., por exemplo, A.M.V.C. - Liv. de Registo Geral, lv. 133, fl. 113, uma situação em que a Rainha, a pedido de Pedro José Lopes, responde, em 23-11-1787: "*Porquanto Me reprezentastes a grande precizão que tendes de sahir do vosso lugar para hires a vossa caza, a tratares de varias dependencias interessantes á mesma, que muito precizão da vossa pessoal acistencia, o que não podieis fazer sem minha licença Ma suplicavas pelo tempo que fosse servida. Ao que tendo concideração. Hey por bem darvos hum mez de licença que terá o seu principio do dia sucessivo em diante ao em que vos abzentares do vosso lugar, e findo que seja o dito tempo vos recolhereis logo ao vosso lugar pela falta, que nele podeis fazer, e cumprir assim o meu serviço cumpris assim fazendo registar esta* [licença] *nos livros da referida Camara*". As autorizações de saída eram, no conteúdo, todas muito idênticas a esta. (cf. *Ibidem*, fl. 27, 35v., 43, 54v.-56v., 71-71v., 73v., 115, 181-181v., 189v.-190, 200-200v. , 208v.-209, 213v.-214, 216-216v., 228-229, 231-231v., 232v.-233v.).

[545] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXV, § 12, conjugado com tít. LVIII, § 55.

[546] Cf. A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, n.º 133, fl. 74.

[547] Cf. *Ibidem*, fl. 54v.-56v.; 71-71v.; 73v..

Conde muitas petições e despachos régios favoráveis para esse efeito[548], houve, por certo, nesta vila muitas mais ausências do que as documentadas, porquanto muitas eram feitas sem qualquer pedido de autorização superior[549]. Comprova perfeitamente esta ideia o facto de a Rainha, através da correição de Barcelos, ter enviado uma ordem à câmara desta vila, datada de Lisboa de 29 de Outubro de 1795, na qual determinou que "*quando o Doutor Juis de Fora dessa villa estiver auzente do seu lugar sem licença legítima, devem dar conta á mesma Senhora, pella Meza do Dezembargo do Paço*"[550]. Esta ordem Régia surgiu como normativo para uma situação de facto e, porque assim era, logo na sessão de 23 de Dezembro do mesmo ano, os oficiais da câmara, "*declararão e determinarão que visto abzentarce desta villa o Doutor juis de Fora sem aprezentar nem registar nesta camara licença legitima na conformidade das ordens de Sua Magestade, que dece esta câmara conta à mesma Real Senhora pella Meza do Dezembargo do Passo não só da abzencia referida mas também da que fez a Braga os dias passados e a falta da asistência que neste lugar tem feito em todo o anno asistindo no mesmo lugar pouco mais de quatro mezes em diverços tempos, sem aprezentar nem registar nesta câmara a preciza licença*"[551]. Talvez um estudo (de todo inviável neste trabalho) sobre as zonas de onde eram efectivamente estes juízes, contribuísse para uma análise mais correcta e uma melhor compreensão de toda esta questão.

Nos documentos compulsados, não descobrimos elementos que nos permitam fazer uma apreciação global da actuação destes magistrados ao longo dos anos.

A fonte aparentemente privilegiada para o fazer são os Autos de Residência[552], tendo nós encontrado um destes documentos incompleto[553] e outro, que, embora para

---

[548] Para o Dr. José Pedro Lopes, há registo de 11 autorizações por um mês - 07-01, 26-08 e 07-09-1785, 31-01, 03-03, 28-04, 19-05 e 04-06-1786, 19-01 e 23-11-1787, 08-08-1788 (cf. *Ibidem*, fl. 27, 35v., 43, 54v.-56v., 71-71v., 73v., 113 e 115).

Para o Dr. Filipe José Soares Pereira do Couto, são 10 os registos existentes (os nove referidos em primeiro lugar por um mês e o último por quinze dias) - 06-02 e 23-10-1792, 12-08 e 02-12-1793, 30-05, 25-08 e 03-12-1794, 10-02 e 14-03-1796, 24-12-1795 (cf. *Ibidem*, fl. 181-181v., 189v.-190, 200-200v., 208v.-209, 213v.-214, 228-229, 230v.-231v., 232v.-233v.). Para os restantes juízes de fora não temos quaisquer registos de autorizações.

[549] Aliás a situação era generalizada, tendo havido, até, casos (por exemplo, Portimão) em que as ausências do juiz de fora foram tão longas que levaram até à sua suspensão.

A legislação e ordens régias para a tentar controlar enviadas às várias comarcas e câmara proliferou neste período (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 32-33).

[550] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 228.

[551] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 300.

[552] Tomar residência significava fazer, conforme determinava a lei, uma sindicância à actuação do juiz de fora no termo do seu mandato (vd. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LX, Introdução e § 1). A sindicância era ordenada por S. Majestade, que nomeava um magistrado para a fazer, realizava-se durante um mês, sendo lançado pregão na localidade que a mesma se estava a realizar para que quem quisesse pudesse vir

um período anterior ao nosso, utilizámos, por um lado, pela proximidade temporal e, por outro, porque estes autos obedeciam a uma estrutura formal que os tornava muito idênticos, permitindo, por isso, com grande margem de segurança, a sua extrapolação para outras situações.

Assim, pelos juízos de residência feitos aos bacharéis Frederico de Almeida Correia (juiz de fora entre 5-11-1779 e 30-07-1784) e Pedro José Lopes (vd. quadro X), verificava-se ser "*o sindicado sabio, recto, muito dezenteressado, afavel para as partes, inclinado a compor os letigios e a concervar a tranquilidade publica ; prompto no expediente do despacho, na execução das ordens superiores e em tirar as devassas a que he obrigado, cumprindo em tudo com as obrigaçoens inherentes ao seo cargo*"[554] ou, ainda, "*limpo de maons, prompto em despachar as partes, administrando toda a justiça e que era bom letrado; e que igualmente era exactissimo na arrecadação da Real Fazenda e na administração dos bens e fazendas dos Orphãos e que era muito amante da paz e tranquilidade publica, procurando evitar dezordens, e comonicações illicitas no Convento das Religiozas desta Villa*"[555], além de "*temente a Deos e amante do povo*"[556]. Ou seja, a actuação destes magistrados seria pautada, na generalidade, por procedimentos correctos, os quais lhes trariam "*a averssão de algumas pessoas que naquella villa são reputadas orgulhozas*"[557] e, por isso, tivessem até "*adquirido alguns inimigos nesta terra*"[558].

É óbvio que esta fonte tem de ser usada sob muitas reservas, pois que o acto, além de, pela estrutura que sistematicamente apresenta, parecer destinado em grande parte a responder a uma obrigação legal, era levado a cabo também por um magistrado (muitas vezes um outro juiz de fora), que, naturalmente, tenderia para que as conclusões da sindicância dessem sempre uma imagem extremamente favorável do colega sindicado.

São escassos os elementos encontrados nos registos das sessões camarárias que nos permitam concluir em que medida as aludidas aversões e inimizades para com o juiz de fora não eram sintomas reais de atitudes menos correctas por parte daquele. Até que ponto o grupo de pessoas referidas pelo síndico de Pedro José Lopes que, associadas,

---

depor sobre a actuação do sindicado, o qual estaria, durante este período, obrigatoriamente ausente da terra (vd. I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351).

[553] Faltam-lhe todos os termos de audição feitos às 87 testemunhas que se refere como tendo sido ouvidas.

[554] I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1347.

[555] Idem, mç. 1351.

[556] *Ibidem*.

[557] Idem, mç. 1347.

formavam um "*partido temível pello orgulho e pella calunia*", que, lideradas por Vicente José dos Santos[559], se juntavam na botica de João Rodrigues Pereira "*para disporem o modo das suas revoluçoens*"[560], não eram, na verdade, aqueles capazes de assumir um sentir mais geral relativamente a uma prática por parte do juiz de fora que muitas vezes não seria a mais adequada? Aliás, não deixará de ser sintomático o facto de o próprio síndico declarar que, pelas características supra referidas dessas pessoas, não as convocou para prestarem depoimento[561].

Além da queixa, já citada, feita a S. Majestade das ausências e falta de assistência do juiz à vila, também o rendeiro das Coimas do Senado, Manuel Luís da Cunha, em 29 de Novembro de 1794, se queixou do juiz de fora e seus despachos para o Conselho da Fazenda pelo facto de aquele lhe ter impedido a cobrança da referida renda, bem como de ter lhe negado o apoio da justiça nas respectivas execuções, contrariando, assim, o Alvará Régio que concede a dita renda e o que foi determinado pelo Senado, bem como revelou total desprezo pelo que tinha sido já decidido pelo vereador que o substituiu na altura[562].

Apesar desta exiguidade de situações concretas documentadas[563], parece, por tudo o exposto, cada vez mais evidente que o juiz de fora, no exercício das suas competências, várias vezes ultrapassou os seus limites, contrariou a lei e decidiu de forma menos correcta.

Isto aconteceu em Vila do Conde como terá acontecido em várias localidades e foi motivo para que a Rainha tivesse publicado, em Janeiro de 1786, uma Lei que visava pôr fim aos "*Excessos, abuzos, e violências com que contra o determinado nas minhas saudaves Leis, se vião praticados em alguas terras pellos es de Juizes Fora dellas*"[564], nomeadamente, por exemplo, o facto de o juiz de fora, quando se ausentava, se negar a

---

[558] Idem, mç. 1351.

[559] Negociante desta vila, foi administrador da dízima do pescado em 1788 (vd. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 62-63), almotacé nos meses de Julho a Setembro de 1791 (vd. *Ibidem*, fl. 114-115) e de Janeiro a Março de 1798 (vd. *Ibidem*, fl. 448-448v.) e nomeado guarda-mor da saúde, em 24-12-1791, em regime de substituição do proprietário do lugar (vd. A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 164-165)

[560] Cf. I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1347.

[561] *Ibidem*.

[562] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 226-228.

[563] Relativas à documentação por nós compulsada. Sabemos, no entanto, por preciosa informação prestada pelo Dr. Inácio Pestana (que, infelizmente, não pudemos comprovar), que no acervo existente do Arquivo Histórico de Vila Viçosa, existem, nos maços de documentação avulsa respeitante à comarca de Barcelos, várias queixas apresentadas àquela Ouvidoria/Correição contra o juiz de fora desta vila.

[564] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 52-54. Esta lei é enviada em carta de 16-01-1786, ao Corregedor de Barcelos, Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca, da qual este remeteu cópia ao juiz de fora desta vila em 22-03-1786, copiada para o Registo Geral em 20-04-1786.

deixar a vara para o vereador mais velho poder agir em seu lugar, ou ainda levar mais dinheiro do que o devido nas vistorias na vila (600 réis) ou no termo (800 réis)[565].

4.2.2. A eleição/nomeação dos oficiais do Senado (vereadores, procurador e tesoureiro)

Como já se disse, a câmara de Vila do Conde, desde que deixou de eleger juízes ordinários[566], era composta, além do juiz de fora, por três vereadores, um procurador do concelho e um tesoureiro.

A eleição destes oficiais e respectivos procedimentos estão minuciosamente exarados nas *Ordenações Filipinas*[567] e são, ainda, regulamentados por vários outros normativos extravagantes publicados[568], entre os quais o Regimento para a eleição dos vereadores publicado por ordem régia de 22 de Julho de 1605[569] e, em especial, um Regimento destinado às terras de senhorio "*expedido em Provisão circular aos Corregedores das comarcas*", certamente anterior a 1630, e no qual se dão determinações expressas aos Corregedores da forma como haviam de fazer as eleições e apurar as respectivas pautas. Este Regimento surgiu como um resumo de um Alvará Régio de 12 de Novembro de 1611[570]. Ambos os diplomas (como os outros referidos), embora sempre sem contrariarem as *Ordenações*, tornam indubitavelmente mais

---

[565] Cf. *Ibidem*, fl. 52v..

[566] Enquanto foram eleitos juízes ordinários, a vereação era composta por dois juízes e dois vereadores. Em Vila do Conde, essa composição está documentada desde 1466 (vd. MARQUES, José - *op. cit.*, pp. 15-27). A data em que isso formalmente deixa de acontecer e, portanto aquela que se deveria indicar, é a de 6-08-1609 (data da comunicação da nomeação do primeiro juiz de fora). Contudo, em 1614, a câmara, numa atitude de afirmação, elegeu ainda juízes ordinários, e entre 1631 e 1641, estiveram estes novamente em funções (vd. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, pp. 21-24).

[567] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LX, Introdução e § 1-12 e 15.

[568] Além das leis de 1640, 1670 e 1727 (cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 11).

[569] Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *op. cit.*, p. 44.

[570] É extremamente interessante o conteúdo desse Regimento, embora nas fontes consultadas nada tivéssemos encontrado que nos indique que ele tivesse sido seguido em Vila do Conde. Para um estudo mais completo deste Regimento, vd. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *op. cit.*, pp. 141-144 (em que o transcreve na íntegra a partir da publicação de José Justino de Andrade e Silva); SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 382-394; ALMEIDA, Fortunato de - *Organização politico-administrativa portuguesa dos sécs. XVII e XVIII* in HESPANHA, António Manuel - *Poder e Instituições... (op. cit.)*, pp. 361, 362; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *Os concelhos*, in "História de Portugal", dir. de José Mattoso, vol. III. *No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, coord. Joaquim Romero de Magalhães, Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, pp. 182-183; *Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações,*

restritivo e selectivo o sistema eleitoral, essencialmente no que toca aos elegíveis[571], mas também no que aos eleitores respeita[572].

Resumidamente, de acordo com o Código de Filipe II, o processo realizar-se-ia, genericamente, em duas etapas. Numa primeira fase, e antes que os oficiais do último ano da eleição anterior terminassem o seu mandato, eram convocados os homens bons e o povo da vila para virem, por votação, escolher os seis eleitores que, por sua vez, depois elegeriam os detentores dos cargos concelhios para o triénio seguinte. Nesta primeira votação, cada eleitor, em total confidencialidade, votava em seis pessoas, cujos nomes eram registados pelo escrivão da câmara, sendo eleitos, depois de todos terem votado, os seis homens que mais votos tivessem recebido.

Após terem prestado juramento, e já numa segunda fase, estes homens eram agrupados dois a dois[573], devendo cada grupo escolher o número de pessoas suficiente para o desempenho dos vários cargos camarários nos três anos seguintes, elaborando um rol com os respectivos nomes. A partir das três listas saídas desse acto, e apurados os mais votados pelo Corregedor (ou pelo juiz de fora ou ordinário, na falta daquele), fazia este por sua mão uma pauta com os mais votados para cada cargo para os três anos, a qual assinava e selava. Preparava-se, de seguida, três pelouros por cada cargo com os nomes para cada ano[574], os quais eram metidos "*em hum sacco apartado, com tantos repartimentos, quantos forem os Officios*"[575], o qual se guardaria num cofre com três chaves, sendo cada uma entregue a cada um dos vereadores em exercício.

Anualmente, após pregão público que convidava a população do concelho a assistir, abria-se o cofre para, através de uma criança com idade não superior a sete anos, sortear os pelouros com os nomes daqueles que formariam a equipa camarária para o ano seguinte. A lista dos sorteados era, por fim, confirmada pela Mesa do Desembargo do Paço ou pelos donatários, conforme se tratassem de terras da Coroa ou senhorios, respectivamente.

---

comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em obsevancia, Orden. por THOMAZ, Manoel Fernandes, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1815, tomo I, p. 372.

[571] Cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 38-39 e CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, pp. 11-14.

[572] Como é o caso, por exemplo, da Ordem Régia de 12 de Março de 1783, adiante referida.

[573] Mesmo este acasalamento devia obedecer a determinadas regras, nomeadamente no que respeita a parentescos (vd. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, Introdução).

[574] Sendo o agrupamento dos nomes de cada lista também feito com cuidados de parentesco (vd. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LX, § 1).

[575] Idem, *ibidem*.

Isto era o que definia a lei geral e, em Vila do Conde, por exemplo em 1614, o processo eleitoral para os oficiais da câmara seguiu rigorosamente os procedimentos nela estipulados e acima descritos[576].

Contudo, no nosso período, praticamente dois séculos após a publicação do Código Filipino[577], bem como das leis extravagantes supra referidas, a realidade do processo eleitoral em Vila do Conde afastou-se, em muitos aspectos, do que aquele determinava.

Relativamente à forma dos actos cá[578], o processo para a eleição dos oficiais camaristas (vereadores, procuradores e tesoureiros) para o triénio seguinte iniciava-se com uma ordem Real, vinda através do Sereníssimo Estado da Casa de Bragança, dirigida ao Ouvidor/Corregedor para que ele procedesse à eleição dos ditos oficiais. Essa ordem, cumprindo as *Ordenações*[579], era emitida durante o mês de Janeiro do ultimo mandato dos oficiais do triénio que findava[580].

O Ouvidor/Corregedor de Barcelos, João Nepomuceno Pereira da Fonseca, que presidiu às seis assembleias eleitorais que aconteceram nos dezasseis anos estudados, "*dipois de serem lanssados os pregoins na forma do estilo e Regimento do Senhor Rey Dom Sebastião sempre obsservado nas terras da Serenissima Caza de Bragança*"[581], reunia a câmara , com a presença dos seus quatro oficiais (os três vereadores e o procurador), embora, por vezes, para fazer esse número tivesse havido necessidade de ir buscar oficiais de anos anteriores (como aconteceu, por exemplo, nos actos eleitorais de 1788, 1791 e 1797 - vd. quadro XII).

---

[576] Cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII... (op. cit.)*, pp. 15-17. São referidas por este autor algumas *nuances* por vezes verificadas no sorteio, como por exemplo, a utilização de favas (Idem - *ibidem*, pp. 17-18). Aliás, há um acto eleitoral de 1770 que é anulado por, entre outras coisas, não ter sido seguido o "*regimento das favas que nas terras do Serenissimo Estado e Caza de Bragança sobreditas se deve observar segundo o Alvará do Senhor Rey Dom João o terceiro de sete de Abril de mil quinhentos e quarenta e seis*" (Cf. A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 30v.-31).

O mesmo cumprimento das Ordenações se verifica, no mesmo ano, por exemplo, em Loulé, em que o eleitor mais votado tem 158 votos e o menos 121 (Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *op. cit.*, p. 44).

[577] Lembremos que as *Ordenações Filipinas* entram em vigor, no reinado de Filipe II, por lei de 11-01-1603.

[578] Mais uma vez nos vamos cingir ao que as fontes compulsadas nos permitem afirmar e concluir.

[579] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, introdução.

[580] Por exemplo, para a eleição para 1786-88, foi emitida a ordem em Lisboa a 28-01-1785; para 1789-91, foi emitida a ordem em Lisboa, a 11-02-1788; para o triénio seguinte, a data de emissão de Lisboa é de veio a ordem a 7-01-1791; para 1795-97, a ordem data de 08-01-1794 (Cf. A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 29v., 122, 155, 211-211v., respectivamente).

[581] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 416v. e cf. *Ibidem*, fl. 213v.-214.

Quadro XII

Elementos presentes nas vereações de eleição dos oficiais para o triénio (1785-1800)

Data	Dia	Presentes	Cargo	Observações
1785/08/20	Sáb.	Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca Manuel Afonso de Oliveira Manuel Francisco da Silva Dr. José de Azevedo dos Reis Francisco Rodrigues da Silva	Cor. Ver. Ver. Ver. Proc.	**Eleição para 1786/87/88**
1788/08/09	Sáb.	Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte Dr. José Bento Carneiro de Sá João Rodrigues Pereira	Cor. Ver. Ver. Ver. Proc.	**Eleição para 1789/90/91** Ver. Imediato de 1787 Proc. do ano passado
1791/03/26	Sáb.	Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca Dr. Manuel da Silva Soares Manuel Carneiro de Figueiredo P. de Moura Gaio Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo João Pereira Rodrigues	Cor. Ver. Ver. Ver. Proc.	**Eleição para 1792/93/94** Em falta do proprietário
1794/10/04	Sáb.	Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo Francisco Pereira da Rocha Faria e Gaio Domingos António da Costa de Carvalho Flores	Cor. Ver. Ver. Ver. Proc.	**Eleição para 1795/96/97**
1797/10/25	Quar.	Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio André Pereira da Costa	Cor. Ver. Ver. Ver. Proc.	**Eleição para 1797/98/99** Ver. que serviu em 1793 Imediato
1800/09/06	Sáb.	Dr. João Nepomuceno Pereira da Fonseca Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte João Carneiro Gaio Manuel Gomes Braga	Cor. Ver. Ver. Ver. Proc.	**Eleição para 1801/02/03**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38.

Aberta a sessão, o seu presidente encarregava os presentes de escolherem para os cargos "*as pessoas de maior Nobreza, Christandade e dezenterece*"[582]. Logo o escrivão apresentava "*o rol das pessoas da governança da terra*", ou seja dos elegíveis, entre os quais os eleitores presentes escolhiam os membros para as equipas governativas do triénio seguinte. Em Vila do Conde eram escolhidos titulares para os cargos de vereadores, procuradores e tesoureiros. Finda a eleição, todos os presentes assinavam a acta, ordenando o Corregedor que fosse feita para si uma cópia autêntica do auto de eleição[583].

Como se constata, segundo as informações das fontes, um acto extremamente simples, longe da formalidade e da tramitação das *Ordenações*. Aliás, as actas são

[582] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 417 e cf. *Ibidem*, fl. 214-214v..
[583] Cf. *Ibidem*, fl. 214-215v..

extremamente sucintas e lacónicas na descrição destas sessões; algumas limitam-se, até, ao termo de abertura, à listagem dos eleitos e ao encerramento[584].

Dado um desconto à eventual ligeireza do escrivão, parece-nos que o que os documentos reflectem era o que, na realidade, em crescendo vinha a verificar-se: o processo eleitoral, conforme era definido no Código Filipino, era algo cada vez mais abandonado, também por força dos normativos que, como já se referiu, foram saindo.

Para Vila do Conde, no que respeita ao corpo eleitoral que escolhia os oficiais trienais, foi importante a "*Ordem da Junta do Estado e Caza de Bragança sobre factura das pautas*", feita em Lisboa a 12 de Março de 1783, na qual, respondendo a uma carta do Ouvidor com dúvidas sobre a eleição colocadas pelos vereadores da câmara desta mesma vila, dúvidas com que se opuseram à ordem da Rainha de 20 de Janeiro desse mesmo ano, ordenou esta que ele Ouvidor concluísse a eleição "*ellegendo os tres vereadores actuais, com o procurador as pessoas a quem se hão por o cantaro, como tambem quatro para os Procuradores* [...] *E outro sim sou servida declarar-vos que a eleição dos doze a quem se deve por cantaro e dos quatro Procuradores deve ser inteiramente dos officiais actuais da camara em que vos não tendes voto algum senão em cazo de impate entre os Vereadores e Procurador do Concelho*"[585]. Ou seja, é a própria rainha que determina que o corpo eleitoral se limite aos oficiais da câmara. Na verdade, "o *corpo eleitoral fora-se restringindo até se fixar quasi exclusivamente nos oficiais e ex-oficiais que costumavam andar nos cargos concelhios, que elaboram as pautas das pessoas aptas para o exercício dos cargos e com base nos quais o monarca ou o senhorio - donatário (até 1796) - escolheria os que deveriam presidir ao governo das câmaras para o prazo fixado*"[586]. A esta escolha dos governantes locais pelas tutelas voltaremos adiante.

Nas assembleias eleitorais em Vila do Conde, eram eleitos para o triénio doze homens para o cargo de vereador, quatro para o de procurador e igual número para o de tesoureiro (vd. quadro XIV). Houve duas situações em que se não cumpriu esta regra: na eleição para 1792-94, em que foram escolhidos cinco nomes para tesoureiros, sem qualquer explicação para o caso[587], e na eleição para 1801-1803, em que também foram pautados cinco nomes para procuradores, mas porque um deles (José Joaquim Flores)

---

[584] Vd. *Ibidem*, por exemplo, sessão de 6-09-1800, fl. 501v.-502v..
[585] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 30.
[586] CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho, 1750-1830... (op. cit.)*, vol. I, p. 401.

seria substituto do primeiro (Francisco José Dias), se este ficasse, por questões na justiça, impedido de exercer[588].

Também em relação ao número de eleitos por cargo para o triénio, se verifica um claro desvio do contido nas *Ordenações*, já que, segundo estas, não deveriam ser eleitos "*mais pessoas, que as necessarias para servirem os ditos Officios tres annos*"[589], o que significaria, para Vila do Conde, nove vereadores, três procuradores e três tesoureiros.

Além de, em vários outros estudos consultados, não termos encontrado situação paralela a esta, não conseguimos, em tudo o que compulsamos, uma explicação objectiva e inequívoca para ela. Poder-se-ia apontar como justificação para o número de pautados o facto de, assim, se prevenirem eventuais impedimentos de algum dos nomeados e, portanto, garantir nomes para as respectivas substituições. Observando, porém, o quadro XIII, logo se abandona a ideia já que, no mesmo triénio, houve oficiais que serviram mais do que um ano, mesmo havendo outros que ficaram isentos de qualquer nomeação (por exemplo, nos triénios de 1786-88 e 1798-1800).

Parece-nos que a eleição local de mais nomes que os necessários outra finalidade não tinha do que proporcionar um maior número de opções à tutela que superiormente os nomeia cada ano, questão que entronca na forma como cada vez mais vão sendo feitas essas nomeações anuais e que se apresenta também como um dos desvios essenciais ao espírito eleitoral consignado nas *Ordenações*.

De facto, e voltando à realidade dos actos eleitorais cá na vila, após a elaboração das pautas trienais, estas, através da Ouvidoria/Correição eram enviadas à Rainha que, anualmente, e novamente através da Sereníssima Casa de Bragança, fazia chegar à câmara por carta a vereação nomeada para o governo da terra[590].

Contudo, e embora, como se disse e como é referido nas actas de vereação[591], a nomeação seja feita pela Rainha, os oficiais da câmara de Vila do Conde são de

---

[587] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 112.
[588] Cf. *Ibidem*, fl. 502.
[589] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 1.
[590] À semelhança do que sucedia, por exemplo, em Rates na segunda metade do séc. XVIII (cf. AMORIM, Manuel - *A Vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XII, n.º 2, p. 330).
[591] Em Vila do Conde nas actas de vereações aparece-nos sempre referida a chegada de "*hua carta da Raynha Nossa Senhora, vinda pelo Tribunal da Serenissima Caza de Bragança a qual era a pauta dos novos officiais que hão de servir nesta câmara no anno de* [...]" (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 10v. e, por exemplo, fl. 80v.-81v., 105-105v., 156-157, 490v., etc.)

Quadro XIII

Oficiais pautados para os triénios entre 1786-1803 e nomeados para os vários anos (1785-1800)[592]

Triénio	Vereadores pautados para o triénio	Nomeados Ano	Procuradores pautados para o triénio	Nomeados Ano	Tesoureiros pautados para o triénio	Nomeados Ano
1786-1788	Dr. António Alberto Carneiro		João Carneiro de Azevedo		Manuel Barbosa	1787
	Dr. João Pereira da Costa Barbosa	1787	Duarte	1788 (N)	Manuel Carneiro de Figueiredo	1788
	Domingos Vieira da Costa		João Rodrigues Pereira	1787	José Correia Carneiro	1786
	Dr. Manuel da Silva Soares		Domingos da Costa Ribeiro		António Izidoro	
	Francisco Luís da Silva Mota	1786 (B) e 1787	Veríssimo da Rocha Soares	1786[593]		
	José da Silva Santiago	1786				
	Capitão Manuel António da Costa Rocha Mendonça	1786				
	Dr. José Bento Carneiro de Sá	1787 e 1788 (B)				
	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo					
	Dr. José Azevedo dos Reis	1788 (N)				
	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1788				
	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1786 (N) e 1788				
1789-1791	José Carneiro da Costa Magalhães	1790 (N)	António Lopes Anjo	1789	João da Silva Ferreira	
	Bento Carneiro da Costa Magalhães		José Gomes Viza	1790[594]	Francisco Luís da Silva Cruz	1790 (N)
	Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira e Moura Gaio	1791	João Carneiro de Azevedo Duarte	1791	José Correia Carneiro	
	Manuel Velho da Cunha de Macedo e Soto Maior		José Baptista Ribeiro		Francisco José Dias	1789 e 1790 (B) e 1791
	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	1791				
	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	1789				
	Martinho Carneiro de Sá Barbosa	1790				
	Dr. António Alberto Carneiro de Sá	1789				
	Dr. Manuel da Silva Soares	1791				
	João Carneiro de Azevedo Gaio	1790 (B)				
	Domingos Vieira da Costa	1789				
	Francisco Luís da Silva Mota	1790				
1792-1794	Dom Diogo de Sousa		Vicente José dos Santos		Custódio de Sousa	
	João Pereira Coutinho de Vilhena		Domingos António da Costa		Manuel de Lima	1794
	João Carneiro da Costa Magalhães		Carvalho Flores	1794	António Izidoro	
	Dom Luís de Sousa		João da Silva Ferreira		Jacob Joaquim de Sousa	1793
	Bento Carneiro da Costa Magalhães e Brandão	1794 (N)	Domingos José de Faria		João da Silva Carvalho	
	João da Cunha De Novais Sampaio					
	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	1792				
	Manuel Pereira de Almeida Coutinho	1794 (N)				
	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	1794 (B)				
	Dr. Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	1794				
	Manuel Velho da Cunha de Macedo e Azevedo					
	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1794 (B)				

[593] Foi também nomeado, e exerceu, para o ano de 1792, embora não constasse das pautas trienais.
[594] Foi também nomeado, e exerceu, para o ano de 1793, embora não constasse das pautas trienais.

1795-1797	José Pereira Coutinho de Vilhena	1795	André Pereira da Costa	1796 (B)	Francisco Martins de Oliveira	1795
	Luís Pereira Coutinho de Vilhena	1796	João Gonçalves de Oliveira	1796 (N) e	António Izidoro	1796
	João da Cunha De Novais Sampaio	1795		1997 (B) (N)	Joaquim Pereira da Silva	
	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	1797	António Lopes Anjo	1795 e 1797	Manuel Gomes de Lima	1797
	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	1797	João Baptista da Costa Flores			
	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	1796				
	Martinho Carneiro de Sá Barbosa					
	Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira e Moura Gaio	1797				
	Dr. José Pereira da Rocha Faria Gaio	1796 (N)				
	José Carneiro da Costa Magalhães e Brandão					
	Dr. Manuel da Silva Soares	1796 (B)				
	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1795				
1798-1800	José Pereira Coutinho de Vilhena	1798	Fillipe Neri d'Assumpção Faria		Francisco Martins de Oliveira	1798
	Bento Carneiro da Costa Magalhães e Brandão	1798 (N)	Vilas Boas e Silva		Jacob Joaquim de Sousa	1799
	José de Vasconcelos e Mello	1800 (N)	Domingos António da Costa		Vítor Luís de Oliveira	1800
	António Pereira da Rocha Faria Gaio	1799 (N)	Carvalho Flores	1798	António Izidoro	
	Luís Pereira Coutinho de Vilhena		Luís Baptista da Cunha Flores	1799		
	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1799 e 1800 (B)	Manuel Gomes Braga	1800		
	Dr. José Pereira da Rocha Faria Gaio	1800 (N)				
	Dr. Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio					
	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo					
	João Carneiro Gaio	1798 e 1799 (B) e 1800 (B)				
	Dr. António Lopes de Oliveira Pacheco	1800 (N)				
	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1798 (B) e 1799 e 1800 (B)				
1801-1803	José Pereira Coutinho de Vilhena		Francisco José Dias		João José de Faria	
	Bento Carneiro da Costa Magalhães		João da Costa Duarte		Francisco Luís Marques	
	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte		Manuel Dias da Costa		José Fernandes Pereira	
	Luís Pereira Coutinho de Vilhena		Luís Baptista da Cunha Flores		António José dos Santos Porto	
	Dr. Manuel da Silva Soares		José Joaquim da Costa Flores			
	João Carneiro Gaio					
	Raphael Carneiro de Sá					
	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo					
	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva, o filho					
	Dr. José Pereira da Rocha Faria Gaio					
	Dr. José Bento Carneiro de Sá					
	José Bernardo Carneiro Magriço					

Fontes: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, fl. 562-562v, 564; lv. 38: fl. 5-5v, 10v-11, 12-12v, 26-27v, 42-43v, 57v-58, 66v-68, 80v-81v, 82v-83, 85v-86, 105-105v, 111v-112, 130v-131v, 156-157, 169v-171, 174-174v, 177v-178v, 213v-215v, 247-249, 307-309v, 316v-318v, 331-334v, 339-345v, 387v-390, 416-418, 423v-424, 435-435v, 449v-450, 451-452, 455v-456v, 457v-458, 487-488, 490-490v e 501v-502v.

Observações : (N) - Oficiais que, embora nomeados, não ocuparam o cargo.
(B) - Oficiais de Barrete.

apresentação e nomeação da Casa de Bragança, como as câmaras das vilas que pertenciam ao seu senhorio[595], devendo aqui, por isso, mais uma vez ver-se aqui a monarca no seu papel de figura tutelar d Bragança. É bem clara, aliás, e esclarecedora de eventuais equívocos sobre este assunto, a introdução das cartas régias de nomeação anual dos governantes. Diz a rainha na que enviou, por exemplo, em 22 de Novembro de 1793: "*Juiz de Fora Oficiaes da Camara de Villa do Conde Eu a Raynha como Administradora do Estado e Caza de Bragança do Principe Dom João meu sobre todos muito Amado e prezado Filho Principe do Brazil e Duque de Bragança* [...]. *Hey por bem que as pessoas, abaixo nomeadas, sirvão nessa camara neste proximo futuro anno de mil setecentos noventa quatro*"[596].

Se inicialmente nestas nomeações era respeitada por norma a vontade do concelho e aquelas geralmente confirmavam os pelouros formados pela eleição local, o que se vai verificar gradualmente (e é-o evidente em Vila do Conde no nosso período) é, a partir de informações prestadas pelos Corregedores, uma designação régia dos elementos para os vários cargos a partir das pautas enviadas pelas câmaras[597].

E no nosso caso concreto, a subversão do processo vai ao ponto de, mais do que a nomeação régia não ter sido um mero acto formal, pela constante aceitação e aprovação dos nomes propostos localmente[598], aquela várias vezes se ter tornado imposição e, pura e simplesmente, ignorado as opções locais[599]. Além das já referidas duas ou até três nomeações do mesmo oficial no mesmo triénio, enquanto outros, também pautados, não o foram nenhuma, sucedeu até que, para algumas vereações foram designados oficiais que nem constavam das pautas trienais escolhidas na câmara (vd. quadro XIV)! Refiramos como casos mais relevantes[600] os ocorridos em 1792, em que, dos cinco nomeados para a governação (vd., adiante, quadro anexo 1), apenas um vereador - Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva - fazia parte dos oficiais pautados

---

[595] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 104-105.
[596] A.M.V.C. - Documentos provenientes da administração central, A/393; vd. também, por exemplo as de 18-12-1794 (A/396).
[597] Cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 39.
[598] Como sucedia, ao que parece, em Montemor-o-Novo, em Portimão, em Viseu e em vários outros concelhos (cf. Idem - *ibidem*, p. 40).
[599] Segundo Viriato Capela, medida decisiva (ainda que pouco referida) para a limitação progressiva do poder municipal ao longo dos sécs. XVI, XVII e XVII (cf. CAPELA, José Viriato – *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 91).
[600] Também acontece, por exemplo, em 1795 (vd. quadro XIII).

para 1792-94 e, em 1793, sendo desta vez o nome do tesoureiro - Jacob Joaquim de Sousa - o único que constava na lista trienal (vd. quadro XIII e quadro anexo 1)[601].

Progressivamente, por força da centralização do poder, das crescentes exigências da máquina administrativa (quer económicas, quer em termos de formação), que cada vez mais se tenta que funcione de forma semelhante em todo o território, além das carências que, em termos de recursos humanos, as localidades por vezes sentem, o poder central tenta limitar o acesso ao poder local àqueles que maiores garantias lhe dão de cumprirem aqueles requisitos. Isto levará, um pouco por todo lado, a uma "elitização" do poder, assunto de falaremos adiante.

Ainda no que toca à nomeação para os cargos, embora estes fossem de aceitação obrigatória[602], como se vê no quadro XIII, nem todos os oficiais nomeados ocuparam os respectivos cargos, o que não significa obrigatoriamente que todas essas situações resultassem de escusa deliberada do nomeado[603]. Foram diversos os motivos que sustentaram os pedidos de anulação da nomeação[604]: por vezes tal deveu-se ao nomeado estar ausente da terra[605], ou em vias dela sair para ir, por exemplo para a Corte[606]; noutras situações, o impedimento resultou da existência de laços familiares entre dois dos nomeados[607]; noutras ainda, o motivo foi o exercício de outros cargos que eram incompatíveis com a nova nomeação[608]; finalmente, o motivo natural do já falecimento do pautado[609].

---

[601] Esta característica das nomeações dos oficiais para Vila do Conde vai também verificar-se na não observância dos intervalos de tempo previstos nas Ordenações para as nomeações da mesma pessoa, assunto que analisaremos mais em detalhe no ponto "Os vereadores".

[602] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 10.

[603] Houve situações que os nomeados tentaram alegar questões pessoais e familiares para se escusarem, como acontece, por exemplo, na sessão de 26-01-1789, mas a Rainha não lhe deu provimento (Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 66v.-67v.). Noutro caso, é referida apenas a não aceitação do nomeado, Manuel Pereira de Almeida Coutinho, não se referindo as causas. No entanto, há tacitamente um deferimento da escusa já que a Rainha nomeia, em Maio de 1794, um vereador para o lugar daquela (cf. *Ibidem*, fl. 174-174v. e 177v.-178v.).

[604] Aliás, um pouco semelhantes aos dos outros locais, como é, por exemplo, o caso do Porto nos finais do séc. XVI e no XVII (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto...(op. cit.)*, vol. I, pp. 401-403).

[605] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, fl. 562-562v., 42v.-43v., 174-174v. (Bento Carneiro da Costa Magalhães e Brandão estava ausente na Corte).

[606] Como foi o caso de José Pereira da Rocha Faria Gaio, que se escusou por estar "*em besperas de hir para a Corte*" (cf. *Ibidem*, fl. 307v.).

[607] Cf. *Ibidem*, fl. 10v.-11 e 42v.-43v..

[608] Como por exemplo os de Recebedor do Real d'água e da Santa Casa da Misericórdia e de Tesoureiro (cf. *Ibidem*, fl. 82v.-83), ou ser nomeado para tesoureiro e ser já ajudante das ordenanças (cf. *Ibidem*, fl. 451-451v.).

[609] Como foram os casos do procurador João Gonçalves Oliveira que, quando foi nomeado, em 13-11-1797, para substituir, por morte, o procurador António Lopes Anjo, também já tinha falecido (cf. *Ibidem*, fl. 420v.).

Quando estas situações se verificavam, era dado conhecimento a S. Majestade (sempre via Casa de Bragança) para que ela determinasse quem iria servir[610]. O pedido de escusa por parte do nomeado ou a simples informação dela ou da não tomada de posse, por parte da câmara eram analisadas e, se aceites as razões apresentadas (e já vimos que para o nosso caso foram-no quase totalmente), a Rainha nomeava[611] um oficial "de Barrete", expressão explícita nas fontes[612] e pela qual eram designados os oficiais que vinham substituir outros. Assim, a título de exemplo, no dias 2 de Maio, o Dr. José Azevedo dos Reis foi nomeado "*vereador de barrete*", em 29 de Março de 1790, apareceu indicado Francisco José Dias, "*Tesoureiro também de barrete*" e, finalmente, em 20 de Abril de 1796, André Pereira da Costa foi empossado como "*procurador de barrete*".

Também este procedimento não segue o que é determinado nas *Ordenações*, pelas quais, perante situações destas deveriam os oficiais da câmara, juntamente com os homens-bons escolher "*quem sirva o Officio em lugar do morto, absente, ou impedido, em quanto durar a absencia, ou impedimento.* [...] *E a este, que assi elegerem, darão em Camera juramento, que bem e verdadeiramente sirva o tal Officio*"[613]. Aliás, era assim que se praticava neste mesmo período, por exemplo, em Marco de Canaveses, onde, perante a situação, o Corregedor "*ordenava à Câmara que procedesse à eleição intercalar do ou dos substitutos*"[614].

Uma palavra final para a duração dos mandatos e tomada de posse destes oficiais.

Como se disse já, as equipas de governação camarária eram substituídas em bloco, ou seja, teoricamente, os seus elementos (vereadores, procurador e tesoureiro) iniciavam e cessavam funções em simultâneo e o seu mandato tinha a duração de um ano[615], correspondente, formalmente, ao ano civil. O início das funções verificava-se com a chegada da carta com os nomeados, o que se verificou, na maior parte dos casos,

---

[610] Cf. *Ibidem*, entre outros, fl. 10v.-11, 66v.-67v., 82v.-83, 170v.-171, 174 (nesta sessão, perante a falta de resposta da Rainha a uma comunicação anterior, "*se deu conta a Sua Magestade em como ainda se achão vagos os dous lugares de veriadores para a mesma Rial Senhora os prover visto* [...] *serem neceçarios*") e 308.

[611] Por exemplo na sessão de 20-03-1786 refere-se que se abriu huma carta feita em Lisboa em 9 de Março de 1786, mandada fazer pela Rainha, "*vinda do Tribunal do Serenissimo Estado e Caza de Bragança*", em que é nomeado Manuel António da Rocha Mendonça para vereador de barrete (cf. *Ibidem*, fl. 12-12v.).

[612] Cf. *Ibidem*, fl. 564, 12 , 85v., 435, 456.

[613] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 6.

[614] Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Do concelho de Canaveses ... (op. cit.)*, p. 84.

[615] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 9.

durante os meses de Janeiro e Fevereiro (seis vezes em Janeiro e oito em Fevereiro), embora por duas vezes (1785 e 1797) só tenha chegado em princípios de Março, mantendo-se os oficiais em exercício em funções até à tomada de posse da nova equipa. Todavia, como se verificou já e se pode constatar no quadro anexo 1, por vezes nem todos os oficiais eram logo empossados. No acto da chegada da pauta, ou pelos pedidos de escusa expostos, ou, por exemplo, por não estarem na terra. Nestas circunstâncias, o oficial em funções mantinha-se nelas até à entrada do novo titular, sendo referenciado nas actas como "imediato", isto é o que está em funções mas foi de um mandato imediatamente anterior. Porém, o recurso a estes oficiais imediatos não acontecia só em situações como a descrita, nem recaía sempre sobre os do mandato anterior. Muitas vezes se recorreu a imediatos de outros anos que não o precedente[616] e, em muitos casos, esse recurso foi usado para colmatar situações pontuais de falta de membros para a sessão se poder realizar. Ao todo, no período estudado, são 101 os casos de oficiais que estão presentes nas vereações na condição de "imediatos"[617].

A tomada de posse dos nomeados era feita perante o Senado cessante e presidido pelo juiz de fora ou pelo vereador que, nos termos da lei, o substituía, o qual lhes dava posse, após o pautados prestarem o juramento[618] colocando as suas mãos direitas sobre os Santos Evangelhos[619], "*para que verdadeiramente sirvão os ditos cargos guardando o serviço de Deos o de Sua Magestade segredo de justiça e às partes seu direito, o que prometerão fazer debaixo do mesmo juramento*"[620].

Feito o juramento, que revestia um assumir de compromissos genérico aos três cargos[621], os empossados assinavam a acta da sessão, no final, normalmente quando o acto de posse era assunto único ou último da sessão[622], ou logo após o registo da posse[623], se outros pontos houvesse.

---

[616] Aconteceu isso, por exemplo nas sessões de 11 de Setembro de 1792, em que recorreu a um procurador imediato de 1789 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 147v.-148) e nas sessões de 12 e 16 de Abril, 19 de Maio, 9 e 13 de Agosto de 1794, em que se recorreu a um ou mais vereadores imediatos de 1792 (cf. *Ibidem*, fl. 172v.-176v., 177v.-178v., 196v.-197v.).

[617] Salvo nos anos de 1786/87/90/91/93 e 95, esse número de situações espalha-se por todos os outros mas que, pela quantidade, não podemos aqui citar.

[618] Como determinavam as *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 15.

[619] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, por exemplo, fl. 388.

[620] *Ibidem*, fl. 423v.; vd., ainda, *Ibidem*, fl. 449v.-450.

[621] Para Marco de Canaveses, Ribeiro da Silva, aponta *nuances* nas fórmulas de juramento dos diferentes cargos (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Do concelho de Canaveses ... (op. cit.)*, pp. 84-85.

[622] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, por exemplo, lv. 38, fl. 424, 450 e 487v..

[623] Cf. *Ibidem*, por exemplo, fl. 389v..

4.2.3. Os Vereadores

De acordo com as *Ordenações Filipinas*, aos vereadores competia, em termos gerais, "*ter carrego de todo o regimento da terra e das obras do Concelho, e de tudo o que podérem saber e entender, porque a terra e os moradores della possão bem viver*"[624], ou seja, dito de outra forma, aos vereadores competia organizar e coordenar o governo da terra de maneira a que as pessoas vivam bem e se cumpra a justiça.

No entanto, a lei não se fica pelas atribuições gerais, mas especifica-as em pormenor[625]. Sem sermos exaustivos, sob pena de fastidiosos, relevamos algumas dessas incumbências dos vereadores[626]: irem todos, às quartas-feiras e sábados às vereações, com pena de multa[627]; julgar os feitos da almotaçaria e injúrias verbais; assegurar as melhores condições para a realização de obras ou de outras coisas de interesse para o concelho; promover o abastecimento da terra e negociar os melhores preços para ele; mandar pôr a pregão as rendas do concelho e estabelecer os contratos de arrendamento; proceder à guarda dos documentos importantes do concelho; velar pelas infra-estruturas do concelho e pela sua conservação; promover o plantio de pinhais em zonas baldias; decidir sobre as despesas do concelho, propor o lançamento de fintas, lançar de imediato as que a lei lhe permite; manter os costumes e as posturas da terra, corrigindo as que o necessitem e fazê-las cumprir; taxar algumas actividades económicas; ordenar algumas celebrações religiosas; eleger os recebedores das sisas. Competia, além disto, aos vereadores nomear alguns oficiais ligados à administração local, como eram os casos dos almotacés, do Porteiro e Pregoeiro, dos quadrilheiros, dos jurados, recebedores de vários impostos, etc.[628].

Em Vila do Conde, dos 60 pautados para vereador entre 1786 e 1800, há 36 pessoas diferentes, das quais, ao longo do quindénio, são nomeadas para exercerem o cargo 29 dessas pessoas (vd. quadro XIII), tendo-o exercido efectivamente apenas 23[629]

---

[624] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVI, Introdução.
[625] Idem, *ibidem*, tít. LXVI.
[626] Na exposição das várias atribuições seguimos um pouco a ordem por que nos surgem nas *Ordenações*. Para um levantamento e uma análise mais exaustivos dessas competências, vd., entre outros, SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto...(op. cit.)*, vol. I, pp. 406-412 e HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.)*, p. 161.
[627] A assiduidade dos vereadores às vereações e, portanto, o cumprimento ou não desta obrigação serão analisadas em conjunto com a dos outros oficiais no ponto que trata das sessões camarárias.
[628] Vd. ponto 4.5., alín. b).
[629] Teve-se em consideração o referido na nota anterior e contabilizaram-se nestes os 5 designados em 1792 e 1793, que não constavam da pauta do triénio. Desses 5 os únicos nomes diferentes são os do Dr.

(vd. quadro XV). Se juntarmos a estes dados os vereadores de 1785, constatamos que o número de pessoas que serviram o cargo de 1785 a 1800 foram 26 (vd. quadro XIV).

Quadro XIV

Vereadores e respectivo n.º de mandatos (1785-1800)

Vereadores	N.º de mandatos
Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	6
Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	4
Francisco Luís da Silva Mota	3
João Carneiro Gaio	3
Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	3
Dr. António Alberto Carneiro de Sá	2
Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	2
Dr. José Bento Carneiro de Sá	2
Dr. Manuel da Silva Soares	2
Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	2
Cap. Manuel António da Costa Rocha Mendonça	1
Domingos Vieira da Costa	1
Dr. Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	1
Dr. João Pereira da Costa Barbosa	1
Dr. José de Azevedo dos Reis	1
Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio	1
João Carneiro de Azevedo Gaio	1
João da Cunha de Novais Sampaio	1
José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	1
José da Silva Santiago	1
José Pereira Coutinho de Vilhena	1
Luís Pereira Coutinho de Vilhena	1
Manuel Afonso de Oliveira	1
Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira e Moura Gaio	1
Manuel Francisco da Silva	1
Martinho Carneiro de Sá Barbosa	1

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38.

Significam estes números que, durante os dezasseis anos, cada vereador exerceu em média 1,8 mandatos, valores em perfeita sintonia com os apurados para Barcelos[630] e para Braga[631], embora inferiores, por exemplo, aos de Montemor-o-Novo[632].

Em termos absolutos, os totais de mandatos por vereador indicam que, durante o mesmo período, 10 vereadores (isto é, 38% do total) exerceram 29 mandatos (isto é, mais de 60% do total[633]), o que é demonstrativo da existência, neste período em Vila do

---

Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio e de José Carneiro da Costa Magalhães Brandão, ambos nomeados para 1793 (vd. supra).

[630] Viriato Capela aponta um valor médio de 2 para o período de 1776-1792, o qual desce para 1,7 entre 1793-1810 (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 111).

[631] Para Braga, o mesmo autor apurou para o decénio de 1780-1789 uma média de 1,8 mandatos por vereador, valor que desce, entre 1790-1799, para 1,3 (cf. CAPELA, José Viriato - *O município de Braga de 1750-1834. O governo e a administração económica e financeira*, "BRACARA AUGUSTA", Braga, vol. XLI, n.º. 91-92 (104/105) (1988-1989), p. 210).

[632] Teresa Fonseca aponta uma média de 3,1 mandatos por vereador para o período 1777-1816 (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 42).

[633] Números algo semelhantes aos verificados em Braga, entre 1750-1810 (cf. CAPELA, José Viriato - *O município de Braga de 1750-1834... (op. cit.)*, p. 210).

Conde, de uma certa concentração dos cargos da governação local. Mas vejamos então quais foram os vereadores que, anualmente, exerceram funções em Vila do Conde.

Quadro XV

Vereadores da Câmara de Vila do Conde (1785-1800)

Ano	Data de Nomeação	Nome	Data de posse	A.M.V.C. - Liv. actas das sessões, lv. 30 e 38 (fls)
	1785-05-02	Dr. José de Azevedo dos Reis	1785-05-02	562-562v
1785	1785-03-07	Manuel Afonso de Oliveira	1785-03-07	562-562v
	1785-03-07	Manuel Francisco da Silva	1785-03-07	564
	1786-03-20	Francisco Luís da Silva Mota	1786-03-20	10v-11
1786	1786-02-23	José da Silva Santiago	1786-03-11	10v-11
	1786-02-23	Capitão Manuel António da Costa Rocha e Mendonça	1786-03-20	12-12v
		Francisco Luís da Silva Mota	1787-01-26	26-27
1787	1787-01-26	Dr. João Pereira da Costa Barbosa	1787-01-26	26-27
		Dr. José Bento Carneiro de Sá	1787-02-10	26-27
		Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1788-02-15	42v-43v
1788	1788-02-15	Dr. José Bento Carneiro de Sá[634]		
		Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1788-02-15	42v-43v
		Dr. António Alberto Carneiro de Sá	1789-01-26	66v-67v
1789	1789-01-26	Domingos Vieira da Costa	1789-01-31	66v-67v
		Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	1789-01-31	66v-67v
	1790-02-08	Francisco Luís da Silva Mota	1790-02-08	80-81v
1790	1790-03-29	João Carneiro de Azevedo Gaio	1790-03-29	85v-86
	1790-02-08	Martinho José Carneiro de Sá Barbosa	1790-02-08	80-81v
		Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	1791-01-31	105-105v;122v-123
1791	1791-01-31	Dr. Manuel da Silva Soares	1791-01-31	105-105v
		Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	1791-01-31	105-105v
		João Carneiro Gaio	1792-02-06	130v-131v
1792	1792-02-06	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1792-02-06	130v-131v
		Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	1792-02-06	130v-131v
		Dr. António Alberto Carneiro de Sá	1793-01-26	156-157
1793	1793-01-26	Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio	1793-01-26	156-157
		José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	1793-01-26	156-157
	1794-01-25	Dr. Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	1794-01-31	169v-170;170v-171
1794	1794-05-19	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1794-05-19	169v-170;170v-171
	1794-05-19	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	1794-05-19	169v-170;170v-171
		João da Cunha de Novais Sampaio	1795-02-14	247-248
1795	1795-02-14	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1795-02-14	247-248
		José Pereira Coutinho de Vilhena	1795-02-21	247-248
	1796-02-13	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	1796-02-13	307-309v;331
1796	1796-02-13	Luís Pereira Coutinho de Vilhena	1796-02-13	307-309v
	1796-04-20	Dr. Manuel da Silva Soares	1796-05-25	307-309v
		Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	1797-03-04	420v
1797	1797-03-04	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	1797-03-15	387v-388
		Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	1797-03-04	387v-388
	1798-02-01	João Carneiro Gaio	1798-02-01	423v-424;431-431v
1798	1798-04-30	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1798-04-30	423v-424
	1798-02-01	José Pereira Coutinho de Vilhena	1798-02-01	423v-424
	1799-03-06	João Carneiro Gaio	1799-03-06	449v-450;455v-456v
1799	1799-01-24	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1799-01-24	449v-450;455v-456v;457v-458
	1799-01-24	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1799-01-24	455v-456v
		João Carneiro Gaio	1800-03-31	487-487v
1800	1800-03-31	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1800-03-31	487-487v
		Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1800-03-31	490-490v

[634] O nomeado para esse ano foi o Dr. José de Azevedo dos Reis, o qual não tomou posse por não estar na terra. Fica em funções o vereador imediato de 1787, José Bento Carneiro de Sá.

Um dado importante a reter deste quadro de vereadores é que, embora estivesse definido nas *Ordenações* que nenhum destes oficiais poderia exercer o mesmo oficio mais do que uma vez sem que houvesse um intervalo de três anos entre esses exercícios[635], em Vila do Conde isso aconteceu com 7 vereadores durante os dezasseis anos[636]. Pensarmos ser esta mais uma das situações reveladoras da crescente imposição nas nomeações dos oficiais de que já atrás se falou. Claro que a lei permitia excepções ao intervalo de três anos, mas para os "*lugares pequenos, onde se não podérem achar tantas e taes pessoas*"[637]. Não era este o caso de Vila do Conde, tendo ficado, lembre-se, pessoas pautadas para o lugar por nomear em todos os triénios em que se verificaram as designações consecutivas (vd. quadro XIII).

No que toca ao exercício das funções, apesar de os vereadores terem os mesmos direitos e poderes gerais como membros do Senado da Câmara, havia entre eles uma hierarquização, a qual era definida, não, por exemplo, pela formação académica (como poderia ter alguma lógica neste período), mas pela idade. Esta hierarquização, que não era imposta legalmente (embora, para uma ou outra situação a lei a ela aludisse[638]), mas "*costume antequissimo*", era assumida e respeitada localmente[639], havendo reclamações quando tal não sucedia. Foi o que sucedeu na vereação de 14 de Agosto de 1788, em que o vereador mais velho do ano anterior, Francisco Luís da Silva Mota, requereu ao Senado "*que por custume antequissimo praticado neste Senado sempre se observou serem chamados para todos os atos de camara o vereador mais velho do anno passado na falta ou impedimento de algum a substituir outro nalgum impedimento*", além de que "*segundo o mesmo custume sempre o dito vereador teve obrigação de levar o*

---

[635] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 9.

[636] Para simplificar e sistematizar elaboramos o quadro seguinte com essas situações:

Vereadores	Nomeado Ano
Dr. José Bento Carneiro de Sá	1787 e 1788 (B)
Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	1799 e 1800 (B)
Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	1798 (B) e 1799 e 1800 (B)
Francisco Luís da Silva Mota	1786 (B) e 1787
João Carneiro Gaio	1798 e 1799 (B) e 1800 (B)

Fonte: Os Valores do quadro XIII.

[637] *Ordenações Filipinas, ibidem.*

[638] Por exemplo, para a substituição do juiz de fora nas suas ausências e impedimentos (cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXV, § 4) e para a eleição dos almotacés (cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 13).

[639] Como acontece, por exemplo, no Porto do séc. XVII (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 402-406).

Estandarte deste Senado". A câmara deu-lhe razão e mandou que fosse convocado para todos os actos em que fosse necessário[640].

Como deixa perceber o requerimento referido, esta hierarquização, além dos aspectos funcionais, por exemplo, da substituição do juiz de fora ou do critério para a nomeação dos almotacés[641], produzia efeitos sobre um conjunto de actuações, nomeada e principalmente, ligadas à dignidade e prestigio social, como era concretamente o caso das várias procissões e do lugar que estes oficiais nelas ocupavam. Na da Ressurreição, em Abril de 1797, enquanto os que tinham servido de almotacés a acompanharam com as suas tochas, o vereador imediato mais velho levou o estandarte da câmara[642]. A do Anjo Custódio, realizada em 16 de Julho de 1797, é um caso paradigmático do respeito pela graduação da idade: foi nomeado para nela levar o estandarte Real o vereador mais novo do ano anterior, Luís Pereira Coutinho de Vilhena, por estar doente o mais velho, Dr. Manuel da Silva Soares, e ausente o imediato, o Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo[643].

Relativamente à proveniência social dos vereadores da terra, não obtivemos nas fontes elementos em quantidade e qualidade suficientes para sobre isso apresentar conclusões de todo consistentes[644].

Contudo, conjugando os dados fornecidos pelos quadros XV e XVI, algumas preciosas indicações do "Auto de Residência" já referido, algumas referências dispersas nas Actas, outras fontes manuscritas compulsadas e, até, outros pequenos artigos já publicados, podemos afirmar que a sua grande maioria eram provenientes das famílias da aristocracia local[645].

---

[640] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 58v.-59.

[641] Além da referência já feita ao parágrafo das *Ordenações*, cf., por exemplo, A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 111, em que foram eleitos para almotacés, para Abril, Maio e Junho de 1791, "*os vereadores mais velhos que acabarão*".

[642] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 398v.-399.

[643] Cf. *Ibidem*, fl. 413.

[644] A fonte mais importante para o estudo deste aspecto, como de tudo o que se liga às eleições para os principais lugares da administração municipal, são os processos eleitorais, vulgo "Pautas", do Desembargo do Paço, existentes na Torre do Tombo e nas quais há um conjunto de valiosas informações sobre a idade, a origem social, os rendimentos, as habilitações, a profissão, etc. dos possíveis nomeados (vd. dois exemplos em COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *op. cit.*, pp. 145-151). Apesar de muito as procurarmos, quer no I.A.N.T.T., no Arquivo Municipal de Barcelos, quer até no Arquivo Histórico de Vila Viçosa, não encontramos nenhuma para Vila do Conde.

[645] Como, apesar da abertura que se começa a verificar com o aproximar do final do século, acontecia por exemplo em Braga, em Barcelos ou em Montemor-o-Novo sensivelmente neste período (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 106-109; Idem - *O município de Braga de 1750-1834... (op. cit.)*, pp. 212-213; FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 44-45).

Os Amorins Coelhos, os Carneiros Brandão, os Carneiros de Sá Barbosa, os Coutinhos de Vilhena, os Farias Gaio[646] (de onde saiu, como se verá pelos nomes, a maioria dos nossos vereadores), eram, entre outras[647], das mais nobres famílias de Vila do Conde[648], tendo os seus nomes associados aos seus mais belos solares[649].

Claro que é relevante haver já vinte e quatro mandatos exercidos por bacharéis em direito[650], facto que começava a verificar-se um pouco por todo o lado (nos principais municípios, mesmo muito pouco ainda[651]) e que significou, na maioria das situações, como certamente cá, uma abertura no acesso aos cargos governativos para outros que não apenas os nobres locais[652]. Além disso e em concreto, significou este

---

[646] De Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira e Moura Gaio, diz no Auto de residência, que é "*pessoa da destinta nobreza desta villa*" (I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351). João Carneiro de Azevedo Gaio era clérigo *in minoribus*, com cerca de 26 anos (*Ibidem*).

[647] Por exemplo de Manuel Afonso Oliveira, vereador em 1785, então com 86 anos, diz a mesma fonte que ele morava nesta vila e "*era pessoa de Nobreza*" (Idem, *ibidem*).

[648] Para a família dos Amorins Coelhos, vd., além de outros: COSTA, Américo – *Diccionário Chorográphfico de Portugal Continental e Insular*. Porto, 1929-1948, vol. XI, p. 464; C.C. – *Para a História de Vila do Conde : Capitães-mores de Vila do Conde*. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (2 Fev. 1984) n.º 225, pp. 1 e 2. Para os Carneiro de Sá Barbosa, vd.: C.C. – *Apontamentos Biográficos de figuras ilustres*. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, n.º 210, pp. 1 e 2; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *O convento de Nossa Senhora da Encarnação em Vila do Conde*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde, Nova Série, n.º 9 (Jun. 1992), p. 38; Idem - *ibidem*, n.º 8 (Jul. 1988), p. 60; Idem, *ibidem*, n.º 8 (Jul. 1998), p. 60. Para os Carneiro Brandão, vd.: ABEL, Firmino – *Pelo Arquivo : 2.* "Santa Casa". Vila do Conde : Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, n.º 6 (Maio 1977), p. 39; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *A casa do submosteiro*. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (9 Jul. 1981) n.º 102, p. 3; Idem, (2 Fev. 1984), n.º 225, p. 1. Para os Coutinhos de Vilhena, vd. COSTA, Américo – *Diccionário Chorográphico ... (op. cit.)*, p. 465; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *O convento ... (op. cit.)*, pp. 38 e 40; Idem - *ibidem*, n.º 8 (Jul. 1998), p. 65. Para os Faria Gaio, vd.: COSTA, Américo – *Diccionário Chorográphico ... (op. cit.)*, p. 465; Jornal de Vila do Conde, A. - *Da Casa Grande dos Farias Gaios à "Estalagem do Brasão"*. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, n.º 388, p. 4, C.C. – *Para a História de Vila do Conde : Capitães-mores ... (op. cit.)*, p. 2, FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *A casa do submosteiro... (op. cit.)*, p. 2. Vd., além disto, as referências da nota seguinte.

[649] A Casa da Costa, a dos Coelhos, a do Submosteiro, a Casa de Burgães, a dos Farias Gaios, etc (vd., além muitos outros inúmeros trabalhos, C.C. - *Para a História de Vila do Conde : Capitães-mores ... (op. cit.)*, pp.1-2; MIRANDA, Marta - *op. cit.*, pp. 49-52; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *A casa do submosteiro... (op. cit.)*, pp. 1-3).

[650] Pelos menos, foram para estes referidos no quadro XV que nós conseguimos descobrir algures nas fontes (porque nem sempre são referidos) o titulo de Doutor.

[651] Cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, pp. 11-13 e bibliografia citada nestas páginas.

[652] Viriato Capela nota-a, ainda que insipiente, para Barcelos (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 107).

À condição de análise mais profunda da origem social mesmo dos letrados que exerceram mandatos de vereador que permita concluir da sua proveniência social, parece-nos que para Vila do Conde não podemos de forma alguma subscrever aquilo que Viriato Capela constatou para Braga, ou seja "*que os cargos de vereação continuam reserva exclusiva dos grupos nobiliárquicos*" (CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 133).

facto que os nossos vereadores neste período tinham já um razoável nível de formação, quer pela origem social, quer pela habilitação académica[653].

A relação entre os vereadores no exercício de funções é algo que, como é compreensível, transparece muito pouco nas actas de vereação. Consegue ler-se nas entrelinhas muito melhor as situações que os uniram do que as que os separaram.

Assim acontece, por exemplo, nos anos de 1788-1789, em que terá ocorrido numa atitude possivelmente de alguma oposição, crítica ou até desobediência deliberada às instâncias hierarquicamente superiores e que lamentavelmente não podemos conhecer porque, por imposição do Provedor e Corregedor, as actas que a ou as contêm foram riscadas[654]. O que é certo é que, na sequência do exposto nessas actas das sessões de 15, 17 e 18 de Março, e que terá sido essencialmente da responsabilidade dos vereadores Dr. José Inácio da Silva Lobo e João Pereira da Costa Barbosa (vereador imediato de 1787) e do procurador João Rodrigues Pereira (procurador também imediato de 1787), estes foram suspensos e condenados pelo Tribunal da Casa de Bragança. Logo na vereação de 26 do mesmo mês, o Juiz de fora, os vereadores Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte, José Bento Carneiro de Sá e Francisco Luís da Silva Mota (estes dois últimos imediatos) e Francisco Rodrigues da Silva (procurador imediato), redigiram, num acto de solidariedade, uma carta àquele Tribunal sobre a suspensão e condenação dos colegas. A todos eles lhes vai valer a atitude uma repreensão feita Provedor e Corregedor da Comarca do Porto, com determinação que saíssem um mês para fora do termo da vila. Além disso, como já se disse, o Provedor, Doutor José Cândido da Silva Pina, mandou trancar os acórdãos constantes nos fólios 44 a 51 verso[655].

Há, todavia, alguns breves registos nas actas que também deixam perceber rivalidades e divergências entre vereadores ou mesmo entre equipas governativas. É o caso por exemplo da sessão de 20 de Abril de 1796, em que se marca a data para efectuar a correição dos caminhos, a qual, salienta-se, "*o anno proximo passado deixarão os veriadores que então serviam* [...] *de fazer* [...] *como hera costume e são*

---

[653] O que não sucedia ainda em muitos dos pequenos concelhos, como era o caso, por exemplo de Marco de Canaveses (Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Do concelho de Canaveses ... (op. cit.)*, pp. 92-93).
[654] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões , lv. 38, fl. 44-51v..

[655] Para toda esta situação, vd. *Ibidem*, fl. 52, 68-69, 69v.-70.

obrigados"[656]; ou, ainda, na mesma sessão, em que procederam os oficiais à nomeação do recebedor das sisas, "*visto a camara antecedente não ter feito no seu anno a nomiação do recebedor de sizas*" e para que esta "*negligência e homição em tempo nenhum possa recair sobre os actuais veriadores*"[657].

Além destas, há uma outra situação registada neste período que é reveladora desses atritos, que chega ao ponto de pôr em causa o funcionamento da própria câmara e que, por isso, sucintamente, vale a pena ser relatada.

Tendo sido nomeado, em 23 de Fevereiro, para vereador para 1796[658], o Dr. José Pereira da Rocha Faria Gaio pediu escusa por estar de partida para a Corte. O Senado deu da escusa conta a S. Majestade, mas, a 10 de Março, composto pelos outros dois vereadores nomeados para esse ano (vd. quadro XV) e pelo procurador de 1795, António Lopes Anjo (por falecimento do deste ano), apreciou um requerimento para que se suspendesse a nomeação do referido escuso, porque - alegava-se - ele não tinha entrado nas pautas para o triénio 1795-97! (vd. quadro XIII). Em 20 de Abril, quando chegou a nomeação do Dr. Manuel da Silva Soares para o lugar do outro vereador, os membros do Senado entenderam que o modo como a escusa foi aceite bem como a forma como foi proposto o nome do seu substituto eram fraudulentas, fizeram uma carta à rainha a expor o caso para que ela decidisse e apenas deram posse ao procurador de barrete, que viera nomeado no mesmo dia. A 25 do mês seguinte, apresentou-se na câmara, por ordem régia, o Corregedor interino de Barcelos, o Dr. José Thomas Marinho e Costa, a fim de inquirir das razões pelas quais não fora dada posse pelo Senado ao nomeado Manuel da Silva Soares. Toda a situação foi averiguada, chamou-se até o primeiro nomeado para ver se ele, não obstante o pedido de escusa, estava disponível para o lugar e, decisão final, acabou por se cumprir a vontade real e empossar o vereador substituto, apesar dos protestos dos restantes oficiais. O que se verificou, a partir daqui e até ao final do ano, foi um conjunto de atritos entre o resto dos oficiais e o "*juiz pela ordenação*", com aqueles a fazerem registar na acta de 18 de Junho, Sábado, que não tinha havido câmara nem nessa semana nem na anterior, "*por falta de convocação*"[659]; o juiz, por sua vez, viu-se obrigado a ter que recorrer, em 6 de Julho, totalmente a oficiais imediatos devido ao completo boicote dos daquele ano[660];

---

[656] *Ibidem*, fl. 328v.-329.
[657] *Ibidem*, fl. 329.
[658] Cf. *Ibidem*, fl. 307-309v..
[659] Cf. *Ibidem*, fl. 347.
[660] Cf. *Ibidem*, fl. 350-350v..

ou, ainda, novamente os oficiais a não conseguirem reunir, em 24 de Dezembro, por não terem chave para abrir a porta, consequência de ordem dada ao porteiro pelo "presidente", nem na quinta-feira seguinte, devido a uma lesão do escrivão e a não terem encontrado o juiz vereador, tendo elaborado para ele, no dia 29, uma longa carta[661].

De facto em toda esta situação havia, pelo menos, um caso de forte incompatibilidade pessoal, explícita na eleição para os lugares de almotacés para os meses de Abril, Maio e Junho de 1797. Elegeram então Manuel da Silva Soares e Luís Pereira Coutinho de Vilhena, este em lugar de Fernando de Sousa Guerra e Araújo, "*a quem pertencia por ser o segundo veriador do anno passado, porém em atenção a ser o dito Manuel da Silva inimigo do dito Fernando de Souza Guerra como he publico e notório não se devem juntar ambos para servirem juntos*"[662].

4.2.4. O Procurador do concelho

O procurador do concelho era, como se disse já, um dos oficiais do Senado da câmara, eleito conjuntamente e pelo mesmo processo dos vereadores, assunto também já exposto com algum detalhe.

Em Vila do Conde, no nosso período, o procurador do concelho era um oficial com prestígio, que tinha assento de pleno direito em todas as sessões da câmara (e foram raras aquelas a que faltou - vd.ponto 4.4.2., quadro XXIV), pelo que tinha direito a voto como os restantes membros[663], e recebia propinas como os vereadores (vd. adiante), embora, hierarquicamente, estivesse abaixo destes[664].

Foi certamente por tudo isto, que o cargo de procurador, ao longo dos dezasseis anos, andou também, um pouco à imagem do que aconteceu com os vereadores, por um núcleo relativamente restrito de pessoas. Como se pode observar no quadro XVI, foram dez as pessoas que cumpriram mandato entre 1785 e 1800.

---

[661] Para toda esta situação, Cf. *Ibidem*, fl. 307-309v., 316v.-318v., 331-334v., 335v., 339-345v., 350-351v., 377v.-381.

[662] *Ibidem*, fl. 394-394v..

[663] Houve localidades, como foi, por exemplo o caso de Barcelos, em que esse direito foi várias vezes questionado (vd. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 105-106).

Quadro XVI

Procuradores do Concelho na Câmara de Vila do Conde (1785-1800)

Ano	Data de Nomeação	Nome	Data de Posse	A.M.V.C. – Liv. actas das sessões, lv. 30 e 38 (fls)
1785	1785-03-07	Francisco Rodrigues da Silva	1785-03-07	562-562v
1786	1786-02-23	Veríssimo da Rocha Soares	1786-02-23	10v-11
1787	1787-01-26	João Rodrigues Pereira	1787-01-26	26-27
1788		João Rodrigues Pereira[665]		
1789	1789-01-26	António Lopes Anjo	1789-01-26	66v-67v
1790	1790-02-08	José Gomes Viza	1790-02-10	80-81v
1791	1791-01-31	João Carneiro de Azevedo Duarte	1791-01-31	105-105v
1791	1791-09-01	António Lopes Anjo	1791-09-01	105-105v; 122v-123
1792	1792-02-06	Veríssimo da Rocha Soares	1792-02-06	130v-131v
1793	1793-01-26	José Gomes Viza	1793-01-26	156-157
1794	1794-01-25	Domingos António da Costa de Carv. Flores	1794-01-31	169v-170; 170v-171
1795	1795-02-14	António Lopes Anjo	1795-02-14	247-248
1796	1796-04-20	André Pereira da Costa	1796-04-20	307-309v; 331
1797	1797-03-04	António Lopes Anjo	1797-03-04	387v-388
1798	1798-02-01	Domingos António da Costa de Carv. Flores	1798-03-24	423v-424; 431-431v
1799	1799-01-24	Luís Baptista da Cunha e Flores	1799-01-24	449v-450; 455v-456v
1800	1800-02-04	Manuel Gomes Braga	1800-02-04	487-487v

Se cotejarmos estes dados com os apresentados no quadro XIII, verificamos que, nos 20 nomes constantes nas pautas trienais[666], havia 17 pessoas, das quais foram nomeadas 11[667], tendo, 9 dessas, cumprido efectivamente mandato[668]. Se lhes juntarmos o oficial de 1785, concluiremos que em dezasseis anos houve dez pessoas a exercerem o cargo de procurador o que representa uma média de 1,6 mandatos por pessoa[669], numero ligeiramente inferior ao dos vereadores e que, portanto, poderá significar uma maior abertura no acesso ao cargo.

---

[664] Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 456 e 467-472. Na introdução das actas de vereação verifica-se, por exemplo, que o procurador é o último a ser referido na relação que é sempre feitas dos que estão presentes.

[665] Indicamos o nome de João Rodrigues Pereira, porque, não tendo o nomeado para esse ano, João Carneiro de Azevedo Duarte, tomado posse por impedimentos vários, e não tendo chegado nunca a nomeação do seu substituto, em 20 das 28 sessões realizadas nesse ano, foi ele (procurador do ano anterior) que assumiu o lugar de procurador (vd. anexo 1). Em outras 6 sessões esteve Francisco Rodrigues da Silva (26-03 e 3, 4, 10, 19 e 23-4-1788) e em 2, Veríssimo da Rocha Soares (26-05 e 04-06-1788).

[666] Sempre considerando os nomes constantes nos triénios de 1786-1788 ao de 1798-1800.

[667] Considerando já nestes os nomes de Veríssimo da Rocha Soares e José Gomes Viza, nomeados para 1792 e 1793, respectivamente, sem fazerem parte dos pautados trienais.

[668] Cf. quadros XIII, XVI e anexo 1.

[669] A mesma média verificada no Porto, entre 1580-1640 (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto...(op. cit.)*, vol. I, p. 455), mas muito abaixo dos cerca de 2,6 verificados para Montemor-o-Novo, entre 1777-1816 (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 55).

As *Ordenações Filipinas* definiam, em termos gerais, as competências deste oficial[670]: certificar-se, depois de arrecadadas as rendas do concelho, de que todas foram arrecadadas e se não ficaram coimas ou outras penas por cobrar; zelar pelo património do concelho, requerendo aos vereadores e outros oficiais que procedam às reparações e conservações necessárias; quando cessasse o seu mandato, deveria fazer aos vereadores uma espécie de balanço sobre o estados geral das coisas do concelho, para que os oficiais que entrarem saberem como elas estão e o que é necessário fazer; finalmente, houve não houver tesoureiro, desempenhará essas funções[671].

Não tendo ocupado nunca, durante o período estudado, em Vila do Conde o lugar de tesoureiro[672], as funções desempenhadas cá pelo procurador foram muitas mais e de muito maior importância do que pode dar a entender o pequeno título que lhes dedica as *Ordenações*.

No geral, este oficial era um pouco o defensor do bem público que velava pela defesa dos direitos do concelho, fazendo-o, no quotidiano governativo, das mais diversas formas e nos mais variados domínios e assumindo-se, por isso, como um elemento verdadeiramente dinamizador da governação local.

Assim, fiscalizava o cumprimento dos acórdãos camarários, tendo requerido, por exemplo, em 14 de Julho de 1788, que o senado obrigasse, em conformidade com eles, a que os marchantes cortassem todo o dia carne nos açougues públicos e não apenas de manhã[673]; ou, ainda, tendo mandado prender, em 11 de Julho de 1795, o marchante Manuel Baltazar por este não ter dado as fianças no prazo determinado de oito dias[674]; ou, finalmente, quando, verificando que os acórdãos de 9 de Abril de 1796, sobre a venda de peixe ao povo, não estavam a ser cumpridos, requereu que se tomassem novas providências para que eles se cumprissem e disso se notificasse os almotacés[675].

Além disso, preocupou-se com o abastecimento da vila, tendo requerido, por exemplo, em 5 de Outubro de 1791, que se desse a providência dos vinhos para que, devido à indigência produtiva do ano, não houvesse gente a vender vinhos novos pelo

---

[670] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXIX.
[671] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXX, § 2.
[672] Ao contrário, por exemplo, da Figueira da Foz, entre 1771-1790, em que o procurador foi sempre, em simultâneo, tesoureiro (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 63) e de Montemor-o-Novo, em que isso por vezes também se verificou (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 54).
[673] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões , lv. 38, fl. 19v.-20.
[674] *Ibidem*, fl. 279-282.
[675] *Ibidem*, fl. 369v.-371v..

preços dos velhos[676], e, em 29 de Abril de 1800, perante a grave carência de pão do final do século, que os rendeiros da vila dessem a sua terça para vender ao povo[677].

Esteve envolvido em várias outras questões de interesse público: na saúde, requerendo, em 24 de Fevereiro de 1795, o embargo da Provisão do partido do médico[678] e acompanhando um processo de apelação para a Relação de um agravo do Corregedor ao médico italiano Lopo Maria Rolo[679]; na conservação dos caminhos concelhios, informando, em 20 de Abril de 1796, os restantes elementos da câmara que a devida correição não tinha sido efectuada no ano transacto e que, por isso, devia fazer-se[680], ou fazendo seguir do Juízo da Correição para o Desembargo do Paço um recurso de sentença sobre a vedação e abolição de um caminho público que ia "*pella orta das feiras desta villa,*[...]*fazendo-se tapar a porta que estava sempre franca e aberta para a publica passagem*"[681]; por fim, até nas celebrações religiosas, quando foi a ele que se incumbe, em 10 de Março de 1796, de mandar aprontar a cera e tudo mais que fosse preciso para a função da semana santa que a câmara costumava fazer e que se aproximava[682].

Finalmente, o procurador foi um elemento com um papel importantíssimo no próprio funcionamento da administração municipal, sendo de sua iniciativa, por exemplo, os processos de eleição dos almotacés[683] e dos louvados de todos os ofícios[684], a adopção de atitudes para que o cofre das sisas estivesse em mãos seguras[685], e até propostas, apresentadas em 5 de Fevereiro de 1791, para um maior rigor em relação ao funcionamento da própria câmara bem como à cedência e uso de bens dela[686].

No que toca à proveniência social, verifica-se, considerando sete dos dez procuradores para os quais conseguimos este dado (vd. quadro XVII), que foi, nestes

---

[676] *Ibidem*, fl. 125v.-126v..
[677] *Ibidem*, fl. 491v.-492.
[678] *Ibidem*, fl. 244v.-246.
[679] *Ibidem*, fl. 389v..
[680] *Ibidem*, fl. 328v.-335v..
[681] *Ibidem*, fl. 186.
[682] *Ibidem*, fl. 318-318v..
[683] *Ibidem*, fl. 274 e 489v.-490.
[684] *Ibidem*, fl. 116-117.
[685] O procurador requer que, dada a situação de culpas várias imputadas a João Carneiro Gaio e de outras questões que levavam a que, segundo se tinha ouvido dizer, estivesse preso nas cadeias de Rates, não deveria ser-lhe confiada a responsabilidade depositário do cofre das sisas, o que foi aceite e, por ordem do juiz vereador, foi-lhe retirado o cofre e passado para a responsabilidade do seu fiador, Domingos António da Costa Flores (*Ibidem*, fl. 114-115).
[686] *Ibidem*, fl. 106-107.

dezasseis anos, um cargo de muito mais fácil acesso por parte dos grupos médios e não esteve nos horizontes ou interesses quer da camada nobre, quer dos letrados[687].

Quadro XVII
Profissões e idades dos procuradores (1785-1800)

Nome	Profissão	Idade[688]
André Pereira da Costa	Negociante	50+-
António Lopes Anjo	Negociante	72+-
Domingos António da Costa de Carv. Flores		
Francisco Rodrigues da Silva		
João Carneiro de Azevedo Duarte	Escr. Órfãos	67+-
João Rodrigues Pereira	Boticário	68+-
José Gomes Viza	Piloto-mor	
Luís Baptista da Cunha e Flores		53+-
Manuel Gomes Braga	Negociante	
Veríssimo da Rocha Soares	Negociante	41

Fonte: I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351.

Não obstante o quadro social, todos eles sabiam ler e escrever (um deles era até escrivão), pelo menos o seu nome assinavam-no de letra corrida, sem qualquer dificuldade[689].

Finalmente, no que toca à idade, fazendo a média pelos dados disponíveis, ela ultrapassaria os 58 anos[690], o que leva a concluir que, em Vila do Conde, os procuradores eram homens de idade madura, aliás de acordo com a experiência que o cargo parecia exigir.

4.2.5. O Tesoureiro

A análise do cargo de tesoureiro no conjunto dos principais oficiais camarários deve-se essencialmente devido ao facto de, como já se referiu e analisou, ele ser eleito no mesmo processo dos elementos do Senado.

---

[687] O que aconteceu um pouco por todo o lado. Vd., para o Porto, principalmente no séc. XVII, SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 474-478; para Montemor-o-Novo, FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 55.

[688] No Autos de Residência a idade aparece muitas vezes referida com o "mais ou menos".

[689] Bem longe, portanto do panorama que Nuno Gonçalo Monteiro apresenta ao referir que, nos inícios do séc. XIX, em cerca de 1/3 dos nossos concelhos os vereadores e procuradores assinavam de cruz (cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, p. 316).

[690] Média bastante superior à do Porto e Évora para o séc. XVII (vd. SILVA, Francisco Ribeiro - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 479-480).

No entanto, em Vila do Conde, como nos demais sítios[691], não obstante esse facto e a sua já referida proximidade ao Senado, ele "*não fazia parte, em rigor, do corpo da Câmara*", sendo, não propriamente um membro da governança, mas sim "*uma instituição de apoio à governança*"[692]. De facto, o tesoureiro não tinha assento nas reuniões da câmara[693], logo não participava nas decisões sobre a vida da terra, embora participasse em várias solenidades religiosas e por tal recebesse propinas, que eram, em termos de valor, normalmente das mais altas, logo a seguir às do juiz de fora, vereadores e procurador. Além disto, convém não esquecer que o cargo de tesoureiro era, dos das funções de topo da câmara, o único que a lei permitia que fosse desempenhado pelo titular de outro cargo, no caso o procurador[694].

Seguindo um pouco a mesma linha de análise adoptada para os oficiais anteriores, verifica-se (vd. quadro XIII) que dos 21 nomes pautados para tesoureiro nos cinco triénios, havia 15 pessoas, das quais foram nomeadas 11, tendo dessas cumprido mandato, 10, ou seja 11, se lhe juntarmos o tesoureiro de 1785 (vd. quadro XVIII).

Quadro XVIII

Tesoureiros da Câmara de Vila do Conde (1785-1800)

Data nomeação	Nome	Data posse	A.M.V.C. – Liv. actas das sessões, lv. 30 e 38 (fls)
1785/03/07	João da Silva Ferreira	1785/03/07	562/562v
1786/02/23	José Correia Carneiro	1786/02/23	10v/11
1787/01/26	Manuel Barbosa	1787/01/26	26-27
1788/02/15	Manuel Carneiro de Figueiredo	1788/02/15	42v-43v
1789/01/26	Francisco José Dias	1789/01/26	66v-67v
1790/03/29	Francisco José Dias	1790/03/29	85v/86
1791/01/31	Francisco José Dias	1791/01/31	104-105v
1792/02/06	Manuel Gomes de Lima	1792/02/06	130v-131v
1793/01/26	Jacob Joaquim de Sousa	1793/01/26	156-157
1794/01/31	Manuel de Lima	1794/01/31	170v/171
1795/02/14	Francisco Martins de Oliveira	1795/02/14	247-248
1796/02/13	António Isidoro	1796/02/13	307-309v
1797/03/04	Manuel Gomes de Lima	1797/03/04	387-388v
1798/02/01	Francisco Martins de Oliveira	1798/02/01	423v/424
1799/01/24	Jacob Joaquim de Sousa	1799-03-09	449v-450;455v-458
1800/02/04	Victor Luís de Oliveira	1800/02/04	487/487v

[691] Por exemplo, no seu estudo sobre a Câmara de Barcelos, Viriato Capela até os enquadra naquilo a que chama "*O funcionalismo menor*" (Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 113-114).

[692] SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 503 e 516.

[693] Em todas as que estudámos, apenas em 19 o tesoureiro está presente, sendo 16 dessas para actos de tomada de posse. Em 09-02-1791, foi chamado para tomar conhecimento de um conjunto de decisões tomadas na sessão anterior (A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões , lv. 38, fl. 106v.-107); em 27-02-1792, é chamado o tesoureiro do ano anterior para "*darem as contas do seu tempo*" (cf. *Ibidem*, fl. 132v.-134); finalmente, em 15-03-1797, Manuel Gomes de Lima é chamado à Câmara para com ele se ajustar a armação da Semana Santa (cf. *Ibidem*, fl. 390-390v.).

[694] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXX, § 2.

Indicam estes números que, entre 1785-1800, a média de mandatos do cargo de tesoureiro foi ligeiramente inferior a 1,5 por pessoa[695], o que, no caso específico deste ofício não nos parece permitir grandes leituras, sendo certamente mais significativo o facto de, dos 11 titulares que cumpriram mandato, 4 deles (isto é, praticamente 1/3), ter ocupado o cargo 9 anos (ou seja, mais de 55% do total)[696]. De facto, parece-nos que para o cargo de tesoureiro este último dado é importante, já que, sendo condição para o exercer a boa condição económica[697], o que será daqui mais relevante daqui concluir-se é que, não havendo por parte dos nomeados recusa ao lugar[698], não seriam muitos na vila os interessados ou capazes para o seu desempenho.

No que toca às funções do tesoureiro, elas eram, no essencial, as que vinham expostas num curto título das *Ordenações*[699] e que no geral constavam se "*receber todas as rendas do Concelho, e* [...] *fazer as despesas, que pelos Véreadores forem mandadas fazer*"[700]. Todas as receitas e despesas eram por ele movimentadas perante o escrivão que as registaria em livro próprio, o qual seria assinado pelos vereadores que as ordenaram[701]. Desde logo se constata que o tesoureiro não tinha qualquer tipo de autonomia na administração das verbas, mas apenas se limitava a cumprir, neste âmbito, determinações daqueles oficiais.

---

[695] Muito inferir aos quase 2,2 de Montemor-o-Novo (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 60).

[696] Foi a seguinte a distribuição dos mandatos para tesoureiro entre 1785-1800:

Francisco José Dias	3
Francisco Martins de Oliveira	2
Jacob Joaquim de Sousa	2
Manuel Gomes de Lima	2
António Isidoro	1
João da Silva Ferreira	1
José Correia Carneiro	1
Manuel Barbosa	1
Manuel Carneiro de Figueiredo	1
Manuel de Lima	1
Vitorio Luís de Oliveira	1

[697] Vd. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 508 e FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 59.

[698] O únicos que pedem escusa do lugar são Francisco Luís da Silva Cruz, nomeado para 1790, por ser recebedor do Real d'água e da Santa Casa da Misericórdia (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões , lv. 38, fl. 82v.-83), pedido que foi aceite, e Jacob Joaquim de Sousa, que, nomeado em 24-01-1799, pede escusa por ser ajudante das Ordenanças, tendo-lhe, contudo, a Rainha negado provimento ao pedido, por carta aberta na câmara em 6 de Março desse ano (cf. *Ibidem*, fl. 455v.-456v.).

[699] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXX.

[700] Idem, *ibidem*, introdução.

[701] Idem, *ibidem*.

Em Vila do Conde, os vereadores sempre quiseram que desta forma fosse feito e, por exemplo, em 29 de Fevereiro de 1791, a fim de tomar conhecimento de um conjunto de decisões aprovadas na sessão anterior, foi chamado à câmara Francisco José Dias, então tesoureiro, ao qual mais foi dito que "*não fizesse despeza algua sem mandado da Camara*" e "*observasse fielmente o seu regimento*"[702].

Além disto, e ainda dentro das suas atribuições, o tesoureiro devia arrecadar os rendimentos das rendas do concelho[703]. Se aquelas estavam arrendadas, devia apenas controlar os rendeiros e receber os quartéis nos tempos certos. Se, porventura, não estavam, então cabia ao tesoureiro a sua arrecadação "*de maneira, que se não percão*"[704]. No entanto, e aqui residia um dos aspectos menos positivos do cargo, se as cobranças não fossem devidamente feitas e disso resultasse prejuízo para o Concelho ou para a terça de S. Majestade, o tesoureiro teria que repor os danos pagando de suas casas e seus bens[705].

Seria, com certeza, aqui que residiria a razão para que a boa condição económica devesse ser característica dos potenciais titulares do cargo. Era necessário e conveniente que quem o exercesse pudesse ressarcir os lesados (concelho e fazenda régia) por eventuais falhas do seu desempenho. Por isso é que os membros do Senado de Vila do Conde, perante a nomeação de Francisco Martins de Oliveira para o ofício em 1798, e "*visto o actual Thizoureiro se achar reduzido a mayor pobreza por cujo motivo não devia ser pautado para semilhante emprego e muito mais dipois de ser hum criado de servir*", concluíram não poder esta câmara "*confiar o perduto de suas rendas de hum individo que nada tem com que as segure*"[706]. Decidiram, assim, que quem deveria receber as rendas seria o recebedor das sisas, Vicente José dos Santos[707], embora na sessão de 12 de Abril, tivessem reformulado a decisão e determinado que as rendas passassem a ficar nas mãos do procurador da câmara[708].

Finalmente, em relação às obrigações do tesoureiro, o Senado exigia, no início de mandato dos seus oficiais, que o titular do ofício do ano anterior "aprontasse" as

---

[702] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões , lv. 38, fl. 107.
[703] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXX, § 3.
[704] Idem, *ibidem*, § 1.
[705] Idem, *ibidem*, § 1 e 3.
[706] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões , lv. 38, fl. 432. É curioso que a mesma pessoa foi pautada no triénio 1795-97 e serviu o cargo em 1795, não nos surgindo qualquer referência para esse mandato sobre este estado de pobreza. Terá acontecido o empobrecimento por razões imprevistas e a partir daí?
[707] Cf. *Ibidem*. Contudo, e apesar desta decisão, dado que o tesoureiro fora nomeado, "*seja contado com as propinas do costume*".
[708] Cf. *Ibidem*, fl. 433-433v..

contas e as fosse apresentar. Foi isto que ordenaram os vereadores a Manuel Carneiro de Figueiredo, em 11 de Março de 1789[709], a Francisco José Dias, em 29 de Fevereiro de 1791, dado que fora o oficial do ano anterior[710], o mesmo sucedendo no ano seguinte, tendo-se apresentado o tesoureiro (que era o mesmo - vd. quadro XVIII) na câmara, em 27 de Fevereiro, na companhia do procurador de 1791, António Lopes Anjo, "*para darem as contas do seo tempo*" mas "*por não terem as suas contas justas ficarão esperadas athe Sesta feira de tarde*"[711].

Relativamente à origem social e grau de instrução dos tesoureiros de Vila do Conde, muito pouco, a partir da documentação trabalhada, poderemos dizer. Além da condição económica já referida, parece-nos que estamos já realmente perante um cargo que já não trazia prestígio aos elementos da classe aristocrática e mesmo aos letrados da terra[712]. Não encontramos nenhum titular com nome que entronque na nobreza da terra, da mesma forma que nenhum é referenciado com título académico, o que não significa que fossem analfabetos, já que mais uma vez se atesta que com facilidade escreviam o respectivo nome.

Uma nota mais, que vem reforçar estas conclusões: das onze pessoas que exerceram o cargo durante os dezasseis anos estudados, apenas quatro exerceram, durante o mesmo período, outro cargo ligado à governação concelhia, concretamente foram almotacés (vd. quadro anexo 2). Significa isto claramente que aos foram tesoureiros não lhes era permitido o acesso aos cargos superiores, como, ao inverso, os da elite da governança não "desciam" a tesoureiro[713].

---

[709] Que aprontasse toda a despesa que tinha feito desde o dia 1º de Janeiro até ao dia último das suas funções (cf. *Ibidem*, fl. 70v.-71).
[710] *Ibidem*, fl. 107.
[711] *Ibidem*, fl. 134.
[712] Como acontece, por exemplo, tanto no Porto do séc. XVII (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 508-509), como em Montemor-o-Novo, nos finais do XVIII (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 60-61).
[713] É extremamente curioso e eloquente a este respeito um episódio ocorrido em Montemor-o-Novo em 1792 (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 61).

4.3. Outros funcionários municipais

4.3.1. O escrivão

O escrivão, como refere Ribeiro da Silva, era, juntamente com o tesoureiro, outras das instituições de apoio indispensáveis aos responsáveis pelo governo local[714]. Embora não o possamos considerar como fazendo parte da equipa governativa, com o poder e a responsabilidade dos vereadores ou do procurador nos actos de gestão[715], o que é certo é que, em Vila do Conde, como por todo o lado, o escrivão integrava o Senado da câmara, por força das suas funções.

Não era um elemento da câmara, no sentido mais político da expressão, mas estava nos principais, ou mesmo em todos os actos que nela se praticavam; não era um dos do Senado, mas sem a sua presença aquele não reunia[716]; não decidia, mas registava as decisões, tornado-as perenes e conferindo-lhes a essencial formalidade; não tinha responsabilidade directa dos actos que registava, mas era o guardador dos registos. Era, por tudo isto, um cargo importante e com prestígio, participando na maior parte das solenidades religiosas ao lado dos oficiais da câmara e recebendo, naquelas em que participava, propinas de valor igual às do juiz de fora e dos vereadores[717].

No que respeita à sua nomeação, dado que as *Ordenações* nada diziam sobre o assunto, parece que houve formas diversas, adoptadas por diferentes localidades para prover o lugar[718], embora, ao que parece, na maior parte fossem de nomeação trienal[719].

---

[714] Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 483.

[715] Não concordamos, por isso, com Teresa Fonseca, quando deixa entender o contrário, a partir de uma asserção descontextualizada de Francisco Ribeira da Silva (vd. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 77).

[716] Assim sucedeu, por exemplo, em 28-12-1796 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 378v.).

[717] Nos livros de receita e despesa existentes no Arquivo Municipal para o nosso período, as rubricas relativas a gastos com propinas geralmente não são especificadas. Isso era feito, normalmente, nos mandados de pagamento. Infelizmente, para 1785-1800, não encontrámos nenhum. No entanto, utilizamos os mandados de pagamento de propinas encontrados para 1778 e 1780, os quais, aferidos pelos valores totais indicados nos referidos livros de receita e despesa, podem com toda a segurança, ser utilizados para os últimos 16 anos do século. Assim, vd. A.M.V.C. - Mandados de pagamento, 1699-1835, n.º 1046, 07-03, 11-07 e 31-10-1778 e 27-05, 01-11 e 31-12-1780.
Ribeiro da Silva, para o Porto do séc. XVII, constata que o escrivão, nos actos oficiais, tinha direito a sentar-se em cadeiras da governação iguais às dos juiz de fora, vereadores e procurador (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 483).

[718] Vd. os casos do Porto, de Guimarães e Viseu apresentados por Ribeiro da Silva (SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 486-487), bem como o de Montemor-o-Novo (vd. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 77).

[719] Vd. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *op. cit.*, p. 49. Em Montemor-o-Novo (vd. FONSECA, Teresa - *ibidem*), o cargo era vitalício e hereditário.

Em Vila do Conde, o escrivão, era nomeado como proprietário do cargo de forma vitalícia, dependendo sempre, claro está, da decisão de S. Majestade de lhe retirar o ofício[720]. Esse provimento era feito pela rainha (mais tarde pelo príncipe regente), mas, pelo menos até á Lei de 1790, sempre "*como Administradora da Pessoa e Bens do Princepe Dom Jozé* [sic][721] *Meu sobre todos muito amado e prezado Filho Princepe do Barzil e Duque de Bragança*"[722], ou seja, a nomeação era feita pela Casa de Bragança.

Esta atribuição do lugar pela rainha dependia, no entanto, de alguns requisitos que fossem reconhecidos ao candidato. Este devia demonstrar ser habilitado para as funções, ter feito exame de letra, mostrar não ter crime, ter a idade que a lei impunha, além de ser importante e necessário um parecer favorável do Doutor Ouvidor da comarca de Barcelos[723].

A partir de toda a documentação compulsada, estamos convictos que, em Vila do Conde, neste período, só houve, para além de uma substituição temporária, um escrivão efectivamente nomeado pela tutela senhorial - Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima, que se apresentou ao Senado, em 26 de Maio de 1787, munido de uma carta de propriedade do ofício passada em Lisboa a 5 do mesmo mês.

Mesmo as substituições temporárias do escrivão eram feitas pelo senhorio de Bragança, como sucedeu com José Gomes Flores que, em 23 de Abril de 1788, apresentou provimento passado pelo juízo da Ouvidoria de Barcelos para servir por tempo de três meses o ofício, por impedimento do proprietário, Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima. Foi-lhe dada posse e iniciou funções de imediato (embora tal só tivesse sido em 26 do mês seguinte!), acabando por exercer o cargo até 9 de Julho de 1791 (vd. quadro XIX), isto é mais de três anos depois, e deixou-o por ter falecido[724].

---

[720] Em Vila do Conde, em 1466, a nomeação era trienal, embora para o triénio que então se iniciava, fossem nomeados dois escrivães (cf. MARQUES, José - *op. cit.*, p. 28).
[721] Foi, evidentemente, gralha do escrivão que trasladou o documento, ao escrever José em vez de João.
[722] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 77v..
[723] Cf. *Ibidem*, fl. 78.
[724] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 54-54v. e 128-129.

Quadro XIX

Escrivães da Câmara de Vila do Conde 1785-1800[726]
(ordenados pela sequência cronológica do exercício de funções)

Escrivão	Período de exercício contínuo de funções	N.º de actas que fizeram	A.M.V.C. – Liv. actas das sessões, lv. 30 e 38 (fls)
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	1785-01-05 - 14-07-1786	46	559v-560
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1786-08-26 - 26-08-1786	1	20-20v
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	1786-09-06 - 06-09-1786	1	20v-21
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1786-10-06 - 1786-10-06	1	21-21v
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	1786-11-03 - 1787-05-12	12	21V-22
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1787-05-26 - 1787-05-26	1	31v-32
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	1787-06-23 - 1787-07-21	3	32v
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1787-07-31 - 1787-09-04	4	34-34v
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	1787-10-01 - 1788-04-23	18	36
José Gomes Flores	1788-05-26 - 1789-01-31	22	54v-55
Manuel José Correia de Lacerda	1789-02-18 - 1789-02-18	1	68-69
José Gomes Flores	1789-02-21 - 1791-07-09	79	69v-70
José Inácio Rodrigues do Rego	1791-07-20 - 1792-02-06	13	119
João António de Abreu	1792-02-08 - 1792-02-08	1	131v-132v
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1792-02-27 - 1799-04-21	7	132v-134
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	1792-05-14 - 1792-05-14	1	139-140v
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1792-05-16 - 1792-06-27	5	140v-141
José Baptista Ribeiro de Faria	1792-06-30 - 1794-07-23	55	143v-144
José Inácio Rodrigues do Rego	1794-07-26 - 1794-07-26	1	195
José Baptista Ribeiro de Faria	1794-07-30 - 1799-07-15	266	195v
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1799-07-17 - 1799-07-27	3	473v-474
José Baptista Ribeiro de Faria	1799-08-07 - 1800-07-25	41	475-475v
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	1800-08-02 - 1800-08-06	3	499v-500
José Baptista Ribeiro de Faria	1800-08-09 - 1800-12-31	14	500v

Como se pode verificar no quadro XIX, não obstante haver actas de vereação escrituradas por 7 pessoas diferentes, e, como já se referiu, só ter havido um proprietário do lugar designado, na prática podemos dizer que, entre 1785-1800, houve efectivamente três escrivães da câmara: Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima, José Baptista Ribeiro de Faria e José Gomes Flores, os quais foram responsáveis por mais de 93% das actas elaboradas[726]. Além de Correia de Lacerda, escrivão da

[725] Aqui consideramos como escrivães todos aqueles formalizaram actos ou documentos no desempenho das funções do escrivão.

[726] Para simplificar a análise, segue-se uma listagem, ordenada decrescentemente pelo n.º de actas que cada escrivão fez:

Correição da comarca do Porto, que veio secretariar uma sessão a que presidiu o respectivo corregedor[727], os outros três (Filipe Neri, José Inácio Rego e José António Abreu) foram utilizados, normalmente, em situações de impedimento daquele que, na altura, desempenhava a função, o que aliás era, no geral, expresso na acta[728].

Na verdade, a câmara sentiu, por vezes, algumas dificuldades em conseguir que o titular do lugar assegurasse o serviço, além se ter deparado com outros problemas que o ofício, pelos seus rendimentos, propiciava.

Assim sucedeu, por exemplo em 27 de Julho de Julho de 1791, em que, após, por falecimento, ter cessado funções José Gomes Flores (o qual já as desempenhava em regime de substituição), o Senado notificou Monteiro de Lima, proprietário do cargo, para assumir o serviço, tendo ele recusado. Então, "*por se achar tudo em desordem*" e "*não haver quem dê fé*", os camaristas chamaram para o desempenho José Rodrigues do Rego e despediram o titular, dando de tudo conta à rainha para que determinasse o que entendesse[729]. Aliás, no final desse ano, aquando da passagem dos mandados de pagamento, os oficiais não passaram o do escrivão falecido, pois descobriram que o mesmo "*se introzou na serventia do dito officio sem titullo legitimo* [...] *sem provimento e sem que o proprietario do dito officio* [...] *tivesse alvara de licença para poder meter serventuario praticandoce entre hum e outro simiollação e arrendamento reprovado a respeito do rendimento do dito officio*", pagando o serventuário ao titular uma terça parte do que ganhava nas funções[730]. Como tal era totalmente ilegal, mais uma vez a câmara pediu a S. Majestade que determinasse as penas e o que fazer em todo este caso.

No que respeita às suas funções, podemos dizer que seriam, no essencial, escriturar todos os actos da administração municipal que o justificassem. No entanto, havia sectores dessa administração que tinham escrivães próprios. Impossibilitados de

---

José Baptista Ribeiro de Faria	376
José Gomes Flores	101
Francisco de Vasconcelos Monteiro e Lima	81
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	25
José Inácio Rodrigues Rego	14
João António de Abreu	1
Manuel José Correia de Lacerda	1

[727] Dr. José Cândido da Silva Pina, juiz de fora e dos órfãos da cidade do Porto e seu termo, que servia então o lugar de Corregedor e Provedor desta comarca (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 68-69).
[728] Cf. *Ibidem*, fl. 20v., 32, 34v., 134.
[729] Cf. *Ibidem*, fl. 122-122v. e Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 163v.-164.
[730] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 128-128v..

estudar com detalhe aqui o assunto, podemos referir que eram os casos da almotaçaria, do registo das sisas e de outros de impostos vários, da alfândega, dos órfãos, etc.

Em Vila do Conde o escrivão da câmara era o da almotaçaria[731], acumulando, por isso, às funções inerentes, por lei, ao seu cargo, as também atribuídas ao segundo[732].

Pelas *Ordenações*, o escrivão devia lançar anualmente em livro próprio as receitas e despesas da câmara; registar os feitos de injúrias verbais que na câmara forem despachados; escrever as cartas testemunháveis que acompanhavam os requerimentos dirigidos aos oficiais da câmara; ler, na primeira vereação de cada mês, aos vereadores e almotacés os respectivos regimentos; registar a passagem dos gados; possuir uma das três chaves da arca, onde se guardarão as escrituras do concelho[733].

Claro que em termos práticos, em Vila do Conde, como geralmente nos outros locais[734], o escrivão fazia, como fez ao longo deste período, muito mais do que isto. Desde logo, como já vimos, escriturava as actas de todas as sessões de vereação, bem como os diferentes autos de eleição das patentes militares[735]; copiava todos os documentos importantes para um livro de registo próprio (os livros de Registo Geral); redigia toda a correspondência expedida e passava certidões de vários actos oficiais; dava fé de vários actos (vd. cit. supra); elaborava os róis de elegíveis e as pautas dos eleitos nas assembleias eleitorais trienais; passava, por ordem do Senado, licenças e atestados e, por exemplo, por decisão do mesmo órgão, de 11 de Março de 1789, até elaborou "*hum index para haver de se saber com facilidade os privilégios, as regalias, as provizoins que se achão no cartório desta câmara e que por falta de conhecimento delle endex se não deferia muitas vezes como se devia deferir a vários requerimentos*"[736]

---

[731] Cf. *Ibidem*, fl. 131v. e A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514 e 2515. O mesmo acontecia, sensivelmente na mesma altura, em Rates (cf. AMORIM, Manuel - *A Vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XII, n.º 2, p. 333).

[732] Vd. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXII. Vd., ainda, HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.)*, p. 168.

[733] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXI.

[734] Vd., para o Porto no séc. XVII, SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 496-498, e, para Montemor-o-Novo, nos finais do XVIII, FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 78.

[735] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, entre outros, fl. 100-101, 117-118v., 362v.-365v., 384v.-386, 401-402, 433v.-434.

[736] Esse index seria feito pelo escrivão e quem mais eles designassem e teria 3 chaves: uma ficaria com o vereador mais velho (ou o 2º ou o 3º, na falta do mais velho), outra no procurador e outra com o escrivão (cf. *Ibidem*, fl. 71-71v.).

Como se constata, eram muitas as tarefas desempenhadas pelo escrivão (muitas delas feitas na sua própria residência[737]), e, por isso, a câmara sempre revelou alguma preocupação em ter este ofício bem controlado. Assim, por mais do que uma vez determinaram os oficiais que o escrivão não passasse qualquer licença, atestado ou papel que dissesse respeito à câmara sem o seu despacho e consentimento[738], da mesma forma que lhe recomendaram que guardasse sempre o inviolável segredo de todas as coisas, em conformidade com o juramento que fazia, lembrando-lhe, ainda, que a transgressão de todas estas normas implicava a pena de suspensão até decisão de S. Majestade[739].

O escrivão, além das propinas que recebia, e dos valores que cobrava por vários dos registos que fazia e documentos que passava na conformidade (quer os actos, quer os montantes) da lei, tinha ainda o seu ordenado, propriamente dito, que foi, para todo o período em estudo 9$000 réis como escrivão da câmara e 2$000 como escrivão da renda da Imposição da Matriz[740] (vd. ponto 6.3.).

Relativamente à idade e condição social das pessoas que serviram a função, podemos dizer que José Gomes Flores tinha, em 1786, cerca se 60 anos e era mestre de ler e escrever na vila da Póvoa[741]; Filipe Neri Vilas Boas, Francisco de Vasconcelos Monteiro de Lima, José Baptista Ribeiro de Faria, João António de Abreu e José Inácio Rodrigues do Rego (com cerca de 44, 30, 40, 63 e 48 anos na mesma altura, respectivamente) eram todos eles escrivães, na câmara ou em outros serviços[742]. José Inácio Rodrigues do Rego fora, ainda, alferes das ordenanças da Companhia de Baixo

---

[737] Além de ser perfeitamente compreensível, é, de certa forma comprovado pelo facto de, em 15-03-1797, os oficiais terem emprestado ao escrivão "*hum ti*[n]*teiro e arieiro antigo de latão para eu usar delles em minha caza*" (cf. *Ibidem*, fl. 390).

[738] Embora, formalmente, a câmara tenha vindo a suspender, em 22-03-1797, o despacho de 23-12-1795, sobre as licenças que o escrivão deveria ou não passar, enquanto ele, escrivão " *não mostrar por certidoins huma tirada da câmara do Porto e outra da de Barcellos e fizer assim constar o que em ambas as duas se praticaao dito respeito para asim nessa conformidade poderem elles vereadores e procurador da câmara determinar também o que lhes parecer mais justo*" (Cf. *Ibidem*, fl. 106-106v., 300-300v. e 391v.-392).

[739] Cf. *Ibidem*, fl. 300-300v..

[740] Em 1640, o da câmara do Porto recebia 16$000 réis (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 498).

[741] I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351.

[742] Em 1786, Francisco Vasconcelos era escrivão na câmara, José Baptista Ribeiro de Faria, escrivão da receita da mesa grande da alfândega, Filipe Neri Vilas Boas, João António de Abreu e José Inácio Rodrigues do Rego, eram escrivães do público judicial (vd. *Ibidem*).

até 1797, data em que faleceu[743] e, ao nível de outros ofícios na administração, apenas Filipe Neri e João António Abreu exerceram o cargo de almotacé[744].

4.3.2. Os Almotacés

Os almotacés eram oficiais de vital importância e grande poder na administração municipal, pois tinham, em termos gerais, a supervisão da vida económica do concelho. Constituíam, como refere Viriato Capela, o órgão auxiliar da câmara para a governo económico da terra[745].

Mais concretamente, as suas inúmeras atribuições estavam minuciosamente especificadas Código Filipino[746], às quais, por tantas e tão minuciosas[747], se fará apenas uma referência que permita evidenciar a importância do cargo e a sua ligação à vida local. Assim, coordenavam todo o abastecimento do concelho[748], diligenciando para que ele se faça de forma a satisfazer o mais possível as necessidades locais, verificando o cumprimento das posturas municipais no que respeitava aos pesos e medidas, preços e qualidade dos produtos, bem como às taxas impostas sobre os vários ofícios mecânicos. Velavam, ainda, pela higiene dos locais de venda pública e da vila em geral, além de terem alçada sobre questões ligadas às construções das casas.

Eram, na realidade, dos oficiais da câmara, os que tocavam diariamente a realidade da vila, uma das extensões da governação que mais ao concreto descia, ou, dito de outra forma, eram, no quotidiano, "*as caras visíveis do poder local*"[749].

Além disto, tinham o poder de lançar coimas sobre os transgressores das posturas municipais, penas essas que eram aplicadas, em resultado do contacto diário com as situações, a partir de actos denunciados ou, ainda, nas correições feitas

---

[743] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 418v.-420.
[744] Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva, em 1785, 1786 e 1790 (cf. *Ibidem*, fl. 4, 21-21v. e 101v.) e João António de Abreu, em 1789 (cf. *Ibidem*, fl. 78).
[745] Cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 14.
[746] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVIII.
[747] Uma análise detalhada de todas estas atribuições, vd. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 568-574.
[748] Dizemos "coordenavam", porque como já vimos, o abastecimento era, em relação aos principais produtos, competência dos vereadores: a obriga das carnes, as medidas a tomar para abastecer a vila de cereais, as facilidades que eram dadas para se vender ou comprar determinado produto, os preços, que atraiam ou afastavam os fornecedores e, portanto facilitavam ou dificultavam o abastecimento, as tributações lançadas sobre o que se vendia, as regras que se impunha ao ofício de vender, etc., eram competências do Senado da câmara.
[749] OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 67.

anualmente pelos almotacés. Destas penas, que normalmente assumiam carácter pecuniário, podiam recorrer os visados para a o Senado da câmara.

As referidas correições feitas pelos almotacés, eram registadas em livro próprio[750], escriturado pelo respectivo escrivão[751], e nos quais este registava o local verificado, descrevia a correição (se estava em conformidade com as posturas ou não) e, se fosse o caso, a infracção detectada, o nome do infractor e o montante da pena. Finalmente, os almotacés assinavam os autos[752].

Os almotacés, por lei sempre em grupos de dois[753], eram eleitos pelo Senado da câmara[754] para mandatos de três meses[755]. Significa isto que, em Vila do Conde, exerciam o cargo, anualmente, 8 almotacés[756].

Todavia, cá, como na generalidade dos concelhos, essa eleição era feita obedecendo às regras definidas no Código Filipino, que, adaptadas à constituição do nosso Senado, se traduziam no seguinte: para o primeiro mandato deveriam ser eleitos os dois vereadores mais velhos que tinham terminado os respectivos mandatos; para o segundo, o vereador mais novo e o procurador cessantes[757]; para os outros dois mandatos escolherá o Senado de entre os "*homens bons dos melhores, que houver no Concelho, que esse anno não forem Officiaes delle, que sejão pertencentes para o*

---

[750] Para o nosso período, apenas encontramos dois livros: um de 1789-1799 e outro de 1799-1808 (cf. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514 e 2515).

[751] Que, em Vila do Conde era, como já vimos, o escrivão da câmara.

[752] Cf. A.M.V.C. - Liv. das Correições dos Almotacés, lv. 2514 e 2515.

[753] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 13.

[754] Da mesma forma se procedia com as substituições para o cargo. Assim sucedeu em 03-05-1785, com a eleição do capitão Manuel António da Rocha e Mendonça para substituir o Dr. José de Azevedo Reis, que, entretanto, passara a vereador e em 24-01-1799, em que António Alves Gomes foi eleito para exercer até ao fim do mês de Março em lugar do Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões lv. 30, fl. 564v. e Lv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 450v.).

Em Vila do Conde as eleições foram realizadas em sessões onde estavam presentes vereadores, o procurador e, por vezes, também o juiz de fora. Não temos qualquer indicação que o voto nessas sessões, e em concreto para essa escolha, fosse limitado aos vereadores. Já no Porto, nos finais do séc. XVI, parece que assim era (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 577).

[755] Embora, segundo as *Ordenações Filipinas* esse mandato fosse de um mês (*Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 13), decalcando praticamente o que determinavam as *Manuelinas* (1521) e que em muitas localidades já se praticava desde muito antes. Em Lisboa, em 1299, havia já 24 almotacés (vd. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 567).

Outro aspecto interessante relativo à duração dos mandatos é que, se em Vila do Conde, para o período estudado, eles sempre foram cumpridos com algum rigor, já por exemplo, na Figueira da Foz (1771-1790) os mandatos por vezes se prolongavam (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 68). O que sucedeu em Vila do Conde, embora apenas uma vez, tal como na Figueira, foi ter havido dois mandatos consecutivos do mesmo almotacé - João Carneiro Gaio, em 1793 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 162v.-164 e 166-166v.).

[756] Em 1466, o exercício era ainda mensal e, portanto, serviram o ofício 24 pessoas (cf. MARQUES, José - *op. cit.*, p. 16).

[757] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVII, § 13.

ser"[758]. Normalmente, a proposta dos nomes para estes últimos mandatos partia do procurador do concelho[759].

Claro que houve circunstâncias que, por vezes, não permitiram que este procedimento fosse cumprido: motivos de saúde dos eleitos[760], incompatibilidade com o exercício de outros cargos[761], problemas com a justiça[762] e, até, inimizades pessoais[763]. Nesses casos, porém, o princípio legal era sempre explicitamente enunciado[764] e, depois, apresentadas as razões justificativas do seu incumprimento.

Após a eleição, os almotacés prestavam juramento perante os oficiais do Senado de que bem e na verdade serviriam as ocupações de que os encarregaram[765] e era-lhes dada posse pelo juiz de fora ou juiz vereador. Essa posse era dada na própria sessão, na imediatamente a seguir, ou numa outra em que eram chamados para o efeito[766]. Curioso é que por vezes, certamente pela urgência que havia na tomada de posse para o início das funções, esse acto foi realizado na própria casa do juiz vereador, apenas com a presença deste, dos nomeados e do escrivão[767].

Pelas regras de recrutamento para o cargo expostas e pela lista de elementos que o desempenharam (vd. quadro anexo 3), facilmente se conclui que estamos perante um cargo de acesso limitado, ocupado, na sua maioria, por elementos da governança local, embora essa restrição não se tenha colocado com o rigor verificado, por exemplo, em Barcelos, neste período, em que apenas tinham acesso ao cargo elementos da nobreza[768].

Se analisarmos cuidadosamente o quadro anexo 2, verificamos que, no período em estudo, apenas um vereador, João Carneiro de Azevedo Gaio, não foi almotacé, enquanto, pelo contrário, apenas sete procuradores o foram e, dos tesoureiros, somente dois tiveram acesso ao cargo. Convirá referir, no entanto, que, nestes últimos nove

---

[758] Idem, *ibidem*, § 14.
[759] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 114-115, 163v.-164, e 166-166v..
[760] Cf. *Ibidem*, fl. 18v.-19.
[761] Por exemplo, José Carneiro de Azevedo Duarte não pode ser eleito em 30-06-1786 por ser rendeiro do dízimo pertencente às religiosas desta vila, o que era "*totalmente incompatível com a jurisdição de Almotacé*" (cf. *Ibidem*).
[762] Cf. *Ibidem*, fl. 114-115.
[763] Cf. *Ibidem* (vd. texto referente à n. 664).
[764] Cf. *Ibidem*, fl. 18v.-19, 114-115, 163v.-164 e 166-166v..
[765] Cf. *Ibidem*, fl. 154v..
[766] Isto sucedia, por vezes quando, como aconteceu em 27-09-1794, o Senado elegeu na mesma sessão os almotacés para os 3 meses imediatamente seguintes e para o primeiro trimestre de 1795, dando, então, apenas posse aos que iam de imediato entrar em funções (vd. quadro anexo 3) e cf. *Ibidem*, fl. 209-210v.).
[767] Assim aconteceu em 30-09-1795 e 01-10-1798, o que comprova realmente que era a necessidade que havia de dar posse para que os almotacés pudessem cumprir o mandato do último trimestre do ano (cf. *Ibidem*, fl. 287-288 e 442v.-443).

elementos, se encontravam dos homens mais abonados da terra[769], patentes militares[770], recebedores e tesoureiros de impostos vários[771], enfim pessoas que, não sendo todas da nobreza, tinham condições para responder à "*necessidade que havia de pessoas de qualidade para haverem de ser na forma da Lei*"[772].

Aliás, tendo sido eleitos, em 31 de Dezembro de 1789, para almotacés do primeiro trimestre do ano seguinte João da Silva Ferreira e Manuel José Pereira[773], logo surge uma petição, dirigida ao Governador das Justiças, para que seja anulada a referida eleição pois que o primeiro "*esta exercendo actualmente officio de vendeiro de sal ao retalho*", enquanto o segundo "*o officio de vidraceiro , funileiro e alenterneiro que são officios que só exercitão e servem as pessoas da pleve* [...] *porque não deviam ser eleitos para servir hua tão honorifica ocupação como he a de Almotace*"[774]. A petição foi deferida a 18 de Janeiro de 1790 (sendo lembrado que, já na correição de 1778, o Doutor Ouvidor determinou que as câmaras deviam na eleição destes oficiais observar a lei[775]), e, dois dias depois, realizou-se nova eleição[776]. Certo é que, sem que percebamos quais as razões, em 31 de Dezembro de 1792, voltaram a ser eleitos para o trimestre seguinte, tendo, ao que tudo indica, desempenhado o cargo (vd. quadro anexo 3).

Outro elemento importante para se avaliar desse caracter restritivo da função é o facto de, no total de 132 nomes que passaram pelo seu desempenho, haver apenas 82 pessoas diferentes (vd. quadro anexo 3), o que significa uma média de 1,6 mandatos por pessoa, ou seja, uma média muito idêntica à dos outros lugares da governação já estudados. Além disso, do total de mandatos destes dezasseis anos, mais de 55% deles foram exercidos por pessoas que, apenas neste mesmo período, foram vereadores, procuradores ou tesoureiros.

---

[768] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 112.
[769] Por exemplo José Gomes Viza, nomeado, em 15-09-1791, Depositário do Cofre dos Órfãos por ser dos mais abonados da terra (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 123v.-125) e André Pereira da Costa, "*negociante de pezo*"(cf. I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351).
[770] O próprio José Gomes Viza, Piloto mor da barra, em 1786 (cf. I.A.N.T.T. - *Ibidem*) e Veríssimo da Rocha Soares, provido por S. Majestade Capitão das ordenanças em 24-05-1797 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 401v.-402).
[771] Além dos referidos José Gomes Viza e Veríssimo da Rocha Soares, Francisco José Dias, Recebedor e tesoureiro da décima em 1797 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 387-388v.).
[772] *Ibidem*, fl. 61.
[773] Cf. *Ibidem*, fl. 79-79v..
[774] A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 143v..
[775] Cf. *Ibidem*, fl. 144-144v..
[776] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 79v.-80.

É obvio que um estudo mais alargado no tempo nos permitiria verificar que outros cargos de governação desempenharam os restantes almotacés e, assim, termos uma noção mais exacta, em primeiro lugar, da abertura social deste cargo ou da sua restrição à elite dos da governança e, por outro, de que forma ele foi um acesso a esse mesmo restrito grupo governativo.

Relativamente a este último aspecto, esta amostragem de dezasseis anos não nos fornece, para o caso concreto de Vila do Conde, dados conclusivos inequívocos. O facto de apenas 8 dos 26 vereadores que exerceram entre 1785-1800 terem sido antes almotacés, não nos parece, com este enquadramento cronológico, poder contrariar a ideia de que o cargo de almotacé também cá poderá ter sido a tal "frestazinha" ou "passagem estreita" de acesso à vereação[777].

4.3.3. O Porteiro e Pregoeiro

Em Vila do Conde, no período que estudámos, as funções de porteiro e pregoeiro foram sempre desempenhadas pela mesma pessoa[778], embora, por exemplo, no século XV, os dois cargos tivessem cá dois titulares diferentes[779].

O porteiro era um cargo menor da câmara[780], mas de extrema utilidade ao seu funcionamento diário. Era meramente designado pela câmara, por prazo não definido, tendo aquela recorrido, neste período, a várias pessoas de fora da terra.

---

[777] Cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, p. 14, COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *op. cit.*, pp. 46-47 e MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O Algarve Económico: 1600-1773*, Lisboa : Ed. Estampa, 1788, p. 333.

[778] Como acontecia em muitas câmaras e, em algumas delas, como o caso de Lisboa, desde a época medieval (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto...(op. cit.)*, vol. II, p. 626).

[779] Cf. MARQUES, José - *op. cit.*, p. 65.

[780] Aliás na acta da sessão de 11-09-1792, é referido como "*Oficial inferior de porteiro*"(cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 147v.).

Quadro XX

Porteiros e pregoeiros da Câmara entre 1785-1800[781]

Nome	Em funções até[782]	Residência	A.M.V.C. - Liv. actas das sessões, lv. 30 e 38 (fls)
Francisco Carvalho	16-09-1789		77v
Francisco Rodrigues Trancoso	11-09-1792		77v e 147v-148
António José da Fonseca	04-07-1795		147v-148 e 283v-284v
Luís Pinto dos Santos	13-02-1796	Guilhabreu	283v-284v e 308-308v
Manuel Pinheiro	07-05-1800	Anha (perto de Viana)	308-308v e 492-492v
Francisco Vicente		Póvoa de Varzim	493-493v

O recrutamento do porteiro, bem como o fim do emprego dependiam da câmara, tendo-se devido este último, no nosso período, a razões de morte ou doença[783], mas também ao mau desempenho das funções. Foi o caso da suspensão de Manuel Pinheiro, que se deveu ao facto de ele não desempenhar bem os seus deveres, antes cometendo "*humiçoens e faltas gravicimas* [...] *ao mesmo tempo* [...] *que elle não apregoa com aquella destinção e clareza neceçaria mas antes igualmente deixando de lançar os mesmos pregoens em prejuizo das partes*", além de que "*elle nas deligencias se deixa corromper*"[784].

As funções deste funcionário dividiam-se, por um lado, entre as tarefas diárias dos pequenos recados ordenados pelos vários serviços da administração municipal (notificar, por ordem do Senado, pessoas para virem à câmara, transmitir a outra decisões dos almotacés, etc.) e, por outro, aquelas, porventura as mais visíveis, que se enquadravam mais na vertente de pregoeiro.

Na verdade, o porteiro era o divulgador de muitos dos actos da câmara, fazendo pregões pelas ruas e praças[785], por exemplo, da realização de determinadas sessões eleitorais[786], como eram os casos das eleições trienais dos oficiais camarários e daquelas em que eram escolhidas patentes militares[787]. Do mesmo modo, quando o assunto o

---

[781] Além destas nomeações, houve ainda, em 04-07-1795, a de Luís Pinto dos Santos, anulada dois dias depois, tendo sido designado José António da Costa, de Barcelos. Como este não apareceu, voltaram a designar, em 23 do mesmo mês, novamente o primeiro (cf. *Ibidem*, fl. 276-278 e 283v.-284v.).

[782] Assumimos, à falta de outras informações, que o fim de funções de cada um é a tomada de posse do seguinte. Por esta lógica não apresentamos, como é obvio, o final de funções do último.

[783] Foi o caso de Francisco Carvalho que, tendo falecido, foi substituído por Francisco Rodrigues Trancoso. Por outro lado, mais tarde, por estar este último doente no hospital, foi nomeado António José da Fonseca (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 77v. e 147v.-148, respectivamente).

[784] *Ibidem*, fl. 492-492v..

[785] "*Sendo esta aliás huma das suas mayores obrigaçoens*" (*Ibidem*, fl. 492).

[786] Cf. *Ibidem*, fl. 213v.-214.

[787] Cf. *Ibidem*, fl. 117-118.

justificava, convocava a nobreza e o povo para reuniões camarárias alargadas[788]. Divulgava ainda posturas aprovadas relativas aos preços, principalmente do pão, da carne, do vinho e do azeite, da concessão de licenças às vendeiras de vinho, etc.

Além disto, apregoava diversos concursos públicos, como foi o caso da obra das caçadas da vila em 1791[789] e como era anualmente a obriga das carnes. Aí o pregoeiro, durante vários dias apregoava que a referida obriga estava a concurso, registava as ofertas e no dia da arrematação estava presente para dar fé que fizera o respectivo pregão e que o melhor lanço foi o da pessoa presente[790].

Do mesmo modo se passava com os arrendamentos das várias rendas do concelho, nomeadamente da ancoragem e pranchagem, da medidadgem e passagem, dos armazéns, dos argaços, do sal, das coimas e das sisas. Em todas o procedimento e o papel do pregoeiro era idêntico: mandava-se que este "*apregoace por toda esta dita vila e praças della, com um ramo verde na mão esta dita renda* [...] *com todos os incargos novos, e velhos, antigos e costumados*"[791]. Passados os vinte dias, o pregoeiro, na presença dos oficiais da câmara dava fé do pregão, do lanço que tinha sido o melhor e, depois de remata a renda, mandado pelos oficiais, entregava o ramo ao rendeiro[792].

Era ainda este oficial menor que fazia, pelo seu pregão, chegar às pessoas as felizes notícias dos nascimentos Reais, mas igualmente apregoava as mortes dos príncipes[793].

Este porteiro, que sendo um só se começou a revelar neste período insuficiente para as necessidades cada vez maiores do aparelho governativo[794], ganhava 4$000 réis por ano (cf. ponto 6.2.3.), embora num ou outro ano esse pagamento tivesse sido combinado e feito em géneros[795].

---

[788] Cf. *Ibidem*, fl. 237-238v..
[789] Cf. *Ibidem*, fl. 104-105.
[790] Cf. *Ibidem*, entre outras, fl. 148v.-149v., 164-166, 187v.-190.
[791] A.M.V.C. - Autos de Arrendamento das coimas, lv. 2157, fl. 1v..
[792] Cf. *Ibidem*, fl. 8v.-9.
[793] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 18-18v. e 162-162v..
[794] A falta era tal que, por não haver mais do que o porteiro e o alcaide e estes estarem muito ocupados, não podendo por isso acudir nem obviar as transgressões que se faziam às posturas municipais, nem servirem as diligências dos almotacés, decidiu o Senado, em 24-02-1796, nomear mais dois oficiais de justiça para apoiarem aqueles nos vários serviços, pois que "*pouco importa as melhores providências* [...] *se não houver quem as execute e ponha em devida observância*" (cf. *Ibidem*, fl. 313-316v.).
[795] Em 13-02-1796 ajustam com o pregoeiro dar-lhe de ordenado todas as medidas de pão que paga Eusébio, lavrador do Cimo de Vila, o qual será rateado pelos meses em que estiver ao serviço (cf. *Ibidem*, fl. 308-308v.).

Uma referência final a instrução destes homens: exceptuando o António José da Fonseca, porque não temos nas fontes disponíveis nenhuma forma de o comprovar, nenhum dos outros sabia sequer assinar o respectivo nome.

4.3.4. O Alcaide

O alcaide, como normalmente se diz, ou, como é referido na nossa documentação, o alcaide menor ou, ainda, usando os termos da lei, o alcaide pequeno[796], era uma instituição secular em Vila do Conde[797] e tinha como função geral guardar bem a vila, assim de noite, como de dia[798].

As suas funções mais específicas estavam, à semelhança da maioria dos outros cargos, também definidas nas *Ordenações Filipinas*[799]. Todavia, cá o alcaide exercia igualmente as funções de carcereiro[800], pelo que, além das atribuições inerentes àquele cargo, temos de considerar as legisladas para este[801]. Assim, o alcaide devia vigiar bem a vila, não deixando que algo de mal acontecesse por sua negligência, se não pagaria os prejuízos dos seus bens[802]; guardar com especial cuidado os almotacés, os açougues e as praças de negócio[803]; proceder às prisões por manado dos juízes, não podendo, por si próprio, a não ser em situações excepcionais previstas na lei, prender alguém[804]; da mesma forma, só podiam soltar alguém preso com ordens da justiça[805]; tinham de levar os presos às audiências[806]; não podiam de forma alguma deixar fugir os presos, ficando sujeitos, se tal acontecesse por comprovada negligência do alcaide ou carcereiro, a ser

---

[796] E como eram designados, por exemplo, no Porto do séc. XVII (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto...(op. cit.)*, vol. II, p. 667). Em Montemor-o-Novo era designado por "Alcaide da vara" (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 79).

[797] Segundo José Marques já existiria em 1466 (cf. MARQUES, José - *op. cit.*, p. 29).

[798] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXV, § 8.

[799] Cf. Idem, *ibidem*, tít. LXXV.

[800] Em 16-04-1794, elegeu-se João dos Reis e Sousa para "*alcaide desta villa e carcereiro*" (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 176v.). Também no "Autos de residência" ao Juiz de fora, realizado em 1786, se identifica João dos Reis e Sousa como "alcaide e carcereiro" (cf. I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351). Esta situação já se verificava, em Vila do Conde, no séc. XVII (cf. AMORIM, António Augusto Gomes - *Vila do Conde no séc. XVII ... (op. cit.)*, p. 38).

[801] Aliás as próprias o previam e determinavam (Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXV, § 27). Para as funções do carcereiro, cf. Idem, Liv. I, tít. LXXVII.

[802] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXV, § 8.

[803] Cf. Idem, *ibidem*, § 20.

[804] Cf. Idem, *ibidem*, § 10.

[805] Cf. Idem, *ibidem*, § 12.

[806] Cf. Idem, tít. LXXVII, introdução.

açoitados, degredados para África ou até mortos, se essa fosse a pena a que o fugitivo tivesse sido condenado[807]. Claro que, além destas, o alcaide fazia vários outros serviços à gestão da câmara, como era, por exemplo, por mandado do Senado, notificar os oficiais para virem tomar posse dos respectivos cargos[808], ou fazer entrega de correspondência mais importante[809].

O alcaide era, conforme determinavam as *Ordenações*[810], provido no cargo por eleição do Senado da câmara, de entre três nomes apresentados pelo Alcaide-Mor da vila, tendo o respectivo mandato a duração de três anos. De entre os apresentados, os camaristas elegiam "*o mais capaz e ágil*"[811].

No que respeita à duração do mandato, a lei era extremamente rigorosa em relação ao limite dos três anos e severa, quer para os que o ultrapassassem, quer para os juízes que permitissem que tal acontecesse, prevendo irradiação do cargo e degredo de dois anos para África[812].

Por isso é que, em 12 de Abril de 1794, o Senado suspendeu o alcaide desta vila, João dos Reis e Sousa, por ter terminado o tempo de lei do seu mandato em 31 de Janeiro desse ano, comunicando a suspensão ao Alcaide-Mor para que este apresentasse três homens para nova eleição[813].

Durante os dezasseis anos em estudo, o cargo foi sempre desempenhado pelo alcaide referido, o que não que não sendo caso isolado[814], contrariava a lei, que estipulava um intervalo de três anos entre cada mandato[815]. Na verdade, em 1786, então com cerca de 46 anos ele já exercia o cargo[816]; em 24 de Fevereiro de 1790, provavelmente noutro mandato, ele, como alcaide, foi incumbido de notificar um vereador[817]; em 31 de Janeiro do ano seguinte, é eleito pelo Senado para novo

---

[807] Cf. Idem, *ibidem*, § 10.
[808] Vd., por exemplo, A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 82v.-83, 160 e 154v..
[809] Por exemplo, em 31-12-1796, na sequência dos desentendimentos já expostos entre o juiz vereador desse ano e os restantes membros do Senado, estes dirigiram-lhe uma carta que mandaram o alcaide entregar (cf. *Ibidem*,, fl. 380v.-381).
[810] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXV, Introdução.
[811] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 105.
[812] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXV, Introdução.
[813] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 172v.-173.
[814] Na Figueira da Foz a mesma pessoa desempenhou o cargo 22 anos consecutivos entre 1784-1806 (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 80).
[815] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXV, Introdução.
[816] Cf. I.A.N.T.T. - Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências, mç. 1351.
[817] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 139.

mandato[818]; em 16 de Abril de 1794, foi novamente eleito[819] e, em Outubro de 1800, ainda estava em funções até ser comunicada ao Alcaide-Mor, no dia 18, o seu falecimento[820]. Logo no dia 31 o Senado elegeu para o lugar Francisco Martins de Oliveira[821], o primeiro dos apresentados pelo Alcaide-Mor[822].

4.3.5. Quadrilheiros, jurados e zeladores de polícia

O facto de termos optado por tratar em conjunto estes três ofícios não significa que as respectivas funções fossem exactamente as mesmas e até o seu surgimento e implementação ocorreu em tempos diferentes, como veremos. Todavia, são todos nomeados da mesma forma, têm um âmbito geográfico de actuação comum, todos eles podem ser enquadrados no grupo das instituições policiais e, no fundo, são instrumentos de um objectivo comum.

Na verdade, nos concelhos que tinham freguesias várias nos seus termos, os quadrilheiros, os jurados e, mais tarde, os zeladores de polícia funcionavam como elementos articuladores entre o órgão central de decisão - a câmara - e os locais mais periféricos, mas sujeitos à governação daquela - as freguesias. Isto é, actuando nas freguesias, ou mesmo nas zonas mais afastadas das vilas ou cidades, não devem ser confundidos com os seus oficiais próprios, pois eram cargos nomeados pelas câmaras para nelas, essencialmente e antes de mais, velarem pela segurança e ordem pública, mas também para fazerem cumprir e fiscalizarem o cumprimento das suas posturas, verificarem da cobrança dos impostos e, até, vigiarem a actuação dos detentores dos cargos locais[823].

Em Vila do Conde, e dada a quase não existência de termo, os quadrilheiros, jurados e zeladores de polícia, actuando em zonas da vila, - "*destritos*"[824] - definidos pela câmara (vd. quadros anexo 5, 6 e 7), funcionavam como uma espécie de força policial municipal.

---

[818] Cf. *Ibidem*, fl. 105.
[819] Cf. *Ibidem*, fl. 176v..
[820] Cf. *Ibidem*, fl. 505v..
[821] Cf. *Ibidem*, fl. 506-506v..
[822] Aliás, como refere Ribeiro da Silva para o Porto entre 1580-1640 e como também sucedeu em Vila do Conde, no nosso período, a escolha final do Senado era teórica, "*porque na prática o nomeado era sempre o primeiro da lista*" (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, p. 668).
[823] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 114-117.
[824] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 207v.-209v..

Os *destritos* a que eram afectas, neste período, as funções destes oficiais eram: Casal de Monte, Poça da Barca, Areia, Alto de Pega e Regufe; Cimo de Vila, Caseiros, Casalinho, Rua da Palha, Senhora da Lapa e Santa Catarina; Touguinha, Pena e Mata. Todavia, como se pode verificar nos quadros anexo 5, 6 e 7, nos actos de eleição por vezes eram adstritas aos oficiais só partes dessas zonas referidas, o que poderia ser fruto da conjuntura, ou, então, ligeireza do escrivão na redacção das actas.

Pelas funções expostas nas *Ordenações Filipinas*[825], os quadrilheiros deviam, entre outras atribuições[826], informar-se se na sua zona de acção se faziam furtos ou outro tipo de crimes, para informar os juízes e Corregedores[827]; saber também da existência de vadios e estrangeiros e, se não houvesse razão para aí estarem, levá-los ao juiz[828]; se havia casas de jogo, de recolha de furtos, feiticeiras, etc.[829]; acudir às desordens públicas e prender os culpados[830].

Os zeladores de polícia foram um cargo criado pela Intendência Geral da Polícia[831], começando a surgir já alguns nomeados em 1790[832], sendo de 31 de Dezembro de 1793 a primeira eleição para este cargo em Vila do Conde (pelo menos registada em acta), a qual se fez conforme Precatório do Intendente da Polícia de 13 de Julho de 1793[833]. Sujeito inicialmente a ser confundido nas suas atribuições[834], principalmente com o quadrilheiro, rapidamente se tentou fazer perceber que aos novos oficiais ficavam reservados apenas funções de polícia, enquanto àqueles cabiam também as coimas, bem como as diligências das câmaras[835]. Claro que, na prática é o que mais geralmente vai suceder, não só nas funções como no facto de por vezes a mesma pessoa exercer consecutivamente os dois cargos. Aliás, começa até a tornar-se

---

[825] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXIII.
[826] Vd. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto...(op. cit.)*, vol. II, pp. 678-679. Há ainda, num conjunto de instruções dadas pelo Ouvidor aos juízes de fora e ordinários desta comarca, em execução de uma ordem de 22-10-1790 da Intendência Geral da Polícia, referências importantes às funções do quadrilheiro (vd. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 137-142).
[827] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXIII, § 2.
[828] Cf. Idem, *ibidem*, § 3.
[829] Cf. Idem, *ibidem*, § 4.
[830] Cf. Idem, *ibidem*, § 6.
[831] Criada por Decreto de 25 de Julho de 1760.
[832] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 126.
[833] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 168v.-169.
[834] As principais atribuições destes oficiais podem encontrar-se nas instruções para melhor execução das leis e ordens da Intendência Geral da Polícia, transmitidas por circular do Corregedor de 20-08-1798, aos zeladores da polícia do termo de Barcelos (vd. CAPELA, José Viriato – *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 143-144).

norma tal situação, como se verifica quando, em 1 de Outubro de 1794, se elegem António José do Piqueno e Manuel Francisco para Zeladores de polícia, por terem acabado de servir o ofício de quadrilheiro, "*conformandoce a este respeito com a prática observada na villa de Barcelos cabeça de Comarca*"[836].

Todos estes oficiais, como se disse, eram eleitos em sessão camarária, por maioria de votos e normalmente com a presença de moradores da respectiva zona de actuação[837], às quais era pedido que "*sem ódio nem afeição nem seborno votacem em pessoa que bem pudesse servir o dito cargo em melhor servisso de Deos e Sua Magestade*"[838].

Em regra, deveria ser eleito um oficial para cada cargo e cada *destrito*, embora, no nosso período, em Vila do Conde, quer no que respeita à periodicidade dos actos eleitorais, quer no que toca ao número de cargos providos em simultâneo, houve sempre uma enorme falta de uniformidade[839]. Houve anos em que necessidade de haver várias eleições (por ex. 1798 e 1799), enquanto houve outros em que praticamente não se realizaram (por ex. 1795, 96 e 97). Da mesma forma, em 31 de Abril de 1799, suspenderam o zelador de polícia eleito em 17 de Abril de 1798, Manuel Gomes de Casal de Monte (vd. quadro anexo 8), "*por julgarem ser superfluo em razão de serem bastantes os dous que ficavão* [...] *visto ser a mesma vintena piquena*"[840].

O mandato era, pelo menos legalmente previsto para os quadrilheiros[841], de três anos. No entanto, o que se verificou cá foi uma grande irregularidade no toca à duração do exercício das funções. Houve, por exemplo, um Zelador de polícia que foi eleito em 14 de Junho de 1799, tendo decidido o senado que "*servirá o cargo enquanto bem o fizer*"[842].

Contudo, o problema principal para estes cargos era a dificuldade de recrutamento. Na realidade, pelas inúmeras atribuições que tinham, pelo facto de serem muitas vezes geradores de inimizades entre pessoas vizinhas ou até familiares, bem

---

[835] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 126.
[836] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 211v..
[837] Cf. *Ibidem*, fl. 11, 40v.-41, 80v., 93v.-94, 96-96v., 101v.-102v., 428v.-429v., 460v.-461, 499v.-500.
[838] *Ibidem*, fl. 93.
[839] Vd. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 119-120.
[840] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 461.
[841] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXXIII, Introdução.

como pela falta de recompensa económica que os caracterizava, tratava-se de cargos aos quais as pessoas tentavam ao máximo fugir. Isto, no nosso período, aconteceu especialmente com o quadrilheiro dado que o zelador de polícia era um ofício criado recentemente e, ao que tudo indica, outras vantagens[843]. Assim, todos os privilégios foram usados para se ser escuso do cargo[844], apelaram-se a títulos de ascendentes[845], além de se esgrimirem razões legais[846] e até se inventarem razões para o conseguir[847].

Finalmente, registe-se que este cargo era realmente ocupado por pessoas do povo e, apesar de termos poucas referências às profissões, por aqueles que tinham as menos importantes, tais como alfaiate, carpinteiro, padeiro, tamanqueiro e tanoeiro[848]. Apesar disso, dos que pudemos conferir a assinatura, mais de metade sabia, pelo menos, assinar.

4.4. As sessões da câmara

Na análise que vamos fazer, consideramos sessões de câmara as que, além de escrituradas nos respectivo livro de actas, se realizaram nas "*Cazas do Senado da Câmara*". Por isso, das 599 actas, vamos apenas considerar 593 sessões, dado que uma só tem a introdução[849], outra diz, no seu final, que o termo não teve efeito[850] e quatro

---

[842] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 469.
[843] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 126.
[844] Em 24-07-1792, André António da Costa é aliviado por ser privilegiado (Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 145-145v.), o mesmo tendo acontecido com José Francisco, de Cimo de Vila, em 31-12-1792 (cf. *Ibidem*, fl. 154-155), com João António, de S. Bartolomeu, em 26-01-1793 (cf. *Ibidem*, fl. 156-157), com António Gomes, de Regufe, em 01-10-1794 (cf. *Ibidem*, fl. 210v.-211v.) e com Francisco Lopes, do lugar da Pena, em 23-08-1800 (cf. *Ibidem*, fl. 500v.-501).
[845] Em 01-04-1786, foi aliviado do ofício de jurado, José Ferreira Diogo, por ter mostrado ser neto de Pascoal Rodrigues, o qual tinha sido juiz ordinário no Couto de Manhente (cf. *Ibidem*, fl. 13-13v.).
[846] Manuel José Pereira, eleito quadrilheiro em 28-07-1790, é aliviado do cargo a 4 do mês seguinte, por não ter 25 anos, a idade mínima de lei para exercer cargos públicos (cf. *Ibidem*, fl. 93-94 e 96-96v.).
[847] Certamente a requerimento do eleito, foi aliviado, em 29-08-1792, António José do Piqueno do cargo de quadrilheiro por ser um homem doente. No entanto, voltaram a nomeá-lo em 06-03-1793, por constar que, afinal a causa por que foi livre não é perpétua, nem impeditiva do emprego (cf. *Ibidem*, fl. 146v.-147v. e 160).
[848] Cf. *Ibidem*, fl. 11, 80v., 40v.-41, 499v.-500 e 255-256, respectivamente. São algo coincidentes com o constatado para o Porto nos finais do séc. XVI e 1º quartel do XVII por Ribeiro da Silva (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 682-683).
[849] De 17-08-1787 (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 35).
[850] De 22-02-1794 (cf. *Ibidem*, fl. 171v.).

são tomadas de posse dadas a oficiais menores pelo vereador mais velho, na sua residência e apenas acompanhado pelo escrivão[851].

Mesmo das consideradas 593, para todas as análises estatísticas que façamos, teremos por base 590, porque as actas de 3 sessões, como já atrás se referiu, foram, por ordem do Provedor do Porto, mandadas riscar[852], serviço que foi feito com tamanho zelo que só permite perceber de quantas sessões se trataram e em que datas se realizaram.

Não significa o exposto que estejamos totalmente certos que esse foi o número total de vezes que o Senado da câmara reuniu. Terá havido registo de todas as sessões? Não nos esqueçamos das dificuldades que por vezes houve em arranjar escrivão e, consequentemente, "*se achar todo em desordem*"[853].

Registámos as dúvidas; todavia, o trabalho do historiador sustenta-se nas fontes, no que dos actos nos chegou.

4.4.1. Número de reuniões e sua distribuição

É consabido que, pelas *Ordenações*, deveria realizar-se vereação à Quarta-feira e Sábado de cada de cada semana, prevendo-se, até, uma pena de cem réis por dia para os vereadores que faltassem sem motivo justificado[854]. Todavia, se, em relação aos dias previstos para as vereações, quer nas câmaras das principais cidades e vilas, como Lisboa, Porto, Évora, Guimarães e Barcelos, quer nos concelhos mais pequenos, como era o caso de Vila do Conde, ainda que com algumas particularidades, a lei se ia mais ou menos cumprindo[855], no que toca ao número de sessões realizadas, em praticamente todos se ficava bem longe do que aquela ordenava[856].

---

[851] Em 30-09-1795, 14-11-1795, 01-10-1798 e 03-09-1799 (cf. *Ibidem*, fl. 287-288, 294-294v., 442v.-443 e 477-477v.).

[852] Sessões de 15, 17 e 18-03-1788 (cf. *Ibidem*, fl. 44-51v.).

[853] *Ibidem*, fl. 122.

[854] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. 66, § 1.

[855] Em Lisboa, no séc. XVII, as reuniões eram trisemanais, realizando-se às terças, quintas e sábados; no Porto e em Évora, cumpria-se a lei; em Guimarães, realizavam-se as duas reuniões semanais, mas às terças e sextas-feiras (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 369). Relativamente ao caso de Vila do Conde e outros concelhos pequenos, são referidos adiante.

[856] No Porto, entre 1584-1640, nos anos estudados, a média de sessões por ano foi de cerca de 66 (cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 448); em Évora, entre 1777-1816, essa média foi de cerca de 40,1; em Montemor-o-Novo, no mesmo período, a média foi de pouco mais de 31 sessões por ano (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 89); na Figueira da Foz, entre 1773-1790, a média foi ainda inferior, pouco passando das 16 reuniões anuais (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 22); no concelho da Calheta, na Madeira, entre 1803 e 1825, a média não chegou às 20 sessões por

Na verdade, cá, como se pode verificar no quadro XXI, houve, nos dezasseis anos finais de Setecentos, um total de 593 reuniões de câmara, o que dá uma média anual de 37,1 sessões por ano e cerca de 3,1 por mês.

Quadro XXI
Distribuição mensal e anual das reuniões camarárias (1785-1800)

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Anual
1785	4	3	2	2	3	4	1	3	1	0	2	2	**27**
1786	2	3	2	3	4	3	2	1	1	1	3	2	**27**
1787	2	2	1	1	2	2	2	2	1	2	3	1	**21**
1788	1	1	5	5	1	3	2	3	2	2	1	2	**28**
1789	6	2	2	3	2	1	6	1	2	1	1	1	**28**
1790	3	4	4	3	3	6	5	2	1	2	0	3	**36**
1791	6	3	5	1	0	5	4	0	4	1	1	2	**32**
1792	2	3	5	1	2	5	3	2	2	2	2	3	**32**
1793	4	2	2	2	1	1	0	0	3	0	2	1	**18**
1794	2	0	0	3	5	8	5	8	9	7	8	7	**62**
1795	7	7	7	5	6	5	9	2	1	2	5	5	**61**
1796	2	4	4	7	3	4	4	3	1	3	3	4	**42**
1797	2	5	4	4	4	4	4	2	1	3	2	1	**36**
1798	3	5	5	7	4	5	3	3	2	3	4	1	**45**
1799	4	4	4	5	10	7	8	4	3	1	2	5	**57**
1800	6	2	4	2	4	4	3	5	3	3	2	3	**41**
Total mensal	**56**	**50**	**56**	**54**	**54**	**67**	**61**	**41**	**37**	**33**	**41**	**43**	**593**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38.

Como se constata pelos dados do quadro, há, ao longo deste período, uma grande irregularidade no numero de sessões por ano. Todavia, uma análise mais atenta e cuidada mostra-nos que há um notório aumento do número de sessões a partir de 1794 (vd. gráfico 8), o que, em termos de média, significa que se passou de 27,6 reuniões/ano, entre 1785-1793, para 49,1, entre 1794-1800.

Esta situação de nítida inversão de tendência tem o seu início perfeitamente documentado e localizado na história da gestão municipal deste período. Surge no ano seguinte àquele em que menos reuniões se fizeram e é fruto de uma decisão da própria câmara, de, de certa forma, moralizar o seu próprio funcionamento. De facto, o Senado, na sua reunião de 21 de Maio de 1794 (nos doze meses precedentes tinha havido apenas

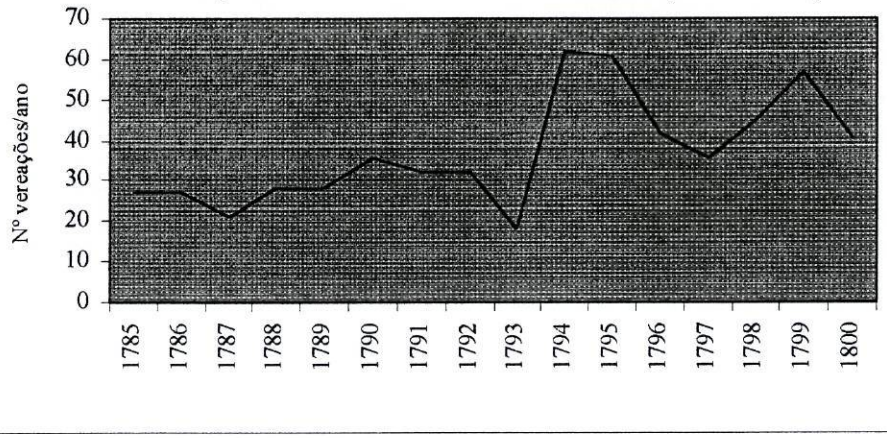
---

anos (cf. BRAZÃO, Elisa - *O concelho da Calheta no primeiro quartel do século XIX*, in *SEMINÁRIO INTERNACIONAL*, Região Autónoma da Madeira, 1998 - *O Município no Mundo Português : actas*, Região Autónoma da Madeira : Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 353.). Excepção para a 2ª metade do séc. XVIII, é o caso de Barcelos onde o expediente obrigava a cerca de 100 reuniões

treze reuniões!), determinou que, daí em diante, os oficiais se juntariam a "*fazer câmara*" todas as quartas-feiras e sábados, desde que não fosse feriado, tocando três vezes os sinos para aviso das reuniões. Mais decidiram que estas, no verão, se iniciariam às quinze e dezasseis horas, respectivamente, e no inverno mais cedo uma hora.

Gráfico 8

Evolução do n.º de reuniões de câmara (1785-1800)



Fonte: Valores do quadro XXI.

Estipularam, por fim, que , à imagem do que praticava nos tribunais do Reino, deixava de se esperar que estivessem todos os elementos, passando os trabalhos a ter início desde que houvesse os membro necessários para despachar[857].

Sendo esta uma medida que, à luz da lei, parece de todo positiva, poderá, contudo, ser questionada, já que, neste período de arregionalismos, em que "*de espaço para espaço há equilíbrios de forças*" próprios[858], mais importante do que os órgãos obedecerem, no seu funcionamento, à lei abstracta, era responderem às necessidades e exigências da terra. Ora, como melhor veremos adiante, o que se verifica é que, desde as referidas deliberações da câmara, em setenta e sete das sessões realizadas mais se não fez que despachar requerimentos vários de expediente corrente e, em trinta outras, não houve sequer que determinar ou requerer[859], o que leva a concluir que, se não algumas das outras, pelo menos estas últimas teriam sido perfeitamente dispensáveis.

---

camarárias por ano, o que dava, em média, cerca de 2 por semana (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 99-100).

[857] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 178v.-179v..

[858] Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *op. cit.*, p. 35.

[859] Quando, nos nove anos anteriores, isso apenas tinha sucedido cinco vezes.

No que toca à distribuição mensal das reuniões, numa análise global do período, torna-se claro que era nos sete primeiros meses do ano que os oficiais mais reuniam (havendo uma certa uniformidade de valores entre eles[860]), descendo consideravelmente o seu número nos cinco finais[861]. Convém, todavia, e numa análise mais em pormenor, não deixar de salientar o facto, ao que parece comum aos concelhos mais pequenos[862], de nestes dezasseis anos ter havido nove meses sem qualquer reunião, sendo que nesses há dois grupos de dois meses consecutivos em que isso sucedeu (Julho e Agosto de 1793 e Fevereiro e Março de 1794). Tal facto, eventualmente justificável pela não existência de expediente a despachar ou de assuntos a tratar, pode, em nosso entender, justificar-se por não ter sido efectuado registo de algumas das reuniões[863].

Quadro XXII

Distribuição semanal das reuniões camarárias

Anos	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Total Anual
1785	3	2	8	1	2	11	0	27
1786	3	1	3	3	4	12	1	27
1787	2	3	4	0	1	11	0	21
1788	5	1	8	3	3	8	0	28
1789	2	2	11	1	0	12	0	28
1790	5	1	17	2	1	10	0	36
1791	3	2	10	5	0	12	0	32
1792	5	3	11	1	2	10	0	32
1793	0	2	6	0	1	9	0	18
1794	1	1	30	0	1	29	0	62
1795	2	2	27	2	0	28	0	61
1796	1	0	22	4	0	15	0	42
1797	1	0	13	1	2	18	1	36
1798	5	1	11	4	2	22	0	45
1799	5	5	16	5	4	22	0	57
1800	2	4	14	1	2	18	0	41
Total/dia da semana	**45**	**30**	**211**	**33**	**25**	**247**	**2**	**593**
%	**7,6%**	**5%**	**35,6%**	**5,6%**	**4,2%**	**41,7%**	**0,3%**	**100%**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

[860] Na Figueira da Foz, em Montemor-o-Novo e na Calheta, por exemplo, o mês de Janeiro sobressaía em número de sessões, explicado pelos autores pela concentração de medidas e actos públicos que se concentravam nesse período do ano (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 23, FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 85 e BRAZÃO, Elisa - *op. cit.*, p. 353).

[861] O mesmo sucedeu, por exemplo, em Barcelos, entre 1750-1800 (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 100) e, aliás, o que parece que era o normal na maioria das câmaras.

[862] Cf. Idem, *ibidem*.

[863] Além do já referido, Ribeiro da Silva coloca também essa hipótese para o Porto (cf. SILVA, Francisco Ribeiro - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, p. 440).

Finalmente no que respeita aos dias da semana em que as reuniões eram realizadas, podemos dizer que, em geral, como se observa no quadro XXII, se cumpria o determinado nas *Ordenações*, já que 458 das 593 sessões tiveram lugar nos dias aí definidos (quartas e sábados). Houve apenas duas reuniões ao Domingo (31-12-1786 e 31-12-1787) e tal ter-se-á devido ao facto de esse dia da semana ter coincidido com o último do ano, já que a câmara, em todos os anos estudados, reuniu sempre no derradeiro dia de Dezembro[864].

4.4.2. Assiduidade dos participantes

A presença do juiz de fora, dos vereadores e do procurador do concelho nas sessões de vereação era, como já se disse, obrigatória por lei. Contudo, em Vila do Conde foi considerável a falta de assiduidade às reuniões[865], principalmente por parte do juiz de fora e dos vereadores. Torna-se necessário, porém, para se ter uma noção mais exacta dos efectivos níveis de assiduidade destes oficiais, esclarecer alguns aspectos:

- era necessário um mínimo de três elementos para que o Senado pudesse fazer despacho. Por isso a câmara de Vila do Conde nunca reuniu sem, pelo menos, esse número de elementos;
- no entanto, esse número de membros era por vezes conseguido pelo recurso a oficiais imediatos, como eram referidos (vd. quadro XXIV). Daí que uma análise apenas do número de presentes em cada sessão (vd. quadro XXIII) possa impedir a percepção real da assiduidade dos oficiais eleitos para os cargos nesse ano. O facto de estarem presentes, por exemplo,

[864] O que também terá acontecido, sem um carácter tão sistemático, na Figueira da Foz (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 23).

[865] Como acontecia noutros locais (vd. para o Porto, sécs. XVI-XVII, SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. I, pp. 439-442 e 448-450, para Montemor-o-Novo, FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 86 e 90) e, em alguns, com efeitos bem mais graves, provocando mesmo o adiamento de sessões varias (vd. BRAZÃO, Elisa - *op. cit.*, p. 353).

Quadro XXIII

Número de elementos presentes nas sessões camarárias (1785-1800)

Ano	Total de Sessões	Sessões com 5 elementos	%	Sessões com 4 elementos	%	Sessões com 3 elementos	%	Sessões com 2 elementos	%
1785	27	21	77,8	6	22,2				
1786	27	3	11,1	15	55,6	9	33,3		
1787	21	10	47,6	11	52,4				
1788	28	8	32,0	13	52,0	3	12,0	1	4,0
1789	28	4	14,3	13	46,4	11	39,3		
1790	36		0,0	18	50,0	17	47,2	1	2,8
1791	32	1	3,1	18	56,3	13	40,6		
1792	32	8	25,0	17	53,1	7	21,9		
1793	18	5	27,8	12	66,7	1	5,6		
1794	62	2	3,2	18	29,0	41	66,1	1	1,6
1795	61	1	1,6	8	13,1	52	85,2		
1796	42	1	2,4	16	38,1	25	59,5		
1797	36	3	8,3	16	44,4	17	47,2		
1798	45	14	31,1	23	51,1	8	17,8		
1799	57	16	28,1	28	49,1	13	22,8		
1800	41	9	22,0	26	63,4	6	14,6		
	593	**106**	**18,0**	**258**	**43,7**	**223**	**37,8**	**3**	**0,5**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

Observações: a) Nas sessões com os 5 elementos, há 8 presididas pelo Corregedor (1 em 1785, 88, 91, 94, 96 e 1800; 2, em 1797);

b) Embora o total de sessões seja 593, pelas razões já explicadas, só são contabilizadas 590.

5 elementos numa reunião não significava que os oficiais desse ano estivem a cumprir com o seu dever;

- convém também esclarecer que por vezes a falta de assiduidade dos vereadores e procurador não resultava de acto por eles praticado mas sim do facto, por exemplo de ter vindo de Lisboa nomeação indevida para o cargo[866] ou tardar a substituição de determinado oficial[867] e, portanto, nesses casos, assumia um dos imediatos;
- por fim, refira-se que, para efeitos de análise, o total de presentes às reuniões, é, por isso, o total de oficiais actuais para esse ano, acrescido dos imediatos chamados.

[866] Por exemplo, a nomeação de uma pessoa que não esxiste na terra (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 487-488).

[867] Como foi o caso das substituições de um vereador e o procurador nomeados para 1788, que nunca chegaram durante o ano, ficando, portanto, a ocupar os lugares oficiais imediatos.

Quadro XXIV

Níveis de assiduidade às reuniões camarárias (1785-1800)

Ano	Total de Sessões	Juiz de Fora		Vereadores			Procurador		
		Total de Presenças	Tot. faltas	Total de presenças ver. actuais	Total de Presenças ver. Imed.	Total de faltas ver. actuais	Total de Presenças proc. actu.	Total de presenças proc. imed.	Total de faltas Proc act.
1785	27	24	3	76	1	5	27	0	0
1786	27	9	18	66	0	15	27	0	0
1787	21	19	2	54	0	9	21	0	0
1788	28	18	10	46	13	29	19	9	9
1789	28	4	24	64	11	20	21	5	7
1790	36	0	36	89	0	19	36	0	0
1791	32	1	31	83	0	13	31	0	1
1792	32	23	9	74	0	22	32	0	0
1793	18	7	11	51	0	3	18	0	0
1794	62	3	59	132	8	54	60	1	2
1795	61	1	60	131	0	52	61	0	0
1796	42	1	41	100	0	26	42	0	0
1797	36	6	30	82	3	26	29	7	7
1798	45	23	22	100	17	35	30	15	15
1799	57	27	30	145	2	26	54	3	3
1800	41	20	21	97	8	26	40	1	1
TOTAIS	**593**	**186**	**407**	**1390**	**63**	**380**	**548**	**41**	**45**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

Observações: a) Embora o total de sessões seja 593, pelas razões já explicadas, só são contabilizadas 590.
b) Os totais de faltas dos oficiais nomeados para o respectivo ano resultam de: total n.º de sessões X 3 (n.º de vereadores) - n.º de presenças.

Como pode verificar-se no quadro XXIII, a maioria das sessões realizou-se com 5 ou 4 elementos[868], embora seja importante salientar o reduzido número daquelas em que esteve todo o elenco governativo (cerca de 16,5% do total[869]). Constata-se, ainda que o procurador, mesmo em termos relativos, faltava muito pouco às reuniões (vd. quadro XXIV), sendo este um dos casos em que a esmagadora maioria das ausências resultou de questões formais de nomeação.

No que respeita às faltas do juiz de fora, embora certamente um número elevado delas se tivesse devido aos muitos períodos de ausência sua da vila (vd. supra), outras houve que não se verificaram por essa razão, porquanto aconteceram sessões praticamente seguidas e nas quais ele interpoladamente esteve presente[870].

---

[868] O que não sucedeu, por exemplo, em Montemor-o-Novo, onde a maioria reuniu apenas com três elementos (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 86).

[869] Considerando apenas as reuniões ordinárias e retirando, por isso, ao total, as nove em que esteve presente o Corregedor.

[870] Havendo inúmeros casos, refira-se, por exemplo as sessões de: 3-05,30-05 e 6-06-1785; 17,24 e 26-01-1789; 20, 27 e 30-06-1792.

Estas faltas dos oficiais raramente aparecem justificadas em acta[871], da mesma forma que não sabemos se houve ou não sessões que não se realizaram em consequência das faltas dos respectivos participantes, ou, ainda, se alguma vez foi aplicada qualquer multa aos faltosos.

4.4.3. Presidência das reuniões

A presidência das sessões de vereação ordinárias cabia, em conformidade com a lei e no caso concreto de Vila do Conde, ao juiz de fora e, na sua ausência, ao vereador mais velho.

Quadro XXV

Presidência das reuniões camarárias (1785-1800)

Anos	N.º Sessões	Juiz Fora	%	Vereador Mais velho	%	Outros	%	Observaç.
1785	27	24	88,9	2	7,4	1	3,7	Correg. Barc.
1786	27	9	33,3	18	66,7			
1787	21	19	90,5	2	9,5			
1788	28	18	72,0	6	24,0	1	4,0	Correg. Barc.
1789	28	4	14,3	23	82,1	1	3,6	Correg. Porto
1790	36			35	97,2	1	2,8	Capitão-Mor
1791	32	1	3,1	29	90,6	2	6,3	Correg. Barc.
1792	32	23	71,9	9	28,1			
1793	18	7	38,9	11	61,1			
1794	62	3	4,8	58	93,5	1	1,6	Correg. Barc.
1795	61	1	1,6	60	98,4			
1796	42	1	2,4	39	92,9	2	4,8	Correg. Barc.
1797	36	6	16,7	27	75,0	3	8,3	Correg. Barc.
1798	45	23	51,1	21	46,7	1	2,2	Correg. Barc.
1799	57	27	47,4	30	52,6			
1800	41	20	48,8	20	48,8	1	2,4	Correg. Barc.
TOTAIS	**593**	**186**	**31,5**	**390**	**66,1**	**14**	**2,4**	

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

Como se pode ver no quadro anterior, dois terços das sessões foram presididas pelo vereador mais velho, o que realmente é revelador de algum afastamento da vida e dos problemas da vila por parte do juiz de fora[872].

---

[871] Aparecem praticamente todas as faltas justificadas na sessão de 06-07-1796, mas já vimos que tal se deveu ao mau relacionamento com o vereador mais velho, Dr. Manuel da Silva Soares (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 350-351v. e ponto 4.2.2. deste trabalho).

[872] Em Montemor-o-Novo, entre 1777-1816, o juiz de fora preside a 78,1% das sessões (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 91-92).

Havia, porém, outro tipo de sessões, a que chamamos extraordinárias, e cuja presidência competia a outros oficiais. Eram os casos das assembleias eleitorais trienais (6 ao longo deste período), às quais presidiu o Ouvidor/Corregedor da comarca de Barcelos[873], e das que tinham como objectivo a eleição de patentes militares, as quais deveriam ser presididas pelo Capitão-mor ou, na sua falta ou sendo para eleição do seu próprio cargo, pelo Corregedor. Houve também 6 sessões dessas neste período, tendo uma sido presidida pelo Capitão[874] e as restantes pelo Corregedor[875]. Por fim, houve ainda duas reuniões extraordinárias, uma presidida pelo Corregedor Interino de Barcelos[876] e outra pelo do Porto[877], para resolver situações já anteriormente referidas.

4.4.4. Reuniões alargadas

Em Vila do Conde, como noutros locais[878], sempre que havia assuntos mais delicados ou de maior importância para a comunidade, a câmara, por pregão público, afixação de editais ou até mesmo "*avisos particulares*"[879], convocava aquilo que configurava ser uma verdadeira Assembleia Municipal, formada pela nobreza e pelo povo.

Estas reuniões também se realizavam quando havia qualquer petição ou recurso apresentado à rainha por alguém da terra, ou a ele ligado, a qual, antes de tomar qualquer decisão, via Ouvidoria/Correição de Barcelos, enviava à câmara um alvará ou provisão "*de informe*", devendo esta, para emitir parecer e lhe dar resposta, convocar a nobreza e o povo[880].

---

[873] Em 20-08-1785, 09-08-1788, 26-03-1791, 04-10-1794, 25-10-1797 e 06-09-1800.
[874] Em 22-12-1790, para a eleição dos postos de sargento-mor e capitão da companhia de baixo, de Vila do Conde.
[875] Em 9-07-1791, 31-08-1796, 18-02-1797, 27-10-1797 e 8-10-1798.
[876] Em 25-05-1796.
[877] Em 18-02-1789.
[878] Vd., entre outros, FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 99-105 e SILVA, Francisco Ribeiro da - *Do concelho de Canaveses, ... (op. cit.)*, p. 85.
[879] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 301-301v. e 462v.. Na acta da sessão de 24-01-1795, registando-se a decisão de convocar a nobreza e o povo para uma reunião futura, determina-se que " *que o alcaide avizace atenciozamente as pessoas da Nobreza para virem a ella fazendo relação de todas as que avizar* "(cf. *Ibidem*, fl. 238).
[880] Cf. *Ibidem*, fl. 561-562 e lv. 38, fl. 38-40 e 89v.-90. Vd. a este respeito, CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 94.

Ao longo dos dezasseis anos em estudo, houve onze destas Assembleias[881], as quais reuniram para decidir sobre questões relacionadas com os médicos e respectivos partidos na vila[882], a criação da Roda dos Expostos, o arrendamento da carniçaria local e a venda do vinho.

Sobre o primeiro dos assuntos enunciados, houve oito destas reuniões magnas. Assim, em 5 de Fevereiro de 1785, 16 pessoas[883] da nobreza e povo, respondendo a uma provisão de informe, decidiram consignar a Domingos António da Costa de Carvalho Flores o partido do médico de 25$000 réis[884]. Dois anos depois, a 14 de Abril, foi posto à consideração da Assembleia um requerimento deste último e do colega Manuel Gomes Leal de aumento de 25$000 réis para cada um. Decidiram os 32 presentes aceitar o requerido, impondo, contudo, algumas condições[885]. Em 10 de Junho de 1790, foi dado por 33 pessoas parecer favorável sobre um pedido feito por Francisco Félix Rola a S. Majestade para lhe conceder um dos dois partidos de 50$000 réis[886]. Em 7 de Fevereiro de 1792, mais um requerimento, desta vez apresentado pelo Dr. José Joaquim Cordeiro Mação, para aumentar o partido em mais um médico, o que foi considerado de grande utilidade pelos 23 que compareceram à reunião[887]. Não obstante esta decisão, a câmara não deve ter cumprido com os seus compromissos nos pagamentos a este médico e, por isso, a nobreza e o povo voltam a ser chamadas em 23 de Março do ano seguinte para apreciar um precatório do Corregedor de Barcelos que incluía um alvará de S. Majestade, a requerimento do interessado, para que lhe fosse pago o contrato que com ele fora feito[888]. O problema, no entanto, não deve ter sido resolvido, porque em 24 de Janeiro de 1795, o médico apresentou ainda uma petição à câmara para que o reembolsasse, decidindo a o Senado, pelas queixas que dele tinha, convocar para uma semana depois a sessão magna para que resolvesse o assunto[889]. Na sessão mais

---

[881] Houve uma em que estiveram presentes apenas 5 homens da governança e, que, por isso, não a incluímos neste grupo (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, fl. 21v.-22). Para se ter alguma noção do valor relativo do número, refira-se que em Barcelos, entre 1750-1800, se realizaram 25 (cf. CAPELA, José Viriato, - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 94-99), na Figueira da Foz, entre 1771-1790, foram efectuadas 5 (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, pp. 27-29) e em Montemor-o-Novo, entre 1784-1815, 16 (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 102).

[882] Este assunto era normalmente levado a Assembleias alargadas. Assim aconteceu também em Barcelos, em 1751 e Na Figueira, em 1798, 1804 e 1815 (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 95 e FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 102, respectivamente).

[883] Em todos os casos não são contabilizados neste número os oficiais do Senado.

[884] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 561-562.

[885] Cf. *Ibidem*, fl. 29-30v..

[886] Cf. *Ibidem*, fl. 89v.-90.

[887] Cf. *Ibidem*, fl. 132v.-134.

[888] Cf. *Ibidem*, fl. 160-161.

[889] Cf. *Ibidem*, fl. 237-238v..

participada de todas, com 85 pessoas (além dos oficiais), foi decidido, devido à conduta do médico e ao não cumprimento das suas obrigações, nem lhe pagar o requerido, nem lhe renovar o contrato[890]. No mesmo dia, o visado despediu-se do partido, dizendo que o deixava porque não lhe haviam sido pagos os anos de 1791 a 1794[891]. Em 31 de Dezembro do mesmo ano, reúne novamente a assembleia, com 24 pessoas, para decidir ou não da admissão de um novo médico, Lopo Maria Rollo, formado na universidade de Nápoles, tendo sido opinião unânime que ele ficasse um ano a dar provas do que dele se dizia[892]. Este porém, em 27 de Julho do ano seguinte, foi despedido por esta mesma "assembleia do concelho" por não ter mostrado nem diploma nem capacidade para o lugar. Na mesma sessão, os seus 33 elementos decidiram contratar o médico convidado para o partido do mosteiro de Santa Clara, Dr. José Manuel Chaves, para o da câmara por 100$000 réis, valor imposto por ele para aceitar vir para cá morar[893].

O problema do Expostos também levou a que uma vez a câmara quisesse ouvir o parecer da nobreza e do povo em reunião realizada em 14 de Novembro de 1787. Na verdade, não obstante haver já referências a pagamentos feitos em 1784, quer à ama quer ao albergueiro da roda[894], o que é facto é que os problemas de financiamento desta instituição em Vila do Conde[895] continuaram e os 20 presentes foram então de opinião que, não havendo rendimentos do concelho suficientes para a criação dos expostos estes deveriam continuar a ir para o Porto[896].

Realizou-se ainda uma destas sessões plenárias, em 27 de Janeiro de 1791, para nela defenderem de forma firme , em relação ao arrendamento da carniçaria local e ao fornecimento de carne, os interesses dos consumidores, quer no que tocava aos preços , quer à garantia de qualidade do produto. Estiveram na assembleia 27 pessoas[897].

Finalmente o vinho a merecer também ser objecto de uma destas sessões magnas da governação local. Assim aconteceu em 7 de Maio de 1799, para, na sequência de

---

[890] Cf. *Ibidem*, fl. 239-244.
[891] Cf. A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 133, fl. 219v.-220.
[892] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 302v.-303v..
[893] Cf. *Ibidem*, fl. 356v.-360.
[894] Cf. PILOTO, Adelina - *op. cit.*, p. 71.
[895] Aliás o que parece ter sido nesta altura um problema geral desta instituição (cf. LOPES, Maria Antónia - *Os pobres e a assistência pública*, in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, p. 504).
[896] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 38-40. Esta situação, como é óbvio, carece ser contextualizada no estudo desta problemática, o que não cabe no âmbito deste estudo. Temos, na acta da sessão de 07-01-1792, mais uma referência a este assunto com a posse de António José dos Santos para o lugar de Albergueiro dos Expostos, por falecimento do titular anterior, Manuel Rodrigues (cf. *Ibidem*, fl. 130-130v.).
[897] Cf. *Ibidem*, fl. 119v.-122v..

uma tentativa de mudança de estratégia na venda dos vinhos (já abordada em ponto próprio deste trabalho), decidir em relação a um auto de embargo remetido pelos moradores à câmara sobre se era útil ou não a obriga dos vinhos verdes e se deveria ou não continuar[898]. Estiveram presentes, além dos oficiais da câmara, 14 pessoas por parte da nobreza e tudo indica que várias pessoas do povo, pelas quais assinou a acta, como seu procurador, Luís António de Sousa[899].

Quantos ao número de participantes nestas onze assembleias, ele variou entre 16 e 85[900], tendo, em termos médios, havido uma presença de cerca de 31 elementos por reunião[901], valores realmente significativos[902] e argumento para considerarmos que estas sessões foram na altura, pelo menos em termos de presentes, autênticas Assembleias municipais, apresentando-se no fundo, também então, como o poder máximo e a força legitimadora mor das decisões do concelho.

No que toca, porém à representatividade da população nestas assembleias, verifica-se pelos nomes (já que só num caso a acta especifica o grupo) que a maioria destas pessoas seria da nobreza, embora aqui também se possa colocar o problema dos que eventualmente não assinaram, além da questão de posicionar socialmente os letrados que compareceram. Nota-se (sempre a partir dos nomes) que nas assembleias ligadas à carne e aos vinhos havia mais elementos do povo, certamente por serem questões que se cruzavam muito mais com a sua vivência diária.

Uma referência final de bastante interesse: das 308 assinaturas que surgem nas actas das 10 assembleias, só 5 é que são de cruz ou assinadas pelo escrivão.

---

[898] Cf. *Ibidem*, fl. 462-463v..

[899] É a única referência que temos a um elemento do povo que se assume como seu procurador num acto formal. Pensamos, porém, que se trata de um acto ocasional e não estamos, por isso, perante a figura de procurador do povo, no sentido em que existiu noutros concelhos (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 62-72 e SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto... (op. cit.)*, vol. II, pp. 521-538).

[900] Quando falamos de participantes e os quantificamos estamos sempre a cingirmo-nos aos que assinaram as actas o que fazemos por ser o único dado objectivo que temos, embora quase de certeza estiveram mais elementos presentes que não assinaram a acta (por exemplo, no último caso referido).

[901] Excluímos destes números os oficiais do Senado presentes. Além disso, no cálculo do valor médio o divisor foi 10, dado que para uma reunião não temos indicação do número de presentes.

[902] Em Barcelos, caso excepcional os números variaram entre 16 e mais de 200 (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 95-98); já em Montemor-o-Novo o número não terá ultrapassado a dúzia (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 103) e na Figueira da Foz a média foi de 17 participantes por reunião (cf. OLIVEIRA, Maria Isabel Simões de - *A Figueira da Foz ... (op. cit.)*, pp. 27-30).

4.5. A prática governativa

Os oficiais do Senado reuniam-se "*nas cazas do Senado* [...] *em meza e corpo da Câmara* [...] *para fazerem serviço a Deos e a Sua Magestade e as partes que nesta tivecem que requerer*"[903], isto é, para, servindo os dois poderes supremos, tratarem de todos os assuntos que respeitassem ao governo da terra. Mas, em concreto, quais eram esses assuntos, ou dito de outra forma, na prática em que se ocupava e sobre que incidia a acção governativa dos que detinham o poder na terra?

Para ser mais fácil organizarmos o tratamento desta questão, sistematizámos os assuntos em sete grandes grupos, que trataremos individualmente, à excepção dos dois últimos, sem esquecermos e repetirmos tudo aquilo que, pela estrutura dado ao trabalho, já foi dito antes e que são actos no quotidiano da actividade governativa local.

Das quase seiscentas sessões registadas em acta, não nos é possível saber em concreto o que foi tratado em 196 delas, isto é exactamente 1/3 do total. Em 161 dessas refere-se apenas que se deferiram requerimentos vários, enquanto nas restantes 35 se diz que não houve que requerer ou que determinar.

Assim ficou a nossa análise limitada ao conteúdo de 394 actas de reuniões, algumas das quais com assunto único, mas a maioria com vários apreciados e despachados[904].

Quadro XXVI

Assuntos tratados nas reuniões camarárias - 1785-1800

Âmbito dos assuntos	N.º de Referências	%
Natureza económica	225	43,6
Natureza Administrativa	203	39,3
Procissões/clero	25	4,8
Saúde	26	5,0
Obras/reparações	13	2,5
Comemorações	12	2,3
Outros/Diversos	12	2,3
Totais	**516**	**100,0**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

[903] A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões lv. 38, fl. 393v.. Este era, contudo o formulário que abria todas as actas neste período.

[904] Nos 516 assuntos referidos, há três no item da saúde, respeitantes à tomada de posse de três sangradores, que não constam das actas das sessões de câmara, mas é nos livros de Registo Geral que é feito o registo dessas tomadas de posse, assinando de seguida os oficiais presentes.

a) A vida económica

Como se constata a partir do quadro anterior, ao contrário do que aconteceria na maior parte dos municípios[905], em Vila do Conde foram os assuntos relacionados com a vida económica do concelho os que maior número de vezes ocuparam o Senado.

Neste âmbito, era atribuição fundamental da câmara garantir e regulamentar o abastecimento do concelho, principalmente neste que, pelas características que o marcavam, era grandemente dependente do exterior, como já vimos. Assim, coube à câmara definir as regras de venda para os atravessadores e atracadores que, de fora, cá vinham vender (vd. ponto 3.3.), da mesma forma que foi o Senado que encabeçou todas as diligências, quer internas, quer externas, para desesperadamente tentar garantir o abastecimento mínimo de pão, questão sobremaneira premente no final do século (vd. p. 3.1.1.). Além disso, foi a edilidade que superintendeu a organização interna da distribuição dos produtos organizando e protegendo, como também já vimos, o funcionamento das feiras (vd. ponto 3.3.), a venda dos vinhos, passando as licenças de venda, impondo obrigações aos vendeiros, definindo lojas e tipos de vinho a vender, etc. (vd. ponto. 3.3.1.).

Igualmente em relação ao fornecimento e consumo da carne, coube aos camaristas que lançarem a concurso anual a obriga para a sua venda, impondo no acto de adjudicação condições várias, de modo a conseguir as melhores condições possíveis para os consumidores, nomeadamente no que dizia respeito aos locais, dias e períodos diários de venda, às pesagens, etc.. Houve até situações em que a governança local assumiu directamente o fornecimento para defender os preços e a qualidade deste produto[906] (vd. ponto 3.3.2.).

Também em relação à comercialização do peixe, quer intra-muros, quer na sua venda para o exterior, a câmara definiu regras para garantir o abastecimento do povo da vila, impondo também aqui locais e procedimentos para a sua venda, além de aplicar a legislação referente a impostos sobre o peixe, sempre tendo em vista, antes de mais, o sustento da vila (vd. ponto 3.2.).

Como seria de esperar, os produtos referidos foram aqueles sobre mais incidiu a acção governativa (o vinho, a carne, o pão e o peixe foram abordados em 90, 47, 30 e 13 sessões, respectivamente). No entanto o abastecimento e a venda local de outros

[905] Cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 96.
[906] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 119-121v..

produtos como o azeite (vd. ponto 3.3.3), o sal, o feijão, o leite[907], etc., estiveram também eles sempre sujeitos às determinações camarárias.

Ainda no quadro da vida económica, a câmara sempre assumiu a responsabilidade de taxar os preços dos produtos, o que, como já vimos, fazia em reunião do Senado , mandando depois passar a postura aos almotacés e divulgá-la por pregão.

Quer relativamente às posturas dos preços, quer às que regulavam todos os aspectos acima enumerados, a câmara sempre exerceu uma forte actividade de controle do seu cumprimento, aplicando inúmeras condenações, por si própria ou pelos almotacés, sobre os prevaricadores das regras definidas para a economia da vila. Estas condenações (já referidas, em concreto, na análise feita das estruturas económicas) incidiram essencialmente sobre o comércio dos principais produtos e traduziam-se, na maioria dos casos, num valor pecuniário, embora a prisão também aparecesse com frequência, ainda que, por norma, associada à primeira.

Por fim, a câmara sempre assumiu a responsabilidade de zelar pelas finanças públicas e concelhias. Assim, o Senado, além de providenciar para que se escriturassem em livros próprios todos os actos financeiros do município, lançava anualmente a concurso o arrendamento das diversas rendas (da forma referida no ponto 4.3.3.)[908], agindo assim de forma a garantir as melhores receitas para o concelho e a arrecadação das imposições lançadas. Ainda com o objectivo de cumprir o melhor possível este desiderato, o órgão de gestão municipal tutelava um conjunto de funções, auxiliares importantes neste sector da sua actividade, como eram os casos dos cobradores e louvados ou lançadores das décimas, dos depositários dos valores diferentes impostos, dos administradores de outros, etc.

---

[907] Cf. *Ibidem*, para o sal, fl., 21v.-22, 39v.-40, 437v.-438 e 440-440v.; para o feijão, 372v.-373; para o leite, 478-478v..

[908] Como determinavam as *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. 66, § 12.

b) A acção administrativa

Este âmbito de actuação, não obstante, como se verifica no quadro XXVII, ter sido o segundo em termos de assuntos contemplados pela acção governativa camarária, não foi, por isso, de menor importância.

Incluímos neste item todos os actos de eleição/nomeação e tomada de posse dos múltiplos os cargos ligados mais directa ou indirectamente à vida do concelho.

Além de dar posse, desde logo, às diferentes equipas anuais que o formavam, nomeadas, como vimos já, pelo Senhorio e, mais tarde, pela Rainha, o Senado elegia e designava um conjunto de outros oficiais e funcionários, para os mais diversos sectores.

Ao nível do funcionamento mais próximo da câmara, dava posse e designava, quando necessário, o escrivão (vd. supra) para registar os actos da gestão concelhia nomeando, para divulgar muitos deles, o Porteiro e Pregoeiro, oficial que, de menor categoria, tinha um papel importante na actividade administrativa diária da edilidade (vd. supra).

Na área da organização económica, além das funções acima referidas associadas às rendas e aos impostos, os camaristas elegiam os almotacés, como já se referiu, autênticos responsáveis pela coordenação no terreno da vida económica do concelho e pela implementação das decisões da câmara nesta área.

Na esfera do policiamento e da segurança do concelho, era função camarária, ainda que a proposta do Alcaide-mor, eleger o alcaide, dito menor ou pequeno, os quadrilheiros e jurados e, mais tarde, os zeladores de polícia, espécie de polícia municipal, embora, como se viu, com mais amplas tarefas na ligação do centro às áreas mais periféricas da vila e às terras de Sta. Maria de Touguinha.

Em termos militares, "*era obrigação da câmara* [...] *o proceder às eleyçoens dos postos das ordenanças logo que vagacem*"[909] em reunião presidida pelo Ouvidor/Corregedor. Em Vila do Conde foram eleitos pelos camaristas alguns dos militares, nomeadamente capitão-mor[910], capitão[911], alferes[912], sargentos[913] e ajudantes das Ordenanças[914], embora estes devessem depois requerer as respectivas patentes a Sua

---

[909] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 419.
[910] Cf. *Ibidem*, fl. 100-101, 362v.-365v..
[911] Cf. *Ibidem*, fl. 117v.-118, 362v.-365v., 401v.-402.
[912] Cf. *Ibidem*, fl. 418v.-420 e 443v.-444v..
[913] Cf. *Ibidem*, fl. 100-101, 117-118, 401-402.
[914] Cf. *Ibidem*, fl. 451-452.

Majestade. Nestes postos, principalmente nas patentes mais elevadas, a câmara colocou sempre homens da governança e, por isso, de certa forma, da sua confiança[915].

Além destes, era deles a eleição de três nomes para Almoxarife das munições de guerra do castelo desta vila, um dos quais era depois nomeado pelo Tesoureiro Geral das Tropas da Província do Norte[916].

Era, como se vê, um enorme elenco de actos que resultavam de atribuições estatuídas em lei, mas que evidenciam a importância que, na estrutura administrativa geral, assumia este órgão máximo do poder local.

c) As celebrações religiosas

A câmara e os seus oficiais superiores, além da participação nas principais solenidades religiosas da terra, assumia ela própria a sua organização e dinamização. A principal procissão era sem dúvida a do Corpo de Deus, relativamente à qual a câmara definia os mesteres participantes[917], estipulava o que estes deveriam ofertar[918], designava os elementos para os seus principais lugares (estandarte, pálio, tochas, governo da procissão)[919] e indicava, até, outros participantes, como, por exemplo, os almotacés[920].

O mesmo se passava, por exemplo, com as procissões das três Ladainhas[921], da Ressurreição[922], do Anjo Custódio[923] e da Aclamação[924]. Estas designações e indicações da câmara relativamente aos participantes nestas solenidades tinham carácter obrigatório, sendo estabelecidas penas para os infractores.

A edilidade assumia também a organização e as despesas necessárias para a Semana Santa, comprando a cera e tudo o que para ela fosse necessário[925], sendo os gastos "ajustados" com o tesoureiro[926].

---

[915] Isto, aliás, era um procedimento mais ou menos generalizado (cf. CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, pp. 14-15).
[916] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 116v.-117.
[917] Cf. *Ibidem*, fl. 100-101
[918] Cf. *Ibidem*, fl. 139-140, 183, 436-436v..
[919] Cf. *Ibidem*, fl. 186v.-187.
[920] Cf. *Ibidem*, fl. 408-409.
[921] Cf. *Ibidem*, fl. 180-180v..
[922] Cf. *Ibidem*, fl. 398v.-399.
[923] Cf. *Ibidem*, fl. 413.
[924] Cf. *Ibidem*, fl. 420v.-421.
[925] Cf. *Ibidem*, fl. 318-318v..
[926] Cf. *Ibidem*, fl. 390-390v..

Além dito, nomeava os padres pregadores de S. Francisco ou de S. sebastião para os domingos da Quaresma[927], da mesma forma que também despedia pregadores quando entendia que não estavam a cumprir, como sucedeu, em 22 de Abril de 1795, com os padres Capuchos de Azurara que pregavam na Matriz[928].

d) A saúde

A saúde, como se viu já, foi uma das questões encaradas de forma mais séria pelo executivo municipal, certamente pelos montantes que as contratações de médicos para os partidos implicavam, mas também pela importância que os serviços daqueles tinham para a comunidade. Por isso, as principais decisões nesta área passaram pela Assembleia do concelho (vd. ponto 4.4.4.).

De facto, competiu à câmara neste período garantir a assistência médica ao povo, através dos médicos que admitia e os quais tinham nas suas obrigações, por exemplo, o dever de curar de graça todos os miseráveis e pobres desta vila que se curassem fora do hospital[929].

Ainda neste domínio, era dada posse pelo Senado ao Guarda-Mor da saúde, nomeado, com ratificação régia, pelo Guarda-Mor da Saúde do Reino e cidade de Lisboa[930]. Este oficial tinha como função geral zelar pelo estado da saúde pública no concelho, defendendo-o de todo o tipo de agressões neste âmbito e protegendo-o, por exemplo, de todo o tipo de contágio de doenças e da propagação de epidemias[931]. No nosso período, foi dada posse no cargo a Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura e Gaio, em 11 de Março de 1786[932], e a Vicente José dos Santos, em 3 de Janeiro de 1792, este para servir nos impedimentos do primeiro, proprietário do lugar[933].

Finalmente, a câmara dispôs também dos serviços do sangrador, o qual fazia sangrias a pacientes cuja cura para a doença passasse por elas. No nosso período temos referência a actos de posse conferidos pelo Senado a três sangradores: em 32 de Dezembro de 1797, a António Fernandes da Silva, filho de João Fernandes Coura[934]; em 23 de Fevereiro do ano seguinte, a José Joaquim da Silva Leitão, filho de Francisco

---

[927] Cf. *Ibidem*, fl. 232-233v. e 297v.-298v..
[928] Cf. *Ibidem*, fl. 263v.-265.
[929] Cf. *Ibidem*, fl. 83-84 e 361v.-362v..
[930] Cf. *Ibidem*, fl. 129v..
[931] Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto... (op. cit.)*, p. 644.
[932] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 11v.-12.
[933] Cf. *Ibidem*, fl. 129v.-130.

Gonçalves Leitão[935]; em 28 de Maio de 1800, a Francisco Alves Gomes, filho de António Alves Gomes[936].

e) Obras e reparações[937]

Não são muitas, como se pode ver no quadro XXVII, as referências a obras e reparações mandadas efectuar pela câmara neste período, o que se poderá dever ou ao facto de realmente elas não se terem mesmo realizado (lembremos que a vila andou envolvida, na fase final do século e início do seguinte, em dois empreendimentos enormes como foram a construção da ponte o encanamento do rio) ou de não se terem simplesmente registado em acta[938].

São, no entanto, adjudicadas duas empreitadas de construção de calçadas nesta vila: uma, em 31 de Janeiro de 1791, ao mestre pedreiro João António Dias, à razão de 1850 réis a braça da calçada nova de esquadria e de 900 réis, a de alvenaria[939]; a outra, foi de uma calçada na zona do açougue, em 30 de Agosto de 1794, ao mesmo mestre[940].

Actuou também neste domínio a câmara impondo reparações às suas estradas aos moradores de Touguinha[941] e aos de Regufe, tendo estes, porque não cumpriram o que lhes fora ordenado, sido condenados[942].

Houve ainda necessidade de reparar os estragos provocados nos cais dos Pelames e das Lavandeiras por uma enchente ocorrida em Abril de 1788, designando a câmara o procurador imediato Veríssimo da Rocha Soares, para se inteirar da ruína causada e propor o que lhe parecesse mais útil[943].

Além destas há ainda acções da câmara em serviços mais de conservação do bom estado das fontes[944], do desentupimento de águas empoçadas[945], de reparação do relógio da Matriz[946], etc..

---

[934] Cf. A.M.V.C. - Liv. Registo Geral, lv. 134, fl. 19-20v..
[935] Cf. *Ibidem*, fl. 21v.-22v..
[936] Cf. *Ibidem*, fl. 50-51.
[937] A reparação e conservação de caminhos, chafarizes, pontes, calçadas, poços, etc. faziam parte dos deveres dos vereadores da câmara (cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. 66, § 24).
[938] Mesmo nos lançamentos das despesas da câmara, como se verá, os gastos com as obras foram baixos, o que parece, contudo, que era comum neste período (cf. ponto 6.2.4.)
[939] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 104-105.
[940] Cf. *Ibidem*, fl. 199-199v..
[941] Cf. *Ibidem*, fl. 99v.-100.
[942] Cf. *Ibidem*, fl. 234-236 e 383v.-384.
[943] Cf. *Ibidem*, fl. 54-54v..
[944] Cf. *Ibidem*, fl. 181-182v..
[945] Cf. *Ibidem*, fl. 497-498v..

f) Comemorações e outros

Pelo pouco peso que estes assuntos tiveram na actividade camarária, decidimos abordá-los em conjunto.

A câmara tinha também que se ocupar com comemorações de acontecimentos, digamos, de Estado, e fazer com que a comunidade local deles tomasse conhecimento, se apercebesse e desse provas do seu regozijo ou tristeza. Foram, por exemplo, os casos de desposórios do Infante D. João com a Infanta Dª Carlota Joaquina e de Dª Mariana Vitória com o Infante D. Gabriel de Castela, comunicados em 6 de Junho de 1785[947]; ou, ainda, os nascimentos vários de princesas e infantes[948]. Nestas situações a câmara, cumprindo ordens Reais, mandava colocar luminárias, fazer pregão da notícia e repicar os sinos da Matriz, Santa Clara, S. Francisco e Carmo.

Da mesma forma a vila tinha que sentir pesar pelos falecimentos Reais. Assim aconteceu em 12 de Junho de 1786, em que é comunicado o falecimento de D. Pedro[949], e, em 20 de Setembro de 1788, em que chega a informação da morte de D. José, Príncipe do Brasil e Duque de Bragança[950]. Perante estes acontecimentos, era lançado pregão para que todas as pessoas "*botassem luto por hum anno*" (seis meses rigoroso e seis aliviado), ou, como sucedeu na segunda situação, apenas por seis meses[951].

Há ainda um conjunto de outros aspectos em que se fazia sentir a actividade governativa da câmara, mas que, por serem escassas as suas referências apenas os enunciamos. Temos, assim, os autos de injúria[952], em que o Senado punha em prática a sua função judicial; o problema social da Roda dos Expostos (já parcialmente referido supra)[953]; a regulamentação local da introdução do papel selado[954]; alguma actuação ao nível da organização dos mesteres de alfaiate, pedreiro e sapateiro, com a eleição dos respectivos juízes[955].

---

[946] Cf. *Ibidem*, fl. 98v.-99, 103v.-104 e 435v.-436.
[947] Cf. *Ibidem*, fl. 2v..
[948] Cf. *Ibidem*, fl. 162-162v., 255-255v., 442-442v., 444v.-445, 491v.-492.
[949] Cf. *Ibidem*, fl. 18-18v..
[950] Cf. *Ibidem*, fl. 60v.-61.
[951] Para de ter uma noção dos gastos com estas comemorações vd. ponto 6.2.5.
[952] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, fl. 563-563v. e lv. 38, fl. 54v..
[953] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 38-40 e 130-130v..
[954] Cf. *Ibidem*, fl. 413-414. O primeiro livro, entre os consultados no Arquivo Municipal, que nos surge com folhas de papel selado (com um selo de 5 réis) é o "Livro de receita e despesa do Concelho" de 1797 (A.M.V.C. - Liv. Receitas e Despesas do Concelho, lv. 954).
[955] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30, fl. 564, e lv. 38, fl. 32v.-33, 61v., 141-141v., 269v.-270v., 373v.-374 e 305v.-306v..

5. AS ELITES E O EXERCÍCIO LOCAL DO PODER

As elites locais e a sua ligação ao poder, ou, como outros lhes chamam, as oligarquias municipais[956], tem sido um dos temas mais tratados na recente historiografia que se tem debruçado sobre a história local e dado origem à publicação de inúmeros trabalhos, os quais têm abordado e discutido o assunto nos seus mais variados enquadramentos[957].

Fazendo uso disso, pareceu-nos pertinente deixar aqui, ainda que de relance, algumas das ideias força que balizam esta questão[958], para melhor podermos, depois, perceber, enquadrar e dimensionar nesta problemática o caso concreto em estudo.

Desde logo, é importante evidenciar que elites sociais e elites de poder são, neste período, áreas muito próximas, com maior ou menor sobreposição e cumplicidade entre elas, mas não podem ser confundidas ou consideradas sinónimos de uma mesma realidade. As primeiras obedeciam à lógica das inúmeras premissas que orientavam a sociedade de então, enquanto as segundas, embora dependendo essencialmente e na maioria dos casos de uma nobre condição social, resultavam de outros vectores condicionantes. Sem querermos ser simplistas ou redutores, podemos concretizar esta distinção fundamental dizendo que, se à elite política teriam acesso todos os da melhor escolha da sociedade, nem todos os da elite social (nobreza) quiseram pertencer ao restrito grupo dos do topo da governança local.

---

[956] Vd., por exemplo, MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão*, in *SEMINÁRIO INTERNACIONAL*, Região Autónoma da Madeira, 1998 - *O Município no Mundo Português : actas*, Região Autónoma da Madeira : Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 80.; COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *op. cit.*, pp. 41 e segs.

[957] Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Historiografia Municipal Portuguesa*, in COLÓQUIO, Braga, 1998 - *O município português na história, na cultura e no desenvolvimento regional : actas*, Braga : Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais - Departamento de História, 1998, p. 60.

[958] Para uma análise mais aprofundada desta problemática, vd., entre outros, MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, pp. 324-331; Idem - *Poderes municipais ... (op. cit.)*, pp. 79-89; Idem - *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, "Análise Social", 4ª série, vol. XXXII, n.º 141, 1977; CAPELA, José Viriato - *Política de Corregedores... (op. cit.)*, pp. 10-17; COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *op. cit.*, pp. 41-56.

A comprovar o que se acaba de afirmar, relembre-se que, em Vila do Conde, um pouco como sucedeu em todo o lado, houve várias situações de nomeados para os cargos principais da governação local que pediram escusa do seu desempenho.

Convém, depois, não esquecermos que era a própria legislação em vigor que propiciava o surgimento destas elites políticas, quando definia, por exemplo, que como membros do Senado "*os melhores dos lugares os devem servir*"[959], que para almotacés, depois dos oficiais cessantes, deviam escolher-se "*homens bons dos melhores, que houver no Concelho*"[960], ou, ainda, que, para os postos das ordenanças, a eleição deveria recair nas "*pessoas da melhor nobreza, christandade e desinteresse*"[961]. A estas qualidades seriam inerentes, por um lado, uma autoridade natural (à condição social de nobre) que os que estavam abaixo acatariam e, por outro, uma maior isenção e independência no exercício do poder (esta associada à condição económica). Assim, como bem conclui Nuno Gonçalo Monteiro, "*a monarquia portuguesa não parece ter contrariado as tendências oligárquicas do poder municipal; pelo contrário, tê-las-á potenciado*"[962].

Contudo, como atrás se disse, a criação destas elites de poder não resultava apenas da condição social ou do cumprimento da lei. Era condicionada também, por exemplo, pela dimensão do concelho e da sua população. Para Vila do Conde, nesta altura com uma população que rondaria os 3 000 habitantes (vd. quadro I), mesmo não sofrendo as limitações, por exemplo, do vizinho concelho de Rates[963], basta que consideremos apenas as 36 pessoas diferentes que durante estes dezasseis anos foram pautadas para o cargo de vereador, para concluirmos (sempre à condição de um estudo prosopográfico, extremamente útil para aqui) que certamente não haveria muitos mais dos pertencentes à nata social para ocuparem o cargo.

Claro que, e este é outro factor condicionante à restrição do grupo político, desses 36, apenas foram nomeados 29, o que significa que a elite política local, além das limitações legais, dos recursos humanos disponíveis, começa também e cada vez mais a depender do parecer do Ouvidor/Corregedor e da vontade do Senhorio ou do Desembargo do Paço que nomeia, e que, necessitando do poder local para organizar o

---

[959] *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. 67, § 10.
[960] Idem, *ibidem*, § 14.
[961] Alvará de 18-10-1709, citado por MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, p. 324. Isto foi seguido em Vila do Conde, por exemplo na eleição do capitão-mor das ordenanças (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 363v.).
[962] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, p. 325.

Estado no terreno, o pretende cada vez mais merecedor da sua confiança e garante da aplicação e cumprimento das políticas dimanadas do centro[964].

Em Vila do Conde, apenas pelo número médio de mandatos já indicados em separado para os cargos de vereador, procurador, tesoureiro e almotacé, parece evidente a existência desta elite do poder.

Dentro dos cargos referidos, analisemos, a partir do quadro XXVII, que outros desempenharam os vereadores e por quantos mandatos.

Quadro XXVII

Outros cargos exercidos pelos vereadores (1785-1800)

Nome	N.º cargos no governo local		Total cargos camarários	Provedor[965]	Total cargos
	Vereador N.º vezes	Almotacé N.º vezes		N.º vezes	
Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	6	5	11		11
Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	4	7	11		11
João Carneiro Gaio	4	2	6		6
Francisco Luís da Silva Mota	3	5	8	2	10
Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	3	2	5		5
Dr. Manuel da Silva Soares	2	4	6		6
Dr. José Bento Carneiro de Sá	2	3	5		5
Dr. António Alberto Carneiro de Sá	2	2	4		4
Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	2	2	4		4
Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	2	2	4		4
Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	2	2	4		4
José Pereira Coutinho de Vilhena	2	1	3		3
Domingos Vieira da Costa	1	3	4		4
Cap. Manuel António da Costa Rocha e Mendonça	1	2	3		3
João da Cunha de Novais Sampaio	1	2	3		3
Martinho José Carneiro de Sá Barbosa	1	2	3	1	4
Dr. João Pereira da Costa Barbosa	1	1	2		2
Dr. José de Azevedo dos Reis	1	1	2		2
Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio	1	1	2		2
Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	1	1	2		2
José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	1	1	2		2
José da Silva Santiago	1	1	2		2
Luís Pereira Coutinho de Vilhena	1	1	2		2
Manuel Afonso de Oliveira	1	1	2		2
Manuel Francisco da Silva	1	1	2		2
João Carneiro de Azevedo Gaio	1		1		1
Totais	**48**	**55**	**103**	**3**	**106**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 30 e 38.

[963] Vd. acta de vereação de 1754, transcrita por AMORIM, Manuel - *A Vila de Rates ... (op. cit.)*, vol. XII, n.º 2, pp. 337-338.

[964] Cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 95.

[965] Recolhidos de GOMES, Antero - *Pelo Arquivo.* "Santa Casa". Vila do Conde : Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, n.º 4 (Junho 1996), pp. 18-20.

Verificamos, a partir do quadro supra, que as 26 pessoas que serviram o cargo de vereador, isto é, 28% do total das pessoas que estiveram ao longo destes dezasseis anos nos quatro cargos em análise, exerceram neles a totalidade 103 mandatos, ou seja, cerca de 55% da sua totalidade (vd. quadro anexo 2), o que perfaz ainda uma média de cerca de 4 mandatos por vereador.

Se considerarmos os elementos do quadro anexo 2, concluímos que do total de 48 pessoas que foram oficiais do Senado neste período, ou seja cerca de 52% do total de oficiais dos quatro cargos, ocuparam mais de 82% dos seus mandatos[966]. Considerando estes oficiais em conjunto, verifica-se que a média de mandatos por pessoa baixa para 3,2 o que significa um desempenho maior por parte do grupo dos que foram vereadores e, logo, uma maior concentração dos cargos por parte do núcleo da elite política. Porém, parece-nos que um estudo conjunto dos quatro cargos nos proporciona uma noção muito mais consistente dessa "elitização".

É evidente, por outro lado, que uma tentativa de abordagem dos níveis de concentração dos cargos políticos, implicará obrigatoriamente que a análise não se fique só pelas quantificações feitas ao nível das pessoas individualmente, mas que, num segundo patamar, estude essa concentração ao nível das famílias. Contudo, sem termos podido fazer um levantamento das diferentes famílias e sendo poucas as referências aos parentescos nas fontes manuscritas consultadas[967], não poderemos apresentar dados quantificados com rigor que permitam desde já conclusões sustentadas[968].

Não obstante isso, parece-nos que, olhando para a lista, pelo menos dos que foram oficiais do Senado, facilmente verificamos novamente que os Faria Gaio, os Coutinho de Vilhena, os Carneiro de Sá Barbosa, os Magalhães Brandão, foram neste período as famílias de elite do poder político na vila (vd. quadro anexo 2).

Juntámos aos cargos desempenhados uma entrada com o de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, pois tratava-se de uma instituição de grande poder e prestígio na relação de poderes de então. Apesar de no nosso período as ligações

---

[966] Ocuparam 155 mandatos, que foram calculados sobre um total de 188 possíveis (48 vereadores + 16 procuradores e tesoureiros + 108 almotacés).

[967] Aparece-nos a referência à não tomada de posse, em 23-02-1786, do Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte, nomeado para vereador, por ser cunhado do Cap. Manuel António da Costa Rocha e Mendonça, também nomeado para o mesmo cargo (cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 10v.-11) , o mesmo tendo acontecido com João Carneiro de Azevedo Duarte, nomeado para procurador em 1788, por ser pai do Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte, então nomeado para vereador (cf. *Ibidem*, fl. 42-42v.).

[968] Como apresentou para Braga José Viriato Capela (vd. CAPELA, José Viriato - *O município de Braga de 1750-1834... (op. cit.)*, p. 211).

entre esta instituição e a câmara ao nível do titular dos cargos, não quisemos deixar de ficar o registo.

Pelo que aqui fica dito, e por tudo o que já ficou em pontos anteriores, parece indubitável que, em Vila do Conde o poder, nesta altura, também era restrito a alguns e a algumas famílias.

Todavia, aqui, especialmente aqui, um estudo profundo das bases sociais do poder, bem como um alargamento do período estudado (preferencialmente para umas décadas anteriores), permitiria aferir muito melhor os valores médios estimados e, sobretudo, delinear tendências de evolução.

6. AS FINANÇAS MUNICIPAIS

Se os concelhos foram essenciais como células politico-administrativas para a organização do Estado nesta altura, não foi menos vital o seu papel como unidades económicas, geradoras de receitas e organizadoras no terreno da estrutura financeira do poder central.

No entanto, como em todos os aspectos estruturantes da vida dos concelhos já analisados em concreto para o caso de Vila do Conde, também em relação à natureza da receitas bem como à organização financeira dos municípios (volumes de receitas e despesas, renda cobradas, formas de as cobrarem, etc.) havia uma enorme heterogeneidade de situações, quer à dimensão do País, quer ao nível do quadro geográfico mais limitado como a província ou até mesmo a própria comarca[969].

A fonte fundamental para o estudo desta matéria são sem dúvida os livros de receita e despesa do concelho, verdadeiros livros mestres de toda a contabilidade municipal[970]. Para o âmbito cronológico do nosso estudo só não existem no Arquivo Municipal livros para quatro dos dezasseis anos - 1785, 87, 90 e 91 - o que nos proporcionou uma análise bastante completa do período. Estes livros eram escriturados pelo escrivão da câmara, sob a responsabilidade do tesoureiro, e após o final de cada ano (em Vila do Conde normalmente em Janeiro ou Fevereiro do ano seguinte[971]), nele era registada a "tomada das contas", que era feita pelo Provedor do Porto e escriturada pelo seu escrivão, e que mais não era do que a verificação das receitas e despesas feitas, bem como, delas, o cálculo e a garantia da arrecadação da terça régia.

---

[969] Cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga : Universidade do Minho - Mestrado de história das instituições e cultura moderna e contemporânea, 1995, p. 27; Idem - *A Câmara, a nobreza...,(op. cit.)*, p. 145.

[970] Cf. Idem - *O município de Braga de 1750-1834... (op. cit.)*, p. 269.

[971] Cf. A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, por exemplo, lv. 957, fl. 14.

Já de um outro registo acessório destes livros, mas também de extraordinária importância, como são os "mandados de pagamento", não encontrámos nenhum para a mesma altura[972].

6.1. As receitas

A gestão financeira do concelho era uma das competências das câmaras, para o exercício da qual estipulava a lei um conjunto de obrigações aos seus oficiais.

Apenas no que respeita às receitas, era dever dos vereadores, logo que entravam em funções verificar as contas do tesoureiro e procurador do ano anterior, fazendo-os pagar qualquer dívida que exista a boa arrecadação[973]; além disso, competia-lhes, como já vimos, lançar a concursos as diferentes rendas do concelho e conseguir nelas os arrendamentos mais vantajosos e uma boa arrecadação[974]; finalmente, arrecadariam todas as dívidas ao concelho que existissem[975]. Ao tesoureiro, por seu lado, competia, entre outras coisas, receber todas as rendas do concelho[976] e, se não fossem arrendadas, arrecadá-las de forma a que não se perdessem[977]. Por fim, ao procurador cabia, após a arrecadação das rendas, verificar se houve penas ou coimas que tivessem ficado por cobrar[978].

Esta preocupação revelada pelo poder central relativamente aos rendimentos dos municípios justificava-se pelo facto de, destes proventos concelhios, Sua Majestade arrecadar a terça parte, a qual, logicamente, seria maior ou menor consoante aqueles o fossem.

As receitas do concelho de Vila do Conde, provinham essencialmente das vária rendas concelhias e das condenações.

---

[972] Embora no Inventário do Arquivo Municipal venham referenciados como "Pastas contendo processos de conta de gerência", mais não são, pelo menos para este período, que mandados de pagamento. Existe uma dessas pastas para 1699-1835, mas nenhum dos documentos que contém respeita ao nosso período (cf. SOUSA, Fernando de, [et al] - *O Arquivo Municipal de Vila do Conde*, Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 1991, pp. 52-53).

Estes documentos são particularmente úteis porque muitas vezes os livros de receita e despesas englobam dentro de uma mesma rubrica várias despesas sem as especificarem, o que, normalmente é feito nesses mandados de pagamento.

[973] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXVI, § 3.

[974] Cf. Idem, *ibidem*, § 12.

[975] Cf. Idem, *ibidem*, § 15.

[976] Cf. Idem, tít. LXX, Introdução.

[977] Cf. Idem, *ibidem*, § 1.

[978] Cf. Idem, tít. LXIX, Introdução.

Havia, além disso, a Imposição para a Fábrica da Igreja Matriz, mas cujas receitas, embora geridas pela câmara, eram escrituradas em separado[979] e consignadas a despesas de alguma forma associadas às actividades da Igreja. Por isso, embora a consideremos uma receita camarária, trata-la-emos em separado.

6.1.1. As Rendas concelhias e as condenações

Como se verifica no quadro XXVIII, as receitas do concelho provinham na sua grande maioria de cinco rendas, ou seja "*impostos cobrados por arrendamento*"[980]: ancoragem e pranchagem, argaços, armazéns, coima do concelho e medidagem e passagem. Além destas rendas, havia ainda as receitas das condenações da câmara e da almotaçaria.

Quadro XXVIII

Receitas do Concelho (sem a Imposição da Matriz) - 1786-1800

Anos	RENDAS (em réis)										Condenações		Totais/ ano
	Ancorag. E Pranchag	%	Argaços	%	Armazéns	%	Coima do concelho	%	Medidagem e passagem	%		%	
1786	9,600	2,4	29,000	7,4	30,000	7,6	200,000	50,7	121,500	30,8	4,000	1,0	**394,100**
1788	10,000	3,0	31,700	9,6	27,100	8,2	143,000	43,1	115,500	34,8	4,300	1,3	**331,600**
1789	9,000	2,6	30,000	8,6	16,000	4,6	190,000	54,4	101,000	28,9	3,500	1,0	**349,500**
1792	10,100	2,6	27,200	6,9	21,500	5,5	200,000	50,8	122,000	31,0	12,550	3,2	**393,350**
1793	7,100	1,8	27,200	7,1	17,000	4,4	200,000	52,0	126,000	32,8	7,200	1,9	**384,500**
1794	11,200	3,1	28,200	7,7	24,000	6,6	183,500	50,2	110,000	30,1	8,900	2,4	**365,800**
1795	9,000	2,3	30,500	7,7	17,000	4,3	180,000	45,4	130,000	32,8	30,200	7,6	**396,700**
1796	9,000	2,5	30,000	8,4	16,000	4,5	190,000	53,4	86,000	24,2	24,995	7,0	**355,995**
1797	9,000	2,5	30,500	8,4	20,000	5,5	191,000	52,8	101,000	27,9	9,950	2,8	**361,450**
1798	9,200	2,1	37,250	8,5	41,000	9,4	199,500	45,7	138,000	31,6	12,000	2,7	**436,950**
1799	9,000	2,2	48,000	11,8	22,000	5,4	185,000	45,5	128,500	31,6	14,000	3,4	**406,500**
1800	6,200	1,2	70,500	14,1	34,100	6,8	215,100	43,1	131,000	26,2	42,250	8,5	**499,150**
Totais renda	**108,400**	**2,3**	**420,050**	**9,0**	**285,700**	**6,1**	**2277,100**	**48,7**	**1410,500**	**30,2**	**173,845**	**3,7**	**4675,595**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. da receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957.

A renda da ancoragem e pranchagem incidia sobre os diversos tipos de embarcação que aportavam, em Vila do Conde ou daqui saíam. Por exemplo cada caravela, iate ou outra embarcação que viesse ao porto desta vila, pagaria, pela primeira

---

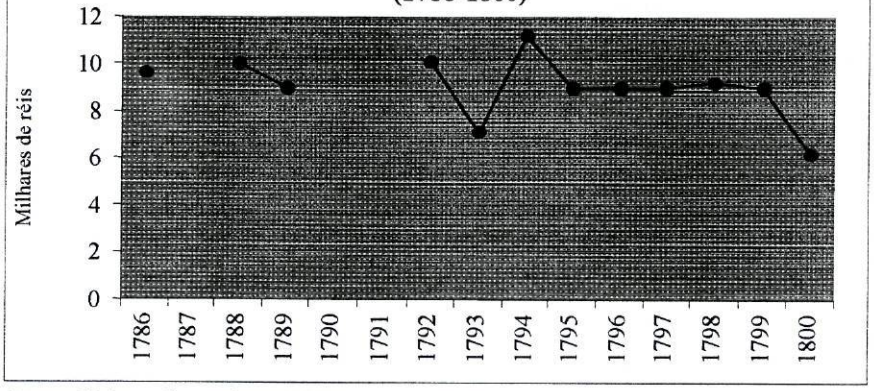
[979] De 1539, data do 1º livro, até 1737, escriturada em livros separados. A partir daí , e até aos inícios do período liberal, passou a sê-lo nos Livros de receita e despesa do Concelho, mas em espaços separados. (cf. SOUSA, Fernando de, [*et al.*] - *op. cit.*, p. 69 e A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 946-957).

[980] Cf. CAPELA, José Viriato - *O município de Braga de 1750-1834... (op. cit.)*, p. 276.

vez 200 réis e pelas seguintes 100, o mesmo que pagavam os barcos que daqui saíssem para o mar alto para fazerem negócio[981]. Esta renda era a única das que constam no quadro que não era terçada, ou seja, o seu rendimento era integralmente para o concelho. Contudo, como se verifica, era a de menor peso no total das receitas (2,3%), mesmo que consideremos o seu valor relativamente aos rendimentos líquidos do concelho, isto é retirada a terça de S. Majestade (3,6% - vd. quadro XXX), tendo sofrido uma ligeira quebra a partir de 1794 (vd. gráfico 9).

Quer os seus valores globais, quer até mesmo esta quebra, deverão ter a sua

Gráfico 9
Evolução da renda da Ancoragem e pranchagem
(1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

justificação, pelos menos em parte, por um lado na já referida crise porque passou a pesca neste período e, por outro, pela provável fraca afluência de embarcações de fora (por exemplo da Galiza) ao nosso porto, quer devido à conjuntura política, quer às, também já expostas, fracas condições de entrada nele, devido ao assoreamento.

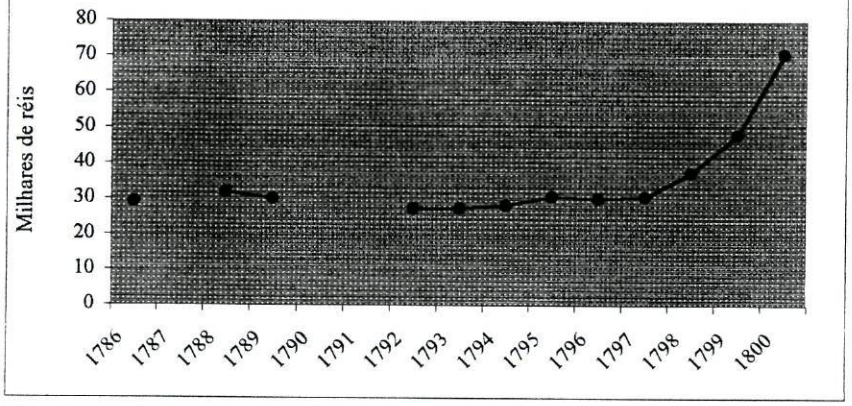
Outra das rendas que poucos rendimentos proporcionava à câmara era a dos argaços (ou sargaços). Esta renda, que como se vê, não ultrapassou os 9% do total das receitas, incidia, como o próprio nome indica, sobre a apanha do sargaço, quer da que fosse feita por forasteiros, quer da que fizessem os habitantes da vila. O rendeiro, além de se "ajustar" com os sargaceiros sobre o valor a pagar por estes, obrigava ainda a que fossem cumpridas algumas condições definidas nos autos de arrendamento (desde as gravetas usadas para a apanha, passando pela proibição de apanhar de barco ou jangada,

[981] Cf. A.M.V.C. - Autos de arrendamento de ancoragem e pranchagem, pt. 2155, fl. 2.

até ao impedimento de o fazer em alguns períodos do ano), prevendo e aplicando penas aos infractores[982].

O aumento da renda que se constata na parte final do século (vd. gráfico 10), poderá de alguma forma estar associada ao já referido crescimento da vila para norte e um consequente aumento do espaço cultivado?

Gráfico 10
Evolução da renda dos argaços (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

A renda dos armazéns era um tributo sobre o comércio do azeite, mel, vinagre e aguardente. A vinda destes produtos de fora para a vila, se feitos em besta maior (e, portanto, carga maior) pagavam 160 e 30 réis, respectivamente os dois primeiros e os dois últimos. Se fosse carga menor o montante a pagar era metade, do mesmo modo que, se o azeite viesse para os conventos, em qualquer das cargas o montante a pagar era metade do normal[983]. Certamente porque não incidia sobre produtos de grande consumo, era igualmente pequena a sua importância nas receitas (6,1%). Os montantes que esta renda proporcionou ao longo do período considerado foram bastante irregulares, e, não obstante a tendência para uma ligeira evolução, no seu cômputo geral, ela foi tão insignificante que entendemos ser mais adequado falar-se de uma estagnação (vd. gráfico 11).

[982] Cf. A.M.V.C. - Autos das rendas dos argaços, lv. 2158, fl. 2-3.
[983] Cf. A.M.V.C. - Autos da renda dos armazéns – pt. 2154, cad. ano 1796/1797, fl. 2v..



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

A grande fatia das receitas da câmara neste período advinha-lhe da renda das coimas do concelho, fonte de, em média, 48,7% do total daquelas, nos doze anos documentados. Este peso das coimas nos proventos municipais acontecia um pouco nos concelhos de todo o País[984], sendo, no fundo, reveladora da debilidade da estrutura económico-financeira destes órgãos do poder local.

Esta renda incidia essencialmente sobre a circulação de mercadorias e aplicava-se as todas as pessoas da vila e de fora dela.

Assim, pagavam coima todos os que, por terra ou mar, de cá levassem carga alguma, excepto se trouxessem mantimentos para a vila. Os montantes a pagar seriam: os que trouxessem besta maior vazia e a levassem carregada, 1 tostão; se fosse besta menor, metade. Se trouxessem as bestas carregadas para se isentarem das rendas, tal só era conseguido se viessem carregadas com 4 ou 2 arrobas consoante fosse besta maior ou menor[985]. Eram também tributadas em 200 réis todas as pessoas que extraíssem qualquer género desta vila em carros, sem trazerem carga de pelo menos 10 arrobas[986]; os almocreves, regateiras ou peixeiras ou outra pessoa qualquer "*que levão, ou mandão para fora della nas sobreditas cargas, e estas ainda que tragam carga de fora, sempre*

[984] Em Barcelos, desde meados de Setecentos até cerca de 1820, foram a principal fonte de receita camarária (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 156); em Guimarães, de 1789-1813, representavam 21%, do total das receitas (cf. Idem - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, p. 271), o mesmo se verificando em Montemor-o-Novo (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 112); igualmente na Figueira da Foz, estas tinham um peso muito importante no cômputo das receitas (cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *op. cit.*, p. 34).

[985] A.M.V.C. - Autos de arrendamentos das coimas, pt. 2157, cad. ano 1784/85, fl. 2, condições 1ª e 2ª desta renda.

[986] *Ibidem*, condição 3ª.

pagarão a dita coima por inteiro"[987]; os almocreves que trouxessem carga para a vila e se ausentassem com os carros vazios, quando voltassem sem carga, mas a quisessem daqui levar para fora, pagariam coima, "*por quanto se reputa nova vinda*"[988]; as embarcações que viessem tirar carga sem a trazer pagariam 4$000 réis[989]; as pessoas que levassem peixe à cabeça ou às costas para fora da vila, 20 réis[990]; finalmente, a fim de evitar que os almocreves fizessem sair produtos desta vila simuladamente sob o nome de pessoas isentas de pagar coima por trazerem cargas à vila, "*todo o carro ou besta que vier a esta villa com carga pagará coima, quando a dita carga for de outrem e não do próprio condutor*"[991]. Estavam isentos desta renda toda a espécie de grãos, legumes, farinhas, louça, cal , tijolo, telha, madeiras, pedras e mós de moinhos que, produzidos ou fabricados no Reino, aqui cheguem em embarcações portuguesas[992].

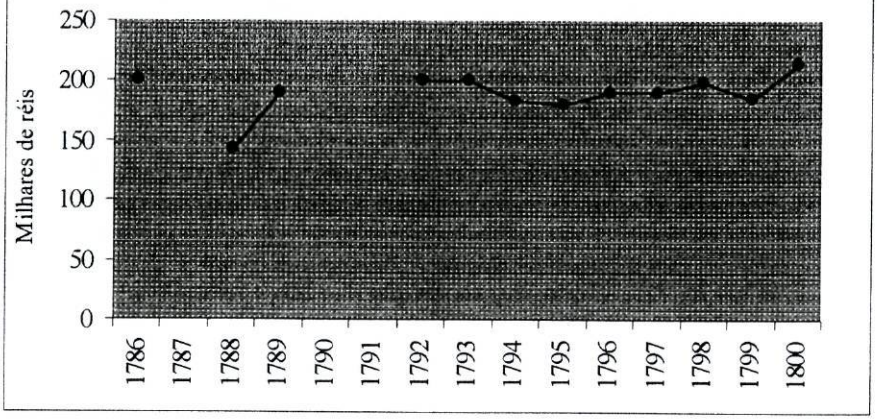
A cobrança das tributações incluídas nesta renda exigiriam, por parte da câmara, um grande esforço de controle no terreno para conseguir uma boa arrecadação das suas receitas. Por isso, embora ilegalmente, aquela preferiu arrendá-las sempre (durante o período estudado), acautelando, assim, logo no início do ano, determinado montante que, podendo acabar por se revelar baixo se comparado com as coimas efectivamente recebidas pelo rendeiro[993], era um valor garantido e seguro para a contabilidade camarária.

Em termos de evolução, ao contrário de outros municípios[994], embora os valores absolutos desta renda conheçam uma subida a partir de 1796 (vd. gráfico 12), não atingem neste quindénio final do século (à excepção de 1800) valores já conseguidos em anos anteriores (1786, 92 e 93, por exemplo). Além disso, é ainda significativo frisar que, em termos de peso na receita total da câmara, o desta renda decresce progressivamente neste último período (vd. quadro XXVIII).

---

[987] *Ibidem*, fl. 2-2v., condição 4ª.
[988] *Ibidem*, fl. 2v., condição 7ª.
[989] *Ibidem*, condição 4ª.
[990] *Ibidem*, condição 5ª.
[991] *Ibidem*, fl. 3, condição 9ª.
[992] *Ibidem*, fl. 2v.-3, condição 8ª. Esta condição cumpria o estipulado na Lei de 04-02-1703.
[993] Aliás essa era uma das razões porque o arrendamento das coimas dos concelhos era ilegal: recebendo menos o concelho pela renda do que receberia pela tributação directa das coimas, também a terça real sobre este imposto seria menor, saindo a Fazenda Real prejudicada. Esta situação de arrendamento, no entanto, verificava-se em várias câmaras (cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, pp. 32-33).
[994] Por exemplo para Braga e Guimarães, Viriato Capela aponta um crescimento a partir de 1790, o que não impediu que, em Braga e em termos relativos da receita total do concelho, tal como cá, também

Gráfico 12
Evolução da renda das coimas (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

Finalmente, havia a renda da medidagem e passagem, esta também ligada ao comércio e ao consumo e, por isso, a segunda em termos de importância nas receitas municipais (30,2% em termos médios ao longo dos doze anos - vd. quadro XXVIII).

Esta renda devia-se ao facto de não haver nesta altura um sistema uniforme de pesos e mediadas para todo o País. Pode-se dizer que praticamente cada concelho tinha valores próprios para as unidades de medida existentes[995]. Por isso, os comerciantes que vinham cá vender eram obrigados a medi-los, por exemplo, pelo cântaro do concelho, se fosse vinho, ou pela sua rasa, se de cereais se tratasse. Havia um aferidor que verificava a permanente conformidade das medidas do concelho, cabendo aos almotacés fiscalizarem se os comerciantes as respeitavam ou não.

Pagava para esta renda 50 réis por dia de medição o responsável por qualquer embarcação que cá trouxesse ou daqui levasse sal, nem que nela só ocupasse metade do dia; por cada carga de vinho, vinagre, aguardente, mel e azeite, pagava-se 1 quartilho e 1 real por carga maior; cada carga de presunto, toucinho e unto, 2 arráteis (metade para as duas últimas se fosse carga menor); cada pinaça de polvo ou de bacalhau, 8 réis; a carga de castanhas piladas ou verdes, 1/4 e 1 real ou o mesmo e mais 6 réis se fosse em carro; aos tendeiros que viessem com couros à feira, eram cobrados 20 réis por ano, o mesmo acontecendo a quem a ela vinha vender panos de linho, estopas ou toucas; os

---

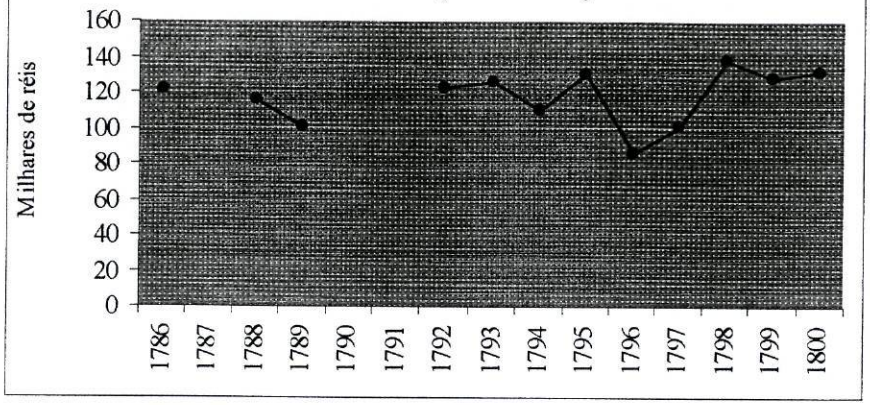
tivesse tido um decréscimo acentuado (cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, pp. 42-44).

[995] Vd. GRAÇA, Joaquim José da - *Tabellas das medidas de capacidade antigas reduzidas ao systema metrico-decimal...*, Lisboa, Tipographia Universal, 1861.

vendeiros, de medir o vinho, pagavam 1 canada de vinho e 4 réis por cada pipa. Estavam isentos deste imposto os mesmos referidos para o anterior[996].

Como se verifica no quadro precedente e se visualiza no gráfico 13, esta renda com ligeiras flutuações ao longo dos anos (excepção à enorme quebra de 1796), apresenta valores no último ano do século muito próximos do atingidos quinze anos antes.

Gráfico 13
Evolução da renda da medidagem e passagem (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

Além das rendas analisadas, e não obstante o arrendamento por parte câmara das coimas do concelho, havia ainda a receita proveniente das condenações aplicadas directamente pelos oficiais da câmara ou da almotaçaria.

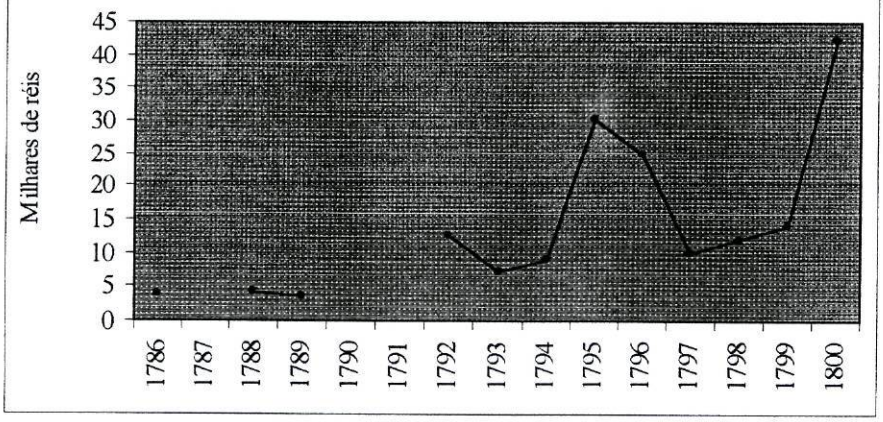
Estas condenações, como já vimos ao longo deste estudo, eram aplicadas a uma enorme diversidade de infracções constatadas directamente pelos oficiais acima referidos, ou denunciadas pelos vários funcionários municipais espalhados pelo concelho (quadrilheiros, jurados e zeladores de polícia) e podiam ser aplicadas individualmente (a vendeiros, marchantes, e a todas as pessoas que em inúmeras situações infringiam as posturas municipais) como a grupos de pessoas (como sucedia no caso de não cumprimento de ordens emanadas da câmara para reparação, por exemplo, de caminhos, na sequência de correições feitas pela câmara).

Esta receita, como seria de esperar pela contingência da sua natureza, revelou ao longo dos doze anos uma enorme irregularidade. Contudo, como se verifica no quadro XXVIII e no gráfico 14, foi uma das receitas que teve um crescimento mais acentuado e

[996] Cf. A.M.V.C. - Autos de arrematação das rendas de medidagem e passagem, pt. 2156, cad. ano 1783-84, fl. 2-3.

contínuo ao longo do período, crescendo, em termos relativos, mais do que o total das receitas: se em 1786 representava 1% destas, em contínuo crescimento, ultrapassou definitivamente, em 1794, os 2%, cabendo-lhe, no final do século 8,5% dos proventos camarários, mesmo tendo estes, entre 1786 e 1800 crescido cerca de 27%.

Gráfico 14
Evolução das receitas das condenações (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

6.1.2. A renda da Imposição da Matriz

A renda da Imposição da Igreja Matriz era, como se disse, uma renda consignada. Criada por Carta Régia expedida de Arrifana, Santa Maria da Feira, de 5 de Dezembro de 1502[997], teve esta imposição como objectivo ajudar a custear as obras na nova Igreja Matriz que decorriam desde 1496. Era uma imposição sobre o comércio de bens de consumo, nomeadamente a carne, o vinho, peixes vários, a lenha, a cal e o sal, sendo os montantes impostos pagos pelos vendedores desses produtos[998].

De acordo com este documento régio, esta imposição teria recebedor e escrivão próprios, devendo este registar todas receitas e despesas que na obra fossem efectuadas[999].

A Igreja Matriz concluiu-se, mas a imposição, por prorrogações sucessivas concedidas pelos monarcas[1000], manteve-se, como já vimos, até ao período liberal,

---

[997] A.M.V.C. - Documentos Provenientes da Administração Central. Pt. 1, A-3. Esta Carta encontra-se transcrita na íntegra em SANTOS, Monteiro dos - *A Carta Régia (5.12.1502)*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova Série, n.º 18, (Dez. 1996), pp. 13-25.
[998] Cf. *Ibidem*, fl. 3.
[999] Vd. n. 981.

embora, no nosso período, apresente algumas mudanças relativamente à fase da sua criação. A responsabilidade e a gestão dos montantes da imposição, respeitando a sua consignação, era, como em relação a todas as outras, da responsabilidade do Senado, do mesmo modo que, em termos de arrendamento, se seguiam exactamente os mesmos procedimentos das restantes. O escrivão desta renda era o da câmara e a incidência de tributação passa a ser apenas sobre o vinho e gado bovino e suíno que se matar para vender[1001].

Quadro XXIX

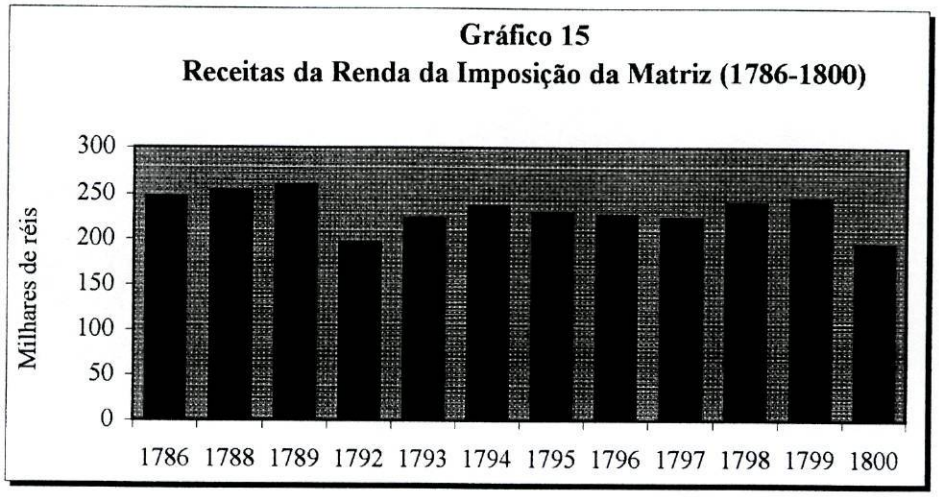
Receitas da Renda da Imposição (1786-1800)

Anos	Valor (milh. réis)
1786	247,000
1788	253,000
1789	260,000
1792	196,500
1793	223,500
1794	237,000
1795	230,000
1796	226,500
1797	224,000
1798	240,000
1799	245,000
1800	194,500
Total	**2777,000**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. da receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957.

Gráfico 15

Receitas da Renda da Imposição da Matriz (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXIX.

[1000] Cf. A.M.V.C. – Documentos Provenientes da Câmara de Vila do Conde e de Outras Entidades Públicas ou Privadas, pt. 14, doc. B-24 e A.M.V.C. - Documentos Provenientes da Administração Central, pt. 5, doc. A-183.

[1001] "*Cobrace para esta renda da Impozição da Igreja Matris desta villa de Villa do Conde dos generos seguintes:*

Paga cada carga de mayor de vinho de qualquer qualidade que seja a saber maduro, Basto e verde vindo em cargas quarenta reis os quaes pagarão os vendeiros que comprarem e venderem [...] *publicamente nesta villa e seu termo e vendendoce aos particulares pagarão o mesmo* [...] *e sendo em pipas de ditos vinhos oito vinténs os quais serão pagos pelos vendeiros ou por quem vender o tal vinho e a paga dos particulares se observará na forma do uso e costume.*

Pagace de cada voy que se matar nos asougues desta villa para se vender quer seja grande quer seja piqueno meyo tostão na forma do costume.

Pagace por cada porco que se matar para se tornar a vender quer seja nos asougues, venda ou tenda ou outra qualquer parte sendo sendo para se tornar a vender pagará meyo tostão" (A.M.V.C. - Autos de arrendamento da Imposição da Igreja Matriz, pt. 1580, cad. ano 1796/97, fl. 2-2v.).

Estas rendas consignadas em Braga incidiam também sobre o vinho e a carne (cf. CAPELA, José Viriato - *O município de Braga de 1750-1834... (op. cit.)*, p. 280)

Esta renda, pela sua natureza e estatuto de renda consignada, não estava, como era normal ao tempo, sujeita à terça régia[1002] e, mesmo com o processo de abolição de privilégios fiscais iniciado em 1790, em Vila do Conde a isenção manteve-se[1003].

Como se verifica pelo quadro e gráfico supra, esta renda sofre uma quebra nos seus montantes a partir da década de 1790, não mais voltando a atingir os valores do triénio da anterior, tendo mesmo terminado o período, ao contrário do que sucedeu com as rendas da câmara, com uma baixa acentuada.

6.1.3. Os rendeiros. A evolução global das rendas e das receitas.

Como vimos, a câmara de Vila do Conde, como acontecia em geral e estava previsto em lei, por falta de recursos humanos[1004] cobrava as suas receitas através do sistema de arrendamento, o qual, neste período, foi sempre anual[1005].

Como se poderá verificar a partir do quadro anexo 8 estes arrendamentos foram controlados durante este período por um reduzido número de pessoas[1006]. De facto, para as 72 rendas lançadas a concurso nos doze anos houve 30 rendeiros, mas, mais significativo é o facto de, desses, 9 (isto é, cerca de 31%) terem sido rendeiros por 47 vezes (ou seja, acima dos 66% do total dos arrendamentos) (vd. quadro anexo 8).

Houve, além disso, rendas que praticamente foram monopólio de uma só pessoa (caso de Joaquim Fernandes, na dos argaços), outras em que houve nomes fortemente dominantes (por exemplo Manuel Luís da Cunha, nas da Imposição e dos Armazéns), tendo acontecido ainda haver rendeiros que, no mesmo ano, foram proprietários de várias rendas (casos, por exemplo, de João António Cunha Pereira do Lago, detentor de 4 rendas em 1800, Joaquim Teixeira Machado e Manuel Luís da Cunha, ambos com 3 rendas num mesmo ano, o primeiro em 1789 e o segundo em 1794, 95, 96 e 97).

Embora não tenhamos grandes elementos relativamente ao enquadramento social destes rendeiros, as que temos remetem-nos para pessoas provenientes,

---

[1002] Cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, p. 58.
[1003] Como sucedeu, por exemplo em Viana do Castelo e Braga, entre 1790-1800 (cf. Idem - *ibidem*).
[1004] Cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, p. 302.
[1005] Já nalguns municípios minhotos, a regra parece ter sido o arrendamento trienal (cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios ... (op. cit.)*, p. 45).
[1006] O que sucedeu também noutros municípios, como, por exemplo, em Braga, Guimarães, Ponte de Lima (vd. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, pp. 45-46) e Montemor-o-Novo (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 115-117).

sobretudo, da actividade comercial[1007], tendo, pelo menos alguns deles, desempenhado ou sido pautados para cargos camarários (principalmente tesoureiros)[1008], numa cumplicidade que era frequente neste período[1009] e que, em muitos casos, terá posto os interesses particulares acima dos do concelho, com prejuízo para este. É óbvio que montantes tão díspares como, por exemplo, os das rendas das coimas e dos argaços, se encarregariam de fazer a selecção e estabelecer uma certa gradação entre os rendeiros, no que tocava à sua capacidade financeira.

No que respeita à evolução geral das várias fontes de receita do concelho nos doze anos documentados, se exceptuarmos as condenações, onde houve realmente um crescimento notório em relação às diversas rendas, numa análise global, sublinhe-se, a ideia marcante é a de uma estagnação, não obstante uma ligeiríssima tendência para o crescimento. De facto, se repararmos, não obstante as subidas e descidas pontuais que as cinco rendas conhecem, praticamente todas (excepção à dos argaços) terminam o século com valores muito próximos dos de 1786.

Outra característica que ressalta desta análise é o facto de as várias rendas apresentarem, nos respectivos valores entre 1786 e 1800, flutuações pouco significativas[1010], o que se compreende exactamente por não resultarem de uma cobrança directa, mas sim de uma arrematação feita pelo melhor lanço, o qual dependeria, entre outros factores, de uma estimativa, do número de interessados na renda, para além, como é óbvio, do lucro do rendeiro.

Por fim, refira-se que, por tudo o que se acabou de dizer, qualquer leitura da realidade económica da vila a partir dos valores das rendas ou vice-versa, será arriscada por falta de sustentação. O que pesou mais na subida ou descida do valor de uma renda de um ano para o outro? Foram alterações conjunturais da realidade concelhia os factores atrás referidos? É evidente que a persistência de algumas pessoas com poder económico neste ofício só pode significar que se tratava de uma actividade bastante lucrativa[1011]. Além disso, o que se verifica é que as alterações mais significativas nos valores das rendas coincidiram muitas vezes com a mudança de rendeiro, causa, ao que

---

[1007] Casos, por exemplo de Manuel da Silva, marchante; José de Sá Palme, José Joaquim da Costa Flores e António José Francisco, negociantes.

[1008] Foram os casos, por exemplo de José de Sá Palme, Jacob Joaquim de Sousa, João José de Faria e Francisco José Dias, todos nomes ligados ao cargo de tesoureiro da câmara (vd. quadros XIII e XVIII).

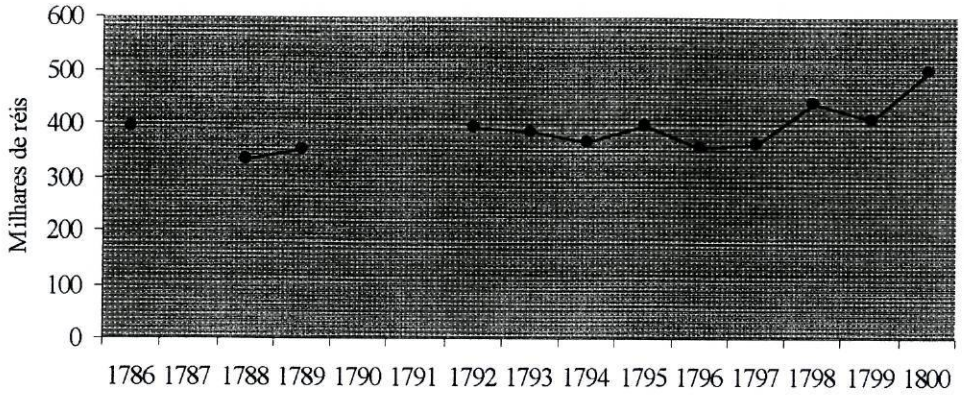
[1009] Cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios ... (op. cit.)*, pp. 46-48.

[1010] É claro que há situações excepcionais, como foram os casos, por exemplo, da renda da medidagem e passagem, em 1796 ou da dos argaços nos dois últimos anos do século (vd. quadro XXVIII).

parece, muito mais imediata e importante do que qualquer acção das forças socio-economico-políticas do concelho.

Os valores das receitas totais do concelho[1012] e a sua evolução são, no fundo, e como não poderia deixar de ser, o reflexo da conjugação de tudo o que foi dito para as diversas rendas.

Gráfico 16
Evolução das receitas globais da câmara (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXVIII.

Como se vê no gráfico supra e no quadro XXVIII, as receitas da câmara apresentam até 1797, em termos globais, uma evolução quase nula com uma subida na parte final do século, com valores, no entanto, por exemplo, em 1799 muito próximos dos de 1786[1013]. Estamos realmente convictos de que as subidas e descidas nos valores das receitas se deveram essencialmente à capacidade que a governação, em determinados momentos, teve ou não de negociar as suas rendas. Por exemplo, a descida brusca verificada em 1796 e 1797, não terá tido a ver com o ambiente menos bom que a câmara viveu nesses anos?

Também aqui um estudo mais alargado no tempo traria outra consistência à análise.

[1011] Cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios ... (op. cit.)*, p. 49.
[1012] Excluímos as da imposição para seguirmos a metodologia anterior.
[1013] Esta evolução é muito idêntica à verificada em Montemor-o-Novo entre 1786-1800 (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 108).

6.2. As despesas

Vamos agora analisar em que eram gastas as receitas concelhias, ou, para sermos mais precisos, quais eram os gastos do concelho que tinha que ser este a suportar e para os quais, como veremos, os seus proventos se revelaram muitas vezes insuficientes.

Para o estudo das despesas do concelho, como já referimos, servimo-nos também e apenas dos livros de receita e despesa, tendo-nos, não obstante relativamente a um dos anos aparecerem registos aparentemente anómalos[1014], baseado integralmente nos valores que eles nos fornecem.

Por uma questão de metodologia na exposição e análise das despesas, dividimo-la, para além da terça régia, em seis rubricas: despesas com o poder central, com o funcionalismo local, obras e reparações, comemorações e celebrações religiosas e despesas diversas.

Finalmente, também em relação aos gastos, trataremos os da Imposição da Matriz à parte.

6.2.1. A Terça Régia

Uma grande fatia das rendas do concelho ia para a Terça de Sua Majestade. Esta tributação sobre as rendas dos concelhos, já anterior às Ordenações Filipinas, surge nestas como uma incumbência do tesoureiro, o qual deveria, além de receber as rendas municipais, arrecadar " *a terça, que a Nós pertence*"[1015]. Além disso, a própria lei definia a fortificação e defesa dos lugares como sector de aplicação desta receita[1016].

[1014] Os livros de receita e despesa consultados, no que toca às despesas, apresentam registos aparentemente anómalos para o ano de 1797, apresentando um desajuste entre a discriminação das rubricas e, depois, o apuramento do total anual. Assim, num item de despesa que engloba vários gastos, aparecem-nos concretizados quatro deles, cujos valores totalizam 39$580 réis. No entanto, na coluna da direita, o escrivão regista em algarismos 79$580 réis. Do mesmo modo, no item seguinte, com o mesmo número de gastos especificados, o montante registado pelo escrivão é de 28$780 réis, quando os valores dos referidos gastos somados totalizam 29$180 réis. Há, assim uma diferença de 36$600 réis. No entanto, dado que estes valores totais do livro foram os considerados nos cálculos do provedor aquando do apuramento da terça e dos saldos finais e considerando ainda que o mais provável terá sido o escrivão, quando quis especificar as despesas desses itens, ter, por lapso, omitido alguma, optámos por nos servirmos dos valores da fonte, incluindo a referida diferença na rubrica das despesas várias.

[1015] Cf. *Ordenações Filipinas*, Liv. I, tít. LXX, § 3.

[1016] Cf. Idem, tít. LXII, § 67.

Nos finais do séc. XVIII, em Vila do Conde, como em todo o País (na sequência de um esforço progressivo que o Estado, cada vez necessitado de receitas, vinha fazendo no sentido de conseguir a sua melhor cobrança possível), eram os Provedores das comarcas que, ao virem "tomar" as contas do concelho, estipulavam e separavam desde logo os valores da terça, para os quais, apenas aqui não contribuíam, além da Imposição da Igreja Matriz, a renda da ancoragem e pranchagem.

Quadro XXX

Receitas líquidas do concelho e importância da terça nas despesas (1786-1800)
(em réis)

Ano	Total Receitas	Valor terça	Total líquido p/ o concelho	Total despesas	% da terça nas despesas
1786	394,100	128,167	265,933	302,182	42,4
1788	331,600	107,201	224,401	363,394	29,5
1789	349,500	113,500	236,000	384,078	29,6
1792	393,350	127,750	265,599	232,796	54,9
1793	384,500	125,800	258,700	336,065	37,4
1794	365,800	118,199	247,601	399,245	29,6
1795	396,700	129,233	267,468	692,626	18,7
1796	355,995	115,665	240,330	302,011	38,3
1797	361,450	117,483	243,967	362,379	32,4
1798	436,950	142,583	294,368	225,820	63,1
1799	406,500	132,500	274,000	236,640	56,0
1800	499,150	164,317	334,833	420,278	39,1
Totais	**4.675,595**	**1.522,399**	**3.153,199**	**4.257,514**	**35,8**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. da receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957.

Como se verifica pelos números, este tributo teve sempre um peso enorme nos gastos do concelho, assumindo-se, aliás, em termos globais dos doze anos considerados, como uma rubrica com um valor correspondente a mais de 1/3 (35,8%)[1017], de todas as restantes despesas que o concelho tinha, embora representasse uma ínfima parcela da receita total do Estado[1018].

Terá havido, por vezes, alguma dificuldade em disponibilizar todo o dinheiro necessário para pagar a terça, como sucedeu em 1793, em que terão ficado por pagar 19$310 réis, os quais foram logo mandados pagar em 17 de Abril do ano seguinte.

[1017] Em Montemor-o-Novo esse peso, para 1777-1816, foi de 34,57% (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 123-124).

[1018] Não representariam, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, que utiliza como fonte Adrien Balbi, mais do 0,7% da receita pública nos inícios do séc. XIX (MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os concelhos ... (op. cit.)*, p. 322).

6.2.2. Encargos com o poder central

A quase totalidade destes gastos não eram propriamente feitos com o poder central, mas com o tribunal da Casa de Bragança, com o seu Secretário e todo o funcionalismo superior, responsáveis por todo o processo de aprovação e remessa das pautas dos oficiais, bem como com o seu Ouvidor, assim explicitamente referido nos livros de receita e despesa até 1792, e, a partir daí, com o Corregedor.

Assim, estes encargos consistiam essencialmente nas vindas do Ouvidor/Corregedor ao concelho em correição[1019], para presidir à eleição de patentes militares[1020] ou, ainda quando vinha presidir às assembleias eleitorais trienais.

Por cada correição pagava a câmara 14$500 réis, enquanto as eleições da patentes oscilaram entre os 8$400 réis, em 1798, na eleição de um alferes[1021] e os 25$200 réis, em 1796, na eleição do capitão-mor e de outros oficiais[1022]. Além dos custos com o Ouvidor/Corregedor, havia, ainda, os relativos aos oficiais que o acompanhavam, o que faziam com que as despesas com estes actos oficiais fosse ainda maior.

Todo o processo de eleição e nomeação dos oficias camarários (trienal e anual) era outro dos procedimentos legais que onerava imenso o erário concelhio. Só pela remessa das pautas anuais, tinha a câmara que pagar ao Secretário da Casa de Bragança 16$000[1023] réis, além dos custos do escrivão e outros inerentes aos actos.

Incluímos ainda nestes gastos os montantes (ainda que relativamente pequenos) gastos com caminheiros e ordens expedidas da Casa de Bragança para esta câmara.

Como se verifica no quadro XXXI (exceptuada a terça das despesas), esta rubrica em doze anos custou à câmara de Vila do Conde cerca de 515$000 réis, ou seja 12,1% do total gasto, o que era bastante mais, por exemplo do que em Montemor-o-Novo (que se situou nos 2,3%)[1024], mas menor do que em Guimarães, onde estes encargos, juntamente com os do poder local rondavam os 70% da despesa concelhia[1025].

[1019] O que aconteceu em 1786, 88, 89, 92, 93, 96, 98, 99 e 1800.
[1020] O que aconteceu em 1796, 97 e 98.
[1021] A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 955, fl. 5.
[1022] Idem, lv. 953, fl. 5v..
[1023] Assim sucedeu todos os anos estudados.
[1024] Cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 146.
[1025] COSTA, Américo Fernando da Silva; MATOS, Henrique José Martins de - *As contas da câmara de Guimarães (1789-1812)*, in CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op.cit)*, pp. 277-279.

6.2.3. Encargos com o funcionalismo local

Os gastos com o funcionalismo local, como se vê no quadro XXXI e no gráfico 17, eram aqueles que mais oneravam as finanças do concelhos (35,2% do total da despesa, no cômputo dos doze anos).

Nestes valores temos, desde logo, os gastos com os ordenados e as propinas dos oficiais. Como sabemos, os cargos do Senado eram "honorários", desempenhados por titulares escolhidos pelas populações (embora já possamos agora ter uma ideia do que, em concreto, era essa escolha), portanto oficiais eventuais e, por isso, não eram remunerados[1026]. No entanto, além do eventual prestígio social que esses desempenhos trariam, também no plano material acabavam por ser fontes de consideráveis proventos através das propinas que lhes eram pagas. O montante de propinas pagas nestes doze anos pela câmara das suas receitas propriamente ditas foi de 1092$320 réis, o que significou, em média, mais de 90$000 réis por ano e cerca de 73% do valor total gasto nesta rubrica do funcionalismo local. Além das propinas referidas, os oficiais ainda recebiam outras pagas pelas receitas da renda da Imposição da Matriz, de que adiante falaremos.

As propinas eram pagas pela participação dos oficiais nas principais solenidades da terra, como eram as várias procissões[1027], ou ainda a assistência às missas em datas festivas. Os oficiais que normalmente recebiam propinas eram o Dr. juiz de fora, os cinco membros do Senado, o escrivão da câmara, o porteiro e o alcaide[1028].

Em regra o juiz de fora, os vereadores, o procurador e, quando participava nas solenidades, o escrivão recebiam o mesmo montante de propinas. O tesoureiro, por vezes também recebia o mesmo, mas o mais comum era receber menos do que os anteriores. A seguir, em termos de valores, vinha o alcaide e, por fim, o porteiro[1029].

[1026] Cf. HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan ... (op. cit.)*, p. 164.

[1027] As procissões e festividades do dia de Janeiro, dos Reis, das Bulas, S. Sebastião, Anjo Custódio do Reino, S. Tiago, Aljubarrota, S. Francisco de Borja, Dia de Todos os Santos, Nossa Senhora da Conceição, Aclamação, Dia de Natal, dia de Páscoa, das Três Ladainhas, dia da Assunção, dia do Espírito Santo, Domingos da Trindade, dia de Corpo de Deus, dia de Santa Isabel (cf. A.M.V.C. - Mandados de Pagamento, lv. 1046, de 07-03, 11-07 e 31-10 -1778, 03-02, 25-05, 01-11 e 31-12-1780). Em Braga, a câmara chegou a comparticipar em 31 procissões (cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios ... (op. cit.)*, p. 82-84).

[1028] Cf. A.M.V.C. - *ibidem*.

[1029] Não encontrámos nas nossas fontes os valores pagos de uma forma tão discriminada como Viriato Capela encontrou para Braga, em 1753, relativa a várias procissões (cf. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 173). Podemos, no entanto, como referente, indicar que em 1778, pelas solenidades do dia de Janeiro, dos Reis, S. Sebastião e da Bula, foram pagas ao juiz de fora, vereadores,

Depois, havia os oficiais que eram profissionais do ofício e, portanto, remunerados. No total dos doze anos, pelos registos do livros camarários, foram pagos, cerca de 274$000 de ordenados (ou seja, 18,3% do total da rubrica). Destes, o mais elevado era o do alcaide, ao qual a câmara pagava 10$000 réis por ano, seguindo-se o escrivão, que recebia 9$000 e, por fim, o porteiro e pregoeiro, com um ordenado de 4$000 réis anuais. Como se constata, qualquer um destes funcionários recebia, ao longo do ano, muito mais de propinas do que de ordenado. Além disso, os montantes dos respectivos vencimentos mantiveram-se inalteráveis entre 1786 e 1800, o que, em termos reais, ainda reduz mais o seu valor.

Convém, no entanto, frisar que o escrivão da câmara era provavelmente o oficial mais bem pago de todos os oficiais da câmara, pelos múltiplos rendimentos que auferia dos ordenados (pelo menos da câmara e da renda da imposição da Matriz - de que falaremos adiante), com o que ganhava com a feitura das pautas para os processos eleitorais, eleições de patentes militares, participação nas correições[1030] e com muitos outros serviços, para além dos milhares de réis que recebia de propinas[1031].

Além destes gastos, nos doze anos, despendeu a câmara 27$600 réis para as varas dos almotacés e porteiro e 99$916 réis em gastos com o procurador em Lisboa para tratar do problema dos maninhos da vila.

6.2.4. Obras e reparações

Este sector tem pouquíssimas despesas inscritas nos livros de despesa. Segundo estes, no período a que respeitam, o total de gastos teria sido de 191$245 réis, o que representou 4,5% do valor global das despesas[1032] (vd. quadro XXXI).

---

procurador e escrivão 2800 réis, ao tesoureiro 2000, ao alcaide, 1040 e ao porteiro, 520 réis (cf. A.M.V.C. - *ibidem*, 07-03-1778); em Outubro do mesmo ano, aos mesmos oficiais, pelas procissões do Anjo Custódio do Reino, S. Tiago, Aljubarrota, S. Francisco de Borja, Dia de Todos os Santos, Nossa Senhora da Conceição, Aclamação e Dia de Natal, foram pagas 4500, 4000, 1600 e 800 réis, respectivamente (cf. *ibidem*, 31-10-1778); em Maio de 1780, pelas procissões da Bula, dos Caminhos, dia de Páscoa, das Três Ladainhas de Maio, da Assunção, do Espírito Santo, Domingo da Trindade e Dia de Corpo de Deus, receberam o juiz de fora, dois vereadores e o procurador 6300 réis, um vereador 5000 ("*por vencer menos duas funçoins*"), o tesoureiro 5500 e o alcaide, 2440 (cf. *ibidem*, 27-05-1780).

[1030] Por exemplo, em 1797, pela feitura de uma pauta num acto de correição do Corregedor, pagaram-lhe 4$000 réis (cf. A.M.V.C. – Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 954, fl. 3v.).

[1031] Para Barcelos vd. CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 174-175 e, em geral, vd. Idem - *O Minho e os seus municípios ... (op. cit.)*, p. 145.

[1032] Ligeiramente menos do que, por exemplo, em Montemor-o-Novo, onde essa percentagem era de 6,5% (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 136), mas bastante menos do que em Barcelos (cf. CAPELA, José

As obras só são referidas em quatro dos doze anos e são essencialmente reparações: levantar o pelourinho, em 1789[1033], conserto da barca de passagem e da capela de S. Sebastião desta câmara, em 1793[1034] e consertos da casa da câmara e do cais e fontes da vila, em 1800[1035]; além destas, há a referência ao pagamento, em 1794, de uma calçada feita por João António Dias na praça pública[1036].

Como já atrás se referiu[1037], este, pelo menos aparente, pouco investimento nas infra-estruturas do concelho pode explicar-se pelo facto de estarem em curso as obras da nova ponte e do cais, dois importantes e dispendiosos empreendimentos para a vila. Além disso, não podemos descurar a pequena dimensão do concelho, impondo muitas vezes a câmara, nas correições ao seu reduzido termo, que os respectivos moradores reparassem os caminhos ou resolvessem os problemas das águas[1038].

6.2.5. As comemorações e as celebrações religiosas

Comemorações aqui significaram o acto de festejar acontecimentos felizes da Família Real e, consequentemente, da Nação, aos quais já aludimos em ponto precedente deste estudo[1039]e que eram espalhados a todo o País[1040].

O que importa realçar é que, não obstante apenas em três anos (1793, 95 e 97) ter havido destes festejos, os gastos com eles foram de 416$400 réis, isto é, quase 10% do que a câmara gastou em doze anos (vd. quadro XXXI) e, em 1795, o valor gasto com as mostras de regozijo pelo nascimento do Príncipe da Beira foi quase tanto como a restante despesa da câmara desse ano, atirando, assim o seu valor quase para o dobro e fazendo deste ano o de despesas incomparavelmente mais elevadas dos doze.

Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, pp. 181-183) e do que em Guimarães, onde os gastos nas obras ultrapassaram sempre os 30% da despesa (cf. COSTA, Américo Fernando da Silva; MATOS, Henrique José Martins de - *As contas da câmara de Guimarães (1789-1812) ... (op. cit.)*, pp. 299-300). Estava, no entanto, muito próximo do valor mínimo verificado no Minho para os concelhos mais urbanos, cujos gastos neste âmbito, iriam do 5 aos 15% (cf. CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, p. 144).

[1033] Cf. A.M.V.C. – Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 948, fl. 3v..

[1034] Cf. *Ibidem*, lv. 950, fl. 5-5v..

[1035] Cf. *Ibidem*, lv. 957, fl. 5v..

[1036] Cf. *Ibidem*, lv. 951, fl. 5.

[1037] Vd. alín. e), ponto 4.5.

[1038] A.M.V.C. - Liv. das Condenações que o Senado da Câmara faz, lv. 2512-A, fl. 39v.-40, 44, 47. Vd., ainda a alín. e) do ponto 4.5.

[1039] Vd. alín. f), ponto 4.5.

No que toca às celebrações religiosas, e dado que havia a renda da imposição da Matriz consignada a este tipo de despesas, a câmara limitava-se a gastar 160 réis por semana numa missa na capela de S. Sebastião, o que significava 8$320 réis por ano, valor que se manteve fixo ao longo de todo este período.

6.2.6. Despesas diversas

Neste item incluímos as despesas que nos são apresentadas sob a forma genérica de "várias despesas miúdas"[1041].

O registo nestes termos desta rubrica, sem termos o apoio essencial dos mandados de pagamento, cerceia-nos bastante um maior rigor de análise dos gastos municipais. O valor total destas "despesas miúdas" ao longo dos doze anos perfaz um total de 993$783 réis, isto é mais de 23% do total das despesas. Não querendo fazer tese a partir de meras hipóteses que não conseguiremos provar, parece-nos que, além de outras, aqui se incluiriam as despesas de funcionamento corrente e diário da administração municipal: as compras de tinta e papel, de livros, por exemplo, em 1791, de um novo pano da mesa de despacho do Senado (que estaria em péssimo estado)[1042], as pequenas reparações, enfim, os pequenos gastos.

Além destas "despesa miúdas", considerámos neste item 302$985 réis que a câmara pagou ao procurador por despesas que ele tinha abonado, geralmente no ano anterior, 19$310 réis gastos para completar a terça do ano anterior que, portanto, não teria sido totalmente paga, e, finalmente, 37$700 réis, em 1800, montante para pagar a décima que Sua Majestade obrigou a que fosse assumido pelos gastos do concelho[1043].

[1040] Vejam-se os gastos enormes que também se fizeram nestes festejos em Montemor-o-Novo e em Barcelos (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 144 e CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza... (op. cit.)*, p. 179, respectivamente).

[1041] Este item geral também aparecia, por exemplo, em Montemor-o-Novo e nesta época e, tal como veremos adiante para Vila do Conde, também aí, por vezes englobava quantias elevadas (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, pp. 140-141).

[1042] Cf. A.M.V.C. - Liv. Actas das Sessões, lv. 38, fl. 107v.-109.

[1043] Cf. A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 957, fl. 6.

Quadro XXXI

Despesas Municipais 1786-1800 (à excepção das da Imposição da Matriz)

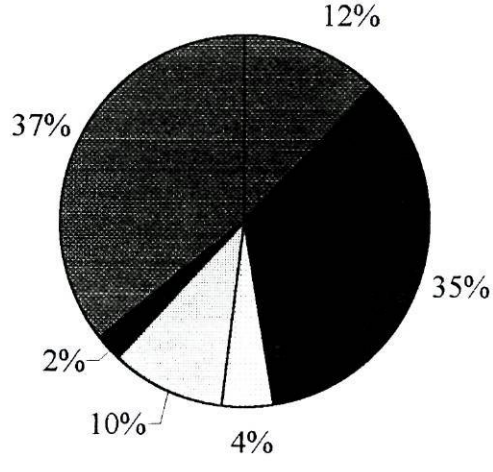
(em milhares de réis)

Anos	Desp. Poder central	%	Funcional Local	%	Obras/ Reparações	%	Comemorações	%	Celebraç. Religiosas	%	Desp. Várias	%	Total/ano
1786	30,500	10,1	119,560	39,6					8,320	2,8	143,802	47,6	**302,182**
1788	45,470	12,5	99,800	27,5					8,320	2,3	209,804	57,7	**363,394**
1789	37,960	9,9	189,260	49,3	11,670	3,0			8,320	2,2	136,868	35,6	**384,078**
1792	30,500	13,1	120,860	51,9					8,320	3,6	73,116	31,4	**232,796**
1793	32,170	9,6	134,620	40,1	29,240	8,7	78,265	23,3	8,320	2,5	53,450	15,9	**336,065**
1794	45,070	11,3	118,860	29,8	26,000	6,5			8,320	2,1	200,995	50,3	**399,245**
1795	31,185	4,5	163,936	23,7			311,250	44,9	8,320	1,2	177,935	25,7	**692,626**
1796	59,845	19,8	113,240	37,5					8,320	2,8	120,606	39,9	**302,011**
1797	80,820	22,3	122,000	33,7			26,885	7,4	8,320	2,3	124,354	34,3	**362,379**
1798	41,470	18,4	102,300	45,3					8,320	3,7	73,730	32,6	**225,820**
1799	30,500	12,9	107,300	45,3					8,320	3,5	90,520	38,3	**236,640**
1800	48,613	11,6	106,100	25,2	124,335	29,6			8,320	2,0	132,910	31,6	**420,278**
Total/ Rubrica	**515,003**	**12,1**	**1497,836**	**35,2**	**191,245**	**4,5**	**416,400**	**9,8**	**99,840**	**2,3**	**1538,090**	**36,1**	**4257,514**

Fonte: A.M.V.C. - Liv. receita e despesa do Concelho , lv. 946 a 957.
Os números indicados nas colunas das % referem-se à percentagem da verba do total das despesas desse ano. Na última linha, são referentes à percentagem nas despesas globais dos 12 anos documentados.

Gráfico 17

Peso das várias rubricas na despesa total (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXXI

6.3. As despesas da renda da Imposição

A renda da Imposição da Igreja Matriz tinha, como já referimos, as suas receitas consignados aos gastos da própria igreja e inerentes à sua actividade. Não quer isto dizer que sempre assim tivesse sido. De facto, em tempos passados, com pedidos de autorização ao rei, foi gasto dinheiro desta renda em despesas com os oficiais da câmara[1044], pagamentos a médicos[1045], obras várias[1046], despesas da câmara do ano anterior não liquidadas[1047] e até com gastos correntes da câmara[1048].

Não temos, para o nosso período, qualquer documento que permita concluir que esta transferência de verbas dos gastos a que estavam consignados para outras áreas da despesa camarária fosse feita. É óbvio que, ao serem pagas das receitas desta renda, por exemplo, aos propinas dos oficiais em algumas solenidades, ou, ainda, o ordenado ao relojoeiro[1049] que tratava do relógio da Matriz (vd. quadro XXXII), havia como que uma simulada transferência de verbas, porquanto já não tinha a câmara que suportar esses gastos das receitas das outras rendas concelhias.

Quadro XXXII
Despesas da Imposição da Igreja Matriz (1786-1800)

Anos	Cera e Armação de Igreja	%	Obras	%	Comemo Rações	%	Ordenados	%	Religiosos /sermões	%	Propinas	%	Despesas Várias	%	Totais/ ano
1786	76,080	34,8					8,400	3,8	42,100	19,3	24,600	11,3	67,200	30,8	**218,380**
1788	91,080	47,3					8,400	4,4	42,100	21,9	24,600	12,8	26,395	13,7	**192,575**
1789	95,995	39,8					8,400	3,5	42,100	17,5	24,600	10,2	70,040	29,0	**241,135**
1792	73,340	36,8					8,400	4,2	42,100	21,2	24,600	12,4	50,605	25,4	**199,045**
1793	70,855	35,1	3,190	1,6			8,400	4,2	42,100	20,8	24,600	12,2	52,860	26,2	**202,005**
1794	76,895	33,0					8,400	3,6	42,100	18,1	18,600	8,0	87,030	37,3	**233,025**
1795	167,785	52,2	1,960	0,6			8,400	2,6	32,200	10,0	36,920	11,5	74,180	23,1	**321,445**
1796	189,335	64,0					8,400	2,8	44,080	14,9	24,400	8,2	29,625	10,0	**295,840**
1797	146,815	62,6					8,400	3,6	44,080	18,8	21,600	9,2	13,550	5,8	**234,445**
1798	128,615	31,8			150,080	37,1	8,400	2,1	44,780	11,1	24,600	6,1	48,535	12,0	**405,010**
1799	110,700	40,3	83,360	30,3			8,400	3,1	44,920	16,3	27,600	10,0			**274,980**
1800	143,955	39,2					8,400	2,3	44,020	12,0	27,600	7,5	143,000	39,0	**366,975**
Totais/ Rubrica	**1371,450**	**43,1**	**88,510**	**2,8**	**150,080**	**4,7**	**100,800**	**3,2**	**506,680**	**15,9**	**304,320**	**9,6**	**663,020**	**20,8**	**3184,860**

Fonte: A.M.V.C. – Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957.
Os números indicados nas colunas das % referem-se à percentagem da verba do total das despesas desse ano. Na última linha, são referentes à percentagem nas despesas globais dos 12 anos documentados.

[1044] Cf. A.M.V.C. - Documentos provenientes da Administração Central, pt. 1, A-26, A-30; pt. 3, A-111 e pt. 4, A-142.
[1045] Cf. *Ibidem*, pt. 2, A-58 e pt. 5, A-153.
[1046] Cf. *Ibidem*, pt. 1, A-21; pt. 2, A-63; pt. 3, A-109 e A-110; pt. 4, A-112.
[1047] Cf. *Ibidem*, pt. 1, A-20.
[1048] Cf. *Ibidem*, pt. 2, A-51 e pt. 5, A-159.
[1049] 6$400 réis por ano (cf. A.M.V.C. – Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957).

A maior fatia das despesas, como se verifica no quadro, era canalizada para as necessidades permanentes de cera para a igreja (foram gastos nos doze anos cerca de 1236$985 réis), as armações da igreja nas principais festas (cerca de 113$115 réis) e o embelezamento das bandeiras, estandartes e varas (cerca de 21$350 réis). Além disto, desta renda eram afectadas ordinárias aos religiosos dos conventos de Sto. António de Azurara e S. Francisco de Vila do Conde, como pagamento dos sermões e celebrações feitas por eles ao longo do ano. Estas duas despesas representaram 60% do total das despesas consignadas à renda da Imposição.

Em ordenados e propinas pagou-se desta renda 405$120 réis, ou seja, cerca de 13% dos gastos totais. De ordenados, ao relojoeiro que "tratava" do relógio da Matriz eram pagos 6$400 réis por ano[1050] e ao escrivão da câmara, por escriturar esta renda, 2$000, valores que, quer num caso quer no outro, como aconteceu nos salários pagos pelas rendas do concelho, não sofreu qualquer aumento entre 1786 e 1800.

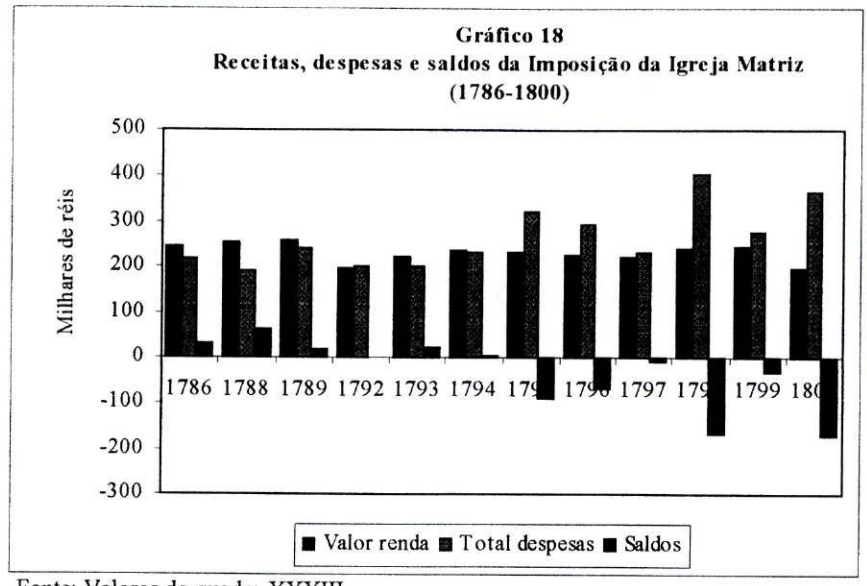
No que respeitava às propinas, saíam desta receita apenas as referentes à Procissão de Nossa Senhora das Candeias, o que, no entanto significou um total de 304$320 réis gastos ou, seja, em média mais de 25$000 réis em propinas por cada procissão, o que se explicará pelo facto de na maior parte dos anos ter estado nessa procissão o Desembargador e Provedor da Comarca do Porto e o seu escrivão, para além dos oficiais do Senado da vila.

Quadro XXXIII
Receitas, despesas e saldos da
Imposição da Ig. Matriz (1786-1800)
(em milhares de réis)

Ano	Valor renda	Total Despesas	Saldos
1786	247,000	218,380	28,620
1788	253,000	192,575	60,425
1789	260,000	241,135	18,865
1792	196,500	199,045	-2,545
1793	223,500	202,005	21,495
1794	237,000	233,025	3,975
1795	230,000	320,545	-90,545
1796	226,500	295,840	-69,340
1797	224,000	233,445	-9,445
1798	240,000	405,010	-165,010
1799	245,000	274,980	-29,980
1800	194,500	366,975	-172,475
Totais	**2777,000**	**3.182,960**	**-405,960**

Fonte: A.M.V.C. – Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957.

[1050] Valores idênticos aos de Montemor-o-Novo para este período (cf. FONSECA, Teresa - *op. cit.*, p. 128).



Fonte: Valores do quadro XXXIII.

Houve, por fim, gastos em obras (reparações na Matriz), numa comemoração de parto real (a qual onerou a despesa desse ano em cerca de 60%[1051]) e, também aqui, as "despesas miúdas", em relação às quais nada de significativo poderemos dizer.

6.4. Análise global das contas camarárias. Os saldos.

Tentando fazer uma apreciação global da forma como a governança do município aplicava as receitas, podemos facilmente concluir que, nesta questão, Vila do Conde apresentava as características, segundo Viriato Capela, definidoras dos municípios presididos pelo juiz de fora[1052].

Desde logo, os enormes gastos com o funcionalismo local, que, como vimos, salvaguardando eventuais gastos neste âmbito incluídas nas despesas não discriminadas[1053], representaram 35,2% dos encargos municipais[1054].

A juntar a estes, os custos com o poder central, ou no caso concreto de Vila do Conde, com o poder senhorial de Bragança, e que representaram 12,1% das despesas do

[1051] Ou seja, sem este gasto, o total das despesas seria de cerca de 255$000 réis. Por isso, a despesa com a comemoração significou um agravamento de cerca de 60%.
[1052] Cf. CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus municípios... (op. cit.)*, p. 90.
[1053] Como já se referiu, as despesas correntes da gestão camarária estariam certamente incluídas nessas "despesas miúdas".
[1054] Perfeitamente enquadrado, portanto, na baliza dos 30 a 60% que seriam a regra geral (cf. Idem - *ibidem*, p.143).

concelho[1055]. Significa isto que com os órgãos de poder, a câmara gastava metade do todo que despendia durante o ano.

Não obstante os baixos montantes que sobravam depois de salvaguardados os gastos referidos, a câmara gastou mais de 12% em e comemorações, tendo estas, nos anos em que tal aconteceu, representado uma grossa fatia das despesas, tendo uma delas, até, sido metade da totalidade daquelas e provocado o maior déficit do período estudado.

Finalmente, registe-se o fraco investimento nas infra-estruturas locais, se bem que este possa ser explicado e justificado, como já se aventou, por uma conjuntura de empreendimentos locais.

Quadro XXXIV

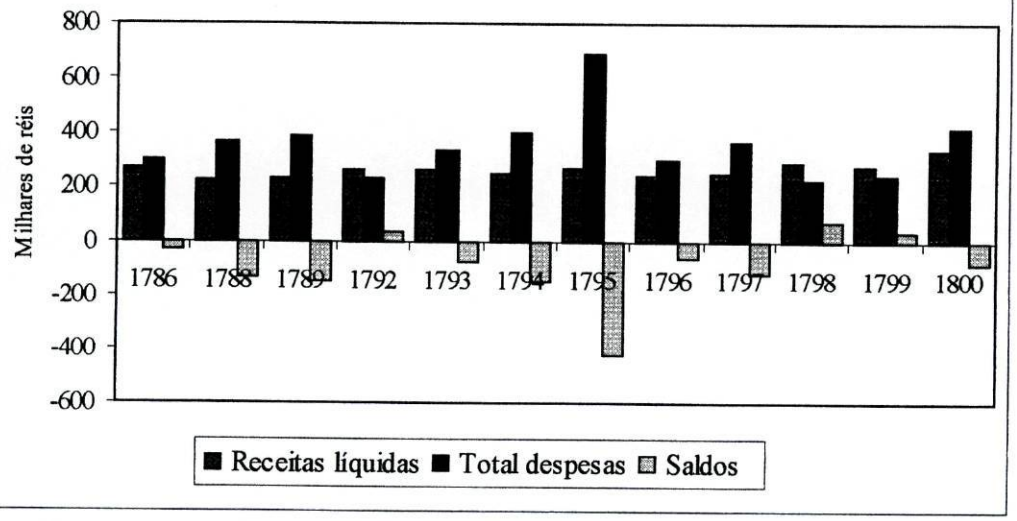
Contas da câmara (1786-1800)
(em réis)

Anos	Receitas líquidas	Total Despesas	Saldos
1786	265,933	302,182	-36,249
1788	224,399	363,394	-138,995
1789	236,000	384,078	-148,078
1792	265,600	232,796	32,804
1793	258,700	336,065	-77,365
1794	247,601	399,245	-151,644
1795	267,467	692,626	-425,159
1796	240,330	302,011	-61,681
1797	243,967	362,379	-118,412
1798	294,367	225,820	68,547
1799	274,000	236,640	37,360
1800	334,833	420,278	-85,445
Totais	**3153,196**	**4.257,514**	**-1.104,318**

Fonte: A.M.V.C. – Liv. receita e despesa do Concelho, lv. 946 a 957.

[1055] Os valores usuais para esta rubrica situavam-se entre os 10 e os 25% (cf. Idem - *ibidem*).

Gráfico 19
Receitas, despesas e saldos das contas da câmara (1786-1800)



Fonte: Valores do quadro XXXIV.

Da relação entre os valores das receitas e das despesas resulta, como se vê no gráfico 19, na sua grande maioria situações de saldos negativos, que transitavam para a gestão do ano seguinte, embora fosse o tesoureiro que assumia a cobertura do déficit, ficando-lhe a câmara com esse montante em dívida. É curioso, porém que, não obstante o Provedor, na tomada das contas, referir explicitamente esse débito àquele oficial, na escrituração do ano seguinte não nos surge nunca qualquer referência ao saldar dos débitos.

7. CONCLUSÃO

Uma dissertação de mestrado em história (porque é destas que estamos a tratar), pode sustentar muito pouco. Nós, historiadores ou aprendizes de tal, temos a perfeita noção que estudar um decénio ou um quindénio não chega a ser mais do que um corte transversal numa qualquer realidade que estudarmos. Permite evidenciar situações, captar actuações e procedimentos, lançar questões. Querer-se muito para além disto é veleidade.

O nosso estudo de dezasseis anos da administração municipal em Vila do Conde e de tudo o mais que, a partir dela, foi subsidiariamente possível conhecer, enquadra-se nestes parâmetros. Não tem mais pretensões.

Exigiu este estudo um esforço e uma perseverança de dois anos para o levar a bom termo e ultrapassar os inúmeros obstáculos que a todo o momento se nos colocaram. As barreiras do prazo para o executar, da inexistência, do mau estado ou do conteúdo vago e omisso das fontes, da pesquisa de dias e dias para não mais, às vezes, do que um quadro, um parágrafo de análise ou, até, uma nota de rodapé. Ultrapassados, de uma forma ou de outra, esses obstáculos, houve uma realidade que nos ficou mais próxima e da qual registámos alguns aspectos que entendemos marcantes e definidores deste período.

Nesta fase, continuava a ser um traço extremamente condicionante da vida concelhia o diminuto quadro espacial do concelho. Numa conjuntura de dificuldades gerais, nomeadamente ao nível agrícola, foi aflitiva a situação do concelho, tendo havido a noção de que tal era devido à falta de termo. Foram notórios, aliás, neste período os esforços de crescimento da vila, quer para norte, quer para sul.

Em termos globais, todos os indicadores estudados para o município apontam para um período caracterizado, no mínimo por uma estagnação no processo de evolução: a população tem um crescimento nulo, terminando o século até em ligeira queda; não há referência a novas ruas ou à construção de novas grandes habitações; os preços dos principais produtos aumentam e o eventual comércio com a Galiza sofre pela

conjuntura política adversa; as despesas concelhias aumentam gradualmente, enquanto os rendimentos se mantêm; a pesca sofre da crise geral e o comércio padece das debilidade crescentes da barra da vila.

Em termos administrativos, não sentiu a vila as leis de 1790/92, porquanto era poderoso o senhorio a que pertencia.

A governação local, na sua organização e funcionamento, foi estruturalmente homogénea ao longo dos dezasseis anos e seguiu no essencial o quadro geral ao País, mantendo a esfera do poder limitada a poucos, alguns deles, pelo menos, cada vez mais em sintonia com o poder do centro.

À guisa de conclusão, temos como ideia (que esperamos vir a poder comprovar em estudo posterior), que Vila do Conde começava a viver neste período o assumir da necessidade de, de uma vez por todas, definir o seu destino: ou seria um verdadeiro concelho, no sentido espacial do termo, ou extinguir-se-ia como tal. A conjuntura política da primeira metade do século seguinte veio precipitar e clarificar a situação.

Não são teses as asserções apresentadas. São notas, constatações. Seria fundamental para dar maior consistência a este estudo, uma investigação demográfica de fundo; uma quantificação dos quadros socio-profissionais, para nos permitir uma percepção dos elementos endógenos da estrutura económica do concelho; de certa forma associado a este, um estudo prosopográfico dos que surgem frequentemente associados aos centro de decisão local, que, com sustentação, possibilitaria a análise dos quadros de poder e da sua base social de recrutamento, o que permitiria perceber muito melhor os jogos e as relações de poder.

Além de tudo isto, torna-se essencial o mais óbvio: alargar o período estudado.

Por tudo isto, concluir, ou melhor ter que dar por concluído um trabalho como este, é, para quem o fez, um momento que encerra em si sabores difusos e sensações contraditórias. Para os que o lerem mais não será do que isso, um trabalho, feito com a honestidade de quem gostou do que fez.

II PARTE

8. FONTES E BIBLIOGRAFIA

8.1. Fontes Manuscritas

ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

. Actas das sessões da Câmara – Lv. 30 (1765-1785) e Lv. 38 (1785-1803)

. Registo geral de leis, alvarás, provisões, cartas e ordens – Lv. 133 e 134 (1782-1811)

. Registo geral de leis, alvarás, provisões, cartas e ordens da polícia – Lv. 141 (1765-1811)

. Registo de todas as ordens pertencentes ao lançamento da décima e do "quinto" – Lv. 143 (1799-1816)

. Índice cronológico de todas as leis, ordenações, regimentos, ordenanças e mais papeis de que se manda fazer relação, em conformidade com o decreto de 13 de setembro de 1826, que se acham registados nos livros da Câmara (1603-1798) – Lv. 144 (1826)

. Receita e despesa do concelho – Lv. 946 a 957 (1786-1800)

. Conta de gerência – Pt. 1046 (1699-1835)

. Autos de arrendamento da Imposição da Igreja Matriz – Pt. 1580 (1581-1806)

. Autos da renda das sisas – Lv. 1828 e 1829 (1784 e 1796)

. Autos da penhora do rendeiro das sisas – Lv. 1830 e 1831 (1799)

. Carta precatória e executória do rendeiro das sisas – Lv. 1832 (1799)

. Lançamento da décima dos prédios urbanos e rústicos – Lv. 1915e 1918 (1790 e 1791)

. Lançamento da décima de maneios – Lv. 1916 (1790)

. Lançamento da décima dos juros – Lv. 1917 e 1919 (1790 e 1792)

. Autos de arrematação dos armazéns de Vila do Conde (direitos, impostos em géneros de consumo corrente) – Pt. 2154 (1546-1806)

. Autos de arrematação dos impostos de ancoragem e pranchagem) – Pt. 2155 (1597-1806)

. Autos de arrematação das rendas de passagem e medidagem – Pt. 2156 (1632-1806)

. Autos de arrendamento das coimas – Pt. 2157 (1657-1835)

. Autos de arrematação dos sargaços – Pt. 2158 (1711-1805)

. Autos de arrematação da renda do sal – Pt. 2159 (1762-1804)

. Listas de sorteamento de recrutas e petições – Lv. 2366 (1764-1805)

. Correições e condenações da Câmara – Lv. 2512/A

. Autos de correição feitos pelo Senado da Câmara, no termo desta vila – Lv. 2513 (1788-1791)

. Correições dos almotacés – Lv. 2514 e 2515 (1789-1808)

. Registo das saídas de embarcações – Lv. 2655 (1791-1815)

. Documentos provenientes da Administração Central - Pt. 1 (A-20, A-21, A-26 e A-30); Pt. 2 (A-51, A-58, A-63); Pt. 3 (A-109, A-110 e A-111); Pt. 4 (A-112, A-142); Pt. 5 (A-153, A-159 e A-183); Pt. 11 (A/393 e A/396)

. Documentos Provenientes da Câmara de Vila do Conde e de Outras Entidades Públicas ou Privadas - Pt. 14 (B/24)

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO

. Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências – Mç. 1351.

. Desembargo do Paço, Minho e Trás os Montes, Judiciais, Residências – Mç. 1347.

. OFM, Província de Portugal, Santa Clara de Vila do Conde – Lv. 136, fl. 66.

8.2. Fontes Impressas

"Gazeta de Lisboa", Lisboa, (Sábado, 3 de Nov. de 1792), número XLIV, 2° Suplemento.

"Gazeta de Lisboa", Lisboa, (Sábado, 12 de Agosto de 1794), número XXX, 2° Suplemento.

A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique. Introd. de Joaquim Veríssimo Serrão. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

As pescarias da Póvoa de Varzim em 1789, "Boletim Cultural da Póvoa de Varzim". Póvoa de Varzim : Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. I, n.° 2 (1958), p. 238-257.

BARBOSA, Fernando - *O concelho da Póvoa de Varzim no séc. XVIII : As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758.*"Boletim Cultural da Póvoa de Varzim". Póvoa de Varzim : Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. I, n.° 2 (1958), p. 258-341.

BASTO, A. de Magalhães - *Da grande ponte de granito sobre o Ave em Vila do Conde.* "O Primeiro de Janeiro". Porto, (26 Jul. 1946), p. 1 e 3.

COSTA, Américo – *Diccionário Chorográphico de Portugal Continental e Insular.* Porto, 1929-1948, 11 vols.

CRUZ, António - Geografia e economia da Província do Minho nos fins do séc. XVIII, (plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas), Porto, 1970.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e - *Vila do Conde : Memórias Paroquiais de 1758*. "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde, Nova série, n.º 2 (Jul. 1988), p. 54-67.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1873-1890, 12 vols.

LIMA, Baptista e - *Arquivo histórico-corográfico ou Corografia histórica portuguesa*. Póvoa de Varzim : Tip. Camões Editora, 1940, 8 vols.

LOBO, Lacerda - *Memoria sobre algumas observações feitas no anno de 1789, relativas ao estado da pescaria da Província de Entre Douro e Minho*, in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa". Lisboa : Academia Real das Ciências, 1812, tomo IV, p. 377-409.

Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas per mandado del Rei D. Philippe o primeiro, Colleção de Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal, Parte II, 12ª ed., Coimbra, 1850.

Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em obsevancia, Orden. por THOMAZ, Manoel Fernandes, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1815, tomo I.

SANTOS, Monteiro dos - *A Carta Régia (5.12.1502)*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova Série, n.º 18, (Dez. 1996), pp. 13-25.

VANDELLI, Domingos - *Memoria sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas*, in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa". Lisboa : Academia Real das Ciências, 1789, tomo I, p.164-175.

8.3. Bibliografia citada e consultada

A. - *Da Casa Grande dos Farias Gaios à "Estalagem do Brasão".* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, n.º 388.

ABEL, Firmino – *Pelo Arquivo : 2.* "Santa Casa". Vila do Conde : Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, n.º 6 (Maio 1977), pp. 39-42.

AMORIM, António Augusto Gomes - *O município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios portugueses,* "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde , n.º 7 (1972), p. 17-44.

- *Vila do Conde no séc. XVII. Subsídios para a sua história administrativa e económica.* Coimbra, 1971. Tese de licenciatura. [Policopiada].

AMORIM, Manuel - *A vila de Rates no século XVIII,* "Boletim Cultural da Póvoa de Varzim". Póvoa de Varzim : Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Vol. XII, n.º 2 (1973) e Vol. XIII, n.º 1 e 2 (1974).

As Memórias de Vila do Conde. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (11 Abr. 1985) n.º 283.

BRAZÃO, Elisa - *O concelho da Calheta no primeiro quartel do século XIX,* in *SEMINÁRIO INTERNACIONAL,* Região Autónoma da Madeira, 1998 - *O Município no Mundo Português : actas,* Região Autónoma da Madeira : Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 353.

C.C. – Apontamentos biográficos de figuras ilustres. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, n.º 210.

– *Para a história de Vila do Conde : Capitães-mores de Vila do Conde.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (2 Fev. 1984) n.º 225.

CAPELA, José Viriato - *A Câmara, a nobreza e o povo do Concelho de Barcelos : A Administração do Município nos fins do Antigo Regime,* "Barcellos - Revista", Barcelos : Câmara Municipal de Barcelos, Vol. III, n.º 1 (1986), p. 7-325.

- *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal,* Braga : Universidade do Minho - Mestrado de história das instituições e cultura moderna e contemporânea, 1995.

- *O município de Braga de 1750-1834. O governo e a administração económica e financeira,* "BRACARA AUGUSTA", Braga, vol. XLI, n.º. 91-92 (104/105) (1988-1989), p. 177-404.

- *Política de Corregedores. A actuação dos Corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834).* Braga : Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 1997.

- *Vida e obra de João Nepomuceno Pereira da Fonseca. A Memória sobre o adiantamento da Província do Minho.* Barcelos : Câmara Municipal de Barcelos, 1995 (Separata de "Barcellos - Revista", 2ª Série, (1995).

CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho, 1750-1830. Finanças e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno.* Braga, 1987. 3 vols. Tese de doutoramento, [Policopiada].

CAPELA, José Viriato; NUNES, João A. - *O concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República : Fontes para o seu estudo,* "Barcellos - Revista", Barcelos : Câmara Municipal de Barcelos, Vol. I, n.º 2 (1983), p. 205-268.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas da história social.* Coimbra : Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

COSTA, Américo Fernando da Silva; MATOS, Henrique José Martins de - *As contas da câmara de Guimarães (1789-1812)*, in CAPELA, José Viriato "O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal" Braga : Universidade do Minho - Mestrado de história das instituições e cultura moderna e contemporânea, 1995, pp. 277-279.

COVA, António Ferreira Vila - *Caxinas : Terra do meu coração.* Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 1989.

Dicionário de história de Portugal, dir. Joel Serrão, Porto : Iniciativas Editoriais, 1971, 4 vols.

FERREIRA, Mons. J. Augusto - *Vila do Conde e o seu Alfoz. Origens e monumentos*, Porto : Ed. Marques Abreu, 1923.

FLOUD, Roderick - *Métodos cuantitativos para historiadores*, Madrid : Alianza Editorial, 1979.

FONSECA, Teresa - *Relações de poder no Antigo Regime. A administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816).* Montemor-o-Novo : Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1995.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – A casa do submosteiro. "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (9 Jul. 1981) n.º 102.

– *O convento de Nossa Senhora da Encarnação em Vila do Conde*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde". Vila do Conde, Nova Série, n.º 9 (Jun. 1992), p. 17-41.

- *Pontes*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Vila do Conde, Nova série, n.º 10 (Dez. 1992), p. 40-52.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; GUIMARÃES, Daciano R. S. Bertino – *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde*. Porto : Junta da Província do Douro Litoral, 1948.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa : Arcádia, 1977.

- *Prix et monnaies au Portugal : 1750 - 1850*, Paris : Librairie Armand Colin, 1955.

GOMES, Antero - *Pelo Arquivo.* "Santa Casa". Vila do Conde : Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, n.º 4 (Junho 1996), pp. 18-20.

GRAÇA, Joaquim José da - *Tabellas das medidas de capacidade antigas reduzidas ao systema metrico-decimal...*, Lisboa, Tipographia Universal, 1861.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira., Lisboa-Rio de Janeiro : Ed. Enciclopédia, s.d..

HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc.XVIII*, Coimbra : Almedina, 1994.

- *História das instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra : Almedina, 1982.

- *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

História de Portugal, dir. José Mattoso. Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, 8 vols.

LARANJA, Manuel A. Reis - *Vila do Conde no século XVI. Alguns documentos subsidiários para a sua história económica,* "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova série, n.°s 9 (Jun. 1992)-15/16 (Jun/Dez. 1995).

LOPES, Maria Antónia - *Os pobres e a assistência pública*, in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, p. 504.

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.* Lisboa – São Paulo : Editorial Confluência-Livros Horizonte, 1967, 2ª ed., 3 vols..

MACHADO, José de Sousa - *Últimas gerações de Entre Douro e Minho*, Liv. 11.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O Algarve económico: 1600-1773*, Lisboa : Ed. Estampa, 1788.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *Os concelhos*, in "História de Portugal", dir. de José Mattoso, vol. III. *No alvorecer da modernidade (1480-1620)*, coord. Joaquim Romero de Magalhães, Lisboa : Círculo de Leitores, 1993. p. 175-185.

MARÇAL, Horácio - *Para a história de Vila do Conde: Toponímia vilacondense.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (2 Ago. 1979) n.° 10.

- *A rua das Hortas e suas Adjacências.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (14 Ago. 1980) n.° 60.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal.* Lisboa : Palas Editores, 1974, 2 vols.

MARQUES, José - *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466.* Braga (Sep. de "BRACARA AUGUSTA", vol. XXXVII, Fasc. 83-84, (1983).

MIRANDA, Marta - *Vila do Conde.* Lisboa : Editorial Presença, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, "Análise Social", 4ª série, vol. XXXII, n.º 141,1977.

- *O central, o local e o inexistente regional.* "História dos municípios e do poder local [dos finais da Idade Média à União Europeia]", dir. César de Oliveira, Lisboa : Circulo de Leitores, 1996, p. 79-119.

- *Os concelhos e as comunidades,* in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coord. António Manuel Hespanha, Lisboa : Círculo de Leitores, 1993, p. 303-331.

- *Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão*, in *SEMINÁRIO INTERNATIONAL,* Região Autónoma da Madeira, 1998 - *O Município no Mundo Português : actas*, Região Autónoma da Madeira : Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 80.

NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde.* Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 1987.

NISA, Paulo Dias de - *Portugal Sacro e Profano.* Lisboa, 1767-1768, 3 vols.

NP 405-1. 1994, Documentação - *Referências bibliográficas : elementos essenciais.* IPQ.

OLIVEIRA, Aurélio de - *Elementos para a história dos preços da região bracarense (1680-1830)*, Braga, 1973 (Sep. "Revista BRACARA AUGUSTA", vol. XXV-XXVI, fasc. 59-62 (71-74), 1971 e 1972).

- *Mercados a norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (séculos XVII-XVIII)*, Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Sep. «Revista da Faculdade de Letras - História», 2ª série, vol. II, 1985).

- *Níveis de produção vinícola no Entre Douro e Minho 1629-1822*, Porto : GENFA - Centro de Estudos Norte de Portugal/Aquitânia (Sep. de "Iªs Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia (Março de 1984)", 1986.

OLIVEIRA, Aurélio de; GARCIA LOMBARDERO, Jaime - *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - séc. XVII, XVIII*, Porto : Centro de História da Universidade do Porto (Sep. da «Revista de História», vol. II, 1979), p. 5-33.

OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de - *A Figueira da Foz de 1771 a 1790: poder e quotidiano municipal*. Figueira da Foz , 1995. Tese de Mestrado [Policopiada].

PILOTO, Adelina - *Os expostos da roda de Vila do Conde :1835-1854*, Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, (col. Cadernos - História local, n.° 2), 1998.

PEREIRA, A. Sousa - *Brevíssimas notas para o estudo da toponímia de Vila co Conde.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, (Março 1989) n.° 398, p. 4).

POLÓNIA, Amélia - *Vila do Conde : um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista.*. Porto, 1999. Tese de doutoramento [Policopiada].

REIS, A do Carmo - *Nova história de Vila do Conde*. Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, (col. Cadernos - História Local, n.° 6), 2000.

REIS, João dos - *Curiosidades da antiga Vila contadas por um seu filho, o comandante João dos Reis*. Porto : Junta de Província do Douro Litoral, 1950.

SÁ, Victor de - *Época Contemporânea Portuguesa - I onde o Portugal velho se acaba*, Lisboa : Livros Horizonte, 1981.

SAMPAIO, Maria Fernanda C.; PIMENTA, Maria da Glória G. – Mercados e feiras francas, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova série, n.º 13 (Jun. 1994) p. 64-76.

SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos - *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807.* Penafiel : Museu Municipal de Penafiel, 2000.

SANTOS, Monteiro dos - *A jurisdição de Vila do Conde na posse do duque de Bragança*, "Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde", Nova Série, n.º 2, (Jul. 1988), pp. 24-31.

SERRÃO, J. Veríssimo - *História de Portugal*, Lisboa : Ed. Verbo, s.d., 8 vols..

SERRÃO, José Vicente - *O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução* in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. IV, p. 71–117.

SERRÃO, José Vicente - *O quadro humano*, in "História de Portugal", dir. José Mattoso, vol. IV, p. 49-69.

SILBERT, Albert - *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa : Livros Horizonte, 1972 (Sep. de "Revista de Economia", vol. VI, fasc. II (Jun.1953)).

- Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIII.e - début du XIX.e Siècle. Contribution à l'histoire agraire comparé. 2ª ed. Lisboa : INIC (col. Textos de história – 1), 1978, 3 vols.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da - *As reformas de 1790-1792*, in "História dos municípios e do poder local [dos finais da Idade Média à União Europeia]", dir. César de Oliveira, Lisboa : Circulo de Leitores, 1996, pp. 92-101.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *Do concelho de Canaveses, ao concelho do Marco de Canaveses (estruturas administrativas)*, Porto : Centro de História da Universidade do Porto, 1993 (Sep. da «Revista de História», vol. XII), p. 81-94.

- *Historiografia Municipal Portuguesa*, in COLÓQUIO, Braga, 1998 - *O município português na história, na cultura e no desenvolvimento regional : actas*, Braga : Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais - Departamento de História, 1998, p. 60.

- *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder.* Porto : Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vol.

SOUSA, Fernando Alberto Pereira - *Trás-os-Montes, subsídios para a sua história em fins do século XVIII, princípios do século XIX.* Porto, 1973. Tese de ??. [Policopiada].

SOUSA, Fernando de, [*et al.*] - *O Arquivo Municipal de Vila do Conde.* Vila do Conde : Câmara Municipal, 1991.

TAROUCA, Carlos da Silva - *O cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, Vila do Conde*, Vila do Conde : Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde, 1986.

VASCONCELOS, Francisco de- *A casa dos Vasconcelos em Vila do Conde.* "Jornal de Vila do Conde. Caderno de Cultura". Vila do Conde, ( ) 394.

VIDIGAL, Luís Aristides - *Poderes locais em Portugal nos inícios do século XIX - elementos para a caracterização das instituições do poder periférico e das instâncias concelhias*, "Ler História", n.º 16, Lisboa, 1989, p. 51-62.

Vila do Conde in "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira" Lisboa-Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d., vol. XXXVIII, Enciclopédia Luso-Brasileira, p. 488.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - Elucidário ..., ed. crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Porto-Lisboa : Liv. Civilização, 1969).

9. INDICES

9.1. Indice dos quadros

Quadro I	População de Vila do Conde - 1258 – 1802	p.23
Quadro II	População Portuguesa e de Vila do Conde (1527/32 - 1800)	p.25
Quadro III	Ruas de Vila do Conde (1790)	p.27
Quadro IV	Casas de Vila do Conde por tipos, ruas e lados	p.29
Quadro V	Valores mínimos, máximos e médios das casas por tipos e ruas	p.30
Quadro VI	Preços da carne por tipos/qualidades (1786 - 1800)	p.67
Quadro VII	Nomes dos arrematadores da obriga das carnes - 1786-1800	p.70
Quadro VIII	Preços dos vinhos em Vila do Conde - 1786 /1800	p.83
Quadro IX	Preços do Azeite em Vila do Conde (1788-1800)	p.90
Quadro X	Juízes de fora em Vila do Conde (1784-1800)	p.101
Quadro XI	Presenças do juiz de fora nas vereações	p.104
Quadro XII	Elementos presentes nas vereações de eleição dos oficiais para o triénio (1785-1800)	p.113
Quadro XIII	Oficiais pautados para os triénios entre 1786-1803 e nomeados para os vários anos (1785-1800)	p.116
Quadro XIV	Vereadores e respectivo n.° de mandatos (1785-1800)	p.123
Quadro XV	Vereadores da Câmara de Vila do Conde (1785-1800)	p.124
Quadro XVI	Procuradores do Concelho na Câmara de Vila do Conde (1785-1800)	p.131
Quadro XVII	Profissões e idades dos procuradores (1785-1800)	p.134
Quadro XVIII	Tesoureiros da Câmara de Vila do Conde (1785-1800)	p.135
Quadro XIX	Escrivães da Câmara de Vila do Conde 1785-1800	p.141
Quadro XX	Porteiros e pregoeiros da Câmara entre 1785-1800	p.150

Quadro XXI	Distribuição mensal e anual das reuniões camarárias (1785-1800)	p.159
Quadro XXII	Distribuição semanal das reuniões camarárias	p.161
Quadro XXIII	Número de elementos presentes nas sessões camarárias (1785-1800)	p.163
Quadro XXIV	Níveis de assiduidade às reuniões camarárias (1785-1800)	p.164
Quadro XXV	Presidência das reuniões camarárias (1785-1800)	p.165
Quadro XXVI	Assuntos tratados nas reuniões camarárias - 1785-1800	p.170
Quadro XXVII	Outros cargos exercidos pelos vereadores (1785-1800)	p.180
Quadro XXVIII	Receitas do Concelho (sem a Imposição da Matriz) - 1786-1800	p.185
Quadro XXIX	Receitas da Renda da Imposição (1786-1800)	p.193
Quadro XXX	Receitas líquidas do concelho e importância da terça nas despesas (1786-1800)	p.198
Quadro XXXI	Despesas Municipais 1786-1800 (à excepção das da Imposição da Matriz)	p.204
Quadro XXXII	Despesas da Imposição da Igreja Matriz (1786-1800)	p.205
Quadro XXXIII	Receitas, despesas e saldos da Imposição da Ig. Matriz (1786-1800)	p.206
Quadro XXXIV	Contas da câmara (1786-1800)	p.208

9.2. Indice dos gráficos

Gráfico 1	Evolução comparativa da população e n.º de fogos (1250-1802)	p.24
Gráfico 2	Evolução comparativa do crescimento da pop. do País e de Vila do Conde (1527-1800)	p.25
Gráfico 3	Evolução dos preços do vinho verde em Vila do Conde (1786-1800)	p.84
Gráfico4	Evolução dos preços do vinho Basto em Vila do Conde (1786-1800)	p.85
Gráfico 5	Evolução dos preços do vinho maduro em Vila do Conde (1786-1800)	p.85

Gráfico 6	Evolução dos preços do azeite em Vila do Conde (1788-1800)	p.90
Gráfico 7	Presenças do juiz de fora nas reuniões de câmara	p.105
Gráfico 8	Evolução do n.º de reuniões de câmara (1785-1800)	p.160
Gráfico 9	Evolução da renda da Ancoragem e pranchagem (1786-1800)	p.186
Gráfico 10	Evolução da renda dos argaços (1786-1800)	p.187
Gráfico 11	Evolução da renda dos armazéns (1786-1800)	p.188
Gráfico 12	Evolução da renda das coimas (1786-1800)	p.190
Gráfico 13	Evolução da renda da medidagem e passagem (1786-1800)	p.191
Gráfico 14	Evolução das receitas das condenações (1786-1800)	p.192
Gráfico 15	Receitas da renda da Imposição da Matriz (1786-1800)	p.193
Gráfico 16	Evolução das receitas globais da câmara (1786-1800)	p.196
Gráfico 17	Peso das várias rubricas na despesa total (1786-1800)	p.204
Gráfico 18	Receitas, despesas e saldos da Imposição da Igreja Matriz (1786-1800)	p.207
Gráfico 19	Receitas, despesas e saldos das contas da câmara (1786-1800)	p.209

10. ANEXOS

Anexo 1
OFICIAIS NOMEADOS PARA EXERCEREM NA CÂMARA 1785-1800

Ano	Data de Nomeação	Nome	Cargo	Data de posse	Observações	Actas de Vereação
1785	1785-05-02	Dr. José de Azevedo dos Reis	Ver.	1785-05-02	Vereador de Barrete em vez de Martinho Carneiro de Sá	562-562v
1785	1785-03-07	Manuel Afonso de Oliveira	Ver.	1785-03-07		562-562v
1785	1785-03-07	Manuel Francisco da Silva	Ver.	1785-03-07		564
1785	1785-03-07	João da Silva Ferreira	Tes.	1785-03-07		562-562v
1785	1785-03-07	Francisco Rodrigues da Silva	Pro.	1785-03-07		562-562v
1786	1786-02-23	Cap. Manuel António da Costa Rocha e Mendonça	Ver.	1786-03-20	Não tomou posse na data de nomeação por ser cunhado do terceiro	12-12v
1786	1786-03-20	Francisco Luís da Silva Mota	Ver.	1786-03-20	Vereador de Barrete em vez de José Carneiro de Azevedo Duarte	10v-11
1786	1786-02-23	José da Silva Santiago	Ver.	1786-03-11	Não tomou posse por não estar na terra	10v-11
1786	1786-02-23	José Correia Carneiro	Tes.	1786-02-23		10v-11;12-12v
1786	1786-02-23	Veríssimo da Rocha Soares	Pro.	1786-02-23		10v-11
1787	1787-01-26	Francisco Luís da Silva Mota	Ver.	1787-01-26		26-27
1787	1787-01-26	João Pereira da Costa Barbosa	Ver.	1787-01-26		26-27
1787	1787-01-26	José Bento Carneiro de Sá	Ver.	1787-02-10	Não tomou posse na data da nomeação porque estava fora da terra.	26-27
1787	1787-01-26	Manuel Barbosa	Tes.	1787-01-26		26-27;27-27v
1787	1787-01-26	João Rodrigues Pereira	Pro.	1787-01-26		26-27
1788	1788-02-15	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Ver.	1788-02-15		42v-43v
1788	1788-02-15	Dr. José de Azevedo dos Reis	Ver.		Não tomou posse por não estar na terra a)	42v-43v
1788	1788-02-15	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	Ver.	1788-02-15		42v-43v
1788	1788-02-15	Manuel Carneiro de Figueiredo	Tes.	1788-02-15		42v-43v
1788	1788-02-15	João Carneiro de Azevedo Duarte	Pro.		Não tomou posse por ser pai do 1º vereador e ter outros impedimentos b)	42v-43v
1789	1789-01-26	Domingos Vieira da Costa	Ver.	1789-01-31		66v-67v
1789	1789-01-26	Dr. António Alberto Carneiro de Sá	Ver.	1789-01-26	Tomou posse com protesto enviado a Sua Majestade	66v-67v
1789	1789-01-26	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	Ver.	1789-01-31		66v-67v
1789	1789-01-26	Francisco José Dias	Tes.	1789-01-26		66v-67v;67v-68
1789	1789-01-26	António Lopes Anjo	Pro.	1789-01-26		66v-67v;67v-68

1790	1790-02-08	Francisco Luís da Silva Mota	Ver.	1790-02-08		80-81v
1790	1790-03-29	João Carneiro de Azevedo Gaio	Ver.	1790-03-29	Vereador de Barrete em vez de José Carneiro da Costa Magalhães	85v-86
1790	1790-02-08	Martinho José Carneiro de Sá Barbosa	Ver.	1790-02-08		80-81v
1790	1790-03-29	Francisco José Dias	Tes.	1790-03-29	Tesoureiro de Barrete em vez de Francisco Luís da Silva Cruz	80-81v
1790	1790-02-08	José Gomes Viza	Pro.	1790-02-10		85v-86
1791	1791-01-31	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	Ver.	1791-01-31		105-105v;122v-123
1791	1791-01-31	Dr. Manuel da Silva Soares	Ver.	1791-01-31		105-105v
1791	1791-01-31	Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	Ver.	1791-01-31		105-105v
1791	1791-01-31	Francisco José Dias	Tes.	1791-01-31		105-105v
1791	1791-09-01	António Lopes Anjo	Pro.	1791-09-01	Procurador de Barrete	105-105v
1791	1791-01-31	João Carneiro de Azevedo Duarte	Pro.	1791-01-31	Em 9/7/91 chega uma decisão p/ que João Rodrigues Pereira continue até S. M. decidir	105-105v
1792	1792-02-06	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Ver.	1792-02-06		130v-131v
1792	1792-02-06	João Carneiro Gaio	Ver.	1792-02-06		130v-131v
1792	1792-02-06	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	Ver.	1792-02-06		130v-131v
1792	1792-02-06	Manuel Gomes de Lima	Tes.	1792-02-06		130v-131v
1792	1792-02-06	Veríssimo da Rocha Soares	Pro.	1792-02-06		130v-131v
1793	1793-01-26	Dr. António Alberto Carneiro de Sá	Ver.	1793-01-26		156-157
1793	1793-01-26	Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio	Ver.	1793-01-26		156-157
1793	1793-01-26	José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	Ver.	1793-01-26		156-157
1793	1793-01-26	Jacob Joaquim de Sousa	Tes.	1793-01-26		156-157
1793	1793-01-26	José Gomes Viza	Pro.	1793-01-26		156-157
1794	1794-05-19	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	Ver.	1794-05-19	Vereador de Barrete	169v-170;170v-171
1794	1794-05-19	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	Ver.	1794-05-19	Vereador de Barrete	169v-170;170v-171
1794	1794-01-25	Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	Ver.	1794-01-31		169v-170;170v-171
1794	1794-01-25	Manuel de Lima	Tes.	1794-01-31		177v-178v
1794	1794-01-25	Domingos António da Costa de Carvalho Flores	Pro.	1794-01-31		177v-178v
1795	1795-02-14	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	Ver.	1795-02-14		247-248
1795	1795-02-14	João da Cunha de Novais Sampaio	Ver.	1795-02-14		247-248
1795	1795-02-14	José Pereira Coutinho de Vilhena	Ver.	1795-02-21	Só tomou posse nesta data por estar ausente na sua quinta da Costa	247-248
1795	1795-02-14	Francisco Martins de Oliveira	Tes.	1795-02-14		247-248;248v-249
1795	1795-02-14	António Lopes Anjo	Pro.	1795-02-14		247-248

1796	1796-02-13	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	Ver.	1796-02-13		307-309v;331
1796	1796-04-20	Dr. Manuel da Silva Soares	Ver.	1796-05-25	Vereador de Barrete. Só tomou posse hoje por protesto dos restantes vereadores	307-309v
1796	1796-02-13	Luís Pereira Coutinho de Vilhena	Ver.	1796-02-13		307-309v
1796	1796-02-13	António Isidoro	Tes.	1796-02-13		307-309v;331;345-345v
1796	1796-04-20	André Pereira da Costa	Pro.	1796-04-20	Procurador de Barrete	307-309v
1797	1797-03-04	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	Ver.	1797-03-04		387v-388
1797	1797-03-04	Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	Ver.	1797-03-04		420v
1797	1797-03-04	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	Ver.	1797-03-15		387v-388
1797	1797-03-04	Manuel Gomes de Lima	Tes.	1797-03-04		387v-388
1797	1797-11-13	João Gonçalves de Oliveira	Pro.		Procurador de Barrete. Como já tinha também falecido, deu-se conta a S. Majestade	387v-388;388v-390
1798	1798-04-30	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	Ver.	1798-04-30	Vereador de Barrete em vez de Bento Carneiro da Costa Magalhães e Brandão	423v-424
1798	1798-02-01	João Carneiro Gaio	Ver.	1798-02-01		423v-424;431-431v
1798	1798-02-01	José Pereira Coutinho de Vilhena	Ver.	1798-02-01		423v-424
1798	1798-02-01	Francisco Martins de Oliveira	Tes.	1798-02-01		423v-424
1798	1798-02-01	Domingos António da Costa de Carvalho Flores	Pro.	1798-03-24		423v-424;435-435v
1799	1799-01-24	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Ver.	1799-01-24		449v-450;455v-456v;457v-458
1799	1799-01-24	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	Ver.	1799-01-24		455v-456v
1799	1799-03-06	João Carneiro Gaio	Ver.	1799-03-06	Vereador de Barrete em vez de António Pereira da Rocha Faria Gaio	449v-450;455v-456v
1799	1799-01-24	Jacob Joaquim de Sousa	Tes.	1799-03-09	Só agora porque pediu escusa em 26/01/99 mas foi recusada na carta de 6/03/99	449v-450
1799	1799-01-24	Luís Baptista da Cunha e Flores	Pro.	1799-01-24	Na acta - "Luís Baptista da Cunha e Souza"	449v-450
1800	1800-03-31	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Ver.	1800-03-31	Vereador de Barrete	487-487v
1800	1800-03-31	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	Ver.	1800-03-31	Vereador de Barrete	490-490v
1800	1800-03-31	João Carneiro Gaio	Ver.	1800-03-31	Vereador de Barrete	487-487v
1800	1800-02-04	Victor Luís de Oliveira	Tes.	1800-02-04		490-490v
1800	1800-02-04	Manuel Gomes Braga	Pro.	1800-02-04		490-490v

a) Não surge a nomeação de qualquer substituto. Em funções como Ver. imediato fica João Pereira da Costa Barbosa.

b) Não surge a nomeação de qualquer substituto. Em funções como Pro. imediato fica João Rodrigues Pereira.

Anexo 2
VÁRIOS CARGOS EXERCIDOS PELOS VEREADORES, PROCURADORES, TESOUREIROS E ALMOTACÉS

Nome	Vereador		Procurador		Tesoureiro		Almotacé	
	N.º Vezes	Anos	N.º Vezes	Anos	N.º Vezes	Anos	N.º Vezes	Anos
André Pereira da Costa			1	1796			2	1787-88
António Alves Gomes							2	1788-89
António de Azevedo Maia							1	1795
António de Sá Palme							1	1794
António de Sousa de Santo António							2	1794-99
António Fernandes de Azevedo e Silva							1	1792
António Isidoro					1	1796		
António Joaquim de Azevedo							1	1788
António José Baptista							1	1797
António José Francisco							1	1799
António José Rodrigues							1	1799
António Lopes Anjo			4	1789-91-95-97			3	1790-92-96
Bento José da Cunha Guimarães							1	1789
Bernardino António Carneiro Flores							1	1799
Cap. Manuel António da Costa Rocha e Mendonça	1	1786					2	1785-87
Carlos Ferreira Soares							1	1795
Custódio Francisco Lopes							1	1789
Domingos António da Costa de Carvalho Flores			2	1794-98			1	1795
Domingos da Costa Ribeiro							1	1787
Domingos José Saraiva							1	1785
Domingos Vieira da Costa	1	1789					3	1786-87-90

Dr. António Alberto Carneiro de Sá	2	1789,93					2	1790-94
Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	2	1791,96					2	1792-97
Dr. João Pereira da Costa Barbosa	1	1787					1	1786
Dr. José Bento Carneiro de Sá	2	1787,88					3	1788-90-91
Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	4	1788,92,99,1800					7	1786-87-88-89-90-92-99
Dr. José de Azevedo dos Reis	1	1785					1	1785
Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	6	1788,94,95,98,99,1800					5	1785-86-87-89-96
Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio	1	1793					1	1794
Dr. Manuel da Silva Soares	2	1792					4	1788-90-92-97
Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	2	1794,97					2	1795-98
Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva							3	1785-86-91
Francisco José Dias					3	1789-90-91		
Francisco Luís da Cruz							1	1794
Francisco Luís da Silva Mota	3	1786,87,90					5	1785-88-91-92-93
Francisco Martins de Oliveira					2	1785-88		
Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	1	1794					1	1795
Francisco Rodrigues da Silva			1	1785				
Francisco Xavier Gomes							1	1799
Jacob Joaquim de Sousa					2	1793-99		
João António de Abreu							1	1789
João Baptista Flores							1	1785
João Carneiro de Azevedo Duarte			2	1788-91			1	1787
João Carneiro de Azevedo Gaio	1	1790						
João Carneiro Gaio	4	1792,98,99,00					2	1793
João da Costa Duarte							1	1797

João da Cunha de Novais Sampaio	1	1795					2	1796
João da Silva Ferreira					1	1785	3	1790-93-99
João de Sousa Campos							1	1800
João Gomes Lopes							1	1797
João Gonçalves de Oliveira			2	1796-97			1	1795
João José de Freitas							1	1794
João Rodrigues Pereira			1	1787				
Joaquim Teixeira Machado							1	1800
José António Dias							1	1800
José Bernardo Carneiro							1	1789
José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	1	1793					1	1794
José Carneiro de Gram Magriço							1	1792
José Correia Carneiro					1	1786		
José da Silva Santiago	1	1786					1	1787
José de Almeida							1	1800
José Gomes Ferreira							1	1800
José Gomes Viza			2	1790-93			2	1791-94
José Luís Soares, boticário desta vila.							1	1796
José Pereira Barbosa, ourives na mesma rua							1	1795
José Pereira Coutinho de Vilhena	2	1795,98					1	1796
José Rodrigues de Brito							1	1796
Luís Baptista da Cunha e Flores			1	1799			2	1798-1800
Luís da Costa Flores							1	1788
Luís Pereira Coutinho de Vilhena	1	1796					1	1797
Manuel Afonso de Oliveira	1	1785					1	1786

Manuel António de Freitas							1	1789
Manuel Barbosa					1	1787		
Manuel Carneiro de Figueiredo					1	1788		
Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	2	1791,97					2	1792-98
Manuel de Lima					1	1794		
Manuel Dias da Costa							1	1797
Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	3	1789,92,97					2	1790-98
Manuel Francisco da Silva	1	1789					1	1786
Manuel Francisco Flores							1	1798
Manuel Gomes Braga			1	1800				
Manuel Gomes de Lima					2	1792-97		
Manuel Gomes Leal							2	1786-95
Manuel Joaquim de Gouveia Coutinho							1	1788
Manuel Joaquim Pinto de Melo							1	1800
Manuel José Pereira							2	1790-93
Manuel José Pereira dos Reis							1	1800
Manuel Justino Afonso de Oliveira Pacheco							4	1787-88-91-96
Martinho José Carneiro de Sá Barbosa	1	1790					2	1791-92
Miguel Teotónio de Azevedo							1	1789
Veríssimo da Rocha Soares			2	1786-92			2	1791-93
Vicente José dos Santos							2	1791-99
Victor Luís de Oliveira					1	1800		
Total de Mandatos	**48**		**19**		**16**		**127**	

Anexo 3
ALMOTACÉS (1785-1800)

Anos	Meses	NOME	Folha	Observações
1785	Jan, Fev e Mar	Dr. João Pereira da Costa Barbosa	559v	
1785	Jan, Fev e Mar	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	559v	
1785	Abr, Mai e Jun	Dr. José de Azevedo dos Reis	563	
1785	Abr, Mai e Jun	Francisco Luís da Silva Mota	563	
1785	Mai e Jun	Cap. Manuel António da Costa Rocha e Mendonça	564v	Em lugar do Dr. José d'Azevedo Reis que passou a vereador
1785	Jul, Ago e Set	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	4	
1785	Jul, Ago e Set	Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	4	
1785	Out, Nov e Dez	Domingos José Saraiva	5v/6	
1785	Out, Nov e Dez	João Baptista Flores	5v/6	
1786	Jan, Fev e Mar	Domingos Vieira da Costa	7	
1786	Jan, Fev e Mar	Dr. João Pereira da Costa Barbosa	7	
1786	Abr, Mai e Jun	Manuel Afonso de Oliveira	13/13v	
1786	Abr, Mai e Jun	Manuel Francisco da Silva	13/13v	
1786	Jul, Ago e Set	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	18v/19	
1786	Jul, Ago e Set	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	18v/19	
1786	Out, Nov e Dez	Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	21/21v	
1786	Out, Nov e Dez	Manuel Gomes Leal	21/21v	
1787	Jan, Fev e Mar	Domingos da Costa Ribeiro	25/25v	
1787	Jan, Fev e Mar	João Carneiro de Azevedo Duarte	25/25v	
1787	Abr, Mai e Jun	Cap. Manuel António da Costa Rocha e Mendonça	28v/29	Vereador imediato
1787	Abr, Mai e Jun	José da Silva Santiago	28v/29	Vereador imediato
1787	Jul, Ago e Set	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	32v/33	
1787	Jul, Ago e Set	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	32v/33	
1787	Out, Nov e Dez	Domingos Vieira da Costa	36	
1787	Out, Nov e Dez	Manuel Justino Afonso de Oliveira Pacheco	36	

1788	Jan, Fev e Mar	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	40v/41	
1788	Jan, Fev e Mar	Dr. Manuel da Silva Soares	40v/41	
1788	Abr, Mai e Jun	Manuel Joaquim de Gouveia Coutinho	52/52v	
1788	Abr, Mai e Jun	Manuel Justino Afonso de Oliveira Pacheco	52/52v	
1788	Jul, Ago e Set	Dr. José Bento Carneiro de Sá	55v	
1788	Jul, Ago e Set	Francisco Luís da Silva Mota	55v	
1788	Out, Nov e Dez	António Joaquim de Azevedo	61/61v	
1788	Out, Nov e Dez	Luís da Costa Flores	61/61v	
1789	Jan, Fev e Mar	Manuel António de Freitas	63v/64	
1789	Jan, Fev e Mar	Miguel Teotónio de Azevedo	63v/64	
1789	Abr, Mai e Jun	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	71v/72	
1789	Abr, Mai e Jun	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	71v/72	
1789	Jul, Ago e Set	Bento José da Cunha Guimarães	74-75v	
1789	Jul, Ago e Set	Custódio Francisco Lopes	74-75v	
1789	Out, Nov e Dez	João António de Abreu	78	
1789	Out, Nov e Dez	José Bernardo Carneiro	78	
1790	Jan, Fev e Mar	João da Silva Ferreira	79/79v	
1790	Jan, Fev e Mar	Manuel José Pereira	79/79v	
1790	Jan, Fev e Mar	Dr. José Bento Carneiro de Sá	79v/80	Por portaria do Chanceler Governador ter anulado a eleição anterior
1790	Jan, Fev e Mar	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	79v/80	Por portaria do Chanceler Governador ter anulado a eleição anterior
1790	Abr, Mai e Jun	Domingos Vieira da Costa	83-84	
1790	Abr, Mai e Jun	Dr. António Alberto Carneiro de Sá	83-84	
1790	Jul, Ago e Set	António Lopes Anjo	91v	
1790	Jul, Ago e Set	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	91v	
1790	Out, Nov e Dez	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	97/98v	
1790	Out, Nov e Dez	Dr. Manuel da Silva Soares	97/98v	

1791	Jan, Fev e Mar	Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	101v	
1791	Jan, Fev e Mar	Veríssimo da Rocha Soares	101v	
1791	Abr, Mai e Jun	Francisco Luís da Silva Mota	110v/111	Tomou posse em 05-04-1791.
1791	Abr, Mai e Jun	Martinho José Carneiro de Sá Barbosa	110v/111	Tomou posse em 05-04-1791.
1791	Jul, Ago e Set	José Gomes Viza	114-115	procurador imediato
1791	Jul, Ago e Set	Vicente José dos Santos	114-115	
1791	Out, Nov e Dez	Dr. José Bento Carneiro de Sá	125v-126v	
1791	Out, Nov e Dez	Manuel Justino Afonso de Oliveira Pacheco	125v-126v	
1792	Jan, Fev e Mar	António Fernandes de Azevedo e Silva	128-129	
1792	Jan, Fev e Mar	José Carneiro de Gram Magriço	128-129	
1792	Abr, Mai e Jun	Dr. Manuel da Silva Soares	137v-138v	
1792	Abr, Mai e Jun	Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	137v-138v	
1792	Jul, Ago e Set	António Lopes Anjo	143v/144	
1792	Jul, Ago e Set	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	143v/144	
1792	Out, Nov e Dez	Francisco Luís da Silva Mota	150	
1792	Out, Nov e Dez	Martinho José Carneiro de Sá Barbosa	150	
1793	Jan, Fev e Mar	João da Silva Ferreira	154-155	
1793	Jan, Fev e Mar	Manuel José Pereira	154-155	
1793	Abr, Mai e Jun	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte		
1793	Abr, Mai e Jun	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva		
1793	Jul, Ago e Set	João Carneiro Gaio	162v-164	3° vereador do ano passado
1793	Jul, Ago e Set	Veríssimo da Rocha Soares	162v-164	Procurador do ano passado
1793	Out, Nov e Dez	Francisco Luís da Silva Mota	166/166v	
1793	Out, Nov e Dez	João Carneiro Gaio	166/166v	

1794	Jan, Fev e Mar	António de Sá Palme	168-169v	
1794	Jan, Fev e Mar	João José de Freitas	168-169v	
1794	Abr, Mai e Jun	Dr. António Alberto Carneiro de Sá	171v-172v	Vereador do ano passado
1794	Abr, Mai e Jun	José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	171v-172v	Vereador do ano passado
1794	Jul, Ago e Set	José Gomes Viza	190/190v	Procurador do ano passado
1794	Jul, Ago e Set	Dr. José Pereira da Rocha Faria Gaio	190/190v	Vereador do ano passado
1794	Out, Nov e Dez	António de Sousa de Santo António	209	Posse em 30/9/94
1794	Out, Nov e Dez	Francisco Luís da Cruz	209	Posse em 30/9/94
1795	Jan, Fev e Mar	Carlos Ferreira Soares	209	Juramento em 31/12/94
1795	Jan, Fev e Mar	João Gonçalves de Oliveira	209	Juramento em 31/12/94
1795	Abr, Mai e Jun	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	255-256v	
1795	Abr, Mai e Jun	Francisco Pereira da Rocha Faria Gaio	255-256v	
1795	Jul, Ago e Set	Domingos António da Costa de Carvalho Flores	274	Procurador imediato
1795	Jul, Ago e Set	Manuel Gomes Leal	274	
1795	Out, Nov e Dez	António de Azevedo Maia	286v/287	Juramento e posse em 30/09/95
1795	Out, Nov e Dez	José Pereira Barbosa	286v/287	Juramento e posse em 30/09/95
1796	Jan, Fev e Mar	José Luís Soares	301-304v	Juramento e posse
1796	Jan, Fev e Mar	José Rodrigues de Brito	301-304v	Juramento e posse
1796	Abr, Mai e Jun	Dr. José Inácio da Silva Figueiredo Lobo	324v/325	Elegeram os 2 vereadores mais antigos e imediatos que proximamente acabaram
1796	Abr, Mai e Jun	José Pereira Coutinho de Vilhena	324v/325	Elegeram os 2 vereadores mais antigos e imediatos que proximamente acabaram
1796	Jul, Ago e Set	António Lopes Anjo	348-350	Procurador imediato
1796	Jul, Ago e Set	João da Cunha de Novais Sampaio	348-350	Vereador mais novo e imediato
1796	Out, Nov e Dez	João da Cunha de Novais Sampaio	365v-366v	
1796	Out, Nov e Dez	Manuel Justino Afonso de Oliveira Pacheco	365v-366v	

1797	Jan, Fev e Mar	João da Costa Duarte	381v/382	
1797	Jan, Fev e Mar	Manuel Dias da Costa	381v/382	
1797	Abr, Mai e Jun	Dr. Manuel da Silva Soares	394/394v	
1797	Abr, Mai e Jun	Luís Pereira Coutinho de Vilhena	394/394v	
1797	Jul, Ago e Set	André Pereira da Costa	410/410v	
1797	Jul, Ago e Set	Dr. Fernando de Sousa Guerra e Araújo	410/410v	Vereador do ano passado
1797	Out, Nov e Dez	António José Baptista	415/415v	Juramento e posse
1797	Out, Nov e Dez	João Gomes Lopes	415/415v	Juramento e posse
1798	Jan, Fev e Mar	António Alves Gomes	415/415v	Juramento e posse
1798	Jan, Fev e Mar	Luís Baptista da Cunha e Flores	415/415v	Juramento e posse
1798	Abr, Mai e Jun	Manuel Carneiro de Figueiredo Pereira de Moura Gaio	431v/432	Vereador do ano passado
1798	Abr, Mai e Jun	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	431v/432	Vereador do ano passado
1798	Jul, Ago e Set	André Pereira da Costa	438-439	Procurador imediato
1798	Jul, Ago e Set	Dr. Vitoriano de Sousa Guerra e Araújo	438-439	Vereador mais novo e imediato
1798	Out, Nov e Dez	Francisco José Dias	439v/440	Ao qual se dará juramento em tempo competente. 1/10/98
1798	Out, Nov e Dez	Manuel Francisco Flores	439v/440	Ao qual se dará juramento em tempo competente. 1/10/98
1799	Jan, Fev e Mar	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	448/448v	
1799	Jan, Fev e Mar	Vicente José dos Santos	448/448v	
1799	Jan, Fev e Mar	António Alves Gomes	450v	Em lugar de José (Dr.) Carneiro de Azevedo Duarte
1799	Abr, Mai e Jun	Bernardino António Carneiro Flores	458v/459	
1799	Abr, Mai e Jun	João da Silva Ferreira	458v/459	Toma posse com o colega em 6/04/99
1799	Jul, Ago e Set	António José Francisco Figueiredo	470v-471	Juramento e posse em 28/6/99
1799	Jul, Ago e Set	António José Rodrigues	470v-471	Juramento e posse em 28/6/99
1799	Out, Nov e Dez	António de Sousa de Santo António	478v-479v	Juramento e posse
1799	Out, Nov e Dez	Francisco Xavier Gomes	478v-479v	Juramento e posse

1800	Jan, Fev e Mar	João de Sousa Campos	478v-479v	Juramento e posse em 5/12/99
1800	Jan, Fev e Mar	Manuel José Pereira dos Reis	478v-479v	Juramento e posse em 5/12/99
1800	Abr, Mai e Jun	José Gomes Ferreira	489v/490	Juramento e posse
1800	Abr, Mai e Jun	Luís Baptista da Cunha e Flores	489v/490	Procurador do ano passado
1800	Jul, Ago e Set	Joaquim Teixeira Machado	495/495v	Juramento
1800	Jul, Ago e Set	Manuel Joaquim Pinto de Melo	495/495v	Juramento
1800	Out, Nov e Dez	José António Dias	495/495v	Juramento e posse em 1/10/800
1800	Out, Nov e Dez	José de Almeida	495/495v	Juramento e posse em 1/10/800
1801	Jan, Fev e Mar	Domingos de Sousa	506v/507	Juramento e posse em 31/12/800
1801	Jan, Fev e Mar	Luís António de Sousa	506v/507	Juramento e posse em 31/12/800

Anexo 4
OFICIAIS QUE EXERCERAM NA CONDIÇÃO DE IMEDIATOS

Sessão de Vereação	Nome	Cargo	Liv. Actas das Sessões, lv. 38
1785/03/07	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	562/562v
1788/03/26	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	52
1788/03/26	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	52
1788/04/10	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	53/53v
1788/04/19	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	53v
1788/04/23	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	54/54v
1788/05/26	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	54v/55
1788/06/04	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	55
1788/08/09	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	57v/58
1788/08/14	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	58v-60
1788/08/29	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	60
1788/11/22	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	62-63
1788/12/01	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	63/63v
1788/12/31	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	63v/64
1789/01/03	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	64/64v
1789/01/03	José Bento Carneiro de Sá	Vereador	64/64v
1789/01/14	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	64v/65
1789/01/17	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	65-66
1789/01/24	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	66
1789/01/26	Francisco Luís da Silva Mota	Vereador	66v-67v
1789/03/11	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	70v-71v
1789/04/01	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	71v/72
1789/04/07	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	72-73
1789/04/25	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	73/73v
1789/05/16	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	73v
1789/05/27	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	73v/74
1789/06/03	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	74
1789/08/22	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	77
1792/09/11	António Lopes Anjo	Procurador	147v/148
1794/04/02	Dr. José Pereira da Rocha Faria e Gaio	Vereador	171v-172v
1794/04/02	José Carneiro da Costa Magalhães Brandão	Vereador	171v-172v
1794/04/12	João Carneiro Gaio	Vereador	172v-176
1794/04/12	Manuel Duarte Coelho de Amorim e Silva	Vereador	172v-176
1794/04/16	João Carneiro Gaio	Vereador	176v
1794/05/19	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Vereador	177v-178v
1794/08/09	João Carneiro de Azevedo Duarte	Vereador	196v/197
1794/08/13	João Carneiro de Azevedo Duarte	Vereador	197/197v
1794/08/27	José Gomes Viza	Procurador	198v/199
1796/04/09	José Gomes Viza	Procurador	324v/325
1796/04/13	José Gomes Viza	Procurador	325v/326
1796/07/06	José Pereira Coutinho de Vilhena	Vereador	350-351v
1797/04/08	André Pereira da Costa	Procurador	398v/399
1797/05/27	Luís Pereira Coutinho de Vilhena	Vereador	406-407v
1797/10/04	André Pereira da Costa	Procurador	415/415v
1797/10/25	André Pereira da Costa	Procurador	416-418
1797/10/27	André Pereira da Costa	Procurador	418v-420
1797/11/13	André Pereira da Costa	Procurador	420v
1797/11/29	André Pereira da Costa	Procurador	420v/421
1797/12/31	André Pereira da Costa	Procurador	421/421v

1798/01/10	André Pereira da Costa	Procurador	421v
1798/01/27	André Pereira da Costa	Procurador	422-423
1798/01/31	André Pereira da Costa	Procurador	423
1798/02/01	André Pereira da Costa	Procurador	423v/424
1798/02/07	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	424/424v
1798/02/07	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	424/424v
1798/02/10	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	425-426
1798/02/10	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	425-426
1798/02/14	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	426/426v
1798/02/14	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	426/426v
1798/02/23	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	426v/427
1798/02/23	José Gomes Viza	Procurador	426v/427
1798/03/06	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	427-428
1798/03/06	José Gomes Viza	Procurador	427-428
1798/03/10	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	428/428V
1798/03/10	Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	Procurador	428/428V
1798/03/17	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	428v-430v
1798/03/17	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	428v-430v
1798/03/24	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	430v/431v
1798/03/24	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	430v/431v
1798/03/31	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	431v/432
1798/04/02	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	432v/433
1798/04/12	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	433/433v
1798/04/18	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	433v
1798/04/18	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	433v
1798/04/21	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	433v/434
1798/04/25	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	434/434v
1798/04/28	Dr. José Ignácio da Silva Figueiredo Lobo	Vereador	434
1798/05/12	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	436
1798/06/30	José Gomes Viza	Procurador	438-439
1798/08/11	José Gomes Viza	Procurador	440/440v
1798/10/08	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Vereador	443v-444v
1799/01/16	Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	Procurador	448v/449
1799/01/23	Dr. José Carneiro de Azevedo Duarte	Vereador	449
1799/01/23	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	449
1799/01/24	Veríssimo da Rocha Soares	Procurador	449v-450v
1799/09/28	Filipe Neri de Assumpção Faria Vilas Boas e Silva	Procurador	478v-479v
1799/11/07	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	480
1799/11/07	Francisco Pereira da Rocha Faria e Gaio	Vereador	480
1799/11/16	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	480v/481
1799/12/05	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	481-482
1799/12/11	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	482-483
1799/12/14	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	483
1799/12/18	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	483/483v
1800/02/04	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	487/487v
1800/03/08	Luís Baptista da Cunha Flores	Procurador	488-489
1800/10/01	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	503v-505v
1800/10/18	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	505v
1800/10/31	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	506/506v
1800/11/26	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	507/507v
1800/12/10	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	507v/508
1800/12/17	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	508
1800/12/31	Dr. Manuel da Silva Soares	Vereador	508v/509

Anexo 5
QUADRILHEIROS
(1785-1800)

Data Sessão	Nome	Folha	Observações
1787/12/31	João Francisco, padeira desta freguesia	40v/41	
1790/07/28	Manuel José Pereira	93-94	
1790/08/04	José Pereira, da Poça da Barca	96/96v	Pelo eleito em 28/7 não ter idade suficiente (25 anos)
1791/01/05	Manuel Fernandes Valente	101v-102v	Vai ser suspenso. Ver fic. 220
1791/01/05	Manuel Francisco	101v-102v	
1791/01/05	Manuel Gomes	101v-102v	
1792/07/24	António José do Piqueno	145/145v	No lugar do suspenso Manuel Fernandes Valente. Vai também ser aliviado 223)
1792/08/29	Domingos Gonçalves	146v-147v	Em lugar de António José, aliviado por ser um homem doente
1792/12/15	José Francisco, de Cimo de Vila	153v/154	
1792/12/31	João António de S. Bartolomeu	154-155	Visto José Francisco ser escuso por privilégio que apresentou
1793/01/26	António Luís, de Cimo de Vila	156-157	Porque João António de S. Bartolomeu mostrou a sua isenção por documentos
1793/03/06	António José do Piqueno	159v/160	Por a doença não ser impeditiva do emprego. Ver fic. Manuscrita
1794/09/27	Manuel da Costa, do Lugar de Caseiros	207v-209v	Chama a estes lugares um "destrito". Posse em 1/10/94
1794/09/27	António Gomes da Andreza, de Regufe	207v-209v	Chama a estes lugares um "destrito"
1794/09/27	Baltazar Gomes, de Touguinha	207v-209v	Chama a estes lugares um "destrito". Posse em 1/10/94
1794/10/01	José António Peneirado, do lugar de Areia	210v-212v	Em lugar do escuso António Gomes da Andreza. Toma posse em 22/10/94
1798/03/17	Manuel Lopes da Cortinha	428v-430v	
1798/03/17	António Francisco André, à Sra. Da Lapa	428v-430v	
1798/03/17	António Francisco da Torre, de Regufe	428v-430v	
1799/04/13	José Manuel Flores, do lugar de Portas Fronhas	459v-461	Por António Francisco da Torre estar de grave moléstia de peito.
1799/04/20	Manuel Gomes, de Casal de Monte	461-462	Notificados c/ pena de prisão se faltarem
1799/04/20	Francisco Vitorinha	461-462	Notificados c/ pena de prisão se faltarem

Anexo 6
JURADOS (1785-1800)

PERÍODO Ano	LOCAL/ZONA	NOME	Folha	Observações
1786	Touguinha	José Ferreira Diogo da Pena	11	
1786	Touguinha	José António da Mata	13/13v	Em substituição de José Ferreira Diogo da Pena. Toma posse em 17/05/86
1787	Touguinha	Manuel Rodrigues da Estrada	40v/41	
1790	??	Manuel Francisco, alfaiate da Pena	80v	
1794	Lugar de Cimo de Vila e suas anexas	Custódio José, de Cimo de Vila	220v/221	Juramento e posse em 15/11/94
1794	Regufe, Areia e suas anexas	José Pereira, da Poça da Barca	220v/221	Escusa aceite em 15/11/94
1794	Regufe, Areia e suas anexas	Francisco Ribeiro, do lugar da Areia	221v-224	Em substituição de José Ferreira Diogo da Poça da Barca. Escuso em 29/11/94
1794	Regufe, Areia e suas anexas	José Francisco da Poça da Barca	226-228	Em lugar de Francisco Ribeiro, do lugar da Areia. Posse em 3/12/94
1798	Touguinha	Alexandre Lopes Ferreira, a S.ta Catarina	428v-430v	
1798	Regufe e mais aldeias	José Gonçalves Boído	428v-430v	
1798	do Concelho	José Francisco Arteiro, de Cima de Vila	438-439	Posse em 3/7/98
1799	Regufe, Areia, Casal Monte e Gandarinha	José Gonçalves Boído	459v-461	
1800	Touguinha	António Francisco, tamanqueiro, da Pena	499v/500	Aliviado em 23/8/800
1800	Touguinha	António da Cunha	500v/501	Em lugar de António Francisco, tamanqueiro, da Pena

Anexo 7
ZELADORES DE POLICIA (1785-1800)

Data Sessão	Ano	NOME	Folha	Observações
1793/12/31	1794	João António Ferreira, filho de João António da Mata	168-169v	Juramento e posse em 22/10/94
1793/12/31	1794	Manuel José da Silva, filho de Miguel da Silva	168-169v	
1793/12/31	1794	António Luís, filho que foi de Manuel Luís	168-169v	
1794/10/01	1794	Manuel Gomes, de Casal do Monte	210v-212v	Juramento e posse em 22/10/94
1794/10/01	1794	António José do Piqueno, do lugar de Cimo de Vila	210v-212v	Juramento e posse em 22/10/94
1794/10/01	1794	Manuel Francisco Arrebate, de Touguinha	210v-212v	Juramento e posse em 22/10/94
1795/03/28	1795	Agostinho Alves, Tanoeiro, morador na Rua dos Pelames	255-256v	Juramento e posse em 14/11/95
1798/03/17	1798	Manuel António Fulia	428v-430v	
1798/03/17	1798	Manuel Francisco	428v-430v	
1798/03/17	1798	João António Ferreira, filho de João António da Mata	428v-430v	
1798/03/17	1798	Manuel Gomes, de Casal do Monte	428v-430v	Suspenso em 13/4/99 .
1798/03/17	1798	José António (quadrilheiro que foi das mesmas aldeias)	428v-430v	
1798/03/17	1798	Manuel da Costa, dos Caseiros	428v-430v	
1799/06/14	1799	João António Ferreira, do lugar da Mata, Touguinha	469/469v	"que servirá o cargo enquanto bem o fizer" (fl.469). Juramento e posse em 3/9/99

Anexo 8
Rendeiros e n.º de rendas (1785-1800)

Renda/Receita	Ano	Rendeiros	N.º vezes		Valor Renda
Armazéns	1794	Manuel Luís da Cunha	12	Vila do Conde	24,000
Argaços	1786	Joaquim Fernandes	10		29,000
Armazéns	1786	João José de Faria	5	Vila do Conde	30,000
Renda Imposição Matriz	1798	João António Cunha Pereira do Lago	4		240,000
Armazéns	1789	Joaquim Teixeira Machado	4	Assist. Cidade do Porto	16,000
Coima do concelho	1786	Francisco Xavier Gomes	3	Vila do Conde	200,000
Ancoragem	1794	João Fernandes Couto	3		11,200
Coima do concelho	1799	João José de Faria Gracia	3		185,000
Coima do concelho	1792	José de Sá Palme	3	Vila do Conde	200,000
Ancoragem e pranchagem	1786	Francisco José Dias	2	Vila do Conde	9,600
Coima do concelho	1798	João Francisco de Sousa	2		199,500
Ancoragem e Pranchagem	1793	João Gonçalves de Oliveira	2	Vila do Conde	7,100
Ancoragem e Pranchagem	1798	José Bernardo da Silva	2		9,200
Ancoragem e Pranchagem	1789	António Baptista	1	Vila do Conde	9,000
Coima do concelho	1788	António Joaquim da Silva	1	Vila do Conde	143,000
Ancoragem e Pranchagem	1792	António José dos Santos	1	Vila do Conde	10,100
Renda Imposição Matriz	1793	António José Francisco	1	Vila do Conde	223,500
Argaços	1799	Custódio de Sousa	1	Vila do Conde	48,000
Medidagem e Passagem	1793	Domingos de Sá Faria	1	Vila do Conde	126,000
Armazéns	1799	Francisco José Faneca	1		22,000
Armazéns	1798	Francisco José Ferreira	1		41,000
Ancoragem e Pranchagem	1800	Jacob Joaquim de Sousa	1	Vila do Conde	6,200
Ancoragem e Pranchagem	1788	Jerónimo Rodrigues	1		10,000
Renda Imposição Matriz	1786	João Álvares Carneiro	1	Vila do Conde	247,000
Medidagem e Passagem	1797	João de Azevedo Rabelo	1		101,000
Medidagem e Passagem	1795	João dos Santos	1	Matosinhos	130,000
Ancoragem e Pranchagem	1797	José António da Silva	1	Vila do Conde	9,000
Renda Imposição Matriz	1792	José Joaquim da Costa Flores	1	Vila do Conde	
Renda Imposição Matriz	1799	José Luís Soares	1		245,000
Renda Imposição Matriz	1788	Manuel da Silva	1	Vila do Conde	253,000

Anexo 9
Rendas e respectivos rendeiros (1785-1800)

Renda/Receita	Ano	Rendeiros		Valor Renda
Ancoragem e Pranchagem	1786	Francisco José Dias	Vila do Conde	9,600
Argaços	1786	Joaquim Fernandes		29,000
Armazéns	1786	João José de Faria	Vila do Conde	30,000
Coima do concelho	1786	Francisco Xavier Gomes	Vila do Conde	200,000
Medidagem e Passagem	1786	João José de Faria	Vila do Conde	121,500
Renda Imposição Matriz	1786	João Álvares Carneiro	Vila do Conde	247,000
Ancoragem e Pranchagem	1788	Jerónimo Rodrigues		10,000
Argaços	1788	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	31,700
Armazéns	1788	João José de Faria	Vila do Conde	27,100
Coima do concelho	1788	António Joaquim da Silva	Vila do Conde	143,000
Medidagem e Passagem	1788	João José de Faria	Vila do Conde	115,500
Renda Imposição Matriz	1788	Manuel da Silva	Vila do Conde	253,000
Ancoragem e Pranchagem	1789	António Baptista	Vila do Conde	9,000
Argaços	1789	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	30,000
Armazéns	1789	Joaquim Teixeira Machado	Assist. Cidade do Porto	16,000
Coima do concelho	1789	Joaquim Teixeira Machado	Assist. Cidade do Porto	190,000
Medidagem e Passagem	1789	Joaquim Teixeira Machado	Assist. Cidade do Porto	101,000
Renda Imposição Matriz	1789	Joaquim Teixeira Machado	Assist. Cidade do Porto	260,000
Ancoragem e Pranchagem	1792	António José dos Santos	Vila do Conde	10,100
Argaços	1792	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	27,200
Armazéns	1792	João José de Faria	Vila do Conde	21,500
Coima do concelho	1792	José de Sá Palme	Vila do Conde	200,000
Medidagem e Passagem	1792	Francisco Xavier Gomes	Vila do Conde	122,000
Renda Imposição Matriz	1792	José Joaquim da Costa Flores	Vila do Conde	
Ancoragem e Pranchagem	1793	João Gonçalves de Oliveira	Vila do Conde	7,100
Argaços	1793	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	27,200
Armazéns	1793	João Gonçalves de Oliveira		17,000
Coima do concelho	1793	José de Sá Palme	Vila do Conde	200,000
Medidagem e Passagem	1793	Domingos de Sá Faria	Vila do Conde	126,000
Renda Imposição Matriz	1793	António José Francisco	Vila do Conde	223,500
Ancoragem e Pranchagem	1794	João Fernandes Couto		11,200
Argaços	1794	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	28,200
Armazéns	1794	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	24,000
Coima do concelho	1794	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	183,500
Medidagem e Passagem	1794	Francisco Xavier Gomes	Vila do Conde	110,000
Renda Imposição Matriz	1794	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	237,000
Ancoragem e Pranchagem	1795	João Fernandes Couto		9,000
Argaços	1795	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	30,500
Armazéns	1795	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	17,000
Coima do concelho	1795	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	180,000
Medidagem e Passagem	1795	João dos Santos	Matosinhos	130,000
Renda Imposição Matriz	1795	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	230,000

Ancoragem e Pranchagem	1796	João Fernandes Couto		9,000
Argaços	1796	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	30,000
Armazéns	1796	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	16,000
Coima do concelho	1796	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	190,000
Medidagem e Passagem	1796	José de Sá Palme	Vila do Conde	86,000
Renda Imposição Matriz	1796	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	226,500
Ancoragem e Pranchagem	1797	José António da Silva	Vila do Conde	9,000
Argaços	1797	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	30,500
Armazéns	1797	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	20,000
Coima do concelho	1797	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	191,000
Medidagem e Passagem	1797	João de Azevedo Rabelo		101,000
Renda Imposição Matriz	1797	Manuel Luís da Cunha	Vila do Conde	224,000
Ancoragem e Pranchagem	1798	José Bernardo da Silva		9,200
Argaços	1798	Joaquim Fernandes	Vila do Conde	37,250
Armazéns	1798	Francisco José Ferreira		41,000
Coima do concelho	1798	João Francisco de Sousa		199,500
Medidagem e Passagem	1798	João Francisco de Sousa		138,000
Renda Imposição Matriz	1798	João António Cunha Pereira do Lago		240,000
Ancoragem e Pranchagem	1799	Francisco José Dias	Vila do Conde	9,000
Argaços	1799	Custódio de Sousa	Vila do Conde	48,000
Armazéns	1799	Francisco José Faneca		22,000
Coima do concelho	1799	João José de Faria Gracia		185,000
Medidagem e Passagem	1799	João José de Faria Gracia		128,500
Renda Imposição Matriz	1799	José Luís Soares		245,000
Ancoragem e Pranchagem	1800	Jacob Joaquim de Sousa	Vila do Conde	6,200
Argaços	1800	José Bernardo da Silva		70,500
Armazéns	1800	João António Cunha Pereira do Lago		34,100
Coima do concelho	1800	João António Cunha Pereira do Lago		215,100
Medidagem e Passagem	1800	João António Cunha Pereira do Lago		131,000
Renda Imposição Matriz	1800	João José de Faria Gracia		194,500